



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TESE DE DOUTORADO

---

## **O ESPETÁCULO DO IMPÉRIO ETERNO**

As relações entre cultura, política e propaganda no contexto dos  
*Centenários* de 1940 em Portugal

DOUTORANDO: ARTHUR LUÍS DE OLIVEIRA TORQUATO  
ORIENTADORA: Dra. CARLA BRANDALISE

**LINHA DE PESQUISA:** RELAÇÕES DE PODER POLÍTICO-INSTITUCIONAIS

PORTO ALEGRE  
2017

ARTHUR LUÍS DE OLIVEIRA TORQUATO

TESE DE DOUTORADO

---

## O ESPETÁCULO DO IMPÉRIO ETERNO

As relações entre cultura, política e propaganda no contexto dos  
*Centenários* de 1940 em Portugal

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em História.

**Linha de Pesquisa:** Relações de poder político-institucionais

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Carla Brandalise

PORTO ALEGRE  
2017

## CIP - Catalogação na Publicação

Torquato, Arthur Luís de Oliveira

O Espetáculo do Império Eterno: as relações entre cultura, política e propaganda no contexto dos Centenários de 1940 em Portugal / Arthur Luís de Oliveira Torquato. -- 2017.

277 f.

Orientador: Carla Brandalise.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Exposição do Mundo Português. 2. Política cultural luso-brasileira. 3. Letrados. 4. Estado Novo. I. Brandalise, Carla, orient. II. Título.

ARTHUR LUÍS DE OLIVEIRA TORQUATO

## **O ESPETÁCULO DO IMPÉRIO ETERNO**

As relações entre cultura, política e propaganda no contexto dos  
*Centenários* de 1940 em Portugal

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em História.

**Linha de Pesquisa:** Relações de poder político-institucionais

Porto Alegre, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla Brandalise (UFRGS)  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Lúcia Lana Nemi  
Examinadora Externa

---

Prof. Dr. René Ernaini Gértz (UFRGS/PUC-RS)  
Examinador Externo

---

Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto (PUC-RS)  
Examinador Externo

---

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves (PUC-RS)  
Examinador Externo

*Tenho plena consciência de que quase sempre tento escapar de situações desagradáveis e dramáticas pela porta do humor (...). Seja como for, acho isso mil vezes preferível a assumir ares de herói ou mártir.*

*Érico Veríssimo  
"Solo de clarineta"*

## RESUMO

Esta tese trata de um período no qual a propaganda política foi uma ferramenta fundamental no processo de legitimação de governos autoritários e totalitários emergentes entre as décadas de 1930 e 1940. De forma geral, buscou-se trabalhar um evento, a *Exposição do Mundo Português*, ocorrida em 1940 em Portugal, procurando compreender a operacionalização dessa forma de propaganda a partir do espaço público e de um evento de grandes proporções, voltado para o convencimento das massas. Visando construir uma legitimidade do Regime salazarista, esse evento contou com a participação de letrados brasileiros que contribuíram com a construção positiva da política colonial portuguesa. Assim, partindo da hipótese que o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) teve o intuito de justificar e legitimar as práticas políticas do Estado Novo de Portugal, a pesquisa analisou o material propagandístico produzido pelo, e sobre, a *Exposição do Mundo Português*. Nesse sentido, o estudo revelou aspectos singulares da Política Cultural estadonovista, que contou com o auxílio de letrados e de arquitetos no processo de reconhecimento do Estado Novo por meio das artes e das letras.

## ABSTRACT

The thesis deals with the period in which the political advertising was a fundamental tool in the process of legitimization of authoritarian and totalitarian regimes emerging between the decades of the 1930s and 1940s. Specifically, it sought to understand an event, the *Exposição do Mundo Português*, that took place in Portugal in 1940, in order to operate this kind of advertising, making the use of public space as well as an event of great proportions to convince the masses. Aiming to build a legitimacy of the *salazarista* regime, this event had the presence of Brazilian scholars that contributed positively to the construction of the Portuguese colonial policy. Thereby, starting from the hypothesis that the Secretariat of National Propaganda (SPN) aimed to justify and legitimize political practices of the *Estado Novo* in Portugal, the present thesis analyzed the propagandistic material produced by, and about, the Portuguese World Exhibition. The study revealed singular aspects of the *estadonovista* cultural policy with the aid of scholars and architects in the recognition process of the *Estado Novo* through both arts and letters.

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	7
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	9
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1 - PRESENTE, PASSADO E FUTURO EM UM SÓ LUGAR:</b> A Política de Propaganda durante a <i>Exposição do Mundo Português</i> .....	32
1.1. A <i>Exposição do Mundo Português</i> e os mitos fundantes do Estado Novo...	35
1.2. A <i>Nota Oficiosa</i> de 1938 e as diretrizes políticas para a Exposição de 1940.	44
1.3. António Ferro e a operacionalização dos espetáculos.....	50
<b>CAPÍTULO 2 - OS PARÂMETROS PARA A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS:</b> Subsídios políticos para projeção espacial do evento.....	85
2.1. A organização espacial sob a ótica do Estado Novo.....	87
2.2. A revitalização de Belém: a ideologia estadonovista transforma a paisagem da cidade.....	100
2.2.1. Os Pavilhões da <i>Exposição do Mundo Português</i> e suas estéticas ideológicas.....	104
2.2.2. O Pavilhão do Brasil: a mais bela página da história “colonial” portuguesa.....	127
<b>CAPÍTULO 3 - DE NAÇÃO COLONIZADA A NAÇÃO IRMÃ:</b> A participação do Brasil na <i>Exposição do Mundo Português</i> .....	149
3.1. “Ao Brasil é devida referência especial”.....	151
3.2. A aproximação luso-brasileira nas memórias de António Ferro.....	162
3.3. Acordos políticos e posição brasileira na <i>Revista dos Centenários</i> .....	176
3.4. As interferências de agentes não-governamentais.....	187
<b>CAPÍTULO 4 - A REINVENÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA:</b> O Congresso Luso-Brasileiro de História e a revisão historiográfica do passado colonial.....	205
4.1. O problema colonial português: as ameaças germânicas sobre as colônias lusas na África.....	208
4.2. Historiografia brasileira do século XIX: a colonização lusitana como herança benfeitora e civilizatória para o Brasil.....	212
4.2.1. O luso-tropicalismo freyriano: o modelo colonial que funcionou.....	220
4.3. Que falem os egrégios em prol do Estado Novo: a participação dos letrados brasileiros no Congresso Luso-Brasileiro de História.....	225
4.3.1. Graças ao colonizador: a reescrita do passado colonial da América Portuguesa.....	231
4.3.2. Graças ao Imperador: a Independência como necessária e civilizada.....	244
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	258
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	269

## **AGRADECIMENTOS**

Depois de quatro anos fica muito difícil lembrarmos de todas as pessoas envolvidas nesse tempo, que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos comigo ou com minha pesquisa. De início preciso agradecer enormemente à minha orientadora, antes de qualquer pessoa. A tranquilidade e o compromisso para com minha orientação foram fundamentais para que eu nunca desistisse do curso, ou muito menos atrasa-se meu prazo de conclusão. A confiança depositada por ela na minha pessoa teve papel decisivo para com meu compromisso com PPGH/UFRGS. À Carla agradeço demais as orientações sempre sinceras, pertinentes e condizentes, mas, principalmente, agradeço demais pela amizade, algo que com a distância só aprendi a respeitar e cada vez mais valorizar. Muito obrigado pelos ensinamentos, paciência e dedicação.

Outro importante agradecimento vai aos professores Grijó e Gertz, os quais deram importantes contribuições durante a qualificação, ajudando e modificando pontos significativos das nossas análises iniciais. De forma semelhante, não posso, de forma alguma, esquecer meu camarada e amigo Rafael, lisboeta/paulista que morando em Lisboa me ajudou significativamente com a pesquisa, além de ter se mostrado grande anfitrião durante minha estadia por lá. A consequência disso foi a construção de uma grande amizade que perdurará por anos.

Ainda UFRGS tive um prazer enorme de conhecer colegas sempre solícitos com os quais joguei conversa fora e ao mesmo tempo tive a oportunidade de apresentar meu trabalho e receber críticas e sugestões. Nunca pensei que minha estadia em Porto Alegre fosse me dar tão bons companheiros de ofício que com toda certeza encontrarei por essa vida de congressos e encontros ou, quem sabe, na Cidade Baixa, na Pinacoteca em uma quarta-feira depois da aula.

À Simone, ao Lucas, ao Victor e a Luísa, gremistas que me acolheram como da família não só em Lisboa como em Porto Alegre. As noites na companhia destes sempre foram melhores e mais animadas, ao ponto de nos encontrarmos mesmo após um longo período e conversarmos como se



tivéssemos nos despedido ontem. Em Natal, não posso deixar de agradecer meu grande amigo José Garcia. Os incentivos e principalmente seus conselhos sempre serenos foram muito importantes em momentos difíceis desses quatro últimos anos. Ele mal sabe, mas quase sempre esperava chegar a segunda para poder escutá-lo sobre coisas que quase sempre me afligiam. A ele só posso agradecer pela grande amizade.

Por fim, preciso lembrar sempre da minha família que me garantiu tranquilidade e me possibilitou condições para trabalhar nos últimos tempos. Com apoio incondicional, foi nas falas da minha mãe que me acalmei, nas do meu pai que me diverti, nas de Felipe que vi o tempo e nas de Joyce que procurei o sossego. Desde sempre, este foi meu porto seguro, onde encontro, nos momentos mais difíceis as palavras que preciso ouvir para não desistir.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABL – Academia Brasileira de Letras

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GV – Getúlio Vargas

MNE – Ministério dos Negócios Exteriores

SNI – Secretariado Nacional da Informação

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

## INTRODUÇÃO

A cooperação entre letrados e política exerce curiosidade para aqueles que pesquisam as fontes produzidas como resultado dessa relação, principalmente, quando estas estão envoltas com regimes autoritários do século XX, os quais necessitavam de certa legitimação e aprovação popular para dar continuidade às suas “ações nacionalistas”. Elas são intrigantes por sua análise revelar um intrincado de interesses, de desejos particulares, de anseios institucionais quase nunca revelados no produto final, nos periódicos e/ou nas propagandas oficiais, visto esses produtos demonstrarem quase sempre uma visão pacífica e consistente de um projeto de governo ou ideologia, uma representação idealizada de como os regimes autoritários se apresentam para a sociedade.

Quando falamos da relação plácida estabelecida entre letrados e Estados organizados por regimes autoritários, a máxima do cronista ganha novos contornos e se reforça. Um olhar apurado sobre as narrativas impressas e as de bastidores, podem revelar contradições entre a ideologia do regime e a posição do letrado, embora ambas apareçam harmonicamente estampadas nos periódicos oficiais de propaganda do regime.

O conceito de letrados será amplamente utilizado como uma forma de não correr o risco de priorizar um ou outro ofício das letras. Compreende-se que letrados são aqueles sujeitos produtores de pensamento intelectual e é nessa produção intelectual que as análises estarão centradas. Para Pierre Bourdieu, letrados pode ser uma categoria que pode englobar tanto aqueles que produzem conhecimento por meio de regras, como por aqueles que não se prendem a regras de produção do discurso. Ou seja, pode ser um professor universitário, artista, poeta, escritor, literário, jornalista, enfim, todo e qualquer ofício produtor de saber. Para ele,

de fato, os letrados nunca entregam ritos em estado bruto. Eles já saíram do silêncio da práxis ritual que não tem por finalidade ser interpretada, e situam-se numa lógica hermenêutica: quando Hesíodo narra um rito, seu registro encontra sua razão de ser num universo em que o rito já não é uma sequência de práticas regradas que são realizadas para conformar-se com o imperativo social ou para produzir efeitos práticos, mas uma tradição que se pretende transmitir e codificar mediante o trabalho de racionalização que implica uma

reinterpretação em função de novas interrogações, isto é, ao preço de uma completa mudança das funções.<sup>1</sup>

Os letrados constituíram parte considerável da pesquisa, visto serem os produtores intelectuais engajados na construção do discurso legitimador do salazarismo. Além de produzirem material considerável acerca da *Exposição do Mundo Português* e do *Congresso Luso-Brasileiro de História*, suas marcas estão presentes em fontes oficiais e não oficiais durante o decorrer da pesquisa, produzindo materiais significativos para compreensão da propaganda oficial e do funcionamento do Estado Novo durante os eventos citados.

Nas fontes internas como as cartas por exemplo, observam-se características peculiares, principalmente no que se refere à forma como as notícias são construídas a partir de negociações, revelando uma complexa rede de interesses que está constantemente em jogo. É na simbiose entre as fontes públicas – os periódicos oficiais, por exemplo – e a documentação de gabinete – documentos administrativos, correspondências etc. – que se revelam as dores, anseios e as contradições que não estampam os jornais.

Ao iniciar a análise da *Revista dos Centenários* e do livro de memórias de António Ferro<sup>2</sup> (ex-diretor do Secretariado da Propaganda Nacional de Portugal (SPN)), *Estados Unidos da Saudade*, foi possível visualizar uma situação na qual esses documentos explicitavam como se operou, durante os primeiros anos do Estado Novo,<sup>3</sup> a relação entre letrados e um regime autoritário que investiu fortemente nessa simbiose. Como será utilizada como uma fonte

---

<sup>1</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 140.

<sup>2</sup> António Ferro foi durante os anos de 1930 e 1940 um influente membro do Estado Novo, se constituindo enquanto diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) e do Serviço Nacional de Informação (SNI). Possui tráfego constante entre escritores, pesquisadores e membros da elite letrada portuguesa, além de ter sido um importante nome do movimento modernista português na década de 1920. Muito próximo a Salazar até 1949, ano que deixa o cargo de diretor do SNI, António Ferro foi responsável pela propaganda oficial do governo, período no qual estabeleceu fortes ligações com políticos e escritores brasileiros, tendo vindo algumas vezes ao Brasil antes e após sua saída da estrutura administrativa do Estado Novo. **António Ferro: a vertigem da palavra**, da pesquisadora Margarida Acciaiuoli, faz uma biografia e um estudo acerca atuação política de Ferro enquanto homem público à frente, principalmente, do SPN e SNI. **Estados Unidos da Saudade**, livro de memórias publicado em 1949, traz uma série de palestras e textos avulsos de António Ferro com temáticas que versam a relação entre Brasil e Portugal, importante fonte de análise dessa aproximação. Passar para o texto.

<sup>3</sup> Durante o texto, o termo Estado Novo estará sempre referenciado ao caso português. Ao tratarmos do caso brasileiro estaremos devidamente identificando-o como tal. A escolha por se deu para diminuir repetições e tornar o texto mais enxuto.

importante no andamento do trabalho, faz-se necessário um histórico substancial da *Revista dos Centenários*, visando dirimir possíveis dúvidas.

Documento central durante a pesquisa, a *Revista dos Centenários*, órgão oficial do SPN, circulou entre janeiro de 1939 e dezembro de 1940, contendo ao todo 24 números. O periódico foi um “órgão da Comissão Executiva da Comissão Nacional dos Centenários, presidida por António Ferro, e integrava a Secção de Propaganda desta última”.<sup>4</sup> Dessa forma,

seu objetivo foi dar divulgação e cobertura jornalística à Exposição do Mundo Português que decorreu em Lisboa de 23.6.1940 a 2.12.1940 e teve múltiplas manifestações um pouco por todo o país, comemorando dois centenários nacionais: o oitavo centenário da independência (1140) e o terceiro centenário da restauração (1640). Júlio Dantas, que dirigiu a Comissão Executiva, afirmava na abertura da revista que esta constituía o instrumento de informação para dar a conhecer ao país o estado dos trabalhos da Comissão, a marcha das suas iniciativas «e a contribuição do nosso esforço para o alto pensamento de Sua Ex.<sup>a</sup> o Presidente do Conselho».<sup>5</sup>

Ainda, segundo Júlio Dantas, a revista possuía outras funções, tais como: “servir de arquivo dos projetos, estudos, plantas arquitetónicas, pareceres, relatórios, investigações, pesquisas e demais trabalhos relevantes produzidos pela Comissão”.<sup>6</sup> Segundo definição da ficha história da Hemeroteca Municipal de Lisboa,

O tom genérico dos artigos publicados é de marcado pendor nacionalista, que denota uma quase obsessiva afirmação da nacionalidade, seus feitos e heróis e uma preocupação constante pela exaltação dos valores nacionais. Entretanto, se pelo seu conteúdo, oferece vasta documentação, quer escrita, quer fotográfica, e faz uma pormenorizada cobertura da Exposição, não se pode dizer que o espírito da revista tenha tido correspondência real com o espírito da Exposição. Isto, muito provavelmente, ter-se-á ficado a dever ao facto de ter sido António Ferro o Secretário-Geral da Comissão Nacional dos Centenários e, já nessa época ser ideólogo poderoso do regime.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA (Lisboa) (Org.). **Histórico da Revista dos Centenários**. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/RevistadosCentenarios.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2013.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Idem.

A leitura da *Revista dos Centenários* e do livro de memórias de Ferro levou a um período curioso e, ao mesmo tempo, a um evento instigante da história contemporânea de Portugal. Nesse contexto, as relações entre letrados e políticos afluíram demasiadamente, num esforço singular para elaboração de uma representação positiva do Regime Salazarista.<sup>8</sup> Tal empreitada, visava apresentar para as demais nações ocidentais o que era viver em Portugal e ser português sob a égide do Estado Novo por meio da *Exposição do Mundo Português* realizada em 1940.<sup>9</sup>

Esse evento de dimensões simbólicas e espaciais significativas foi realizado com intuito inicial de exaltar o chamado “duplo centenário”, numa alusão aos anos de 1140 e 1640, tomados como marcos históricos da nacionalidade lusitana. O primeiro se refere à tradição histórica na qual o Estado português foi fundado a partir das ações de D. Afonso Henriques no processo de expulsão dos mouros da península Ibérica, dando início ao “Estado Português”, marco inicial do Estado absolutista português.

A segunda efeméride tem relação com a denominada “Restauração” de Portugal em 1640, marcada pelo fim da presença espanhola no trono português. Tradicionalmente o momento é narrado como um feito glorioso, exaltando e

---

<sup>8</sup> Em compreensão clássica da historiografia portuguesa, o Regime Salazarista (ou salazarismo), é entendido como “um compromisso entre as diversas correntes políticas da direita e os vários setores de interesses das “forças vivas”, a partir de uma base comum de rejeição ao liberalismo herdado da I República e da apologia de um Estado política, economicamente e socialmente forte e interventor – único capaz de dar, na viragem dos anos 20 para os anos 30, uma resposta à crise que fosse consensual para os grupos dominantes” (MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal**: o Estado Novo (volume coordenado por Fernando Rosas). Lisboa: Editorial Estampa, 1998. 7 v. p. 169).

<sup>9</sup> A *Exposição do Mundo Português* foi organizado pela Comissão Nacional dos Centenários – nomeada diretamente pelo Presidente do Conselho, Antonio Salazar. Segundo descrição oficial, “no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros foi criada uma Comissão para proceder à organização das comemorações do “Duplo Centenário da Nacionalidade” (Fundação da Nacionalidade em 1140 e Restauração de 1640). Em 11 de Abril e 2 de junho de 1938, foram publicadas duas portarias a nomear as individualidades encarregadas de constituir a Comissão Executiva. Ainda no mesmo ano, em 28 de outubro, pelo Decreto-Lei nº 29:087, foi constituída a Comissão Nacional dos Centenários e definidas as suas competências. Foi presidente da Comissão dos Centenários, Diretor da Secção de Congressos e Presidente do Congresso do Mundo Português, Júlio Dantas. Para comissário da exposição foi nomeado Augusto de Castro e, para comissário-adjunto e engenheiro-chefe, Sá e Mello. [...] O programa oficial das Comemorações Nacionais de 1940, que tinha como objetivo constituir uma “síntese da civilização portuguesa”, foi dividido em três épocas, Medieval, Imperial e Brigantina, e teve inauguração solene com um Te Deum na Sé Catedral de Lisboa, no dia 2 de junho de 1940. O encerramento das festas nacionais teve lugar no dia 2 de dezembro do mesmo ano”. FONTE: PORTUGAL. ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Comissão Nacional dos Centenários**. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4161624>>. Acesso em: 12 maio 2014.

consolidando definitivamente o espírito nacional português nascido em 1140. Nesse enredo, a expulsão espanhola vem acompanhada por um discurso grandiloquente, de reconquista de território (prática recorrente durante os eventos da *Exposição do Mundo Português* e não em 1640), reforçando o mito imperial de Portugal e consolidando definitivamente o Estado português como uma nação territorialmente localizada e com identidade própria.

Nesse sentido, tomando a *Exposição do Mundo Português* como objeto de estudo, o objetivo do presente estudo é analisar a relação entre o regime autoritário salazarista e os letrados sintonizados com a política do Estado na defesa do discurso nacionalista, imperialista e colonialista das décadas de 1930 e 1940. Parte-se, portanto, do diálogo estabelecido entre esses profissionais e a propaganda institucionalizada pelo SPN em prol de uma imagem positiva do Estado Novo através dos preparativos e a execução da *Exposição do Mundo Português* como referencial de tempo e espaço.

Ao tratar de um tema que parece inesgotável e, ao mesmo tempo, deveras abordado pela historiografia tradicional e contemporânea, a originalidade da proposta defendida nessa tese pode ser resumida em três aspectos.

Em um primeiro aspecto, ao escolher analisar com a organização da *Exposição do Mundo Português* de forma mais pontual, ou seja, através de um recorte de tempo muito curto e específico, revela-se como um desafio e sem dúvida uma singularidade em relação a outros trabalhos, principalmente aqueles que trataram o evento sob uma ótica da propaganda promovida pelo SPN.<sup>10</sup>

Mesmo sabendo do sentido propagandístico do evento, a ideia deste trabalho foi procurar entender o papel dos letrados dentro da lógica do discurso salazarista e como estes traduziam temas fundamentais como nacionalismo, colonialismo, a partir de uma (re)construção de um passado da nação e, mais precisamente, como se expressou publicamente a legitimação do Estado Novo

---

<sup>10</sup> O livro *Estado Novo e Propaganda no Brasil e em Portugal* de Heloísa Paulo é uma das referências acerca do tema entre propaganda e política durante o Estado Novo em Portugal, num estudo comparativo entre os mecanismos de propaganda do SPN luso e o DIP brasileiro. Em seu livro, a historiadora faz uma significativa e descritiva análise dos mecanismos administrativos do SPN, bem como aborda os homens envolvidos dentro da estrutura administrativa, sempre grande ênfase à atuação de António Ferro no período de direção do órgão.

português a partir da relação estabelecida entre os Representantes do Regime e os letrados envolvidos.

Em um segundo aspecto da organização e realização da *Exposição do Mundo Português* se refere à relação estabelecida entre letrados brasileiros e portugueses a partir da mediação do Estado Novo de um lado e de outro do Atlântico. Essa relação em prol dos festejos de 1940 revela uma considerável troca de legitimidades luso-brasileiras. Como se perceberá, a presença do Brasil enquanto “convidado de honra” se fazia não somente pelo fato de estar vivendo em condições políticas semelhantes à de Portugal a partir de 1937 – não por acaso Getúlio Vargas adota a alcunha de Estado Novo para definir o golpe que prometia “oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana”<sup>11</sup> –, mas pelo fato do Brasil se apresentar através de seus letrados, como um legítimo irmão da cultura portuguesa, um exemplo da política colonial portuguesa que deu certo.

O tratamento de irmão, trazia em si a ideia de negar a imagem da ex-colônia de exploração e exaltava-se um país, que devido a Portugal, se tornou uma grande nação do continente americano, um “Estado” renascido no século XX, representante de um “Novo” e moderno projeto de nação, muito semelhante à ex-metrópole.

Daí surge uma das inquietações para estudo: como justificar Portugal como uma benção no passado colonial brasileiro em meio a tantas tentativas de separação e de negação ao domínio luso vistos na história entre as duas nações?

A análise das fontes referentes à *Exposição do Mundo Português* revela o esforço do Estado lusitano, em conjunto com alguns letrados brasileiros e portugueses, na construção do discurso harmônico necessário aos interesses de Portugal nos anos trinta. A tentativa de resolução de conflitos como esses revelam a riqueza de informações presentes nas fontes, ajudando a entender questões tais quais: como foi possível fazer uma propaganda positiva do Estado Novo português a partir do passado colonial brasileiro?

---

<sup>11</sup> Trecho do discurso de Getúlio Vargas pronunciado no Palácio da Guanabara, Rio de Janeiro, transmitido por cadeia nacional de rádio. In: VARGAS, Getúlio. **Pronunciamento ao povo brasileiro**. 1937. p. 21. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1937/04.pdf/at\\_download/file](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1937/04.pdf/at_download/file)>. Acesso em: 14 abr. 2015.



O terceiro aspecto diferenciado do estudo defendido nessa tese se refere à forma e a abordagem analítica dada aos eventos ocorridos durante os meses de junho a dezembro de 1940, mais precisamente com relação à *Exposição do Mundo Português* (com a montagem de uma exposição arquitetônica apresentada ao público por meio de um espaço mítico e idealizado a partir da ideologia estadonovista e aos eventos acadêmicos, representados por *Congressos*, nos quais foram debatidos com letrados brasileiros (o alvo principal da organização dos eventos), africanos, asiáticos e portugueses temas caros à política estadonovista naquele momento.

A vasta programação de *Congressos* ocorridos concomitantemente à *Exposição do Mundo Português* em Belém, oportunizou debates em encontros temáticos entre homens públicos, cientistas, artistas, acerca dos mais diversos assuntos historiográficos, econômicos, científicos e políticos sobre as ações lusitanas no decorrer do tempo, além de exposições de cunho nacionalista.

Esses *Congressos* estenderam-se entre julho e dezembro de 1940. Nesse período, foram organizados nove momentos, cujos temas versavam sobre: a *Pré e Proto História de Portugal; Portugal Medieval até ao começo da Expansão ultramarina; Descobrimientos e colonização; Monarquia Dualista, até à paz com a Espanha; Da paz com a Espanha até ao Constitucionalismo; Do constitucionalismo à Grande Guerra; História da atividade científica portuguesa*, o *Congresso Colonial* e por fim o *Congresso Luso-Brasileiro de História*, realizado em Lisboa e que será alvo de estudo mais sistemático para compreensão de aspectos relevantes da política estadonovista de Salazar.<sup>12</sup>

A escolha específica do *Congresso Luso-Brasileiro de História* como tema de análise, foi tomada como importante chave na compreensão das intenções e estratégias políticas utilizadas por letrados e políticos de Portugal, sendo esse um momento exclusivo na elaboração de uma narrativa de um passado harmônico entre as duas nações.

Nesse contexto, a colonização da América Portuguesa passou a ser vista como uma das condições históricas para o Brasil se tornar um importante

---

<sup>12</sup> A programação completa, com as atividades e os objetivos desses congressos, foi publicada por Júlio Dantas, Organizador Geral da *Exposição do Mundo Português*, na *Revista dos Centenários* em julho de 1939. Embora tenha sofrido pequenas modificações de datas e temas, a estrutura permaneceu a mesma para 1940. DANTAS, Júlio. O Congresso do Mundo Português. *Revista dos Centenários*, Lisboa, n. 7, p.12-20, 31 jul. 1939. Mensal.

país da América Sul, baseado num governo de características hierárquicas, centralizadoras, autoritárias, enfim, um reflexo do que foi sua antiga pátria mãe e o que era naquele momento transmutado para sua condição de irmão na Europa.

De forma semelhante, é interessante observar como a leitura analítica dos *Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História*<sup>13</sup> pôde revelar os anseios vividos pelo Estado Novo salazarista, bem como ajudou a explicar a necessidade de aproximação com o Brasil. Percebe-se na leitura dos *Anais* que os temas analisados seguiram orientações políticas específicas, basicamente em temas relativos ao período da colonial da América Portuguesa e da Independência do Brasil.

A necessidade de construção dessa imagem positiva da colonização brasileira e da transição da independência, serviram de justificativa e legitimação à política colonial praticada na Ásia e na África, a qual sofria com intensas pressões por parte de países como Itália e Alemanha a partir de 1932. Além desse fator externo, a propaganda do SPN visou reforçar, frente aos portugueses o mito do império lusitano ultramarino, característica que no decorrer da *Exposição do Mundo Português* foi paulatinamente explorada nas configurações espaciais do evento.

Novamente. Mesmo sabendo quanto o discurso colonial lusitano é algo tradicional e recorrente na historiografia portuguesa, a abordagem dada nas leituras das fontes visou relacionar as intenções oficiais de Portugal – deliberadas por meio de *Nota Oficiosa*<sup>14</sup> e demais instrumentos normativos –

---

<sup>13</sup> Os Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História são compostos por 3 tomos, contabilizando mais de mil e quinhentas páginas. A Biblioteca Nacional de Portugal, possui em seu acervo todos os tomos, e foi a ela que recorreremos para a pesquisa. Compostos por artigos de letrados brasileiros, portugueses, alemães, estadunidenses e holandeses, os Anais trazem todos os artigos apresentados durante o Congresso, mesmo aqueles cujo o autor não compareceu ao evento. Para saber mais, ver: PORTUGAL. SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL. **Congresso do Mundo Português**: Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Luso-Brasileiro de História (VII Congresso). 1940. Cópia disponível na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Disponível em:

<[http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=14PV97N802672.13183&menu=search&aspect=basic\\_search&npp=20&ipp=20&spp=20&profile=bn&ri=10&source;=~!bnp&index;=.GW&term=congresso+do+mundo+portugues&x=0&y=0&aspect=basic\\_search&npp=20&ipp=20&spp=20&profile=bn&aspect=basic\\_search&ultype;=&uloper;=&ullimit;=&uloper;=&ullimit;=&sort=3100012&limitbox;\\_1=&limitbox;\\_2=&limitbox;\\_3=&limitbox;\\_4=>](http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=14PV97N802672.13183&menu=search&aspect=basic_search&npp=20&ipp=20&spp=20&profile=bn&ri=10&source;=~!bnp&index;=.GW&term=congresso+do+mundo+portugues&x=0&y=0&aspect=basic_search&npp=20&ipp=20&spp=20&profile=bn&aspect=basic_search&ultype;=&uloper;=&ullimit;=&uloper;=&ullimit;=&sort=3100012&limitbox;_1=&limitbox;_2=&limitbox;_3=&limitbox;_4=>). Acesso em: 17 mar. 2017.

<sup>14</sup> Segundo o advogado Rui Pinto Duarte, o termo “Nota Oficiosa” foi largamente utilizado no período salazarista em Portugal. “Com esse nome eram designadas pelo próprio Governo

relacionando-as com o material propagandístico e intelectual produzido em decorrência da *Exposição do Mundo Português*. O propósito foi perceber a apropriação do discurso pelos órgãos relacionados à cultura e propaganda do Estado Novo.

Para contemplar o objetivo principal, resolveu-se trabalhar quatro objetivos específicos, devidamente analisados em capítulos diferentes. A necessidade de explanação de cada um dos objetivos específicos assim como as fontes, os conceitos e os métodos utilizados serão apresentados no desenvolvimento dos capítulos, a fim de conduzir a leitura e uma melhor compreensão do trabalho proposto. É importante destacar que algumas fontes aparecerão demasiadamente em mais de um capítulo, todavia com abordagens diferenciadas.

Fontes importantes e compostas de muitas informações, como a *Revista dos Centenários*, traz demasiadas elementos que ajudam na compreensão de mais de um tema, o que é explicado pelo fato de ter sido publicada de forma seriada por praticamente dois anos, produzindo quantidade significativa de dados que ajudam a responder mais de um objetivo. Os subsídios publicados por esse periódico serão constantemente interpelados por outras fontes e lidos à luz de uma bibliografia que dialoga com os conceitos abordados durante a pesquisa, tais como: nacionalismo, autoritarismo, letrados, política cultural, cultura política e imperialismo.

O primeiro capítulo teve como plano principal compreender os elementos míticos e simbólicos que foram utilizados como base para o discurso propagandístico e a inserção destes dentro da política cultural fomentada pelo SPN de António Ferro a partir da ideologia salazarista adotada a partir de 1932. Esses mitos serão relacionados em um primeiro momento à historiografia produzida sobre o período do Estado Novo, de forma a compreender o motivo

---

escritos emanados da Presidência do Conselho ou dos Ministérios em que o Governo comunicava algo à população ou comentava algum facto. Salazar incluiu muitas notas oficiosas de sua autoria nos volumes onde compilou os seus discursos (por exemplo, notas sobre a Guerra Civil de Espanha e sobre o caso do navio Santa Maria)”. Rui Pinto Duarte afirma, ainda, não saber o motivo que levou o Estado Novo a empregar esse termo para designar a documentação oficial produzida pelo Regime. DUARTE, Rui Pinto. FONTE: DUARTE, Rui Pinto. **Nota Oficiosa e comunicado oficial**. 2000. Disponível em: <<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/nota-oficiosa-e-comunicado-oficial/4624>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

pelo qual foram elencados como características a serem exploradas junto à população da época.

As reflexões do historiador português, Fernando Rosas, serão amplamente discutidas no decorrer do capítulo, visto sua extensa experiência com a temática e sua análise cuidadosa dos chamados “mitos fundadores”, os quais analisa no seu artigo “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. Esse texto clássico da historiografia estadonovista, mostrou-se muito importante na forma de interpretar os temas e as figuras exploradas pela propaganda visual. Como será visto, esses mitos eram reconhecidos e difundidos amplamente pelo Regime e reforçado pela propaganda oficial.

Ainda no Capítulo I, as atuações dos membros da *Comissão dos Centenários* serão amplamente discutidas. Essa comissão teve papel de relevo na coordenação da *Exposição do Mundo Português*, não somente por trabalharem pura e simplesmente na sua estruturação, mas por ter sido responsável pela articulação entre os interesses políticos e a elaboração da política cultural pensada para o evento.

Nessas discussões que envolvem cultura, política e Estado, os trabalhos da historiadora Ângela de Castro Gomes serão fundamentais para análise, principalmente pelo fato de trabalhar em algumas de suas pesquisas com o conceito de “política cultural”, conceito fundante dentro nas nossas orientações conceituais. Em suas palavras uma “cultura política” deve ser compreendida:

Em primeiro lugar, porque é destinada ao campo da cultura, envolvendo um esforço político explícito, voltada à conformação e à divulgação de normas e valores que deviam ser apreendidos pela sociedade como próprios à “identidade nacional brasileira” que o Estado Novo queria fixar. Para tanto, a implementação de tal política articulou setores especializados e uma burocracia estatal (meios administrativos e recursos financeiros), com os atores sociais relevantes da sociedade, com destaque para os intelectuais. Em segundo lugar, porque essa política cultural é valiosa para se delimitar um espaço específico de representação da nacionalidade, que tem na leitura e valorização do “passado” sua chave mestra.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 46.

Compreender a ação da política cultural pelo Estado nos ajuda na medida em que podemos pensar os mecanismos pelos quais as atividades culturais sofrem a interferência do discurso político dos estados autoritários, ao controlarem os conteúdos, a crítica e o modo de atuação de artistas, escritores, cientistas, enfim, dos homens das letras. No caso da *Exposição do Mundo Português*, coube à *Comissão dos Centenários* promover a ordenação e organização dos discursos e imagens a partir da “política cultural” do Estado Novo.

Sob os olhos superiores de António Ferro, a *Comissão dos Centenários* foi chefiada por Júlio Dantas,<sup>16</sup> influente articulador entre o Regime e os letrados portugueses e brasileiros que participaram dos festejos de 1940. A Comissão atuou com base nos princípios estabelecidos por Salazar em uma Nota Oficiosa, publicada em março de 1938, cujo teor objetivava dar os ordenamentos políticos da Exposição de 1940. A centralidade de Ferro e o controle do SPN sobre a produção dos discursos, também não deixaram de ser tratados. O Capítulo I estará centrada basicamente na documentação de teor oficial, a qual será analisada a fim de entender as intencionalidades desta na construção de uma imagem idealizada sobre o Estado Novo.

Por ter sido um evento no qual o visual teve função estratégica, resolvemos trabalhar com a concepção e a análise político-espacial da *Exposição do Mundo Português*. Montada em Belém, a Exposição com aproximadamente 20 construções, contendo Pavilhões, centros de artesanato, réplica de vilas, dentre outros monumentos. Construída em um perímetro de aproximadamente 5.430 metros, a Exposição foi amplamente fotografada, o que

---

<sup>16</sup> Júlio Dantas (1876-1968) foi um dos homens fortes junto ao SPN na elaboração do *Congresso do Mundo Português*, sendo nomeado por Salazar, em 1938, “Presidente da Comissão Nacional dos Centenários”. Médico e escritor. Possuía bom trânsito entre políticos, pensadores e escritores portugueses, principalmente durante as duas primeiras décadas do século XX quando foi “Presidente da Academia das Ciências [e] Deputado em 1905. Senador durante a I República. Ministro da instrução pública de 21 de outubro a 30 de novembro de 1920, no governo de António Granjo, na qualidade de reconstituente, substituindo o democrático Rego Chaves. Ministro dos negócios estrangeiros no governo de Cunha Leal, de 16 de dezembro de 1921 a 6 de fevereiro de 1922. Ministro dos negócios estrangeiros no governo nacionalista de Ginestal Machado, de 15 de novembro a 18 de dezembro de 1923. Membro do partido liberal e do partido nacionalista”.

**FONTE:** POLITIPÉDIA – Repertório Português de Ciência Política (Comp.). **Dantas, Júlio (1876-1968):** Guedes, Armando Marques (1876-1968). Disponível em: <<http://www.politipedia.pt/dantas-julio-1876-1962/>>. Acesso em: 24 maio 2015.

nos auxilia na percepção ideológica e o sentido político dado ao espaço organizado.

Nesse sentido, no segundo capítulo, o objetivo será analisar a composição e a organização dos temas, espaços e significados da *Exposição do Mundo Português*, entendendo-o como uma projeção simbólica dos ideais defendidos pelo Estado Novo português durante a década de 1930 e suas projeções para a década de 1940. A partir das fontes selecionadas é possível defender a hipótese de que a representação construída para essa exposição estava elencada com base nos mesmos preceitos de nacionalismo visto nos demais capítulos.

Entretanto, a análise do espaço físico da exposição revela por meio da sua arquitetura e da produção audiovisual elaborada pelo SPN, a defesa em torno da política de colonização a partir da valorização cultural das colônias da África, da Ásia, bem como homenagens a sua ex-colônia, seu modelo cultural mais bem-sucedido: o Brasil. Para o convidado foi reservado um espaço específico, onde a comitiva brasileira pôde organizar do seu modo sua narrativa acerca das relações históricas entre Brasil e Portugal.

Numa análise acerca das condições necessária à representação política, Pierre Bourdieu destaca a importância da colaboração de *profissionais* para tornarem visíveis, palpáveis as intenções e as ideologias de Estado. Homens capazes de traduzir a partir de ações concretas os interesses políticos de governos, utilizando-se para isso de mecanismos culturais. No caso específico da *Exposição* essa atuação profissional ocorreu a partir de movimentos que transmitiram ao público os interesses políticos a partir do encantamento, do deslumbramento, de imagens, palavras, da propaganda.

Na rede estabelecida entre profissionais e Estado, “a fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por este modo, política, lhe assegura”.<sup>17</sup> É intermediando essa lógica, entre os interesses do Estado e os anseios da

---

<sup>17</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 165.

população, que letrados e propagandistas, os profissionais envolvidos vão atuar em prol do projeto político português.

Obviamente, esses anseios serão sucumbidos por um discurso estatista, o qual, para ser aceito, objetivou encantar e atuar de forma convincente, por meio de imagens que evidenciassem o discurso estatal defendido por Salazar e seus apoiadores. Coube aos letrados inseridos dentro da lógica salazarista, pensadores da propaganda oficial, atuar como homens de ação, implantando na população portuguesa esses ideais estadonovistas por meio de um discurso visual, em defesa da ideologia governamental, visto,

a intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente do universo das técnicas de ação e expressão que ele oferece em dado momento. Neste caso, como em outros, a passagem do implícito ao explícito, da impressão subjetiva à expressão objetiva, à manifestação pública num discurso ou num ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação.<sup>18</sup>

A *Exposição do Mundo Português*, aliado aos discursos dos letrados durante os congressos científicos e acadêmicos, constituem a finalidade do Estado Novo em visualizar, em tornar público seus intentos e integrar a população da península ibérica, de África e Ásia à ordem discursiva do Estado autoritário salazarista. O discurso político se fez presente no cotidiano da sociedade portuguesa a partir da massificação propagandista do SPN também por meio de um espaço que durante quase seis meses ocupou boa parte do centro de Belém.

A criação de um ambiente mágico e idealizado, deslumbrou os visitantes, expondo o exótico colonial, a tradição além-mar, as condições dadas ao Brasil para se tornar grande, enfim a construção de uma arquitetura glamorosa e esplêndida fazia parte da estratégia de simbiose entre Estado e povo, na qual os letrados foram os tradutores dessa política ufanista.

A *Exposição do Mundo Português* ocupou uma área significativa de Belém. Às margens do Rio Tejo foram construídos pavilhões com objetivos específicos, dentro de um projeto elaborado pelo arquiteto José Ângelo *Cottinelli*

---

<sup>18</sup> Idem.

*Telmo*.<sup>19</sup> Em livro há pouco publicado no Brasil, o historiador Carlo Ginzburg fez um estudo de análise de iconografias políticas, com base em pinturas, impressos e obras arquitetônicas. Sua intenção foi “reiniciar a crítica das linguagens e das imagens políticas”,<sup>20</sup> a partir de iconografias produzidas em temporalidades distintas, mas carregadas de simbologias e anseios políticos da época em que foram concebidas.

Nesse percurso, Ginzburg atenta em determinado momento para análise da composição espacial dos Pavilhões elaborados para a *Exposition Internationale des Arts et des Techniques Appliqués à la Vie Moderne*, realizada em Paris em 1937, no contexto da guerra civil espanhola. Na ocasião, o evento foi marcado justamente pela decoração do Pavilhão da Espanha, resumida nas palavras de Anthony Blunt<sup>21</sup> como o “grande mural da Espanha que Picasso dedicou ao povo espanhol em memória da Guernica”.<sup>22</sup>

Em seu livro, Ginzburg faz um exame da iconografia, da disposição e composição dos Pavilhões produzidos para a Exposição parisiense. A análise possibilitou perceber os interesses políticos presentes nesses espaços, desde a escolha do estilo arquitetônico dos pavilhões até o material iconográfico presente nas respectivas exposições. A partir do olhar de cronista de Blunt, Ginzburg recria a espacialidade da Exposição de Paris atentando para o quão carregado de simbolismo político estava a organização e ornamentação, principalmente

---

<sup>19</sup> José Ângelo *Cottinelli Telmo* (1887-1948) foi um atuante e reconhecido arquiteto português. São inúmeras as obras arquitetônicas construídas por ele, dentre as mais famosas está o *Padrão dos Descobrimentos*, construído em Belém no ano de 1940 para *Exposição do Mundo Português*, vindo a ser demolido em 1943 e reconstruído definitivamente em 1960. Esteve presente em importantes comissões de reformas do espaço público em Portugal, além de ter Secretário da Direção do Sindicato Nacional dos Arquitetos. FONTE: SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO (Portugal). Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. **Biografia:** José Ângelo Cottinelli Telmo. Disponível em: <[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/Entity.aspx?id=94de3d43-77bd-4cc4-9bbd-29dbeeb740ed](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Entity.aspx?id=94de3d43-77bd-4cc4-9bbd-29dbeeb740ed)>. Acesso em: 23 maio 2015.

<sup>20</sup> GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror:** quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 12.

<sup>21</sup> Para Ginzburg, embora Anthony Blunt enalteça a beleza da intenção de Picasso com seu mural, o historiador da arte britânico “à luz da recepção posterior de *Guernica*, a negação de sua relevância política por esse jovem e intransigente historiador marxista da arte parece quase ridícula. (Posteriormente Blunt mudou por completo sua opinião sobre o valor político e artístico do mural)” (GINZBURG, 2014, p. 105) . A intenção de Ginzburg é atentar o leitor para o fato de na época a obra de Picasso não ter sido encarada como uma crítica política à situação atual da Espanha, ser interpretada sem se considerar seu teor político, inclusive por críticos experientes de arte como Blunt.

<sup>22</sup> BLUNT, Anthony *apud*. GINZBURG, 2014, p. 105.



dos pavilhões totalitários da URSS socialista e da Alemanha nazista, sendo o projeto da última elaborado e executado pelo famoso arquiteto de Hitler, Albert Speer.

Em seu artigo *Spectator*, Blunt observou que no dia da inauguração da Exposição Internacional, só os pavilhões dos “Estados Totalitários” – Itália, Alemanha e União Soviética – estavam prontos. Os três pavilhões compartilhavam um idioma arquitetônico classicizante, embora essa linguagem permitisse um espectro de opções, já que cada um deles tinham implicações ideológicas diferentes. Para o pavilhão alemão, quadrangular e relativamente estático, que era encimado por uma grande escultura de uma águia segurando uma suástica em suas garras, Albert Speer, que sonhava em “se tornar um segundo Schinkel”, usou um vocabulário solene e imponente, perto do estilo neoclássico simplificado dos templos de Ewige Wache em Munique, e em última instância inspirado pelo estilo dórico de que Hitler tanto gostava. Centrados na disciplina, na hierarquia e na guerra, os dórios haviam muito tinham sido percebidos, por um público amplo e culto, como uma sociedade essencialmente autoritária. Num famoso ensaio publicado em 1934, Gottfried Benn usou o estilo dórico como uma metáfora assustadora e profundamente ambivalente para a Alemanha nazista.<sup>23</sup>

Com esse mesmo espírito analítico e com base na metodologia de percepção dos rastros a partir da organização espacial e da iconografia política, utilizados por Ginzburg, foi possível fazer um estudo da *Exposição do Mundo Português*, a fim de investigar e compreender os componentes, os discursos políticos que ditaram os objetivos propagandísticas do SPN. Assim, foi possível perceber como fisicamente o espaço da exposição era parte do programa propagandístico, bem como estava em sintonia com as discussões e os demais eventos da programação do *Congresso do Mundo Português*.

Por ter sido realizado em um período de praticamente seis meses, a Exposição de 1940 produziu uma série significativa de fotografias, relatos e uma rara e preciosa película em forma de documentário, produzido pelo SPN, descrevendo através de imagens da época cada um dos pavilhões, assim como, a decoração e a movimentação do ambiente externo nos dias de visitaçãõ.

A iconografia presente no acervo da Fundação Gulbenkian, a produção da *Revista dos Centenários* e algumas fotografias comentadas na *Revista Mundo Gráfico*, quando relacionadas à narrativa do documentário do SPN, ajudam na compreensão de como o discurso político foi transformado em

---

<sup>23</sup> GINZBURG, 2014, p. 106.

simbólico e visível. A exposição é um claro indício do uso dos profissionais no processo de clarificação e transmissão do discurso político estadonovista a partir da arquitetura e da iconografia produzida para a *Exposição do Mundo Português*.

É praticamente impossível pensar a *Exposição do Mundo Português* dissociando, ou melhor, sem enfatizar a partição efetiva do Brasil. Percebe-se pela documentação a importância da presença dos letrados brasileiros e a vontade política de que estes construíssem uma representação positiva sobre Portugal, o Estado Novo e principalmente das relações do período colonial. Portanto, o apoio da comitiva composta pelo Governo brasileiro era parte fundamental das intenções do SPN de António Ferro e de Júlio Dantas (Presidente da Comissão Organizadora), justificando a elaboração de dois capítulos que tratam da aproximação e cooperação entre letrados lusos e brasileiros a partir da mediação traçada por Portugal.

A partir de uma breve apresentação, o terceiro capítulo tem como objetivo compreender o processo de aproximação do Estado Novo português com os letrados brasileiros, a partir de relações bilaterais traçadas pelo SPN. As orientações e as condições para aproximação foram definidas por Salazar, explicitando o porquê da aproximação com o Brasil e seus letrados ser importante para a *Exposição do Mundo Português*.

Para atender esse objetivo, foram utilizados documentos oficiais e não oficiais. O Acervo de Salazar existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) possibilitou o acesso a materiais de expediente como ofícios, atas de reuniões, mapas, dentro outros materiais produzidos por membros ligados ao Estado. Da mesma forma, a documentação pessoal de Salazar traz correspondências pessoais trocadas entre o Presidente do Conselho e portugueses residentes no Brasil. Souza Cruz, o magnata da indústria do tabaco figura como o mais influente junto a Salazar nesse momento, articulando ajudas políticas junto a membros do governo brasileiro e auxílios financeiros com os emigrantes lusos residentes no Brasil.

Nesse capítulo, conseguiremos mapear, mesmo que minimamente, as redes de letrados, empresários, homens de Estado e organizadores do evento responsáveis por estabelecer o intercâmbio luso-brasileiro. Ao conseguir mapear essas redes estabelecidas por correspondências e documentos de gabinete, será possível mapear as dificuldades e conflitos que permearam a vinda dos

“egrégios” brasileiros para os eventos de 1940. Assim, o Ponto 4 da Nota Oficiosa que versa sobre como deveria ocorrer a participação do Brasil no ano dos Centenários, tratava de responder a questionamentos feitos por Alemanha e Itália, referentes a sua área de colonização na África. A participação de brasileiros que narrassem positivamente o processo colonial durante o evento, poderia dar uma resposta diplomática expressiva ao mundo, justificando a permanência de Portugal em suas áreas de atuação no continente africano.

Em linhas gerais, a proposta apresentada demonstra a constituição de uma política cultural na qual existia uma necessidade mais explícita por parte de Portugal em atrair os letrados brasileiros e fazer com que esses assimilassem e apoiassem o discurso defendido por Salazar. Com relação ao Brasil, será possível perceber um interesse discreto, muito mais em relação ao entusiasmo dos eruditos do que do Estado brasileiro em participar dos eventos de 1940. Uma forte inquietação durante a pesquisa foi, por um lado, perceber o grande interesse de Portugal pela participação do Brasil no Congresso e na Exposição e, por outro, a falta de entusiasmo do Estado brasileiro com o episódio.

Ao relacionar a documentação produzida no período com a bibliografia sobre as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal em fins da década de 1930, é possível identificar que a falta de entusiasmo do Governo Brasileiro, em verdade, estava associada a conflitos entre a Comissão Organizadora em Portugal e o primeiro escalão do governo Vargas. Nesse cenário, Afrânio Peixoto ganha destaque especial, não só pelas relações de amizade que possuía com organizadores portugueses como por sua relação com o Regime Vargas. Em resumo, problemas relacionados à diplomacia brasileira e a interferência do Governo Português junto a letrados brasileiros, sem a anuência do Palácio Catete será um dos grandes problemas acerca da participação mais efetiva do Brasil durante os eventos.

A partir da documentação escrita não é possível identificar claramente as intenções políticas do Governo Brasileiro. Apenas se constatou em um documentário oficial produzido pelo SPN sobre a Exposição do Mundo Português, que o Pavilhão do Brasil realizou uma exposição acerca da indústria cafeeira do país, denotando uma propaganda da economia.

No processo de aproximação, António Ferro novamente ganha destaque. A partir dos seus discursos proferidos no Brasil no ano de 1941,

portanto, pouco tempo após a Exposição do Mundo Português, o Diretor do SPN aponta como sua amizade com Gustavo Barroso e demais letrados brasileiros ajudou na participação brasileira durante o evento. O Acordo Cultural Luso-Brasileiro firmado durante a passagem de Ferro pelo Brasil em 1941, demonstra seu prestígio político junto à classe política e intelectual do lado de cá do Atlântico.

É importante lembrar que durante todos os capítulos será promovido um uso intenso e intencional de documentos oficiais produzidos para e sobre os eventos de 1940. Isso porque, a ideia é entender a produção e o funcionamento das redes de cooperação política e cultural, entre os profissionais das letras e o Estado Novo português. Não é objetivo compreender a recepção da propaganda, e sim sua produção, seu fomento com base na documentação oficial.

Essa intencionalidade está explícita nesse capítulo, bem como nos demais. Nele, procurou-se perceber as estratégias discursivas de aproximação utilizadas por Ferro e o SPN. Em outras palavras, o objetivo foi procurar entender o percurso entre as ordens de Salazar para o SPN visando a aproximação com o Brasil; a forma utilizada pelo SPN para atrair os “egrégios” brasileiros e, por fim, quais os resultados obtidos desse primeiro contato a partir de uma análise do discurso de eruditos brasileiros como Gustavo Barroso.

Durante o Capítulo 4, são os Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História que fornecem rastros significativos para a compreensão de como os interesses de 1940 reelaboraram e pacificaram as relações luso-brasileiras com o passado de exploração da América Portuguesa. A análise dos trabalhos produzidos para esse momento serão a base de análise para este capítulo.

Assim, o objetivo do quarto capítulo foi perceber como os letrados brasileiros se inseriram dentro da política cultural salazarista e incorporaram o discurso positivo acerca da colonização portuguesa no Brasil. Para tal, foram analisados os artigos produzidos por brasileiros durante o *Congresso Luso-Brasileiro de História*, mais precisamente aqueles que deixaram aflorar mais claramente a interferência política (apontamentos sugeridos pelas orientações da *Nota Oficial* de Salazar) nas suas narrativas.

A vantagem de trabalhar especificamente com os eventos ocorridos durante a *Exposição do Mundo Português* reside na documentação oficial produzida por esse evento. Em relação ao *Congresso Luso-Brasileiro de*

*História*, por exemplo, houve uma preocupação em documentar todas as falas apresentadas durante o evento – inclusive daqueles que não compareceram a Lisboa, mas enviaram seus textos.<sup>24</sup>

Os Anais foram organizados em três tomos e duas seções. A segunda seção contida nos tomos II e III foi dividida em duas partes, contabilizando ao todo cerca de mil quinhentas e trinta e três laudas. Verificando o sumário dos Anais, se verificou a participação de setenta e seis letrados, entre brasileiros, portugueses, estadunidenses e alemães, alguns com mais de um artigo apresentado, contabilizando a publicação de oitenta e dois trabalhos ao todo.<sup>25</sup>

Os artigos versam acerca de temas diversos, com recorte temporal que vai do século XV ao XX. Os referentes ao século XIX mereceram maior atenção, principalmente quando já por alguns dos seus títulos expressarem assuntos caros ao processo de independência do Brasil. Os trabalhos apresentados promovem um curioso debate entre historiadores lusos e brasileiros, nos quais, versões do passado colonial são constantemente reafirmados, refeitos ou debatidos entre os agora “irmãos”, postos de lado e não submissos como outrora.

Em volume dedicado aos *Programas, Mensagens e Discursos* promovidos durante o *Congresso do Mundo Português* – referência dada ao evento como um todo, desde a *Exposição do Mundo Português* até os nove congressos temáticos realizados entre junho e dezembro de 1940 –, o VII Congresso, intitulado oficialmente como *Congresso Luso-Brasileiro de História*:

---

<sup>24</sup> Uma das hipóteses que pode explicar a ausências por parte dos brasileiros durante os eventos do *Congresso do Mundo Português* se refere ao clima complicado da Segunda Guerra Mundial. Seria necessário elencar um por um e procurar documentações para entender os argumentos. Mas divergências políticas podem explicar algumas, como sugere o artigo de XXX, ao analisar a ausência de Afrânio Peixoto ao Congresso devido questões políticas internas. Ver: VIEIRA, Cleber Santos. A ausência do Congresso do Mundo Português no ensaio História do Brasil, de Afrânio Peixoto. **História** [online]. 2010, vol.29, n.1, pp. 289-307. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000100017>>. Acesso em: 20 maio 2015.

<sup>25</sup> Com base em uma leitura dos sumários é possível ler os nomes de portugueses e brasileiros intercalados, como: Jordão de Freitas, Carlos Coimbra, Gago Coutinho, Luís Chaves, A. L. Pereira Ferraz, Mário Simões dos Reis, Saladino de Gusmão, Armando Magalhães Correia, Luís da Câmara Cascudo, Luís de Oliveira Guimarães, Afonso Bandeira de Melo, Queiroz Veloso, Durval Pires de Lima, Lia Arez Ferreira do Amaral, António Baião, António Cruz, Afonso de E. Tunay, Rodrigues Cavalheiro, Durval Pires de Lima, Mário Magalhães, Clado Ribeiro de Lessa, Conde de Campo Belo, Walter Spalding, Julio Cayola, Carlos Alberto Ferreira, Serafim Leite, Aureliano Leite, Gustavo Barroso, Tavares de Lyra, etc.

*descobrimto, Colonização e Formação do Brasil (1500-1822)*, foi resumido pelos organizadores da seguinte forma:

Por se ter reconhecido a importância fundamental da fundação do Brasil na história de Portugal, concentram-se neste Congresso todos os estudos que digam respeito ao descobrimento, colonização e organização da nação brasileira. [...] Reunindo-os num Congresso único, facilita-se a participação dos historiadores e investigadores brasileiros no exame dos problemas respectivos a um período que é patrimônio comum das duas nações irmãs<sup>26</sup>

Não deixa de ser curioso o fato do Brasil ser colocado como irmão para discutir questões nas quais durante alguns séculos nem filho foi considerado. Trazê-lo rumo a um status de igualdade e dar um espaço para discutir assuntos espinhosos dentro da casa da ex-metrópole, expõe a estratégia de aproximação pretendida pelo SPN objetivando tratar da temática colonialista portuguesa em execução ainda nos anos de 1940. Desse modo, seria muito interessante que letrados brasileiros construíssem uma imagem positiva do seu passado colonial, numa clara ideia de legitimação à política colonial portuguesa.

Aliás, como a releitura do passado colonial na América Portuguesa é uma constante, não é possível deixar de se evidenciar o quão árduo foi essa a discussão dessa temática nos artigos do Congresso. Como justificar a colonização africana e asiática para os colonizados, sem ferir ao mesmo tempo o argumento do império português tão necessário ao discurso imperialista frente à população portuguesa? Para isso existiu um esforço significativo nas falas dos letrados brasileiros durante o *Congresso Luso-Brasileiro de História* visando positivar a colonização lusa como progressista e civilizatória.

Com o início do Estado Novo ocorreu uma forte mudança de pensamento da metrópole com relação às colônias, principalmente, como será visto, por uma pressão externa exercida por Itália e Alemanha. Existia um discurso em toda Europa que pregava o conhecimento científico das colônias como algo fundamental para a valorização das práticas imperiais, uma forma de justificar as ações exploratórias nesses espaços, constituir um saber necessário sobre os dominados. Para o historiador Luís Costa, no caso do Estado Novo,

---

<sup>26</sup> CONGRESSO DO MUNDO PORTUGUÊS, 1940, Portugal. **Programas, Discursos e Mensagens**: VII CONGRESSO (Congresso Luso-Brasileiro de História): descobrimento, Colonização e Formação do Brasil (1500-1822). Lisboa: SPN, 1940. p. 46.

a preocupação com a produção do saber colonial surge como forma privilegiada de Portugal defender os seus territórios, à semelhança do que acontecia nas colónias francesas, belgas, holandesa ou no império inglês. A diversidade das instituições responsáveis pela produção de um “saber colonial” assume uma preocupação central, na medida que estas instituições pretendem conhecer a fundo as possessões coloniais nas suas diversas vertentes, estudando-as nos seus múltiplos aspectos, por forma a implementar o exercício da relação: conhecer – dominar – possuir. [...] A investigação científica colonial é entendida como uma valiosa arma política, em especial após a II Guerra Mundial, onde Portugal terá de demonstrar que ocupa efetivamente os territórios, demonstrando-o de forma científica. O saber colonial é um *saber-poder* na procura da construção de um argumento pertinente e justificativo da política colonial para divulgar interna e externamente.<sup>27</sup>

Portanto, promover um estudo sobre as práticas de uma política colonial realizada no Brasil seria fundamental no processo de continuidade da mesma prática durante o Estado Novo. Entender o comportamento de uma colônia no contexto de um processo histórico, revisando, reforçando e corrigindo versões históricas e observando os movimentos de emancipação do Brasil seria um exercício importante para aprimorar o discurso sobre as colônias, aperfeiçoando a política colonial e as práticas da metrópole sobre as possessões asiática e africana.

Além da questão referente à política colonial portuguesa, os artigos de letrados brasileiros abordam ainda sobre a ideia de nação e nacionalidade tão difundida durante os eventos de 1940. Ao tratar do século XVIII, uma quantidade significativa de artigos toma como objetos alguns movimentos emancipacionistas do Brasil,<sup>28</sup> enquanto outros, por exemplo, atribuem a D. João VI a intencionalidade da independência brasileira.<sup>29</sup> O teor desses escritos conduz o leitor a encarar a independência e a formação do Estado Nacional brasileiro como movimentos promovidos e articulados por portugueses.

---

<sup>27</sup> COSTA, Luís Manuel Neves. Conhecer para Ocupar. Ocupar para Dominar: Ocupação Científica do Ultramar e Estado Novo. **História: Revista da FLUP**, Porto, v. 3, n. 4, p.41-58, dez. 2013. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11701.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2014. p. 51-52.

<sup>28</sup> São exemplos os artigos: “Uma conspiração malograda em Minas Gerais para aclamar Rei do Brasil o Infante Dom Manoel” (Ernesto Ennes), “A sorte dos revolucionários no degredo” (Manuel Ruela Pomba) e “Nota prévia sobre as origens ideológicas da Inconfidência Mineira” (Guy de Hollanda).

<sup>29</sup> São exemplos os artigos: “Independência do Brasil” (Tavares de Lyra), “Pródromos da Independência e da República no Brasil” (Braz do Amaral) e “A influência do meio português na formação da mentalidade do patriarca da Independência do Brasil” (Leopoldo Feijó Bittencourt).

Por fim, faz-se necessário repetir uma observação fundamental. As hipóteses elencadas e a escolha da documentação de cunho oficial foram realizadas de forma proposital. Desse modo, torna-se necessário reforçar para o leitor: a intenção é compreender a intencionalidade e entender as formas e sentidos do discurso oficial a partir do material produzido pelas instâncias governamentais, mesmo que muitas vezes fosse atravessada por intenções pessoais e de grupos que não pertencessem ao Regime. Trabalhar a recepção desse discurso por parte da população foge da proposta inicial, pois a ideia central é perceber a interação de letrados e estado na elaboração e não na recepção do discurso político elaborado sob a supervisão do SPN. Tratar da recepção e das opiniões de populares e demais letrados acerca dessa propaganda poderá futuramente ser objeto de um trabalho futuro, mas não para este.



## CAPÍTULO I

### PRESENTE, PASSADO E FUTURO EM UM SÓ LUGAR A Política de Propaganda durante a Exposição do Mundo Português

*“Seria, primeiro, dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos de sua História, que foram simultaneamente oito séculos da História do Mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência. [...] demonstraríamos com a clareza da evidência aos nossos próprios olhos e aos olhos de estranhos que Portugal, Nação civilizadora, não findou e continua, pelo contrário, a sua alta missão no Mundo”.*

*António Oliveira Salazar  
Nota Oficiosa da Presidência do Conselho  
Março de 1938.*

O ano de 1940 começou completamente atípico, Lisboa passava por uma repaginação urbana, concentrada principalmente na área de Belém, ganhando ornamentações, monumentos e prédios grandiosos com apelo visual e sentimental. A magnitude denunciava que ali ocorreria, durante esse ano, algo ainda não visto até então por lisboetas e demais cidadãos lusitanos. Os festejos não aconteceriam apenas nessas áreas, mas seriam distribuídos por várias cidades do interior do país, sendo a capital portuguesa o centro das atenções durante alguns meses. Estavam lançadas as bases para o maior evento propagandístico até então idealizado pelo Estado Novo<sup>30</sup> salazarista, a *Exposição do Mundo Português*.

Seguindo o raciocínio do investigador Fernando Pimenta é possível compreender o Estado Novo português como "um regime autoritário de direita que incorporou um conjunto substancial de elementos do fascismo italiano (sobretudo ao nível do aparato repressivo e da ideologia corporativa), mas cuja matriz política foi principalmente nacionalista-colonial, reacionária (no sentido de

---

<sup>30</sup> Sempre que o termo Estado Novo aparecer estará relacionado à experiência portuguesa. Ao se referir ao Brasil haverá o cuidado de se referir ao Estado Novo varguista, brasileiro ou algo similar.

anti-moderna), conservadora (em termos políticos e sociais) e católica (no sentido clericalista, mas não confessional)".<sup>31</sup>

Afeitos a essas características empregadas pelas ações do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), os órgãos de imprensa oficiais noticiavam sobre esta cerimônia “ter constituído um acontecimento artístico sensacional e uma afirmação de originalidade – porque foi diferente de todas as grandes Exposições”.<sup>32</sup> Realmente. Levando em consideração que as grandes exposições mundiais, desde ao menos o século XIX, exalavam um caráter cosmopolita e moderno, a *Exposição do Mundo Português* fazia questão de evidenciar seu caráter patriótico, sendo lembrada como um movimento de “continuidade do poder criador nacional e a faculdade extraordinária dos portugueses que, mais uma vez, afirmaram a sua magnífica tendência de improvisadores e, como diz agora, de realizadores”.<sup>33</sup>

Como pode ser percebido, não havia uma necessidade, uma intenção de se apresentar para o mundo a capacidade produtiva, industrial, cosmopolita e capitalista de Portugal, características sempre pretendidas por países que promoviam Feiras e Exposições internacionais desde o século XIX. Foram exemplos desses festejos as Exposições realizadas nas cidades de Paris, Filadélfia, Londres, Berlim, importantes cidades industrializadas de países que, dentre outros, buscavam apresentar ao mundo seus respectivos graus de inserção dentro da Revolução Industrial.

Mais do que isso, essas potências procuravam demonstrar suas capacidades urbanísticas, industriais e culturais consonantes com o melhor da tradição burguesa vigente na América do Norte e Europa, típicas de um efervescente. Essas festas públicas caracterizadas como universais eram verdadeiras odes à *Belle Époque* e, com bastante segurança, é possível afirmar que essa não foi a intenção portuguesa com a Exposição de 1940.

---

<sup>31</sup> PIMENTA, 2013, 187.

<sup>32</sup> PORTUGAL. LISBOA. (Ed.). A ação da Câmara Municipal de Lisboa na Exposição do Mundo Português. **Revista Municipal**, Lisboa, p.24-24, dez. 1940. Trimestral. Disponível em: <[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N6/N6\\_master/N6.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N6/N6_master/N6.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2016.

<sup>33</sup> Idem.

Ao contrário. Evidenciando o caráter nacionalista da propaganda oficial, o acontecimento realizado em Portugal no ano de 1940, bem como as redes estabelecidas em seu entorno, demonstram a operacionalização de uma política cultural organizada pelo aparelho estatal salazarista. De forma engendrada, a fim de fortalecer uma ideia de unidade nacional, em 1938 a Presidência do Conselho de Portugal, tendo Salazar como seu chefe maior, resolveu instaurar uma comissão incumbida de organizar uma série de festejos e atividades intelectuais que ocorreriam em 1940. Tais comemorações teriam como marcos os anos de 1140 e 1640, sendo respectivamente efemérides referentes à independência portuguesa, contada a partir do momento no qual D. Afonso Henriques se proclamou rei pela primeira vez, e o ano da sua restauração, quando Portugal restabelece sua unidade política, após anos de dominação do Rei de Espanha.

Para tais eventos, foi constituída a chamada “Comissão dos Centenários”, presidida pelo escritor e oficial das Forças Armadas, Júlio Dantas, subordinado ao Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), até então chefiado pelo homem forte das comunicações, o escritor António Ferro. Essa Comissão ficou responsável por todos os preparativos, convites, logísticas, obras, cerimônias oficiais, enfim, caberia a ela organizar e executar os mais variados detalhes para os festejos que ocupariam praticamente todo calendário oficial de 1940, mais precisamente entre fins do mês de junho e início de dezembro.

O evento, oficialmente denominado *Exposição do Mundo Português*, elencou e lembrou momentos marcantes e heroicos da história oficial lusitana. Os elementos simbólicos contidos foram cuidadosamente pensados sob um viés político, pelo departamento propagandístico salazarista, e explicitados através de *Nota Oficiosa* emitida pela Presidência do Conselho, em março de 1938. Diante disso, o objetivo do presente capítulo é analisar a organização do Congresso do Mundo Português procurando entender como ocorrera na prática a simbiose entre as intenções políticas do Estado Novo e os homens de ação ligados à propaganda salazarista do fim da década de 1930 e início da década de 1940. Desse modo, consideramos o contexto histórico, os agentes e as instituições envolvidas, antes e durante a festividade de 1938, fazendo uso das documentações produzidas no período entre 1938 e fins de 1940.

## 1.1. A *Exposição do Mundo Português* e os mitos fundantes do Estado Novo

De início, fez-se necessário entender quais as bases que fundamentavam as práticas políticas do governo português no período, bem como isso se refletiria nas ações dos sujeitos incumbidos de promover a propaganda oficial. No caso específico, tanto os elementos envolvidos na organização da *Exposição do Mundo Português* quanto o discurso acerca do evento estavam baseados em mitos “fundamentais” do projeto de poder salazarista. Esses mitos podem ser considerados como características centenárias da sociedade portuguesa, os quais foram explorados demasiadamente pela propaganda oficial. O historiador Fernando Rosas aponta como estes mitos foram apropriados pelo SPN e explorados nas campanhas publicitárias na época.

Como visto há pouco, a concepção nacionalista do Estado Novo é, por exemplo, peculiar e muito específica no caso português. Ao promover amplo estudo sobre esse modelo, o historiador Fernando Rosas analisara como o Estado Novo pautava suas ações e suas práticas discursivas em “mitos ideológicos fundadores”, os quais explicariam a essência nacional do regime salazarista<sup>34</sup> e o *modus operandi* da propaganda oficial.

Em essência, esses mitos foram os pilares tanto da propaganda quanto dos discursos oficiais promovidos por praticamente todas as duas primeiras décadas do Regime salazarista, estabelecendo uma relação entre política, religião e nacionalismo como práticas indissociáveis e amplamente difundidas pelos órgãos oficiais de imprensa, bem como pelas falas dos membros pertencentes à estrutura governamental. Na análise de Rosas, o primeiro a ser destacado é o mito palingenético, ligado à ideia de recomeço, “da «Renascença portuguesa», da «regeneração» operada pelo Estado Novo, interrompendo a

---

<sup>34</sup> Fernando Rosas elenca em seu artigo sete mitos fundadores. Na ocasião serão analisados apenas alguns, podendo os demais serem consultados em: ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, Lisboa, n. 157, p.1031-1054, fev. 2001. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218724836O3jXR0rk0Ob64EZ5.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2016.

«decadência nacional» precipitada por mais de cem anos de liberalismo monárquico e do seu paroxismo republicanista”.<sup>35</sup>

A concepção de regeneração esteve presente em boa parte das propagandas autoritárias que circularam pela Europa durante a década de 1930. À República e ao liberalismo foram atribuídos os males econômicos e políticos do entre guerras, discussão amplamente contemplada por historiadores como Tony Judt, ao lembrar que:

Os desastres ocorridos nas décadas do período entre as duas guerras mundiais — as oportunidades desperdiçadas depois de 1918, a grande depressão que se seguiu à quebra da Bolsa de Valores, em 1929, o sofrimento do desemprego, as desigualdades, injustiças e deficiências de um capitalismo *laissez-faire* que conduziu tantos indivíduos à tentação do autoritarismo, a indiferença descarada de uma elite arrogante e a incompetência de uma classe política incapaz —, tudo isso parecia interligado pelo fracasso total da tentativa de melhor organização da sociedade. Se a democracia haveria de funcionar, se a democracia haveria de recuperar o seu apelo, precisava ser planejada.<sup>36</sup>

No caso português, circulava no cotidiano a ideia de retomada de tempos gloriosos dos séculos XII e XVII, períodos nos quais a nação foi reconhecida por feitos heroicos e respeitada por demais vizinhos europeus. Com base nesse raciocínio, a *Exposição do Mundo Português* restabeleceria uma relação entre os momentos áureos da história tradicional lusitana e o período de efervescência do Estado Novo Português. Não por acaso, ao ressuscitar 1140 e 1640, o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) buscou estabelecer momentos de reconquista, de ressurgimento de uma pretensa nacionalidade portuguesa, numa tentativa de desqualificar a República que antecedeu o Estado Novo.

Ainda em 1931, Salazar afirmava a importância de se estabelecer “um nacionalismo político, econômico e social, bem compreendido, dominado pela soberania incontestável do Estado forte em face de todos os componentes da Nação”.<sup>37</sup> Percebe-se a intenção de ressuscitar, de regenerar o discurso

---

<sup>35</sup> Ibid. p. 1034.

<sup>36</sup> JUDT, Tony. **Pós-Guerra**: uma história da Europa desde 1945. São Paulo: Objetiva, 2008. p. 115.

<sup>37</sup> SALAZAR, Oliveira. **Discursos**: (1929-1934). Coimbra: Coimbra Editora, 1961. 1 v. p. 61.

nacionalista para justificar ações do presente baseadas na ideia de tempos gloriosos do nacionalismo lusitano e, mais que isso, reproduzir uma concepção de nação atrelada a uma estrutura hierárquica, conservadora e autoritária, na qual “o conceito de Nação esteve na ‘raiz e origem’ de toda a teoria e prática política do período”.<sup>38</sup>

Portanto, a reestruturação de Portugal ocorreria por meio da renovação nacionalista, levando ao segundo mito sustentador do discurso estadonovista: o mito do novo nacionalismo. Nele,

o Estado Novo não seria mais um regime na história política portuguesa; era o retomar do verdadeiro e genuíno curso da história pátria, fechado que fora, pela revolução nacional, o parêntesis obscuro desse século antinacional, quase a-histórico, do liberalismo. O Estado Novo surgia, assim, como a institucionalização do destino nacional, a materialização política no século XX de uma essencialidade histórica portuguesa mítica. Por isso, ele cumpria-se, não se discutia, discuti-lo era discutir a nação. O célebre slogan «Tudo pela Nação, nada contra a Nação» resume, no essencial, este mito providencialista.<sup>39</sup>

Como se percebe, esse é mais um dos mitos típicos dos regimes autoritários peculiares da primeira metade do século XX. No caso específico, o ano de 1940 faria uma relação com os marcos históricos nos quais Portugal vivera o seu apogeu frente à Europa. Assim, a escolha de 1140 estaria baseada no fato de Portugal se colocar como pioneiro diante às potências europeias na formação do seu Estado Nacional, possibilitando séculos mais tarde se tornar uma das primeiras nações do Velho Mundo a promover a expansão do território além-mar, feito até hoje rememorado nos livros didáticos de História como o “pioneirismo português na Expansão Marítima”, lema sacralizado pela literatura de Luís de Camões.

Também, o ato de destacar 1640 como um marco da história nacional faz com que a propaganda nacionalista visibilizasse uma ideia de resgate, como já explicitado há pouco. Tal retomada é uma alusão ao Estado Novo, visto como um novo momento da história portuguesa, em que nada mais seria tão importante quanto a Nação. Na prática, ao se referir a esse período, a

---

<sup>38</sup> Ó, Jorge Ramos do. **Os anos de Ferro**: o dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" 1933-1949. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. (Coleção Histórias de Portugal). p. 19.

<sup>39</sup> ROSAS, Fernando. Idem.

propaganda criou a ideia de reviver um Portugal para os portugueses, reforçando a característica nacionalista do movimento e trabalhando com o brio da população, de uma forma geral. Dessa maneira, o “mito nacional” estaria em consonância com o “mito palingenético”, pois estariam ambos colaborando com o ressurgimento de um país internamente forte, retomando, conseqüentemente, a ordem perdida durante sua fase liberal e republicana.

Existia uma forte tendência na construção de uma propaganda baseada em valores que denotassem uma percepção de grandeza, de recuperação de um Estado Nacional vigoroso e centralizado, fazendo com que, conseqüentemente, o terceiro mito estivesse articulado com uma concepção sempre cobiçada pelos estados autoritários: a formação de um estado imperial.

Assim, o terceiro, o “mito imperial”, estava relacionado não só a uma pretensa tradição de conquistas territoriais promovidas no período da expansão marítima, mas principalmente à justificativa para manutenção da política colonial do Estado Novo, previsto no “Acto Colonial de 1930”. Segundo Rosas, “assim se compreende que deste mito imperial se deduza como dogma indiscutível a ideia da nação pluricontinental e plurirracial, una, indivisível e inalienável. E teríamos, assim, nesta sistematização, uma primeira vocação, que seria a vocação imperial da nação”.<sup>40</sup>

O “Acto Colonial de 1930” foi posteriormente incorporado à Constituição de 1933 e sua análise é um exemplo significativo para a compreensão do mito imperial. Nele, o artigo 3º define: “1. Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português. 2. O território do Império Colonial Português é definido nos n. os 2.º a 5.º do artigo 1.º da Constituição”.<sup>41</sup> Em complemento, a Constituição de 1933 define:

#### **Artigo 1º**

O território de Portugal é o que actualmente lhe pertence e compreende:

1º – Na Europa: o Continente e Arquipélagos da Madeira e Açores;

---

<sup>40</sup> ROSAS, Fernando. Ibid. p. 1035.

<sup>41</sup> PORTUGAL. Decreto nº 18.570, de 8 de julho de 1930. **Acto Colonial**. Disponível em: <[http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/acto\\_colonial.html](http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/acto_colonial.html)>. Acesso em: 5 set. 2016.

2º – Na África Ocidental: Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e suas dependências, S. João Baptista de Ajudá, Cabinda e Angola;

3º – Na África Oriental: Moçambique;

4º – Na Ásia: Estado da Índia e Macau e respectivas dependências;

5º – Na Oceania: Timor e suas dependências

§ único – A Nação não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter sobre qualquer outro território.

Percebe-se que as colônias portuguesas são consideradas, em verdade, extensões territoriais, afastando qualquer autonomia que elas podiam vir a ter frente à metrópole. Economicamente, Portugal dependia das produções coloniais e fazia-se, sempre que necessário, justificar a permanência lusitana sobre suas colônias. A manutenção da política colonial associada às práticas nacionalistas e imperialistas europeias foi alvo de uma interessante investigação do historiador Mark Mazower.

Estudando o pensamento de Francis Bacon para entender a ideia imperialista nazista, Mazower afirma que “impérios ultramarinos europeus dificilmente poderiam ser considerados, eles mesmos, exemplos brilhantes da abordagem inclusiva de Bacon”,<sup>42</sup> o qual por sua vez acreditava que a função dos impérios seria integrar o mundo a um processo civilizatório. Essa era uma premissa vista como indiscutível pelo discurso estadonovista, o de ser um ente fundamental no processo de inclusão das colônias africanas, principalmente, no processo civilizatório mundial.

Entretanto, tal processo não condizia a essa realidade e, “fora da Europa, regimes de exclusão em geral haviam sido construídos durante um longo período de tempo, em sociedades em grande medida ainda rurais”,<sup>43</sup> característica essa que se aplica a boa parte das colônias lusitanas ultramarinas, conquistadas durante o período das grandes navegações, mas que mesmo assim continuavam no século XX sob domínio político e econômico de Portugal, sem esboçar qualquer desenvolvimento econômico e social autônomo. A política colonial lusitana visava, em sua essência, suprir as demandas econômicas da

---

<sup>42</sup> MAZOWER, Mark. **O império de Hitler**: a Europa sob o domínio nazista. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.44.

<sup>43</sup> Idem.



metrópole. O desenvolvimento que ocorresse seria uma consequência e não uma missão do governo português, na África ou na Ásia.

Aliás, contraditoriamente, a propaganda e as ações alimentavam um outro mito, constantemente reforçado pelo discurso político estadonovista, como sendo uma característica da população da metrópole: o “mito da ruralidade”. Essa crença estava centrada na concepção de Portugal enquanto uma nação essencialmente rural, fadada a isso e assim deveria seguir. Embora a ruralidade fosse uma realidade das colônias lusas, o mito rural fazia parte do arsenal ideológico estatal e sua função era uma tentativa de resgatar um passado de tradição camponesa, das origens do “ser lusitano”, “uma ruralidade tradicional tida como uma característica e uma virtude específica, donde se bebiam as verdadeiras qualidades da raça e onde se temperava o ser nacional”.<sup>44</sup> O mito da ruralidade ajudaria a explicar outro, o da pobreza honrada, na qual, devido ser campestre e conseqüentemente possuir, segundo Salazar, “uma vocação de pobreza”,<sup>45</sup> Portugal estava fadado a ser pobre, algo positivo, pois revelava, para António Ferro, a alma de um povo com “ausência de ambições doentias”.<sup>46</sup> Esses foram enigmas empregados no intuito de construir Portugal como uma Nação de pessoas simples que pouco necessitavam para viver e que estavam dispostos a sofrer, em troca de um país forte e renovado.

Em seguida temos o “mito da ordem corporativa”. Aliás, o corporativismo foi uma característica indelével dos regimes autoritários da primeira metade do século XX, fosse pela forma de negociação das classes organizadas, como sindicatos, ou pela representação dos interesses de grupos organizados. De certa forma, sua prática ocorria de maneira organizada tendo o Estado como mediador e fomentador das questões políticas, trabalhistas, bem como de problemas de natureza social.

O historiador António Costa Pinto lembra que o corporativismo “imprimiu uma marca indelével nas primeiras décadas do século XX, tanto como um conjunto de instituições criadas pela integração forçada de interesses organizados (principalmente sindicatos independentes) no estado, quanto como

---

<sup>44</sup> ROSAS, 2001, p. 1035.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Idem.

um tipo “orgânico-estatista” de representação política alternativa à democracia liberal”.<sup>47</sup> Na prática, as inspirações corporativistas foram utilizadas como preceitos para “os partidos conservadores, os radicais de direita e os fascistas, sem mencionar a Igreja Católica Romana e as opções de “terceira via” de segmentos das elites tecnocráticas”.<sup>48</sup>

Além do Portugal salazarista, o corporativismo foi uma forma de articulação política do Estado com os representantes de classes “da Itália, de Benito Mussolini, e a Áustria, de Engelbert Dollfuss, passando direto para os novos estados bálticos, onde criaram instituições para legitimar seus regimes”.<sup>49</sup> Inspiradas nos modelos europeus, países da América Latina e Ásia também se utilizaram do corporativismo como estratégia de manutenção da ordem estatal, “especialmente no Brasil de Getúlio Vargas e na Turquia”.<sup>50</sup>

Esse modelo então seria largamente utilizado pelo Estado Novo a partir dos discursos promovidos pelo governo. Em essência, a propaganda utilizava esse mito como uma troca: o Estado Novo garantiria as melhorias econômicas e sociais necessárias, a partir do combate ao liberalismo que assolava a Europa, e a população reconheceria a necessidade de um Estado centralizador e hierárquico para o combate à crise. Segundo Rosas, o mito da ordem corporativa

comportava, no discurso propagandístico dos ideólogos e teorizadores do regime, simultaneamente, uma certa visão infantilizadora do povo português, gente conformada, respeitadora, doce, algo irresponsável e volúvel, mutável nas suas opiniões, sonhadora, engenhosa mas pouco empreendedora, obviamente insusceptível de ser titular da soberania ou fonte das grandes decisões nacionais, necessitada, portanto, como coisa natural e naturalmente aceite, da tutela atenta mas paternal do Estado. [...] O reencontro do Estado com a solução orgânica, corporativa e antiliberal permitia, assim, revelar outra vocação da essencialidade portuguesa: uma vocação de ordem, de hierarquia e de autoridade natural.<sup>51</sup>

Por fim, a base de boa parte do discurso estadonovista propagado e amplamente difundido pelo SPN: o “mito da essência católica da identidade

---

<sup>47</sup> PINTO, António Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 30, no 52, p.17-49, jan/abr 2014. p. 18.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> ROSAS, 2001, p. 1036.

nacional”. Não seria difícil interpretá-lo. Por ele Portugal seria desde tempos imemoriais uma nação tradicionalmente católica por vocação. A formação da identidade e do Estado Nacional seria atrelada a uma alma católica, o que ficaria explícito nas falas oficiais. Para evidenciar a intencionalidade destes, Fernando Rosas faz referência a dois momentos nos quais se destacam essa vontade em incorporar uma identidade cristã à formação do Estado português.

Separando as águas quanto a este assunto, diria Gustavo Cordeiro Ramos num texto de 1936: «Sob o disfarce do laicismo fez-se uma obra criminosa, anti-social e antipatriótica de descristianização [...] A religião tem de ser considerada uma necessidade do Estado [...] A ordem nova, com os seus conceitos dominantes de autoridade e de nação, só se compreende admitindo uma ordem superior. É inaceitável sem a ideia e a prática de Deus.» Esclarecia ainda Carneiro Pacheco na sequência deste raciocínio: «Uma coisa é a separação do Estado e da Igreja que a Constituição de 1933 mantém, outra o espírito laico que é contrário à Constituição, à ordem social, à família e à própria natureza humana. Muito pior do que a treva do analfabetismo num coração puro é a instrução materialista e pagã que asfixia as melhores inclinações.»<sup>52</sup>

Fica notória a defesa da religião cristã como algo natural da sociedade e que deveria fazer parte da formação social e ética dos cidadãos portugueses. Existe aí uma relação entre tradição e identidade lusitana, formada a partir das conexões com a Igreja Católica, desde pelo menos a constituição do Estado Nacional (vide a exaltação da vitória cristã sobre os mouros na península Ibérica no século XII) até a própria índole do povo português, visto nesse caso como o verdadeiro herdeiro desse legado católico imemorial.

Desassociar, bruscamente, o Regime dos ideais católicos parecia ser uma tarefa que não interessava a Salazar tampouco à manutenção do Estado Novo português: era necessário em todo o tempo contar com o apoio da Igreja. Dessa forma, sempre que possível, Salazar expressava publicamente a defesa dos interesses e da ética cristã como um dos pilares fundadores e formadores da identidade nacional portuguesa, contando constantemente em seus atos com a presença de membros do clero.

Portanto, e finalmente, uma vocação religiosa, cristã e católica da nação portuguesa. Salazar resumiria esta axiologia ao proclamar, no célebre discurso do ano X, durante as comemorações do 10.º aniversário do «28 de Maio», em Braga, as «verdades indiscutíveis»

---

<sup>52</sup> ROSAS, Fernando. Idem.

da revolução nacional. «Não discutimos», dirá ele, «Deus e a virtude», não discutimos a «Pátria e a sua História», não discutimos a «Autoridade e o seu prestígio», «a Família e a sua moral», «o trabalho e o seu dever».

A anuência da Igreja Católica assim como a participação de muitos dos seus membros na estrutura do Estado Novo, foram fundamentais para justificar e dar legitimidade ao modelo político adotado por Salazar para Portugal. No início dos anos de 1930, as relações entre a Igreja e Salazar não estavam totalmente em sintonia devido à dissolução do Partido do Centro Católico após se consolidar o Estado Novo. Entretanto, já em fins dessa mesma década, ambos, Igreja e Estado Novo, atingiram seu momento áureo, o que foi extremamente fortalecido a partir de 1940. Não à toa, a Igreja ocupou um papel fundamental, marcante durante os festejos da *Exposição do Mundo Português*.

A união era sempre reforçada em eventos públicos, de grande apelo popular e de impacto visual. As autoridades estatais e eclesiásticas passaram a dividir, frequentemente, os flashes e as posições centrais durante as aparições públicas. António Costa Pinto lembra que justamente em 1940,

a concordata veio coroar esse compromisso entre Igreja e Regime, regulamentando o que a prática de colaboração estreita já vinha fazendo. O último ponto da legislação republicana a ser abolido com a concordata foi o divórcio, doravante proibido para casamentos religiosos. Pouco tempo depois uma revisão da constituição incluía já a religião católica como ‘religião da nação portuguesa’.<sup>53</sup>

Postos em prática, os mitos do Estado Novo, dariam, como afirmaria Salazar, “a possibilidade de se reconstruir (...) e recuperar (...) o seu ascendente da formação da alma portuguesa”, e a Igreja, como afirmou Pio XII, apontou o exemplo português como modelar, onde “o Senhor deu à nação um chefe de governo exemplar”.<sup>54</sup> Operava-se assim, a simbiose entre os mitos até aqui discutidos, que amplamente reforçaram a união entre as concepções de identidade, estado, nacionalismo e catolicismo. Os discursos proferidos em

---

<sup>53</sup> PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomares; PINTO, António Costa. **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Cap. 1, p. 36.

<sup>54</sup> Apud. PINTO, 2007, p. 36.

âmbito político e/ou propagandístico passaram a operar fortemente na exploração dessa união como o cerne da cultura lusitana.

No decorrer do Congresso do Mundo Português esses elementos míticos apareceram constantemente nos mais diferentes formatos, sejam eles visuais, escritos, enfim, nas suas mais variadas configurações. Vale salientar que todos estavam em sintonia com o propósito de legitimar as ações do Estado Novo, algo pensado politicamente e orquestrado de cima para baixo, em um movimento vertical que visava alcançar as esferas sociais, mas que foi construído de forma estritamente política e posto em prática a partir de uma *Nota Oficiosa* escrita pelo presidente do Conselho, costurando os acordos, os alvos e os objetivos das cerimônias nas quais o Congresso deveria estabelecer suas bases.

O ano de 1940, além de coincidir com efemérides marcantes da identidade tradicional lusitana, marcava um momento de forte apelo pelo Estado Novo por parte da população, algo que à vista do SPN deveria ser explorado de forma ampla e exaustiva. Sobre a ocasião dos eventos, Júlio Dantas, enquanto presidente *da Comissão dos Centenários* e um dos mais assíduos colaboradores da Exposição, afirmou categoricamente em nome da *Comissão dos Centenários*: “Não nos limitaremos a contribuir para o êxito oficial das comemorações de 1940; vamos procurar, quanto em nós caiba, assegurar a unidade da sua expressão nacional”.<sup>55</sup> Em outras palavras, Júlio Dantas deixava clara a intenção de fazer valer na prática aquilo que foi traçado em 1938, a partir das diretrizes de Salazar.

## **1.2. A *Nota Oficiosa* de 1938 e as diretrizes políticas para a Exposição de 1940**

No ensejo de estabelecer uma comunicação junto à população, dirigir ordenamentos para ministérios ou demais expedientes, a Presidência do Conselho emitia despachos por meio das chamadas *Notas Oficiais*. Esses documentos traziam a posição oficial de Salazar acerca de alguma demanda de caráter interno ou externo. Em março de 1938, Salazar divulgou uma *Nota*

---

<sup>55</sup> DANTAS, Júlio. A Revista dos Centenários. **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 1, p.2, 31 jan. 1939. Mensal.

*Oficiosa* que tinha como foco orientar todos os setores que compunham o Governo, numa mobilização total em torno de um evento nacional de proporções nunca antes vista no país.

A extensa *Nota Oficiosa* é composta por treze pontos, traçando metas, objetivos, público-alvo, interesses diplomáticos, políticos, internos e externos. Vários pontos desse documento serão analisados no decorrer desse trabalho. Por ora, é importante focar na intencionalidade propagandística do documento, ou seja, as intenções do regime em construir sua imagem perante o público português, bem como as estratégias e os direcionamentos políticos para essas ações.

Inicialmente, a *Nota Oficiosa* traz no seu corpo dois pontos, visando a justificativa histórica para a organização dos festejos de 1940. Já tratadas nesse capítulo, Salazar lembra nas primeiras linhas do documento o fato de:

No ano que vem - 1939 – pode dizer-se que faz oitocentos anos Portugal, contada sua independência desde que D. Afonso Henriques se proclamou rei pela primeira vez. Em 1940 passa por seu turno o terceiro centenário da reafirmação [...]. Entendeu-se que seria bem celebrar solenemente nos dois próximos anos as referidas datas, fundidas no mesmo significado de independência nacional e constituindo, portanto, um ciclo único de comemorações.<sup>56</sup>

O uso de cerimônias históricas, tal qual aparece na *Nota Oficiosa*, faz lembrar a concepção de “história monumental” proposta por Nietzsche em seu *II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida*. Nesse texto clássico, Nietzsche lembra a dupla finalidade da história monumental: recordar momentos gloriosos e justificar o presente por meio de feitos heroicos. De uma ou de outra forma, a intenção desse tipo de narrativa é sempre a mesma, a de justificar os atos do presente a partir de um passado, muitas vezes imemorial e longínquo. Segundo Nietzsche,

Acreditar que os grandes momentos das lutas dos indivíduos formam uma cadeia contínua, que eles ligam ao longo de milênios os píncaros da humanidade, que o apogeu deste instante já há muito tempo terminado está diante dos seus olhos ainda vivo, grandioso e luminoso

---

<sup>56</sup> PORTUGAL. Antonio Oliveira Salazar. Presidência do Conselho. Independência de Portugal: (*Nota Oficiosa* da Presidência do Conselho). **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 1, 31 jan. 1939. Mensal. p. 2.

- esta é a ideia fundamental da fé na humanidade que exprime na exigência de uma história *monumental*.<sup>57</sup>

A construção dessa história monumental é pensada propositadamente na *Nota Oficiosa*. Nela, Salazar incorpora a ideia de um passado glorioso, no qual “ter oito séculos de idade é caso raro ou único na Europa e em todo o Mundo, sobretudo se para a definição da identidade política se exigir o mesmo povo, a mesma Nação, o mesmo Estado”,<sup>58</sup> com um presente no qual o povo português precisa de “um tônico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos da sua História, que foram simultaneamente oito séculos da História do Mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência”.<sup>59</sup>

Constituída de uma retórica apologética, a *Nota Oficiosa* evidencia seu caráter propagandístico bem como trata de justificar as ações de Salazar, com base em uma história monumental. Tenta-se com isso criar uma relação de identidade lusitana baseada na concepção de uma nacionalidade centenária e inabalável, capaz de resistir mesmo aos tormentos liberais da República, tal qual se resistiu aos mouros e aos “invasores” espanhóis. A manutenção desse sentimento nacionalista estaria garantida com um tônico de alegria e confiança promovido pelo regime regenerador, um Estado Novo empenhado em recuperar e fortalecer o sentimento patriótico do povo português.

O feito tendencioso, promocional – o qual foi referido anteriormente –, é bastante claro na *Nota Oficiosa*. Para Salazar, as obras e as ações que seriam postas em prática para a realização do Congresso do Mundo Português, levariam “os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo da sua atividade, com o intuito de afirmar a capacidade realizadora de Portugal, os seus serviços à civilização e o contraste entre os nossos recursos sempre diminutos e os resultados obtidos tantas vezes admiráveis”.<sup>60</sup> Como se percebe, o evento tinha como um dos objetivos criar um clima positivo dentro do país, gerando possibilidades que demonstrassem uma imagem de um Novo Portugal, de um

---

<sup>57</sup> NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: \_\_\_\_\_. **Escritos sobre história**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 84.

<sup>58</sup> PORTUGAL. Antonio Oliveira Salazar. Idem.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> PORTUGAL. Antonio Oliveira Salazar. Ibid. p. 3.

Estado Novo, capaz de com diminutos recursos manter a tradição nacional e empreendedora do passado lusitano.

Aliado ao interesse de comoção interna, o Congresso do Mundo Português demonstraria para a comunidade internacional que Portugal ainda merecia um lugar de destaque no cenário mundial. O evento, nesse caso, deveria exhibir, “com a clareza da evidência aos nossos próprios olhos e aos olhos de estranhos que Portugal, Nação Civilizadora, não findou e continua, pelo contrário, a sua alta missão no Mundo”.<sup>61</sup> Era imperativa a intenção do Estado Novo em marcar presença no cenário europeu e mundial (como devidamente será tratado no Segundo Capítulo), no contexto político das décadas de 1930 e 1940.

Mesmo com o aumento industrial iniciado na década de 1840, Portugal continuava a ser um país com baixa participação no mercado mundial e de discreta atuação na economia europeia, o que ocorrera pelo fato de Portugal permanecer como “um país predominantemente agrícola até meados do século XX. Compreende-se que fosse ainda possível ao Estado Novo, até à Segunda Guerra Mundial, defender como modelo o equilíbrio entre interesses agrários e industriais”.<sup>62</sup>

A necessidade de demonstrar ao mundo um “novo Portugal” incorporava-se como um dos objetivos do Congresso do Mundo Português e em seu texto, Salazar faz o convite para que as nações do mundo se unam a Portugal durante seus festejos. A nota traz um ponto específico para o Brasil, dando ênfase à necessidade de participação desse país nas comemorações e que mais à frente terá a devida análise. Por ora, com relação aos demais países, a nota afirmava:

Não é preciso dizer que os centenários, como grande festa da família, não interessam só à capital, a província, as ilhas, todos os domínios têm de participar nela. E não só nós. Tratando-se de acontecimento invulgar, não é ambiciosa a esperança de que países estrangeiros queiram ter a gentileza de se associar às comemorações festivas pelas muitas formas por que pode render-se homenagem a uma velha nação civilizadora ou cooperar-se no brilhantismo de uma solenidade.<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. Diversidade e crescimento industrial. In: TENGARRINHA, José; MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC, 2000. Cap. 12. p. 233.

<sup>63</sup> PORTUGAL. Antonio Oliveira Salazar. Ibid. p. 3.



À primeira vista, embora a participação estrangeira apareça como uma pretensão menos relevante, em tese, o propósito de se criar um ambiente que Portugal seja apresentado ao mundo como uma nova civilização era evidente. Ao esperar a visita de estrangeiros durante os meses de comemorações, o Governo ambicionava construir um meio propício para reverter a imagem de um Portugal atrasado em um país próspero e com infraestrutura modernizada. As obras públicas seriam, portanto, justificadas para o recebimento das delegações estrangeiras, mas ficariam como um legado deixado para a população lisboeta e de demais regiões. Dizia a *Nota Oficial*:

[...] não há dúvida de que tais solenidades terão – nós desejamos que tenham – repercussão internacional. Por dever, por curiosidade, por interesse, muitos estrangeiros visitarão Portugal [...] há um mundo de coisas, pequenas umas, outras grandes, que têm aqui lugar: o melhoramento das estações ferroviárias fronteiriças, a construção de uma estação marítima, pelo menos, no porto de Lisboa; o aeródromo da Portela de Sacavém; algumas, se não todas, as estradas de acesso imediato à capital, com o qual se completariam ou arredondariam passeios de grande comodidade e beleza [...].<sup>64</sup>

Como se percebe, havia uma grande ansiedade pela criação de um ambiente positivo para a gestão governamental do país. Poderia até haver a intenção de uma repercussão da Exposição como previa a Nota, mas, a Segunda Guerra Mundial, em 1939, ofuscou sobremaneira qualquer intenção de divulgação ou mesmo participação em massa de estrangeiros nos eventos. Em momento de agitação política, militar e social, a Europa não possuía qualquer clima para festejos nem movimento em massa de pessoas entre as fronteiras dos países, em direção a Lisboa, buscando cobrir os festejos.

Amparado sobre as imagens “das figuras centrais daqueles dois grandes factos históricos – D. Afonso Henriques e D. João IV –”,<sup>65</sup> o departamento propagandístico estadonovista centralizaria a noção de que Salazar era a continuidade (devidamente revestido de um aparato acadêmico e modernizante) desses grandes heróis lusitanos. No entanto, ao finalizar a *Nota Oficial*,

---

<sup>64</sup> PORTUGAL. Antonio Oliveira Salazar. Ibid. p. 4.

<sup>65</sup> Idem.

Salazar demonstra uma inquietude referente a um certo espírito de tristeza e maldade que ainda pairava sobre a população portuguesa, ao afirmar:

E vamos ver se, dominados por tão alta e bela ideia, não expulsaremos de nós o espírito da tristeza e do mal, a fim de nos prepararmos para festejar [sic] condignamente – o que raros poderão fazer – oito séculos de independência, que quer dizer, de vida livre e de trabalho intenso, em grande parte desinteressado e a favor dos outros povos da terra.<sup>66</sup>

Não por acaso, a fim de combater esse clima de desconfiança, a organização dos festejos deveria ficar a cargo de uma divisão capaz de promover, de divulgar, as ações governamentais a partir de um conjunto de medidas propagandísticas a qual dependia invariavelmente de um departamento para se desenvolver e voltar a ser reconhecida pela comunidade mundial. Mesmo com a Guerra em andamento, muitos números da *Revista dos Centenários* traziam, ao seu final, um apanhado de como estavam sendo difundidas as notícias pelo mundo, a respeito da Exposição. Quase sempre eram notas pequenas vindas em coluna intitulada “Notas Várias” (ou mesmo soltas, sem vinculação a nenhuma base), na qual se reproduzia, na íntegra, notícias saídas em periódicos internacionais, principalmente dos brasileiros sediados no Rio de Janeiro.

Fazia-se necessário construir e reforçar durante as festividades a ideia de infalibilidade do líder nacional, fundamental numa sociedade que necessitava o retorno de uma organização hierárquica para recuperar a nação do período liberal pelo qual passara o país pouco antes. Para cumprir esse desígnio, coube ao Secretariado da Propaganda (SPN), sob a liderança do Ministro da Propaganda, António Ferro, os preparativos para o que viria a se imortalizar na memória lusitana como a “Comemoração do Duplo Centenário” ou “Exposição do Mundo Português”.

Por si só, a escolha do SPN e de Ferro, como liderança central da “Comissão dos Centenários”, denota a intenção propagandística que o evento deveria ter. Caberia a Ferro efetivar os desígnios traçados por Salazar na *Nota Oficiosa* de março de 1938, a partir da formação de um grupo de letrados e

---

<sup>66</sup> PORTUGAL. Antonio Oliveira Salazar. Ibid. p. 7.

homens de ação que atuavam nas mais diversas frentes durante os anos de 1938 e 1940.

### 1.3. António Ferro e a operacionalização dos espetáculos

O pesquisador Goffredo Adinolfi escreve um artigo muito sugestivo, fortuito e um tanto quanto instigante sobre as relações estabelecidas entre António Ferro e Oliveira Salazar. Na última parte da sua análise, focada principalmente antes de Ferro assumir suas atividades junto ao SPN (unidade que o próprio sugeriu e ele mesmo fundou e dirigiu entre 1933 e 1949), Goffredo Adinolfi faz uma análise *sui generis* acerca das relações que se estabelecem entre os homens das letras e os homens da política. No caso específico do Estado Novo, é muito curioso como o pesquisador se debruça sobre a aproximação entre Ferro e Salazar, mais especificamente a maneira como Ferro envolve Salazar no seu discurso, baseado amplamente no conceito de “necessidade”, ou de como o intelectual era fundamental para a incorporação de regimes políticos, principalmente, no quesito visibilidade, propaganda, discurso e aproximação sentimental entre governantes e governados.

No *Diário de Notícias*, periódico português no qual publicou intensamente, o jornalista e escritor António Ferro afirmava que:

se a natureza do chefe é avessa a certos contatos, se é preferível, talvez não a contrariar para não a quebrar na sua fecunda inteireza, que se encarregue alguém, ou alguns de cuidar da encenação necessárias das festas do ideal, dessas entrevistas indis-

ensáveis, nas ditaduras, entre a multidão e os governantes.<sup>67</sup>

A fala de Ferro é sintomática. Ao se dirigir a Salazar, o jornalista busca estabelecer um papel para os letrados na configuração burocrática do Estado Novo, o qual deveria dedicar um espaço exclusivo para que artistas e intelectuais promovessem a aproximação entre a estrutura estatal e o cotidiano das pessoas

---

<sup>67</sup> FERRO, António. Salazar. *Apud.* ADINOLFI, Goffredo. António Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomares; PINTO, António Costa. **O corporativismo em português: estado, política, e sociedade no salazarismo e no varguismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Cap. 4, p. 123.

mais simples, do trabalhador, das mulheres, dos colonos, da população menos abastada. Goffredo Adinolfi demonstra em seu texto a intencionalidade de Ferro com esse movimento, na busca do convencimento de Salazar acerca do papel dos letrados junto à estrutura estatal.

Com isso, “Ferro afirmava, então, ser essencial a prática de uma propaganda intensa, no sentido de criar uma relação simbiótica entre o ditador e o seu povo. Se por um lado, estas são palavras arriscadas, por outro lado, Ferro considerava-se o colaborador certo para exaltar o espírito do Estado Novo”<sup>68</sup>. Todo o esforço do então jornalista foi recompensado em setembro de 1933, quando Salazar deu a ele a incumbência de organizar, ao seu modo, o Secretariado da Propaganda Nacional – SPN, coroando o momento áureo da carreira de António Ferro frente a um dos mais influentes postos da estrutura estatal portuguesa.

Em verdade, Ferro aplicou em Portugal uma prática que há tempos já vinha sendo adotada em outros regimes europeus: a propaganda de massa. Como se sabe o uso da publicidade, como ferramenta de dominação das massas, foi amplamente realizada a partir da década de 1930, principalmente através de países com ideais totalitários, como Alemanha e União Soviética. No caso específico de Portugal, Ferro sempre se mostrou atento às técnicas empregadas por esses regimes, que exigiam forte apelo popular e um alto grau de persuasão. Embora haja inspiração na propaganda dos movimentos totalitários, como o alemão e o italiano, o Regime salazarista não pode ser considerado como tal.

Levando em consideração apenas os aspectos propagandísticos, Hannah Arendt, em seu *Origens do Totalitarismo*, dedica algumas páginas a tratar do tema, com bastante ênfase, a fim de demonstrar a força de atuação e o nível de organização da propaganda política autoritária. Talvez, um dos aspectos mais relevantes desse tipo de publicidade, que explique sua tamanha repercussão entre países que tomaram seus ensinamentos, tenha sido o uso da cientificidade como mecanismo de convencimento, por isso o envolvimento

---

<sup>68</sup> ADINOLFI, Goffredo. António Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomares; PINTO, António Costa. **O corporativismo em português: estado, política, e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Cap. 4, p. 123-124.

demasiado de intelectuais, cientistas, artistas e eruditos, de uma forma geral, aos ideais autoritários e totalitários. Segundo Hannah Arendt,

a propaganda totalitária aperfeiçoou o cientificismo ideológico e a técnica de afirmações proféticas a um ponto antes ignorado de eficiência metódica e absurdo de conteúdo porque, do ponto de vista demagógico, a melhor maneira de evitar discussão é tornar o argumento independente de verificação no presente e afirmar que só o futuro lhe revelará os méritos.<sup>69</sup>

Em Portugal, assim como no Brasil, por exemplo, esse cientificismo ideológico esteve atrelado à produção de um discurso legitimador promovido por homens das letras mais do que por cientistas laboratoriais. Inundado por bacharéis *coimbrãs*, ambos os países possuíam hábeis e comprometidos letrados, prontos a trabalhar por seus líderes, que passaram a lhes dar um lugar de destaque na estrutura estatal. Mais especificamente em Portugal, a aproximação entre Salazar e Ferro ocorreu por uma série de iniciativas do segundo, buscando persuadir constantemente Salazar acerca da importância de uma estrutura propagandística no seio do Estado Novo.

No jornal *Diário de Notícias*, em 31 de outubro de 1932, quase um ano antes da fundação do SPN, “Ferro sustenta no seu artigo como era fundamental para o regime enquadrar as massas consideradas incapazes de governar a si próprias, e nesse contexto cita Mussolini”.<sup>70</sup> Ferro estava incomodado com o distanciamento entre Salazar e a população, algo que só se estabeleceria com a instituição de um responsável por promover “além das grandes manifestações, era necessário introduzir novos símbolos, datas comemorativas... Em suma, criar uma nova liturgia do Estado Novo”.<sup>71</sup>

É nítida a inspiração fascista, de cunho nacionalista, pretendida por Ferro. As inspirações em Mussolini e nas práticas desenvolvidas por Goebbels, na Alemanha nazista, foram amplamente adotadas por estruturas propagandistas de cunho autoritário, as quais tinham como um dos seus objetivos fundamentais a “infinita infalibilidade” dos seus líderes. Nesse cenário,

---

<sup>69</sup> ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 394.

<sup>70</sup> ADINOLFI, 2007, p. 122.

<sup>71</sup> ADINOLFI, 2007, p. 123.

“a pressuposição da infalibilidade baseia-se não tanto na inteligência superior quanto na correta interpretação de forças históricas ou naturais essencialmente seguras, forças que nem a derrota nem a ruína podem invalidar por que, a longo prazo, tendem a prevalecer”.<sup>72</sup>

É essa posição que Ferro pretendia assumir, de articulador entre massa e ditador, algo que segundo o próprio jornalista, não era da natureza de Salazar, sempre visto como homem eficiente, escolhido para resolver os problemas de Portugal, mas sem qualquer habilidade no trato como o povo. No mesmo *Diário de Notícias*, Ferro afirmava categoricamente sua posição com relação à falta do elemento propagandístico na organização do Estado Novo e o quanto isso era prejudicial ao Regime e seu líder:

Se a natureza do chefe é avessa a certos contactos, se é preferível, talvez não há a contrariar para não a quebrar na sua fecunda inteireza, que se encarregue alguém, ou alguns de cuidar da encenação necessária das festas do ideal, dessas entrevistas indispensáveis, nas ditaduras, entre a multidão e os governantes.<sup>73</sup>

Assim foi feito. A partir de setembro de 1933, o SPN passou a funcionar a pleno vapor no intuito de elaborar imagens idealizadas do Estado Novo, trabalhando a infalibilidade do seu líder em espetacularizar atos, mesmo irrelevantes, promovidos pelo governo. Ademais, passaria ao crivo de Ferro e do SPN a censura e o controle dos meios culturais, bem como da produção acadêmica, num exercício claro de controle dos meios de informação. Entretanto, não entraremos em discussão acerca das questões de censura, visto essa ser uma seara complexa e muito específica, de regime para regime.

Sobre tal complexidade, Robert Darnton lembra quão necessário é aprofundar-se na compreensão específica de um tipo de censura para entender seu funcionamento dentro de um dado regime político ou policialesco, visto, por exemplo, “uma pessoa chamada de censor pode se comportar conforme as regras de um jogo que são incompatíveis com aquelas seguidas por outra pessoa, considerada um censor em outro sistema. Os jogos entre si são

---

<sup>72</sup> ARENDT, 2006, p. 398.

<sup>73</sup> Apud. ADINOLFI, 2007, p. 123.

diferentes”.<sup>74</sup> Por ora, vale constar apenas que a prática da censura pelo SPN de Ferro foi um exercício tanto quanto a propaganda e que, muitas vezes, atuaram em conformidade, em situações que envolviam quase sempre a imprensa e organismos literários.

No concernente à propaganda, alvo desse estudo, a partir de abril de 1933, portanto anterior à entrada de Ferro na administração estadonovista, a Constituição portuguesa desse mesmo ano já previa uma atuação junto à “opinião pública” de caráter interventora, operando com caráter impositivo. O “TÍTULO VI: DA OPINIÃO PÚBLICA”, trazia nos artigos 20 e 21 a seguinte redação:

Artigo 20º

A opinião pública é elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defende-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum.

Artigo 21º

A imprensa exerce uma função de caráter público, por virtude da qual não poderá recusar, em assuntos de interesse nacional, a inserção de notas oficiosas de dimensões comuns que lhe sejam enviadas pelo Governo.<sup>75</sup>

A leitura do fragmento nos faz atentar para a utilização da palavra “verdade” adotada na redação do Artigo 20. Diante disso, nos indagarmos imediatamente sobre o que vem a ser o termo “verdade” na concepção estadonovista. É evidente que o emprego da palavra se refere àqueles que visassem contestar os documentos e/ou representantes oficiais, principalmente no que diz respeito à realidade portuguesa, a partir da década de 1930. Nessa perspectiva, a Constituição é firme ao demonstrar a intrínseca relação entre a imprensa (um dos mais importantes veículos na produção da opinião pública e devidamente pontuada no Artigo 21) e a construção da verdade no contexto do Estado Novo.

---

<sup>74</sup> DARNTON, Robert. **Censores em ação**: como os estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 10.

<sup>75</sup> PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. Portugal, 1933. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

A censura e o controle dos meios de informação foram práticas constantes no período salazarista, tornando-se mais intensas após a criação do SPN e a ascensão de Ferro, enquanto diretor dessa repartição. Assim, para o bom funcionamento dos artigos supracitados, a atuação do SPN foi fundamental, comandada por um amplo controle burocrático estatal, coibindo e atuando fortemente na produção do discurso produzido sobre o Estado Novo e a figura de Salazar. A historiadora Heloisa Paulo, ao analisar a relação entre a fundação do SPN e o definido pelos Artigos 20 e 21 da Constituição de 1933, afirma que

Essa acção de controle e de defesa da “opinião pública” cabe, conseqüentemente, ao Estado que deve defender o “povo”, enquanto agente social, dos “factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum”. Cabe ao Estado, enfim, a proteção do espírito, a prática de uma “Política do Espírito”. Para tal fim, o decreto lei nº 23.054 de 25 de Setembro de 1933, cria o Secretariado de Propaganda Nacional, cuja função é a de “integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação”, ou ainda, mais diretamente, de divulgar o “espírito de unidade que preside à obra realizada e a realizar pelo Estado Novo”.<sup>76</sup>

Dentro desse panorama e visando coroar o momento áureo da gestão salazarista, coube ao SPN, comandado sob a égide de António Ferro, os preparativos e a ordenação do evento que deveria ser realizado entre os meses de junho e dezembro de 1940. A organização para a *Exposição do Mundo Português* surgiu em 1938, ao ser confirmada através da *Nota Oficiosa*, distribuída pelo Presidente do Conselho, Antonio Oliveira Salazar, na qual defendia a importância estratégica de tal evento para Portugal. Durante pelo menos fins da década de 1930 e toda década de 1940, existiu uma forte iniciativa do governo português em promover um furor nacionalista no país (em constante sintonia com os mitos elencados por Fernando Rosas).

Nessa empreitada, Salazar, bem como António Ferro se esforçaram – principalmente a partir das iniciativas propagandísticas do SPN – na construção de representações grandiloquentes, nas quais se parte do princípio de que “o patriotismo exaltado pelo regime e os valores do nacionalismo, aos quais se encontram subordinadas as liberdades individuais, só são justificáveis em

---

<sup>76</sup> PAULO, Heloísa. **Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP**. Coimbra: Minerva, 1994. p. 73.



relação a uma pátria grandiosa.”<sup>77</sup> Logo, ao relacionar as observações de Patrícia Vieira às concepções míticas do nacionalismo estadonovistas elencadas por Fernando Rosas, entende-se a preocupação constante das autoridades na divulgação da imagem de uma nação forte e grandiosa, visando a legitimação das ações hierárquicas impostas pelo Estado Novo, frente à população portuguesa.

Na referida *Nota Oficiosa*, Salazar exalta a tradição do “Estado” português e, segundo afirmara, o *Congresso do Mundo Português* deveria ser uma solenidade que exaltasse o estado português e o “reapresentasse” ao mundo, como unidade nacional que ao contrário de vários outros,

viu nascer muitos [Estados], juntarem-se ou desmembrarem-se alguns, desaparecerem uns tantos. A todos sobreviveu e não no apagamento do olvido, mas realizando através dos séculos da sua existência uma das obras mais vastas e valiosas para o patrimônio coletivo da humanidade de que algum povo poderá ufanar. Isto é, não durou, porque se furtou a viver; durou porque precisamente viveu – a vida intensado soldado, do trabalhador da terra, do explorador do mar, do descobridor, do missionário, do portador duma doutrina e duma civilização.<sup>78</sup>

Essa preocupação de mostrar um Portugal vivo e pulsante, que mesmo com seus “recursos diminutos”, ainda se apresentava como uma nação tradicionalmente forte, foi o mote utilizado como objetivo e justificativa para os grandiosos festejos que deveriam compor a *Exposição do Mundo Português*. A escolha de 1940 marcava o período áureo da propaganda oficial promovida pelo SPN, bem como, um tempo de estabilidade do Estado Novo (a crise ventilada pela propaganda se referia à Europa “assolada pelo liberalismo”). A escolha do ano, atrelada a 1140 e 1640, foi visto como ideal, um momento de unir a força da publicidade com a tradição nacionalista. Fernando Rosas, lembra dos festejos de 1940 como o momento luminoso do SPN, onde,

A Exposição do Mundo Português, realizada em 1940 no âmbito das comemorações centenárias (1140, fundação da Nacionalidade, e 1640, a Restauração), é como que o símbolo emblemático do período áureo do regime e da propaganda. A guerra e o pós-guerra teriam

---

<sup>77</sup> VIEIRA, 2010, p. 130.

<sup>78</sup> PORTUGAL. Antonio Oliveira Salazar. Presidência do Conselho. Independência de Portugal: (nota oficiosa da Presidência do Conselho). **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 1, p.2-7, 31 jan. 1939. Mensal.

consigo a primeira crise séria do salazarismo e o início das suas dificuldades de adaptação aos novos ventos da História. (ROSAS, 1998, p. 262)

Esse momento áureo seria fortemente abalado pela negatização dos organismos de propaganda durante a Segunda Guerra Mundial, quase sempre associados à máquina publicitária nazista de Joseph Goebbels. Assim, o SPN, transformado em 1944 em Secretariado Nacional da Informação (SNI), bem como, António Ferro, seriam definitivamente afastados das fileiras do Estado Novo em 1949, após prestarem grande auxílio na positização da imagem de Salazar e cooperado com a ideologia estadonovista durante dezesseis anos ininterruptos.

Dentro dessa lógica, a organização das comemorações de 1940 foi destinada a dois públicos especificamente: “primeiro, dar ao povo português um tônico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos da sua História que foram simultaneamente oito séculos de História do Mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência”,<sup>79</sup> uma ação de clara propaganda interna visando o enaltecimento do sentimento nacionalista, apoiada na defesa do Estado Novo salazarista. Em segundo lugar, o Congresso objetivava construir uma representação do Estado Novo português para o Mundo, a partir especialmente da Exposição montada em frente ao mosteiro dos Jerônimos, em Belém.

Para a ocasião da análise empreendida aqui, o conceito de representação a ser utilizado é o mesmo defendido pelo historiador Roger Chartier. Isso porque sua interpretação ajuda compreender a relação entre os indivíduos e o momento histórico vivido, sendo assim, “essa noção [da ideia de representação] permite vincular estreitamente as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais”.<sup>80</sup> Dentro desse contexto, as representações não podem ser interpretadas como discursos sem significados,

as representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia

---

<sup>79</sup> Idem. Notar que a *Nota Oficial* está de acordo com o documento interno do SPN. Ver nota 6, p. 7.

<sup>80</sup> CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 49.

própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente o que dizem que é. Nesse sentido, *produzem* as brechas que rompem às sociedades e as incorporam nos indivíduos. Conduzir a história da cultura escrita dando-lhe como pedra fundamental a história das representações e, pois, vincular o poder dos escritos ao das imagens que permitem lê-los, escutá-los ou vê-los, com as categorias mentais, socialmente diferenciadas, e são as matrizes das classificações e dos julgamentos".<sup>81</sup>

Nos primeiros anos do seu governo, Salazar obteve significativos elogios, sobretudo no referente à sua política econômica, a ponto de merecer importante atenção quanto às suas atividades nas finanças públicas no periódico londrino *The Times*.<sup>82</sup> Ainda em progresso, a elaboração de uma imagem positiva de Portugal se fazia necessário, sendo essa uma das funções da Exposição, que deveria:

afirmar a capacidade realizadora de Portugal, os seus serviços à civilização, e o contraste entre os nossos recursos sempre diminutos e os resultados obtidos tantas vezes admirados. Por um e por outro modo demonstraríamos com a clareza da evidência aos nossos próprios olhos e aos olhos de estranhos que Portugal, Nação civilizadora, não findou e continua, pelo contrário, a sua alta missão no Mundo.<sup>83</sup>

Evidencia-se, dessa forma, uma estratégia de continuidade no processo de positivação da imagem do Governo, iniciada no começo da década de 1930, com a fundação do SPN e outros organismos que desde o princípio investiram na solidificação da Presidência do Conselho, com Salazar à sua frente.<sup>84</sup>

---

<sup>81</sup> Idem, p. 51-52.

<sup>82</sup> A preocupação com o reconhecimento externo vem desde a época em que Salazar foi Ministro das Finanças. No caso específico, aos primeiros movimentos de Salazar nesse sentido, ainda na primeira metade da década de trinta, o historiador e biógrafo Filipe Meneses faz uma breve, mas interessante análise sobre a política financeira desse período. Para isso, ver: MENESES, 2011, p. 82.

<sup>83</sup> PORTUGAL. Antonio Oliveira Salazar. Presidência do Conselho. Independência de Portugal: (nota oficiosa da Presidência do Conselho). **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 1, p.2-7, 31 jan. 1939. Mensal.

<sup>84</sup> O historiador Fernando Rosas lembra que mesmo após o plebiscito de 19 de março de 1933 e a publicação da nova constituição que deu poderes a Salazar, em 11 de abril de 1933, foram tomadas algumas medidas político-legislativas para reforçar as novas mudanças possibilitadas pelo plebiscito. Em seu complemento são promovidos: "a reorganização da censura prévia (11 de abril de 1933), a criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, a PVDE (a 29 de agosto), a legislação básica da organização cooperativa (a 23 de setembro) e a criação do Secretariado de Propaganda Nacional, o SPN (25 de setembro)" (ROSAS, In. MATTOSO, 1998, p. 187).

Afirmar que esse foi um evento pensado politicamente parece algo inquestionável, visto a natureza dos sujeitos envolvidos nas organizações do Congresso de 1940, sendo muitos membros vinculados diretamente ao Estado Novo salazarista – António Ferro, diretor do SPN e Júlio Dantas, entusiasta do Estado Novo, (que veio se tornar embaixador de Portugal no Brasil, entre 1941 e 1949, devido aos bons serviços enquanto “Presidente da Comissão Geral dos Centenários”) foram exemplos de nomes influentes na articulação entre letrados e Estado.

Com base nas fontes analisadas, percebe-se que esta foi uma ocasião na qual se visualiza claramente a operacionalização prática de uma política cultural. Essa hipótese é sustentada e comprovada quando da verificação da documentação produzida, organizada e oficializada pela “Comissão dos Centenários” antes, durante e depois da Exposição de 1940.

Nela, observa-se um ordenamento político das práticas e dos discursos que envolviam a organização da *Exposição Mundo Português*, objetivando a criação de uma representação acerca do que foi e do que era, especialmente a partir da década de 1930, o Estado nacionalista-colonial português.

Na concepção dos ideólogos do Estado Novo, o cerne de um Estado nacionalista-colonial estava associado a um conceito de tradição, bem como uma defesa da concepção de Estado hierarquizado, centralizado, voltado para as questões internas do país. Segundo António Costa Pinto, o "salazarismo não afrontou a ordem internacional",<sup>85</sup> inclusive mantendo-se a par das questões relacionadas à Segunda Guerra Mundial, momento em que "todo esforço do salazarismo se concentrou na neutralidade e na continuidade do seu sistema de alianças".<sup>86</sup>

Não foi objetivo do Estado Novo, pelo menos nas suas duas primeiras décadas de vivência, se envolver internacionalmente em alianças que comprometessem o programa político interno de Salazar (um empreendimento de enaltecimento dos valores tradicionais e conservadores da população), um

---

<sup>85</sup> PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomares; PINTO, António Costa. **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Cap. 1, p. 27.

<sup>86</sup> Idem.

projeto nacionalista voltado para as demandas econômicas e políticas internas, além da defesa do Estado centralizado. A preocupação da política externa lusitana estava, portanto, relacionada praticamente para a manutenção das suas colônias, vistas como fontes de renda fundamentais na continuidade do projeto estadonovista em andamento.

Dimensão central do nacionalismo do "Estado Novo", a sobrevivência nas colônias foi a variável mais importante da política externa da ditadura. À medida que a cena internacional se tornou progressivamente desfavorável, o colonialismo transformou-se "gradualmente na quinta-essência do regime", e "substituiu-se ao corporativismo" no núcleo ideológico Central do "Estado Novo".<sup>87</sup>

Desde o início da década de 1930, a concepção nacionalista foi recorrente nos discursos de Salazar. Na sua célebre entrevista a António Ferro, publicada em 1933, sob o título *Salazar: o homem e sua obra*, o Presidente do Conselho defendia que um Estado Nacionalista, centralizado, era condição indispensável para a formação de um Estado "apartidário", o que inclusive justificava a ação do Exército na tomada do poder em 1926 e a preservação da aliança entre a o Regime ditatorial do Estado Novo e as forças armadas de Portugal (união celebrada com a incorporação de Oscar Carmona da estrutura do Regime como Presidente da República Portuguesa).

A origem militar da Ditadura portuguesa há-de dar sempre à nossa revolução uma característica especial. Aqui não foi um partido, uma força revolucionária que se apoderou do poder; foi o Exército, órgão da Nação, que interveio no sentido de criar as condições necessárias para a existência de um governo anti-partidário e nacional. A força armada não constitui um partido, não representa um partido, não pode defender o partidarismo [...]. Aos homens de governo compete realizar, até onde seja humanamente possível, esta ideia-mater [sic] diante partidarismo e de política nacional, afastando, sendo preciso, a atividade de alguns para no fim de servir a todos.<sup>88</sup>

Ao que parece, Salazar possuía dificuldades em instaurar tal concepção no imaginário português, afinal de contas, nunca se é fácil justificar um Golpe de Estado nem àquela época nem muito menos em pleno século XXI. Para ele, a ideia de nação estava enfraquecida no espírito português, e para reerguer esse

---

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> SALAZAR, Antonio Oliveira. Prefácio. In: FERRO, António. **Salazar: o homem e sua obra**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933. p. XXVIII-XXIX.

sentimento fazia-se necessária a introdução de concepções nacionalistas que, muitas vezes, não eram assimiladas por parte da população, mas que eram cruciais para resolver problemas crônicos e combater o partidarismo nocivo à formação de um Estado nacionalista.

Para o presidente do conselho estava "tão enraizado em nós o espírito de grupo e tão pouco o de nação, que soluções políticas, absolutamente lógicas dentro da orientação nacionalista, não chegam a ser compreendidas e são muitas vezes criticada por aqueles mesmos de cujo espírito se não pode duvidar".<sup>89</sup> Via de regra, Salazar entendia o partidarismo como um dos males a serem combatidos por um Estado Nacional centralizado e voltado para ações de caráter nacionalista imprescindíveis para a resolução dos problemas enfrentados pelo país . Dessa maneira, fazia-se incontestemente, em sua visão, a defesa intransigente de uma política nacional e de um Regime atuante, mesmo contra todas as críticas que eram feitas a essa posição firme, considerava necessária.

Aplicação dos princípios nacionalista os problemas correntes e nos acostumamos a ver resolvidos de certa forma pelos critérios do partidarismo dominante, é difícil e leva a resultados que espantam pela Audácia, pela verdade, pelo inédito. A maior parte da nossa terminologia política e ainda do passado, traduz conceitos mortos que não podem ter aplicação, e o seu uso faz-nos às vezes parecidos com os que substituímos e de quem dizemos que não governarão mais. Para tanto, é, porém, necessário que não sejam as suas ideias, os seus hábitos, as suas posições políticas que continuem dominando o nosso pensamento e a nossa ação.<sup>90</sup>

Similar à defesa do Estado Nacional, estava a proteção da política colonial na continuidade desse modelo de governo nacionalista. Como bem lembra o historiador Costa Pinto, a questão Colonial passou a ser defendida e se tornou pauta de primeira ordem do Regime estadonovista. Em suas memórias, Salazar constrói uma relação íntima entre a primordialidade de um Estado Nacional sólido e a manutenção das suas colônias. Claramente adotando um tom retórico, com certo grau de proselitismo político, Salazar afirmara que as colônias possuíam a verdadeira essência do sentimento nacional lusitano, que

---

<sup>89</sup> Ibid. p. XXIX.

<sup>90</sup> Ibid. p. XXIX-XXX.

por isso mesmo deveriam servir de escola para todos aqueles que desejassem entender o espírito nacionalista português.

Acredito, e só acreditando poderemos conquistar esse futuro. As nossas colônias deveriam ser as grandes escolas do nacionalismo português. Por elas deveriam passar, obrigatoriamente, a maioria dos Oficiais do Exército, todos aqueles em que é preciso manter aceso o culto da Pátria e o orgulho da raça. Para as comandar, para as administrar, deveria escolher-se o melhor pessoal, o mais Digno, o mais habilitado, nunca o rebotinho da Metrópole. Se queremos ser um grande país Colonial, se queremos olhar a Angola como um Portugal maior, temos de mudar de processos, de mentalidade, temos de ir para as nossas colônias como quem não sai da sua terra, como quem não vai para o estrangeiro.<sup>91</sup>

Aparentemente, o Presidente do Conselho expõe as colônias como símbolos tradicionais de um Império Ultramarino Português, exemplos de um passado no qual o nacionalismo lusitano foi capaz de se construir por meio de um forte sentimento patriótico. As colônias são assim tomadas como metáforas de um Portugal – da Expansão Marítima, consagrado pela historiografia clássica – imperialista, hierarquizado e patriótico que foi capaz de se tornar grande e incorporar ao território terras fora do continente europeu. A visita a essas colônias faria com que qualquer oficial do exército sentisse orgulho da raça e cultuasse sua pátria, devendo encará-las não como espaços apartados, mas sim extensões territoriais de Portugal, uma continuidade e não complemento do território europeu.

No processo de fortalecimento do Estado, se percebe que os objetivos políticos do Estado Novo português passavam a moldar as representações de um país forte, construídas e legitimadas pelos discursos dos letrados atrelados ao SPN, muitas vezes a partir da mediação de António Ferro. Homens que aparecerão em momentos oportunos, mas com um objetivo em comum: trabalhar a favor da ideologia estadonovista de Salazar, de forma a evidenciar a importância dos homens das letras na legitimação e sustentação do governo autoritário em questão – em relação semelhante à ocorrida no Brasil entre 1937 e 1945, período de forte associação entre letrados e regime autoritário durante o período varguista.<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> Ibid. p. 127-128.

<sup>92</sup> Diversos são os estudos que tratam da temática intelectuais e Estado Novo no Brasil. Dentre eles pode-se citar: *História e historiadores* (Angela de Castro Gomes), *Multidões em cena* (Maria

Nessa imbricada relação entre profissionais das letras e o Estado, se percebe que os discursos dos primeiros são forjados pela matriz política do Regime estatal. Por sua vez, ao ocuparem cargos em instituições produtoras de saber científico (Faculdades, Universidades, Academias de Ciências), os letrados atuam como legitimadores da ideologia estatal, formadores de opinião. Essa relação passa a configurar, portanto, uma política cultural pública, na qual os anseios estatais passam a moldar os discursos e criar verdades e realidades pretendidas pelo Estado.

O historiador Philippe Urfalino, tratando da especificidade dessa política com intenções públicas afirma que, “existe política pública quando uma autoridade política agarra um problema ou um fenômeno social e quando esse ‘investimento’ político produz medidas que afetam grupos sociais”.<sup>93</sup>

Embora agregue conceitos e especificações além da mencionada, o entendimento da política cultural promovida por um ente público ajuda a entender a relação entre Estado e letrados envolvidos nas aproximações luso-brasileiras, isso porque aqui se entende as práticas desenvolvidas pelo Estado Novo português como um investimento político que visava afetar um grupo e construir uma legitimação para si, com base na ordenação e fomentação de práticas culturais.

Partindo do raciocínio proposto por Philippe Urfalino, é possível afirmar que o Estado Novo “agarrou” e organizou, a partir dos seus interesses políticos, um projeto cultural objetivando a legitimação das práticas administrativas do governo Salazar buscando para si a aprovação popular necessária para a continuidade do seu regime. Paralelamente, no bojo desse projeto arquitetado pelo SPN, foi dado ao Brasil espaços na programação oficial dos eventos – o *Pavilhão do Brasil*, durante a Exposição e no decorrer do *Congresso Luso-Brasileiro de História*<sup>94</sup> (objeto de análise do Terceiro Capítulo) –, visando obter reconhecimento diplomático da sua ex-colônia acerca das suas ações

---

Helena Capelato), vários capítulos da coleção *O Brasil Republicano*, volume 2 (organização de Jorge Ferreira e Lucila de A. Neves Delgado), *A Constelação Capanema* (organizado por Helena Bomeny), *Tribunos, profetas e sacerdotes* (Bolívar Lamounier), *Historiografia brasileira em Perspectiva* (organização de Marcos Cezar de Freitas), dentre outros que constam devidamente na bibliografia ao final.

<sup>93</sup> URFALINO, 1998, p. 295.

<sup>94</sup> O Congresso Luso-Brasileiro de História é objeto de análise no Capítulo IV.



interventoras, vistas como essenciais para a manutenção do “Império” português.<sup>95</sup>

Por ora, faz-se necessário a apreciação da *Revista dos Centenários* enquanto uma fonte rica e fundamental para a compreensão da montagem e organização da política cultural luso-brasileira. Uma documentação ímpar, de caráter eminentemente oficial, na qual se percebe como a vinculação entre letrados e Estado formou a base essencial das relações políticas envolvendo lusitanos e brasileiros, para a consagração de uma vantajosa política bilateral abrangendo os dois países. Se as pretensões portuguesas já estavam expostas, para os brasileiros seria uma oportunidade de figurar com destaque nas discussões historiográficas luso-brasileiras, bem como apresentar na Europa uma imagem idealizada do Brasil de fins dos anos de 1930.

A *Revista dos Centenários* foi concebida em 1939, tendo seu primeiro número publicado em janeiro do mesmo ano. Além das já citadas atribuições, coube a Júlio Dantas a direção da revista, que perdurou até 1940, sendo seu último número lançado em dezembro, após o fim da *Exposição do Mundo Português*. Nas palavras de Júlio Dantas, em artigo inaugural do periódico, esse veículo de comunicação deveria exercer uma dupla funcionalidade.

Primeiramente seria o fato da *Revista dos Centenários* ter uma “função de arquivo. Nela se publicarão os projetos, estudos, plantas, pareceres, relatórios, investigações, pesquisas, e outros trabalhos relevantes que, pelos seus organismos, a Comissão for produzindo”.<sup>96</sup> Essa atribuição de arquivo memorialístico foi bem cumprida.

A segunda funcionalidade diz respeito às orientações administrativas, nas quais a Comissão Organizadora, principalmente durante 1939 e o primeiro semestre de 1940, constantemente orientava os profissionais envolvidos a partir de diretrizes técnicas e informativas. Desse modo, entende-se que durante dois anos o periódico reuniu informações, divulgou obras, os eventos organizacionais, publicou artigos de intelectuais a respeito da história portuguesa, além de

---

<sup>95</sup> A participação do Brasil na *Exposição do Mundo Português* é evidenciada em *Nota Oficiosa* pulicada por Salazar em 1938. O Ponto específico do documento que trata desse tema será analisado no decorrer do Capítulo III, em momento mais apropriado.

<sup>96</sup> DANTAS, Júlio. A "Revista dos Centenários". **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 1, p.3-4, 31 jan. 1939. Mensal.

evidenciar como estavam sendo divulgadas, em outros países – especialmente no Brasil – as expectativas sobre o *Congresso do Mundo Português*.

A vasta documentação produzida é suficiente para se traçar um perfil da representação oficial pretendida pelo Estado Novo português, dada a preocupação excessiva em torno da divulgação do evento. Ficam evidentes, nas páginas da revista, os propósitos políticos pretendidos. Aliás, a divulgação e a propaganda em demasia foram duas das funções basilares do periódico, detalhando os passos da comitiva oficial, no processo de organização até dezembro de 1940, quando do encerramento de todos os eventos após discurso de Salazar.

Ainda, Júlio Dantas fazia uma apresentação sobre o projeto e os objetivos do periódico, sendo entendido como um órgão oficial de comunicação entre o SPN e a população, cuja “função informadora é indispensável” para manter os leitores informados, acerca do andamento dos trabalhos da “Comissão Organizadora”.

Especificamente, o primeiro número da *Revista dos Centenários*,<sup>97</sup> divulgada em janeiro de 1939, é um dos mais significativos de toda a coleção composta por 24 números, publicados mensalmente.<sup>98</sup> Nele, é possível conhecer os componentes políticos (homens e instituições envolvidas) que nortearam todo restante da coleção.

Da mesma forma, apresentava ao leitor as orientações tanto da Organização dos Eventos e da Presidência do Conselho quanto aos temas a serem tratados pela Comissão chefiada por Júlio Dantas; bem como, indicava os procedimentos metodológicos (a exposição de Belém e o conjunto de congressos) que deveriam ser utilizados para as comemorações de 1940, definindo o papel dos letrados nesse projeto.

Ainda no seu primeiro número, a *Revista dos Centenários* trouxe encartada, a partir da sua segunda página, a reprodução na íntegra de uma

---

<sup>97</sup> Para consultar todos os números da *Revista dos Centenários*, visitar: HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA (Lisboa) (Org.). **Histórico da Revista dos Centenários**. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadosCentenarios/RevistadosCentenarios.htm>>. Acesso em: 14 maio 2013.

<sup>98</sup> Com exceção dos números 2 e 3 publicados em único exemplar de março de 1939; e os números 19 e 20 lançados em agosto de 1940.

“Nota oficiosa da Presidência do Conselho”, denominada “Independência de Portugal”. Constantemente utilizadas durante o Estado Novo português, as *Notas Oficiosas* podem ser vistas como uma espécie de documento de comunicação entre o Conselho presidido por Salazar e a população, tendo um caráter informativo, mas também com conteúdos orientadores.

Nessa nota em específico, por exemplo, a Presidência do Conselho utiliza o espaço da *Revista dos Centenários* para orientar politicamente os organizadores dos eventos que ocorreriam em 1940, determinando temas, ações e designações políticas a serem cumpridas, bem como informar a população de uma forma geral a posição do Regime com relação aos encaminhamentos oficiais referentes à *Exposição do Mundo Português*. Datada de março de 1938, a *Nota Oficiosa* em discussão trouxe 13 pontos (alguns intercalados por artigos e incisos) que deveriam nortear toda a programação referente às Comemorações do Duplo Centenário de 1940.

Nesse sentido, esse documento aponta a visão do Estado Novo salazarista e os preceitos que deveriam nortear as organizações culturais referentes ao *Congresso do Mundo Português*. Percebe-se que as ações desenvolvidas por Salazar se configuram no pleno funcionamento de uma política cultural, na qual, se fazia necessário elencar símbolos, mitos e signos, “para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante”.<sup>99</sup> São essas funções de ordenamento dos discursos, dos ritos e símbolos, da escolha de temas, por meio de fórmulas institucionalizadas que trariam significado político às práticas e ações dos letrados envolvidos com a cultura política estatal portuguesa entre 1938 e 1942.

Logo no início do seu artigo, Júlio Dantas evidencia as ordens institucionais que coordenariam os discursos e os direcionamentos da revista e da *Exposição do Mundo Português*, ao afirmar que todas as diretrizes estariam relacionadas e subordinadas à Presidência do Conselho de Salazar e ao SPN, de António Ferro. É importante frisar o caráter oficial da revista e, portanto, sua

---

<sup>99</sup> Independência de Portugal – *Nota Oficiosa* da Presidência do Conselho. *Revista dos Centenários*. Lisboa, 31 jan. 1939. p. 3.

utilização como fonte fundamental de pesquisa, visto que o intuito é continuamente procurar entender a organização estatal e o estabelecimento do diálogo junto aos letrados envolvidos. A *Revista dos Centenários* deve ser entendida como órgão oficial que foi, e na sua leitura deve-se buscar entender a composição da rede político-social estabelecida entre os profissionais das letras, artes e o Regime Estatal estabelecido.

O trabalho com registro oficial é sempre cercado de grandes cuidados, principalmente por ser uma fonte histórica carregada de significados, capaz de ajudar na compreensão de um momento histórico específico e na forma de agir de um governo ou órgão. A documentação oficial possui suas especificidades e, assim como qualquer outra, deve passar por um cauteloso processo de análise histórica, pela criteriosa arguição e perspicácia do historiador. É sempre salutar lembrar que na avaliação de fontes oficiais:

Um dos pontos cruciais do uso de fontes reside na necessidade imperiosa de se entender o texto no contexto de sua época, E isso desrespeito, também, ao significado das palavras e das expressões. Sabemos que os significados mudam com o tempo, mas não temos, de início, obrigação de conhecer tais mudanças. No entanto, boa dose de desconfiança O princípio básico nos orientar nesses momentos, além de uma leitura muito atenta dos autores que já trabalham na mesma linha de pesquisa.<sup>100</sup>

O periódico oficial ficou sediado durante seus dois anos de vida no mesmo prédio onde funcionou o SPN nos anos trinta e princípios dos anos quarenta, na Rua São Pedro de Alcântara, número 75 em Lisboa, sendo acompanhada de perto por António Ferro, ocupado “na sua dupla qualidade de secretário geral da Comissão e de diretor do Secretariado da Propaganda Nacional”.

Desse modo, é perceptível a finalidade propagandística do periódico, que segundo Júlio Dantas deveria ser “o instrumento de informação de que nos serviremos para dar a conhecer ao País o estado dos nossos trabalhos, a marcha das nossas iniciativas e a contribuição do nosso esforço para a realização do alto pensamento de Sua Ex. o Presidente do Conselho”.

---

<sup>100</sup>BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. Cap. 2. p. 23-79.

Em verdade, existia uma forte preocupação para que a comemoração não se tornasse um fracasso, muito por desconfiança interna com os gastos e o exíguo tempo de preparação do evento, associado ao clima gestado com o início da Segunda Guerra Mundial, que já assolava a Europa em 1939, mesmo em clima de “guerra sentada”.<sup>101</sup> Enfaticamente, Júlio Dantas conclui seu artigo reafirmando a função propagandística da *Revista dos Centenários*, a partir da sua ação informadora e de divulgação sobre a Exposição de 1940.

Esta função informadora é indispensável. Torna-se necessário, não só esclarecer a opinião pública acerca dos projetos em curso, dos programas em execução, dos métodos que adoptámos e das questões que ao nosso espírito se suscitam, mas ainda ouvir essa mesma opinião nas suas mais elevadas expressões, entrevistando individualidades ilustres e elementos representativos de todas as atividades, a-fim-de-que a Comissão, na execução da obra que lhe foi confiada, seja — tanto quanto o pode ser — intérprete da vontade coletiva e do sentimento nacional. Para que a Nação sinta essa obra é preciso que, desde a primeira hora, a acompanhe. [...] Filialmente, a «Revista dos Centenários» realizará a propaganda externa e interna das festas, chamando para elas, e para a alta significação dos acontecimentos históricos que se comemoram, a atenção de portugueses e de estrangeiros. Será um cartaz de larga expansão e de considerável mobilidade. Esforçar-nos-emos por tomá-lo sugestivo e atraente.<sup>102</sup>

Ao que parece, o SPN de António Ferro atuou de forma incisiva para pôr em prática as metas de Salazar, com relação aos festejos de 1940. Mas existia um propósito maior, de forma que a Exposição atuasse como instrumento de propaganda de um evento que parecia não ter adesão em massa da população lusitana, divergindo do entendimento estatal, que via a oportunidade das comemorações centenárias como fundamental para o projeto de divulgação da imagem positiva do Estado Novo português para o mundo.

As críticas eram variadas. Em seu livro de memórias, *Estados Unidos da Saudade*, no qual reúne uma série de discursos e textos que tratam da sua relação com o Brasil, António Ferro afirma que “não foi muito fácil, ao princípio, convencer os portugueses, ainda não completamente curados do seu hipercriticismo [sic], da necessidade e, sobretudo, da possibilidade dos

---

<sup>101</sup> “Guerra sentada” ou “Guerra falsa”, são termos tradicionalmente utilizados para designar o período da Segunda Guerra Mundial que antecede a invasão nazista à França, fato que veio a ocorrer em maio de 1940, em pleno andamento do *Congresso do Mundo Português*.

<sup>102</sup> *Idem*.

Centenários”.<sup>103</sup> Dentre os vários questionamentos, o atraso nas obras, com a aparente falta de preparo para as comemorações de 1940 e o fato de se fazer um evento festivo em plena Segunda Guerra Mundial, pareciam ser as maiores críticas direcionadas ao governo português.

À primeira crítica, António Ferro reproduzira no seu livro um artigo publicado originalmente no jornal *Diário de Notícias*. Nele, em março de 1940, António Ferro tece um discurso de afrontamento, demonstrando receio quanto à preparação geral da população quanto aos eventos relacionados à *Exposição do Mundo Português*, reafirmando o posicionamento do governo quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos pela organização. Por outro lado, ataca ferozmente os contrários ao evento, questionando se os críticos estavam preparados para contribuir com os festejos nacionais de exaltação à pátria.

«A quatro meses apenas das Comemorações do Oitavo Centenário da Fundação de Portugal, pergunta-se com natural curiosidade: «Estará tudo pronto?» Respondemos sem excesso de otimismo, confiados unicamente em certas realidades indiscutíveis «Não tenham receios! Todas as obras materiais, as definitivas e as transitórias estarão concluídas ou na sua última fase de construção. De qualquer forma, dentro de quatro meses, Portugal há de sugir-nos [sic] mais forte, mais progressivo, maior!» Mas perguntamos logo a seguir aos que nos perguntam: «E nas vossas almas? Tudo estará pronto? Já todos compreenderam em profundidade, até ao íntimo das suas consciências, o extraordinário significado das comemorações de 1940? As necessárias obras na alma de cada um estarão mais atrasadas do que as obras materiais?»<sup>104</sup>

Em relação às críticas feitas aos festejos em tempo de Guerra, o argumento de António Ferro é de que os eventos deveriam transcorrer normalmente, embora afirmasse ser esse “o argumento mais sério, mais aparentemente razoável desses rabugentos”. No que se refere aos questionadores acerca do cumprimento dos prazos, Ferro afirmava que os julgamentos eram irrelevantes, “precisamente, quando as obras da *Exposição* e todas as outras se encontravam já bastante adiantadas”.

Segundo ele, a *Exposição do Mundo Português* foi arquitetada muito antes do início da Segunda Guerra Mundial, num momento em que se

---

<sup>103</sup> FERRO, António. O panorama dos Centenários. **Estados Unidos da Saudade**. Lisboa: SNI, 1949. p. 65.

<sup>104</sup> Idem.

imaginava, segundo afirmara António Ferro, que “a Guerra com certeza acabaria depressa (não era possível prolongar-se...), e poderíamos então festejar, com mais alegria, mais segurança, já libertos do horrível pesadelo, o Centenário de nossa fundação e a certeza da nossa continuidade”.<sup>105</sup>

Embora não explicita em sua fala, a documentação aponta 1938 como o período em que se planejou os eventos – vide a *Nota Oficiosa* de Salazar ter sido publicada nesse ano. Mas, é possível acreditar que a Exposição de 1940 tenha sido inspirada na presença de Portugal durante a Exposição Universal de Paris, realizada em 1937. Lendo sobre essa participação e analisando algumas imagens da ocasião, percebe-se a influência arquitetônica e ideológica do Pavilhão de Portugal em Paris nos ordenamentos para a *Exposição do Mundo Português*.<sup>106</sup> Ainda, remetendo a supostas palavras de Salazar para sustentar seu argumento, António Ferro pronunciava aquele como um momento de redenção e de exaltação do sentimento nacionalista.

Seu discurso ganhava uma dupla conotação: exaltar um país e sua história de superação e longevidade, além de enaltecer um líder decidido e disposto a não desperdiçar todo investimento que o Estado já havia feito para as realizações de 1940. Quando questionado quanto ao cancelamento e/ou adiantamento da Exposição, Ferro afirmou que, quando consultado,

Salazar, porém, com o seu bom-senso habitual, não se deixando impressionar por essas cómodas profecias sobre o fim da guerra, não podendo adiar indefinidamente a data do nosso nascimento, como não faria sentido adiar *sine die* a data de qualquer aniversário, acabou por decidir que as Comemorações se realizassem na época prevista, apenas expurgando o seu programa daqueles números puramente festivos, sem justificação na hora grave, séria, que o Mundo principiava a viver. «Adiar, nunca! — dizia-me Salazar. O que precisamos, pelo contrário, é ficar despachados das Comemorações o mais depressa possível». Medida acertada, sensata, pois a guerra continuou e continua, porque o dinheiro já gasto nunca mais se poderia recuperar (seríamos forçados a começar de novo), porque ficariam sem pão, naquele momento de crise, de adaptação à economia proveniente do novo conflito internacional, milhares e milhares de operários e, sobretudo, porque teríamos perdido o ensejo admirável de gritarmos ao Mundo, durante seis meses, dia a dia, o *slogan* da nossa eternidade: «Oito Séculos de História!» «Oito Séculos de História!».<sup>107</sup>

---

<sup>105</sup> FERRO, 1949, p. 66.

<sup>106</sup> Para obter mais informações sobre a relação entre arte, política e exposições no Estado Novo ver: ACCIAIUOLI, Margarida. A política do espírito. **António Ferro - A vertigem da palavra:** retórica, política e propaganda no Estado Novo. Lisboa: Bizâncio, 2013. p. 97-233.

<sup>107</sup> Idem.

O acaso foi e sempre será um fator significativo na história. Como a fonte sugere, a desistência de Salazar em promover o evento talvez fosse gerar uma crise institucional muito mais severa do que realizá-lo mesmo com a conjuntura de guerra no continente europeu. Uma dessas críticas estaria justamente nas despesas promovidas para a organização da Exposição. Talvez, e essa parece a leitura de Ferro, parar naquele momento passaria uma ideia de desorganização do Estado, causando um prejuízo simbólico muito mais sério do que a continuidade dos festejos em tempos de guerra.

Um fator é patente e tema imperativo em todos os números da *Revista dos Centenários*. Cumprindo os objetivos aos quais se propunha a maioria das feiras e exposições da primeira metade do século XX, de divulgar a representação pretendida pelas nações fomentadoras desses eventos, percebe-se uma inquietação excessiva dos organizadores da *Exposição do Mundo Português* em relação à imagem a ser construída referente ao Brasil, além de uma preocupação constante alusiva à participação maciça de brasileiros nos eventos de 1940.

Em fins dos anos trinta, e no decorrer da década de quarenta, o país sofria uma intensa pressão por parte das nações liberais e democráticas, concepções ideológicas ocidentais tidas como vencedoras da Primeira Guerra Mundial. Os ataques dirigiam-se principalmente à sua política colonial fechada, nas quais as colônias da África e Ásia ainda estavam, em grande medida, subordinadas economicamente a Lisboa.

França e Inglaterra, embora ainda mantivessem acordos econômicos e relações políticas impositivas com seus ex-territórios, tinham, desde a segunda metade da década de 1930, equacionado uma série de conflitos com suas antigas colônias. Esses acordos foram, em muito, motivados pelos movimentos nacionalistas que se alastraram pela África após a Primeira Guerra Mundial, mas também por acordos que foram forçosamente assinados por pressões causadas em torno de alianças geopolíticas que precederam a Segunda Guerra Mundial.<sup>108</sup>

---

<sup>108</sup> CHENNTOUF, Tayeb. O chifre da África e a África setentrional. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Ed.). **História geral da África**: VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010. Cap.



Na contramão dessas políticas, a administração portuguesa sobre suas colônias foi, durante o período que operou no século XX, centralizadora e reconhecidamente autoritária, sendo finalizada apenas na década de 1970, após o fim do Estado Novo português e a independência de Angola e Moçambique. Macau conquistou grande autonomia política, social e econômica a partir de 1966, mesmo mantendo certa dependência política de Portugal até 1999, quando a cidade passou para soberania chinesa.

Tratando das questões referentes às movimentações políticas e ao desenvolvimento nacionalista nas Áfricas central e meridional, os pesquisadores Davidson, Isaacman e Pélissier, reconheceram o regime colonial português como um dos mais complexos e violentos do século XX. Analisando as conjunturas de Angola e Moçambique e a condução colonial destas, durante a Primeira República e o Estado Novo português, chegaram à conclusão que:

O caráter específico do colonialismo português e, em certa medida, a oposição popular que ele provocava podem ser deduzidos de quatro fatores: a fraqueza inicial do Estado colonial, a natureza progressivamente autoritária do regime colonial, a falta de capitais portugueses e, correlativamente, o recurso ao trabalho forçado e a uma política de assimilação. [...]Depois da guerra, Lisboa intensificou a natureza autocrática de sua dominação. A política “esclarecida” do início do governo republicano (1910-1926) deu lugar a programas mais repressivos, ainda que não necessariamente mais eficazes.[...] Para garantir a harmonia social e a dominação colonial perpétua que a ideologia corporativista e ultranacionalista de Salazar contemplava, os regimes coloniais, exatamente como o governo da metrópole, empregaram vasta gama de instrumentos de opressão. Censura, delação, polícia secreta e força militar serviram para reprimir toda oposição que se manifestasse, negra ou branca.<sup>109</sup>

Analisando de forma detida e cuidadosa a expressão de Salazar referente à política colonial portuguesa, a crítica literária Patrícia Vieira afirma que é notório o uso intenso de um discurso igualitário nas falas e escritos de Salazar quando este se reportava, durante a década de 1940, às colônias que Portugal ainda mantinha na África e Ásia.

---

2. p. 33-66. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2015.

<sup>109</sup> DAVIDSON, A. Basil; ISAACMAN, Allen F.; PÉLISSIER, René. Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional: 1919-1935. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História geral da África: VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 27. p. 814-815. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190255POR.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2015.

A partir das suas observações, foi possível perceber que “este discurso igualitário se intensificava a partir de finais dos anos quarenta, momento em que se começam a fazer sentir pressões internacionais no sentido de Portugal conferir independência aos seus territórios ultramarinos”.<sup>110</sup> Patrícia Vieira afirma, ainda, que Salazar passou a adotar um relato no qual Portugal era visto como uma “nação pluricontinental, que se estende da Europa à Ásia, passando pela África”.<sup>111</sup>

A pertinente análise de Patrícia Vieira reforça a hipótese defendida nessa tese, na qual se entende que os eventos realizados em 1940, na *Exposição do Mundo Português*, ao serem direcionados também à comunidade internacional, objetivavam já em fins da década de 1930 transmitir essa ideia de igualdade, intensificada por Salazar após o advento da Segunda Guerra Mundial. Mesmo que não através dos discursos de Salazar, mas sim da organização e da retórica estatal para a Exposição de 1940, é possível perceber o esforço em se fomentar um discurso de aproximação e de exibição dos pontos positivos das colônias ultramarinas como parte de um todo português.

Uma série de iniciativas foram planejadas pelos organizadores e divulgadas nas páginas da *Revista dos Centenários* a fim de propagandear uma ideia na qual a nação portuguesa não se restringiria somente às terras europeias, mas formada por um complexo imperial intercontinental. Esse seria erguido com pompas em uma “Secção Colonial da Exposição do Mundo Português”, exibida no portão de entrada do evento, algo muito simbólico para visitantes da Exposição, que já em sua chegada se depararia com a extensão colonial de além-mar.

A ideia era apresentar, a partir de um pavilhão com construções que retratassem o folclore, a cultura, a geografia, os traços étnicos e os estilos arquitetônicos típicos das colônias lusitanas, vista pela Exposição como parte do império português. Assim, o editorial da *Revista dos Centenários* por meio de um artigo intitulado “Secção Colonial da Exposição do Mundo Português” afirmava sobre as representações a serem criadas sobre as colônias que:

---

<sup>110</sup> VIEIRA, 2010, p. 127-128.

<sup>111</sup> SALAZAR *apud* VIEIRA, 2010, p. 128.

Dentro desta orientação serão concatenados todos os motivos demonstrativos das raças aborígenes, por meio de fotografias, utensílios — domésticos e de misteres — vestuário, adornos, armas, etc. Os pavilhões, tanto exterior como interiormente, obedecem, na sua disposição, às características étnicas, quanto possível, para dar uma ideia, aos visitantes, dos usos e costumes dos povos ultramarinos. Para que a sugestão seja o mais aproximada possível, por meio de mapas em relevo, dioramas [sic], dispositivos e outras composições de uso neste processo de esclarecimento — são apresentados outros pormenores, elucidando quanto à localização das raças, densidade da população, organização civil e política dos povos, recursos locais e sua valorização pela obra de civilização e colonização nacional.<sup>112</sup>

O objetivo era construir ambientes modelares, idealizados, das colônias africanas e asiáticas. Nelas estariam representados os caracteres exóticos que compunham as identidades culturais moçambicanas, angolanas, macauenses, etc. Embora considerados extensões do território português era necessário um esforço para diferenciar os colonos dos verdadeiros portugueses da península Ibérica, reproduzindo espaços referentes ao modo de vida “primitivo” dos africanos e asiáticos em contraposição ao estilo civilizado europeu.

Paralelamente, em complemento, composições espalhadas por vários locais do parque darão ideias mais concretas sobre a arquitetura e arte colonial, reproduzindo, em tamanho natural ou por miniaturas, monumentos, edifícios, aldeias, recantos de povoações e até trechos de ruas, com a sua nota exótica, em muitos casos completamente desconhecidos na Metrópole, da maioria dos compatriotas europeus. Outros pormenores da vida africana e oriental serão também carreados para a demonstração do Império Colonial Português. Estão nesses casos a propaganda das matérias primas, na sua maioria produzidas pelos indígenas, ainda que aperfeiçoadas ou preparadas pela intervenção do colono branco; a divulgação das belezas naturais das colônias portuguesas revelando na Europa aspectos de surpreendente encanto, alguns absolutamente desconhecidos; e a pujante cinegética dos territórios ultramarinos, riqueza inexplorada, que pode despertar a atenção de apaixonados cultores — tudo reunido num sector de aliciante turismo, exótico, quase ignorado e com a sua nota de impressionante ineditismo.<sup>113</sup>

Tal idolatria pela representação do império colonial, composto por terras além-mar, foi uma constante nos discursos oficiais. Essa “imagem fetichizada do Império, que reduz os vastos territórios sob o domínio de Portugal a uma série de representações estereotipadas, é transmitida ao público português através

---

<sup>112</sup> EDITORIAL. A Secção Colonial da Exposição do Mundo Português. **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 8, p.14-15, 31 ago. 1939. Mensal.

<sup>113</sup> Idem.

da propaganda do regime”,<sup>114</sup> algo exaustivamente explorado com significativo destaque no decorrer, e em alguns pavilhões e espaços ao ar livre durante a *Exposição do Mundo Português* em Belém.

Um dos objetivos das comemorações do Duplo Centenário, ao ser organizada a “Seção Colonial”, realizada durante a *Exposição do Mundo Português*, era que as colônias fossem “apresentadas como o culminar do período de expansão ultramarina do país, que é considerado a época áurea da nacionalidade”,<sup>115</sup> um exercício no qual eventos do passado exaltam os feitos do presente. Fazendo uso das palavras do historiador Filipe Meneses, “dito de outro modo, a ‘política do espírito’ do SPN em parangonas e não há dúvida de que o que estava realmente sendo celebrado era o Portugal de Salazar. O fato de haver uma guerra em curso diminuiu o impacto internacional das celebrações, mas aumentou o seu valor político interno”.<sup>116</sup>

Além do enaltecimento de Salazar como líder, fazia-se necessário manter um discurso positivo referente às colônias, inclusive, para a divulgação da imagem de Portugal como uma necessidade para essas colônias prosperarem. Na *Exposição*, os territórios de além-mar eram integrantes do *Mundo Português*, as colônias, aos olhos dos visitantes e dos próprios colonizados, não podiam ser tidas como partes subjugadas, mas espaços integrantes do território “imperial” português. Para Patrícia Vieira, uma clara função do SPN no período passado sob a direção de António Ferro, entre 1933 e 1949, foi a de justamente “garantir a adesão tanto de portugueses quanto da comunidade internacional ao projeto imperial estadonovista”.<sup>117</sup> Aliás, é importante uma breve discussão quanto ao mencionado projeto.

Analisando o periódico *O Mundo Português* publicado entre 1934 e 1947, o historiador Sérgio Neto enfatiza na sua pesquisa o fato de as primeiras décadas do Regime salazarista estarem carregadas do que ele define como a “mística imperial”. Segundo ele, a “mística imperial” serviu de alicerce para boa parte da propaganda promovida pelo SPN durante as décadas de 1930 e 1940,

---

<sup>114</sup> VIEIRA, 2010, p. 134.

<sup>115</sup> Idem.

<sup>116</sup> MENESES, 2010, p. 226.

<sup>117</sup> Idem.

como forma de demonstração plena da “política do espírito”, atuando como um dos pontos cardeais da propaganda estadonovista desempenhada por António Ferro durante essas décadas, nas quais atuou como Diretor do SPN.<sup>118</sup> À vista disso, o passado de conquistas territoriais foi amplamente utilizado com a intenção de denotar uma continuidade do Império Português, iniciada séculos anteriores. Segundo Sérgio Neto, a expressão da mística imperial remete ao próprio período, mais precisamente à década de 1930.

Expressão famosa, amiúde empregue pelos autores desta época, a “mística imperial” foi definida no livro homônimo, De Alves de Azevedo, Como: “de apetite heroico de ação [...] que acima de tudo exige a manutenção integral de tudo quanto se fez você conseguiu”. O conceito, agregando tuas palavras portadoras de uma forte carga emotiva - não oriunda do léxico religioso e a outra sugerindo uma hipotética supremacia política territorial –, confirmava a nova atitude do poder instituído em face do patrimônio ultramarino. Nova atitude No que respeita a crescente centralização administrativa E ao reforço da “integração econômica imperial”, posto que o interesse pelas colônias, ao invés do que pregaram os ideólogos do Estado Novo também foi apanágio dos regimes anteriores: a Monarquia Constitucional e a Primeira República.<sup>119</sup>

Seguindo esse raciocínio é possível pensar que a Exposição agradaria duplamente ao Regime lusitano (e de certo modo à população que fosse ao evento): nas apresentações e nos discursos, as colônias seriam tomadas como símbolos necessários à manutenção do “império” lusitano. Além disso, Portugal mostraria à comunidade internacional o quanto as colônias eram valorizadas pelo Regime estadonovista.

Ainda, referente ao artigo “Secção Colonial da Exposição do Mundo Português”, o editorial buscava utilizar a designação “unidade nacional”, sendo evitado o uso do termo “território” e valorizada a ideia de nação. O “mundo português” apresentava-se pelos discursos oficiais enquanto uma representação imagética, criada a partir das intencionalidades políticas do Estado Novo e espacializada culturalmente nos pavilhões da Exposição de 1940, em um

---

<sup>118</sup> SÉRGIO NETO. Representações imperiais n` *O Mundo Português*. In: TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloísa (Org.). **Estados autoritários e totalitários e suas representações**: propaganda, ideologia, historiografia e memória. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. Cap. 8. p. 119.

<sup>119</sup> Idem.

exercício de reconhecimento dos habitantes de além-mar, chamados de portugueses, e não dos colonos africanos e/ou asiáticos.

Essas deputações voltarão, em 1940, a pisar solo português da Europa, dando o seu concurso ao certame, povoando aldeias e pavilhões construídos expressamente para que, mais rigorosamente, possa fazer-se uma ideia da **vida etnográfica colonial da Nação**. À Exposição do Mundo Português e ao Cortejo do Império (que fazem parte do programa oficial das comemorações dos centenários da Nação) virão **os portugueses da África, da Ásia e da Oceania** dar o vivo concurso demonstrativo da expansão, através dos continentes, deste País de navegadores e civilizadores que, após tantos séculos, reúne em festa nacional povos das mais variadas características etnográficas. [Grifos meus]<sup>120</sup>

Da mesma forma que se promoveria a exaltação do “império ultramarino” português, mesmo distante alguns séculos das grandes navegações do século XV, o discurso oficial construía a representação de um Portugal moderno, evitando a todo custo um relato preconceituoso quanto aos colonizados. Aliás, a ideia do novo, que inclusive acompanhava a percepção de Estado que Salazar e seus ideólogos propunham – Estado Novo –, sugeria a incorporação de uma imagem distinta para Portugal, diferente daquela relacionada ao atraso que caracterizou Portugal até fins da década de 1920.

De acordo com Luís Torgal, buscava-se criar um quadro no qual se valorizasse a importância do Estado autoritário, mas não o totalitário, uma imagem que ao mesmo tempo transmitisse a noção de um país forte, nacionalista e não racista. Essa era, “em suma, a classificação normalmente atribuída ao Estado de Salazar, pelo próprio regime, por ideólogos estrangeiros do tempo e também por investigadores que mais ou menos recentemente o estudaram”,<sup>121</sup> de um país autoritário, mas que nutria uma busca por melhores condições sociais e a recuperação econômica do país, sendo estes os pilares do discurso do Estado Novo no início da década de 1930.

Combater esse clima arrivista estava nos planos da propaganda estadonovista lusa a ser divulgada durante a *Exposição do Mundo Português*. Em suas memórias, António Ferro detalhou, com certa preocupação, a

---

<sup>120</sup> EDITORIAL. A Secção Colonial da Exposição do Mundo Português. **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 8, p.15, 31 ago. 1939. Mensal.

<sup>121</sup> TORGAL, 2003, p. 129.

magnitude desse tema e a forma como deveria ser tratado durante os eventos. Seguindo seu raciocínio, devia-se elaborar uma comemoração buscando valorizar a construção imagética de um país universalista, de forma a “lembrar ao Mundo que Portugal nunca poderia ser olhado na Europa como simples arrivista, que éramos gente quando a maior parte das nações europeias não existia sequer na imaginação dos homens, que foram decididas pelo governo português, as Comemorações, de 1940, do Duplo Centenário da nossa Fundação e da Restauração”.<sup>122</sup>

A retórica de Portugal enquanto um Estado Nação, antes de qualquer outro país na Europa, será tema recorrente no Segundo Capítulo. Por ora, basta lembrar que sua explanação fazia parte do contexto pensado pelo SPN para o Congresso de 1940, no qual, desde 1140, Portugal se apresentava enquanto um Estado Nacional, pautado nas conquistas territoriais promovidas por D. Afonso Henriques contra os mouros estabelecidos até então na Península Ibérica. A narrativa de Ferro é parte de um esforço da propaganda da época em construir um elo simbólico entre os anos de 1140, 1640 e 1940.

Não é exagero conceber o *Congresso do Mundo Português* como uma exorbitante apologia à “época imperial”. Ao menos para o SPN, a manutenção de territórios em além-mar já caracterizava Portugal enquanto um estado imperialista, com colônias em dois continentes. O fato de possuir “terras” conquistadas em outrora, era usado para justificar o Estado Novo como a continuidade de um Império, assim como fora com D. Afonso Henriques (em 1140) e D. João IV (em 1640, ao retomar as terras das mãos da Espanha), seria Salazar em 1940 (ao manter as possessões asiáticas e africanas).

De forma geral, a valorização dessa cena imperial, de um “País de navegadores e civilizadores”, tinha como objetivo transmitir uma sensação de normalidade quanto às práticas coloniais ainda sustentadas por Portugal, algo que estaria no que se pode definir aqui como um “gene imperial lusitano”. Entretanto, percebe-se o cuidado político no uso das palavras quando se tratando das colônias, o que explica a propagação do referente à Exposição não como um momento de propaganda política do Estado Novo de Salazar, mas um espaço de celebração da cultura lusitana dispersada pelo mundo.

---

<sup>122</sup> FERRO, 1949, p. 63.

Como era de se esperar, a tentativa de tornar apolítica a Exposição de 1940 se apresenta como contraditória, pois no mesmo parágrafo de um texto no qual valoriza um passado grandioso e imperial, António Ferro afirma que estes são lembrados pelo Estado Novo. Ao fazer alusão a Lisboa atesta ser essa a “capital das Comemorações Centenárias, metrópole da nossa História, tapeçaria maravilhosa do nosso passado, monumental volume de imagens vivas, a primeira exposição *completamente desinteressada* que se realizou no Mundo, e que esteve concluída na data fixada” [grifo do autor].

Em tese, António Ferro está reafirmando a importância de se ressuscitar um passado a partir dos interesses do presente, demonstrando todo o caráter e a necessidade política de promover as comemorações de 1940. Essa seria uma forma, aos olhos da população lusitana, de elevar Portugal (pelo menos por meio da propaganda) novamente a um patamar de reconhecimento internacional. Não por acaso, as chamadas “Comemorações do Duplo Centenários” em escolher como efemérides os anos de fundação (1140) e restauração (1640) do Estado: ser um Estado Nacional antes de qualquer outro europeu é uma característica amplamente difundida tanto na historiografia tradicional como na propaganda do Estado Novo, a partir da década de 1930.

No mesmo discurso, António Ferro afirma aquilo que, segundo ele, um dia Gustavo Barroso<sup>123</sup> lhe ensinou, ainda nos anos vinte, “que o passado é o

---

<sup>123</sup> Durante a década de 1930, junto a Plínio Salgado e Miguel Reale, Gustavo Barroso foi uma das lideranças nacionais da Ação Integralista Brasileira (AIB), período em que teve forte influência da ideologia da Itália fascista, da Alemanha totalitária e, nutrido profunda admiração pelos regimes hierarquizados e pela valorização do estado interventor forte. Entre 1933 e 1937, escreveu mais de quinze livros sobre a doutrina integralista, sendo o antissemitismo um dos temas mais abordados por Gustavo Barroso em suas obras, sendo, inclusive, o tradutor da edição brasileira de *Os protocolos dos sábios de Sião* em 1936, um marco da literatura antissemita, duramente criticada por vários setores da sociedade brasileira, mas bastante difundida entre os adeptos da AIB. Segundo definições da historiadora Amélia Coutinho no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC/FGV), Gustavo Barroso em fins da década de 1930, após a tentativa frustrada de golpe dos integralistas brasileiros contra Getúlio Vargas, “reassumiu a direção do Museu Histórico Nacional e intensificou sua atuação na Academia Brasileira de Letras. Nessa época, graças às relações reservadas que mantinha com elementos do governo, conseguiu a reintegração de alguns de seus correligionários em seus cargos e impediu que outros — entre os quais Raimundo Padilha — continuassem a ser incomodados pela polícia. Após o discurso pronunciado por Vargas a bordo do encouraçado *Minas Gerais* em junho de 1940, considerado simpático aos países do Eixo, Gustavo Barroso voltou a felicitar Getúlio. Daí em diante, passou também a funcionar como intermediário entre Plínio Salgado, que se encontrava exilado em Portugal, e o governo. Ainda em 1940, participou da missão brasileira às comemorações do tricentenário da Restauração de Portugal, em Lisboa, e representou o Brasil no Congresso Ibero-Americano realizado em Madri”. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 22 dez. 2013.



pano de fundo para o presente, a própria alma do futuro”. Em outras palavras, levando em consideração o lugar de fala e a função de António Ferro no governo salazarista, o diretor do SPN reforçava a importância e a funcionalidade política de se representificar o passado colonial português (por anos, admirado pelo mundo europeu) com base nos interesses estatais do presente, ao afirmar que na ocasião de 1940 aos seus olhos,

O passado era o natural protagonista da Exposição. Desejou-se precisamente arrancá-lo, desenterra-lo dos monótonos compêndios [sic] escolares, de certas obras valiosas mas demasiado extensas, para o erguer redivivo, juvenil, diante dos portugueses de hoje [...] Os que teimam em considerar-nos uma nação pequena não contam com o nosso Império Colonial, nem com esse país infinito da nossa História.<sup>124</sup>

É explícito o uso político do passado como recurso discursivo de legitimação das ações políticas salazaristas, ressuscitando uma pretensa tradição imperial e colonial portuguesa. A intencionalidade de se representificar um passado a partir de ritos rememorativos como o *Congresso do Mundo Português*, visavam atender à conveniência do presente. Segundo Fernando Catroga, “os ritos de recordação, e particularmente os comemorativos têm efeito holístico, pois desempenham instituintes de sociabilidade (Pierre Bourdieu) que não se esgotam no problema da fidelidade”.<sup>125</sup> Dessa forma, não se buscava apenas ressuscitar um passado pensando na sua fidedignidade, na pureza do evento e recuperá-lo integralmente, mas moldá-lo com base nos interesses dos que ressuscitam tal memória no presente.

Essa prática é explicada pelo fato de “que a memória, reavivada pelo rito, também tem um papel *pragmático* e *normativo*. Em nome de uma história, ou de um patrimônio em comum (espiritual e/ou material), ela visa inserir indivíduos em cadeias de *filiação identitária*, *distinguindo-os* e *diferenciando-os* em relação a outros, e impor, em nome da identidade do *eu*, ou da perenidade do grupo, deveres e lealdade endógena”.<sup>126</sup>

---

<sup>124</sup> FERRO, 1949, p. 69-70.

<sup>125</sup> CATROGA, 2001, p. 49.

<sup>126</sup> CATROGA, 2001, p. 49-50.

Essa interpretação acerca do uso político do passado, aplicada ao discurso de António Ferro, permite compreender as inquietações governamentais – e não apolíticas como afirmara – do Congresso de 1940. No mesmo artigo, Ferro assegura o desejo de recuperação do passado português, objetivando a recriação de um espaço de valorização das práticas e ações políticas do Estado Novo em se ver, ainda no século XX como uma grande potência imperialista, visando justificar e reafirmar a manutenção de suas colônias além-mar.

Ora a Exposição do Mundo Português teve precisamente tal finalidade: recordar ao mundo e aos portugueses a extensão do nosso vasto continente espiritual, onde a epopeia dos descobrimentos refulge como cidade maravilhosa, encantada, onde certas lendas são jardins, onde certos gestos são humildes são aldeias, onde a cruz é um farol. A Exposição do Mundo Português era a figuração desse país infinito, a sua grandiosa maquete. Passear dentro dela, era, portanto, passear, flunar dentro da nossa própria história. Tal fisionomia, tal propósito claro, definido de glorificar o passado, semente da nossa eternidade, não permitiram ao nosso presente que ocupasse, nesse certame, o lugar que merecia. Deficiência propositada.<sup>127</sup>

António Ferro, ao narrar a exposição ocorrida em frente ao Mosteiro dos Jerônimos, carrega sua escrita de uma mitologia lusitana imperial. Embora não cite especificadamente, Ferro faz referência ao período das grandes navegações portuguesas e suas conquistas em África, Ásia e na América, época esquecida pelo mundo, no momento em que viviam e que se fazia necessário relembrar. A *Exposição do Mundo Português*, seria a forma encontrada por Salazar, não só de reascender o brio lusitano silenciado (de forma proposital), mas também de fazer o mundo conhecer “uma das maiores e mais belas revoluções do nosso tempo”: o Estado Novo português renascido sob a tutela de Oliveira Salazar.

Se Portugal novo, nesse quadro essencialmente histórico, procurasse chamar sobre si as atenções, pôr-se em bicos de pés, não faltaria quem nos acusasse de vaidosos, de fâtuos ou quem pretendesse logo demonstrar que o notável esforço dessa realização ocultava, afinal, um simples desígnio da propaganda política. Ora se temos a consciência perfeita da obra realizada pelo Estado Novo português, não pretendemos, de modo algum concorrer com a obra sobre-humana, realizada através dos séculos, pelo Povo português. Não nos deixamos assim nos embriagar pelo orgulho, pela própria voz! Sabemos que estamos concluindo uma das maiores e mais belas revoluções do nosso tempo, conhecemos a força e a projeção do exemplo português,

---

<sup>127</sup> FERRO, 1949, p. 71.

mas temos a noção clara de que nos falta ainda a perspectiva necessária para colocar o presente ao lado do passado. Que os nossos vindouros, a seu tempo, se encarreguem de prestar aos portugueses de hoje a homenagem que prestamos então aos portugueses de sempre!<sup>128</sup>

Contrariando o que havia dito, António Ferro ratifica o objetivo central dos eventos de 1940, e, de certa forma, reafirma o desejo de ressuscitar o passado em nome dos interesses políticos dos vivos, reafirmando o Estado Novo salazarista como o fim de um ciclo de momentos gloriosos da história do país. Esse era o recado, e, portanto, o intuito governamental que o SPN e seu líder planejavam transmitir, em especial ao povo português.

Nesse sentido, a *Exposição do Mundo Português* se fez operacionalizar e com seu “efeito ritual tende[u] a traduzir-se numa *mensagem*. E esta, ao unificar recordações pessoais, ou memórias coletivas, constrói e conserva uma unidade que doméstica a fugacidade do tempo num presente que dura”,<sup>129</sup> construindo uma ideia de continuidade imperial para Portugal.

O que se propõe, por parte do SPN, é a construção de uma representação espacial, na qual fossem elencados os símbolos positivos da cultura de Portugal e suas colônias, conjunto visto todo como parte de uma única nação, possibilitado “pela orquestração harmoniosa de todos os nossos valores modernos dentro da Técnica, da Arte, da Ciência e do Pensamento”.<sup>130</sup>

A harmonização presente no discurso de António Ferro é um indício da inferência política nos eventos, desmistificando a visão apolítica atribuída por ele aos festejos. As representações culturais desenvolvidas faziam parte de toda uma orquestração da propaganda política salazarista. Segundo Ferro, “só um povo que confiava em si próprio e no seu presente, poderia evocar, com tamanha força e alegria, o seu passado. Sem estes últimos catorze anos de fé e de trabalho, essa exposição não teria sido possível nem sequer imaginada”.<sup>131</sup>

Através de sua fala, fica clara a finalidade em relacionar a recuperação do passado glorioso português à capacidade e preocupação do governo, revelando uma evidente ação política na recuperação pregressa e dos marcos

---

<sup>128</sup> Idem.

<sup>129</sup> CATROGA, 2001, p. 50.

<sup>130</sup> FERRO, 1949, 72.

<sup>131</sup> Idem.

de 1140 e 1640 – a ideia de pontuar 1940 como um sinal tão importante quanto estes outros dois na história de Portugal, denota um exercício de monumentalização do Estado Novo português, no sentido de demarcar a *Exposição do Mundo Português* como uma efeméride da história nacional do país.

De forma mais explícita, Ferro afirma ainda não valer a pena “ocupar-se demasiado espaço dentro desse certame com a propaganda do Estado Novo. A própria exposição era, afinal, a afirmação do nosso presente, a prova insofismável da nossa redenção”.<sup>132</sup> O uso retórico da negação nas suas palavras, não reduz o fato de ter sido a Exposição pensada, patrocinada e organizada pelo Secretariado da Propaganda Nacional.

Logo, portanto, esse foi um evento propagandístico, diferente do que afirmava e por vezes se contradizia António Ferro. No mesmo artigo, o diretor do SPN explanava uma das finalidades estadonovistas com os cerimoniais de 1940 e apontava a Europa como um dos alvos da campanha propagandística desempenhada pela *Exposição do Mundo Português*, ao afirmar haver,

Países de fronteiras recentes, mal definidas, de história frágil constantemente interrompida, alheios à formação do Mundo, que podem ter razões para sentir-se inquietos nesta hora de profundas convulsões. Portugal, não! Tranquilizem-se a nosso respeito aqueles povos ou indivíduos que procuram humanamente solidariedades à sua desventura, ao seu naufrágio. É que não sabem ou não mediram bem o que representa o nosso País na consciência do Universo, na alma do Globo. Não somos uma nação artificial, filha de tratados ocasionais, ou de ambições frívolas, uma nação de armar e desarmar, de tirar e pôr. Mais do que uma pátria, somos a âncora do Velho Mundo, o princípio e o fim da Europa. A Exposição do Mundo Português, minhas senhoras e meus senhores, foi assim a melhor resposta a todos aqueles que pretendiam, às vezes, confundir-nos com certas nacionalidades pálidas, indecisas, a exposição do passado e do presente, sem dúvida, mas também do futuro, a grande exposição da eternidade.<sup>133</sup>

Assim, analisando os escritos de António Ferro e associando-os às palavras da *Revista dos Centenários* é possível perceber a importância da Exposição no que se referia a sua apresentação ao mundo, ou melhor, na forma como Portugal deveria ser ostentado à Europa, pois esta seria a forma de

---

<sup>132</sup> Idem.

<sup>133</sup> FERRO, 1949, p. 73.

responder às críticas feitas ao país visto enquanto um espaço arrivista do Velho Mundo.

## CAPÍTULO II

### OS PARÂMETROS PARA A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS Subsídios políticos para projeção espacial do evento

*“Por outro lado, quando se considera Lisboa na sua sintética expressão de capital portuguesa, e com seu pensamento no fundador da nacionalidade se busca o meio mais próprio de consagrar-lhe a memória, nenhuma outra ideia sobreleva à de reconstituição e aproveitamento do Castelo de S. Jorge, pois se a cidade está, por tradição, valor e direito consagrada como o centro vital da própria Nação, é no Castelo que se encontra a afirmação da conquista e do domínio da terra, quer dizer o penhor da Independência de Portugal”.*

*António Oliveira Salazar  
Nota Oficiosa da Presidência do Conselho  
Março de 1938.*

Em regimes políticos autoritários a encenação e a produção de grandes eventos são, por essência, necessariamente impactantes e com volumoso investimento financeiro e humano, seja no processo de preparação intelectual, teórico, quanto no quesito estrutural, organizacional dos espaços nos quais ocorriam. Uma característica é fundamental nesses momentos: a intencionalidade política e ideológica desses regimes, como norteadoras de todo o processo. Em outras palavras, os discursos oficiais costumavam ditar os procedimentos básicos presentes nas falas dos letrados, na prancheta dos arquitetos ou nas alocações dos políticos.

No caso de Portugal e da *Exposição do Mundo Português* a regra não podia ser diferente. A Nota Oficiosa de 1938 continuava sendo a norteadora das ações organizacionais do espaço físico no qual foram erguidos, em Belém, os pavilhões que formaram o espaço de amostras das mais variadas vertentes culturais e que, de certa forma, representavam o “Império Português” no século XX.

Grande parte dos interesses da política salazarista foi materializada através de prédios, imagens, pinturas e exposições, tornando o discurso

propagandístico visual e intuitivo. Para isso, buscou-se uma estratégia pedagógica do ensinar a partir do ver, traduzindo para os visitantes da Exposição, a ideologia estadonovista, bem como informando o cidadão a respeito do passado imperial português. Nesses cenários, sumiam os conflitos internos e exaltava-se a Independência e a Restauração como momentos ápices da história lusitana.

A aceitação popular e a justificação do sistema colonial lusitano eram duas prioridades que estavam presentes na pauta da propaganda do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). A primeira era algo constantemente procurado, visto ser essa sempre a finalidade de qualquer propaganda – conquistar as almas e os corações do povo. Por outro lado, a incessante busca em reafirmar a manutenção de suas práticas coloniais foi algo firmemente reiterado, especialmente no intuito de convencer os vizinhos europeus da necessidade de se manter um projeto colonial em África.

O uso do espaço no evento para reafirmação da questão colonial será devidamente analisado em outro capítulo. Por ora, faz-se necessário procurar entender a configuração e o sentido empregados no ordenamento espacial de Belém, para a recepção da *Exposição do Mundo Português*.

Nessa perspectiva, o objetivo desse capítulo é procurar entender como a configuração do espaço da *Exposição do Mundo Português* atuou no sentido de colaborar pedagogicamente com a propagação dos ideais salazaristas, bem como ajudou a reafirmar os mitos mantenedores da política e da ideologia do Estado Novo, durante o maior evento propagandístico de 1940.

Assim, buscou-se analisar duas evidências relevantes, as quais, na verificação das fontes, se destacaram, pois deixaram explícita a relação entre as concepções de nação, nacionalismo, estado hierarquizado e catolicismo. São elas: a configuração arquitetônica dos edifícios e a concepção política dos pavilhões, com suas respectivas exposições e ornamentações internas.

Antes, entretanto, é necessário promover uma discussão quanto às intencionalidades políticas que se fizeram presentes no ordenamento e organização da Exposição, a partir dos direcionamentos emanados pela Presidência do Conselho.

## 2.1. A organização espacial sob a ótica do Estado Novo

Ao trabalhar com a composição estética e intelectual da *Exposição do Mundo Português*, uma das características mais relevantes é a centralidade e a obediência dos organizadores à Nota Oficiosa de 1938. Composta basicamente por ordenamentos políticos, esse documento expressa tanto a ideologia salazarista, quanto a preocupação com o recado a ser dado aos visitantes. No quesito estético e visual, a Nota explicita o caráter nacionalista como primordial para a realização do evento.

8. Se bem que poucas vezes estaria tão bem fundamentada uma Exposição Internacional como uma celebração do duplo centenário por nós empreendida, renunciaremos a ela; mas não seriam completas nem de certo modo possíveis as nossas comemorações festivas sem que do programa definitivo contassem algumas exposições nacionais: e não se opõe a isso a que num ou outro caso se peça a colaboração de outros países.<sup>134</sup>

Desde o século XIX, as exposições e feiras internacionais estavam em voga por todo mundo, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. A historiadora Sandra Pesavento dedicou-se a interpretar o caráter político, econômico e simbólico desses eventos. A ideia de uma comemoração internacional possuía um caráter diferente daquele pretendido por Portugal, que desejava, na ocasião, um evento eminentemente “nacionalista” e não internacionalista. Feiras e exposições até então realizadas em várias partes do mundo eram, em sua maioria, formas de mostrar ao mundo o potencial econômico e financeiro das nações patrocinadoras, visto que,

tais exposições estariam associadas, basicamente, ao desenvolvimento industrial, exibindo máquinas e produtos resultantes desta atividade. Mesmo que reunissem entre os itens expostos elementos que nada tinham a ver com esta atividade produtiva, sem dúvida algumas das vedettes [sic] das exposições universais foram sempre as máquinas, os novos inventos e os produtos recém-saídos das fábricas, cujo consumo se buscava difundir e ampliar mundialmente.<sup>135</sup>

---

<sup>134</sup> PORTUGAL. Antonio Oliveira Salazar. Presidência do Conselho. Independência de Portugal: Nota Oficiosa da Presidência do Conselho. **Revista dos Centenários**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 5, 31 jan. 1939. Mensal.

<sup>135</sup> PESAVENTO, Sandra Jathay. **Exposições Universais: espetáculos da modernidade no século XIX**. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 43.



Com efeito, o Presidente do Conselho se mostrava interessado em outro aspecto das Exposições: seu impacto simbólico. Ao admitir que não tinha intenções internacionais, voltadas para o público burguês da Europa, ficava explícito o caráter propagandístico do evento, característica desde o início evidenciada nas falas de António Ferro e nas ações do SPN. Essas características publicitárias estavam apoiadas na concepção de que as Exposições possuem um caráter peculiar, no qual,

o conteúdo ideológico é produzido pelo contingente das motivações implícitas que as exposições encerram. Ou seja, pelo intermédio das exposições manifesta-se certa forma de representação do real que busca socializar determinadas imagens e ocultar outros tantos processos subjacentes àquela realidade. Nesse sentido, ganha força as afirmações de Walter Benjamin a respeito de as exposições operarem como lugares de culto do fetichismo da mercadoria.<sup>136</sup>

Essa seria, pontualmente, a característica capital da *Exposição do Mundo Português*, uma forma de trazer ao povo português as experiências bem-sucedidas do Estado Novo, silenciando, por sua vez, não só os aspectos negativos do Regime, como também trabalhando a reinterpretação de temas mal resolvidos do passado português, focando no aspecto político da exploração colonial, ainda praticada com grande ênfase por Portugal.

Sabe-se que exposições sempre se constituíram enquanto espaços politicamente pensados, visando à construção simbólica ou ao fortalecimento dos Estados Nacionais que organizavam esses eventos. Isso porque, tais festejos deveriam transmitir para o mundo o período histórico pelo qual havia passado, e ainda estava passando, o país anfitrião, em um verdadeiro momento de propaganda mundial desses países europeus e norte-americanos que se autoproclamavam modernos.

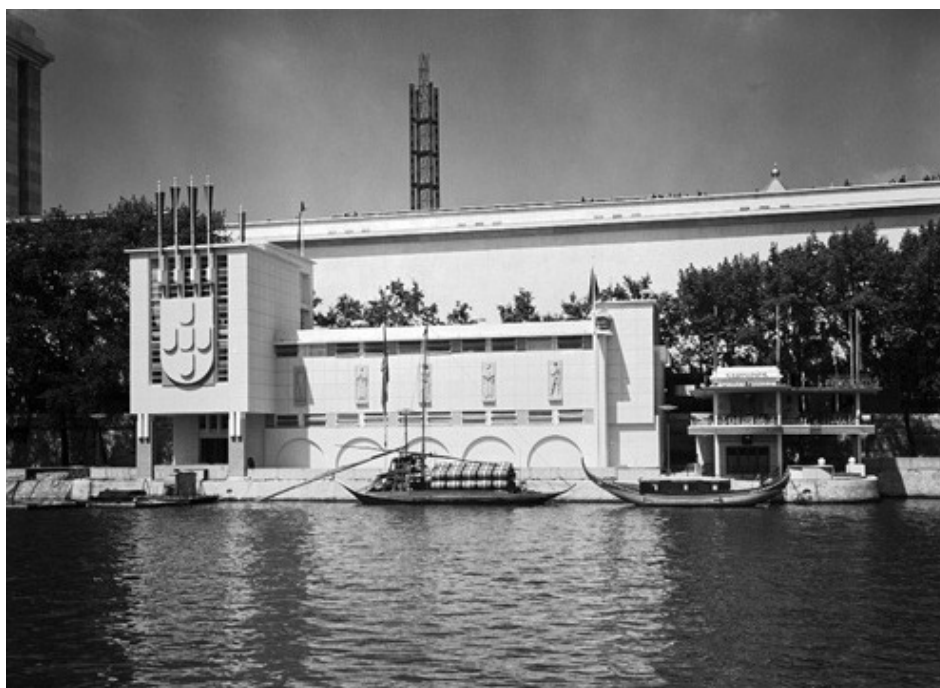
As exposições possuíam um caráter instrutivo, visando educar o olhar dos visitantes, ensinando-os como a nação e sua história deveriam ser vistas e interpretadas. Por meio de temas previamente escolhidos por homens que obedeciam a um ordenamento político estatal, os visitantes eram orientados a

---

<sup>136</sup> Idem. p. 44.

partir dos ornamentos e dos discursos culturais expostos no decorrer da Exposição.

Para Lilia M. Schwarckz, desde fins do século XIX, as feiras e exposições passaram a ser vistas como ferramentas propagandísticas de estados nacionais em franco processo de desenvolvimento tecnológico. “Apresentadas como uma espécie de parque de diversões para adultos, as exposições compreendiam [...] lógicas diferentes: saciavam a simples curiosidade, exibiam o exótico, mas também revelavam o progresso”.<sup>137</sup>



**FIGURA 1:** O Pavilhão de Portugal na Exposição Internacional de Paris de 1937. **FONTE:** ACCIAIUOLI, Margarida. **António Ferro - A vertigem da palavra:** retórica, política e propaganda no Estado Novo. Lisboa: Bizâncio, 2013. p. 152.

Em 1937, Portugal participou da *Exposição Internacional de Paris*, levando à capital francesa um esboço arquitetônico e ideológico do que representava a arte política do Regime estadonovista. Tendo como lema “As artes e as técnicas da vida moderna”, a Exposição de Paris visava apresentar como as nações encontravam-se dentro do processo tecnológico do século XX, bem como apresentar ao mundo moderno seus respectivos progressos culturais.

<sup>137</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Exposições universais: festas do trabalho, festas do progresso. In: \_\_\_\_\_. **As barbas do imperador:** D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 389.

A Exposição de Paris visava ao enaltecimento do tempo presente, e não do passado. Nesse sentido, “foi graças a essa entronização da vida moderna que se ficou a dever a primeira tentativa de trazer o presente para a História”,<sup>138</sup> a busca por mostrar ao mundo um Portugal industrializado, tecnicamente moderno, o que ficava inviável, por tal realidade inexistir. Dessa maneira, a forma encontrada por António Ferro foi remeter novamente ao passado, como instrumento legitimador das ações do presente.

É então que Ferro decide aproveitar a carga referencial que outras figuras do passado podiam oferecer para enquadrar melhor o discurso, e estrategicamente coloca-as na fachada do pavilhão, através de homenagens a Pedro Álvares Cabral, Camões, Vasco da Gama e ao Infante D. Henrique e Fernão de Magalhães [...]. Não se tratava, portanto, nem de uma encenação da História do país, nem de uma competição com as outras nações nos domínios das artes ou das técnicas. Tratava-se, isso sim, de apresentar, no quadro de uma Europa já em ebulição, um valor tão inestimável como era a paz social que o regime dizia ter alcançado. *Ao espetáculo muito material das máquinas – afirmava António Ferro – preferíamos o dos seus resultados e dos seus ideais que nos salvaram e cujo conhecimento é importante para a época.*<sup>139</sup>

Possivelmente, a experiência de Paris serviu como mote inspirador para os eventos de 1940. A divulgação da *Nota Oficial* já no mês de março de 1938, pouco tempo após a Exposição parisiense, parece ter dado aos membros do SPN uma visão positiva sobre o modelo inspirador da arquitetura e organização do Pavilhão Português, organizado às margens do rio Sena, em 1937.

As semelhanças arquitetônicas e ideológicas voltadas aos festejos de 1940, em Belém, são muito próximas às adotados no evento realizado em Paris. O retorno ao passado foi amplamente utilizado, como forma de justificar e enaltecer o Estado Novo, sobretudo pelo fato de Salazar entender a *Exposição do Mundo Português* como um evento basicamente nacionalista, como bem explicita sua fala na Nota.

É imperativa a noção que os organizadores da *Exposição do Mundo Português* possuíam acerca do uso político do passado. É sabido, entre nós historiadores, que o passado é um constructo do presente. Keith Jenkins, em A

---

<sup>138</sup> ACCIOAIUOLI, 2013, p. 152.

<sup>139</sup> ACCIAIUOLI, Margarida. **António Ferro - A vertigem da palavra**: retórica, política e propaganda no Estado Novo. Lisboa: Bizâncio, 2013. p. 155.

*história repensada*, alerta para o fato de que o, “passado que ‘conhecemos’ é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio, ‘presente’. Assim como somos produtos do passado, assim também o passado conhecido (história) é um artefato nosso”.<sup>140</sup>

O uso deliberado do passado pela propaganda do SPN não visava atender aos interesses de nós historiadores, óbvio. Nesse caso, a concepção de passado enraizada nas propagandas do Estado Novo está mais associada a uma concepção de história monumental. Percebida e analisada por Nietzsche, no século XIX, esse modelo de história serviria, segundo o filósofo, aos interesses do presente, para manutenção ou valorização de grupos detentores do poder.

A história monumental nos engana com suas analogias: com sedutoras semelhanças, ela incita o corajoso à temeridade e o entusiasta ao fanatismo [...]. Quando o homem quer fazer grandes coisas tem necessidade do passado, por intermédio da história monumental que ele se apropria deste passado; ao contrário, aquele que se comprais com a rotina do hábito e o respeito pelas coisas antigas, cultiva o passado como historiador tradicionalista.<sup>141</sup>

No caso português, a aproximação com o modelo de história do século XIX é mais patente do que a forma de história crítica, tal qual a conhecemos hoje. Obviamente, a história monumental narrada na Exposição não buscava a criticidade, mas, seduzir e entusiasmar os visitantes, a partir de retóricas e simbolismos nacionalistas e a exaltação de um passado mítico.

Diferentemente do ocorrido na França, no caso português é possível afirmar que sua Exposição nacionalista visava, muitas vezes, recordar ciclos “monumentais” do passado nacional (mesmo que por vezes tal passado fosse inventado pelo presente). A pretensão não era exaltá-los em si, mas mostrar ao mundo as mudanças proporcionadas em Portugal, a partir de 1926, sem deixar de reafirmar tradições que ainda eram praticadas e que mantinham intacta a identidade do país, mostrando-se inexorável ao tempo. A propaganda visual

---

<sup>140</sup> JENKINS, Keith. **História repensada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 33.

<sup>141</sup> NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre história**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.p. 88-90.

objetivava reafirmar o Estado Novo como guardião da memória, da tradição e da glória imemorial lusitana.

Carregadas de grande interesse político, a exposição nacionalista possuía uma narrativa planejada para ser uma síntese da sociedade, da economia, da cultura, da política, enfim, dos variados aspectos da vida lusitana, todos esses eram sempre vistos por um olhar valorativo dos patrocinadores, como forma de demonstrar a grandeza da sua nação, por meio de uma relação entre os feitos heroicos do passado e a consistência nacional do presente.<sup>142</sup>

Enquanto as exposições internacionais buscavam o enaltecimento da modernidade, a do *Mundo Português* exaltava a “modernização”, tal qual define Raymundo Faoro. A modernidade é algo vivido, praticado e observado nas mais variadas instâncias da sociedade; ela quebra paradigmas e instaura novos hábitos em uma relação muito íntima com os mais variados tipos de progresso (econômico, cultural, científico, tecnológico etc.) A modernização, não. Ela promove o desenvolvimento específico de determinados grupos, não interferindo, necessariamente, no progresso da sociedade em que atua.

a modernidade compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto que a modernização, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que privilegiando-se, privilegia setores dominantes.<sup>143</sup>

Em busca do que podemos denominar como “modernização nacionalista”, a *Exposição do Mundo Português* possuiu uma evidente orientação histórica, visando exaltar, basicamente, três aspectos do Estado Novo português pós 1926: a centenária unidade política, os territórios coloniais e suas conquistas coloniais, e a exaltação do Estado nacionalista forte. No

---

<sup>142</sup> Em interessante abordagem, intitulada “Economia e trabalho no Brasil” (GOMES, 2002, p. 217-259), a historiadora Angela de Castro Gomes faz uma análise dos momentos econômicos do Brasil e como estes são apresentados em exposições durante o período republicano brasileiro. A ideia inicial é apresentar as Exposições realizadas no país como momentos de propaganda acerca da conjuntura econômica brasileira em períodos distintos.

<sup>143</sup> FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 6, n. 14, p.7-22, dez. 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n14/v6n14a02.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014. p. 8.

“Relatório sobre as Projectadas Comemorações de 1939-1940” a direção do SPN, afirmara que

a intenção dessas comemorações foi claramente marcada por S. Ex<sup>a</sup>. o Presidente do Conselho na reunião para qual nos deu a honra de nos convidar: 1<sup>o</sup>: dar um tônico de alegria e confiança em si próprio ao povo português, triste, arrastado, fatalista através da evocação de oito séculos da sua história que foram, simultaneamente, oito séculos da história do Mundo. 2<sup>o</sup>: mostrar a firmeza e a eternidade da nossa independência através da evocação da Restauração de 1640.<sup>144</sup>

Todos esses aspectos seriam integrados em 1940, através de eventos culturais realizados ao longo de quase seis meses de festas, congressos, cerimônias ritualísticas, missas, cavalgadas por todo território, a construção de pavilhões com exposições étnico-culturais de colônias e ex-colônias, encontros intelectuais, danças e músicas exaltando-se a cultura folclórica lusitana; cortejos aos túmulos dos heróis da nação, exposições museológicas com peças que contassem a trajetória gloriosa do povo português, além de uma série de outros eventos culturais que visassem à aclamação da história de Portugal.

Tais previsões estavam anexadas no já referido “Relatório sobre as Projectadas Comemorações de 1939-1940” ao decorrer de 11 laudas. De forma resumida, a fim de visualizar alguns dos eventos pensados para a Exposição, selecionamos alguns pontos que ajudam a entender como se pretendia promover tais exaltações:

[...]

1<sup>o</sup> – A Grande Exposição Histórica do Mundo Português [...];

2<sup>o</sup> – Exposição de Arte Portuguesa [...];

3<sup>o</sup> – Grande Exposição Etnográfica [...];

4<sup>o</sup> – Grande Exposição do Estado Novo [...];

#### E) CONGRESSOS

1<sup>o</sup> – Congresso do Mundo Português

2<sup>o</sup> – Um Congresso de Política Indígena e Colonização [...];

3<sup>o</sup> – Um Congresso Internacional de Jornalista [...];

#### F) CORTEJOS E FESTAS

1<sup>o</sup> – Em Lisboa [...];

2<sup>o</sup> – No Porto [...];

3<sup>o</sup> – No Tejo [...];

#### G) MANIFESTAÇÕES CÍVICAS, HISTÓRICAS E RELIGIOSAS

---

<sup>144</sup> “Relatório sobre as Projectadas Comemorações de 1939-1940”. Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, referência: PC-22 cx. 524.

- 1º – Grande Missa campal em Belém [...];
- 2º – Romagem ao Castelo de Guimarães [...];
- 4º – Comemorações das seguintes datas históricas [...];

#### H) ESPETÁCULOS

- 1º – A abertura do Teatro S. Carlos [...];
- 2º – A representação de autos e evocações na Sé de Lisboa [...];

#### I) PUBLICAÇÕES

[...] Álbum folclórico de costumes e tipos populares portugueses [...]; Um Catálogo Monumental [...]; Os primitivos portugueses [...].<sup>145</sup>

Organizada em um grande espaço, a *Exposição do Mundo Português* ficou distribuída na região de Belém, compreendida entre o Mosteiro dos Jerônimos e o rio Tejo; ladeada de um lado pela estátua de Afonso Albuquerque e do outro pela Torre de Belém. Ao lado da estátua, “sobre a Avenida Índia, nessa altura transformada”, a “Porta da Fundação” foi construída para receber os visitantes, com a apresentação de uma obra feita pelo arquiteto modernista português Cottinelli Telmo. Já próximo à Torre de Belém, fora construído outro portal, denominado de “Restauração”, ambos estabelecendo uma referência às datas símbolos da Exposição.

Algumas interpretações afirmam que “o conjunto refletia as tensões entre os modernistas agrupados em torno de Ferro, e a ala tradicional do Estado Novo, para qual Salazar se inclinava. Dezesete arquitetos, quinze engenheiros e mais de 6 mil operários foram contratados para trabalhar na Exposição”.<sup>146</sup> Em essência, a *Exposição do Mundo Português* foi entregue em junho de 1940, distribuída entre dezessete pavilhões e dois sub-pavilhões, destinados às colônias africanas e asiáticas.

O formato implementado foi, desde o início, traçado politicamente. A ideia de formatar a Exposição em frente ao Mosteiro dos Jerônimos, em Belém, possuía um caráter místico e, ao mesmo tempo, fantasmagórico. De forma complementar, a escolha de Belém era simbólica, visto sua aproximação com o Tejo e ser este o local de partida de boa parte das caravelas que compunham, a

---

<sup>145</sup> “Relatório sobre as Projetadas Comemorações de 1939-1940”. Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, referência: PC-22 cx. 524

<sup>146</sup> MENESES, 201, p. 227.

partir do século XV, o “Império Português”. Ao ratificar e defender a necessidade da Exposição em 1940, Salazar afirmou:

1º – Impõe-se naturalmente, dada a índole das comemorações, e em primeiro lugar, a Grande Exposição Histórica do Mundo Português. O local poderia ser os terrenos vagos da Junqueira até Belém, já nessa altura certamente do Estado e da Câmara Municipal; os fins da Exposição apresentar uma síntese da nossa ação civilizadora, da nossa ação na História do Mundo, mostrar, por assim dizer, todas as pegadas e vestígios no globo.<sup>147</sup>

---

<sup>147</sup> PORTUGAL. Antonio Oliveira Salazar. Presidência do Conselho. Independência de Portugal: Nota Oficial da Presidência do Conselho. **Revista dos Centenários**, Lisboa, v. 1, n. 1, p.5, 31 jan. 1939. Mensal.





**FIGURA2:** Planta-baixa com a divisão dos pavilhões da *Exposição do Mundo Português*. A *Exposição do Mundo Português* foi dividida com os seguintes espaços: 1- Pavilhão da Seção Histórica (onde estavam inseridas os sub-pavilhões referentes às exposições referente às colônias africanas e asiáticas), 2- Lisboa Seiscentista, 3- Lisboa do Futuro, 4- Pavilhão de Festas, 5- Praça do Império, 6- Portugal – 1940 e Brasil (nos dois pavilhões o Brasil seria tema, mas no segundo a organização seria de exclusividade do Governo brasileiro), 7- Pavilhões da Imprensa, C. T. T., etc., 8- Aldeias Portuguesas, 9- Parque Infantil, 10- Seção de Etnografia Metropolitana, 11- Restaurantes, 12- Teatro, 13- Espelho de água, 14- Infante D. Henrique, 15- Doca, 16- Nau, 17- Síntese do Mundo Português. **FONTE:** Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://purl.pt/28025>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

Após a escolha, coube ao arquiteto Cottinelli Telmo a tarefa de construir, em curto espaço de tempo, uma grande Exposição impactante visualmente, mas, ao mesmo tempo, que não demandasse grande volume de verba e fosse realizada no espaço recomendado por Salazar. Segundo a pesquisadora Joana Sebastião, a Exposição deveria ser temporária, dando a possibilidade para o arquiteto poder trabalhar e reforçar sua expressão arquitetônica de caráter modernista, muito próxima das características adotadas no Pavilhão Português em Paris. Para a ocasião, foi elaborado um projeto no qual Cottinelli desenhou

um espaço com cerca de 560 mil metros quadrados, voltado para o Tejo, em frente ao Mosteiro dos Jerónimos, entre a Praça Afonso de Albuquerque e Belém. Localiza-se, assim, numa zona inevitavelmente ligada à tradição dos Descobrimentos. Organizava-se à volta da Praça do Império, que era definida tanto pelos Jerónimos e o Tejo como pelos maiores pavilhões do conjunto: o Pavilhão de Lisboa e o Pavilhão de Honra. Notava-se claramente que esta visão tinha saído “da mente de um visionário romântico que aceitara figurar a História e que concretizara essa aspiração” (Acciaiuoli, 1998, p.118). A exposição organiza-se segundo zonas temáticas que, conforme dito no Guia da Exposição (1940) se distribuíam segundo três temas: a zona histórica, que compreendia os pavilhões da Fundação, Formação e Conquista, da Independência, dos Descobrimentos, da Colonização e dos Portugueses no Mundo; a secção de Etnografia Metropolitana ou o Centro Regional, onde se instalou o Núcleo das Aldeias Portuguesas; e, por fim, a secção Colonial, com o pavilhão do Brasil, uma reconstituição de uma rua de Macau, etc.<sup>148</sup>

A proximidade com o Tejo, com o Mosteiro dos Jerónimos, bem como com a Torre de Belém, remete a uma estratégia lusitana de reviver os tempos áureos do Império Ultramarino, cujo auge se deu entre os séculos XV e XVI. Como dito, a escolha simbólica de Belém está relacionada à carga mitológica existente dentro do espírito português em relação a essa região. No entanto, além desses simbolismos, Belém carrega a mítica imperial tão reforçada nos discursos do Estado Novo, e a escolha de uma paisagem que reforçasse esse mito foi basilar na organização do espaço que se encontra entre as memórias ultramarinas do Tejo e a proteção católica representada pela imponência do Mosteiro dos Jerónimos.

---

<sup>148</sup> SEBASTIÃO, Joana Rita Amante Rodrigues. **Arquitetura, imagem e cenografia**: o Estado Novo e a construção de uma identidade nacional. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Departamento de Arquitectura da FCTUC, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013. Disponível em: <[https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24212/1/Joana Sebastião.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24212/1/Joana%20Sebastiao.pdf)>. Acesso em: 2 dez. 2016. p. 33.

De forma didática, o historiador inglês Simon Schama indica o quão carregado de simbolismos culturais os panoramas são construídas, muitas vezes com intenções políticas. Assim, um cenário pode ser constantemente ressignificado a partir dos interesses do presente, bem como pode ter seus estereótipos reforçados para atender proveitos contemporâneos. Nesse ponto, Schama afirma ser de grande importância “perceber o contorno fantasmagórico de uma paisagem antiga, sob a capa superficial do contemporâneo, equivale a perceber, intensamente, a permanência dos mitos essenciais”<sup>149</sup> necessários aos propósitos do presente.

Como destacado anteriormente, o Estado Novo baseava-se na manutenção e propagação de mitos, dentre eles o mito imperial, no qual “o desígnio mítico da raça concretizava-se no ideal reencontrado do império: o império como entidade ontológica e natural-organicista concretizadora dessa vocação”;<sup>150</sup> e o mito da “essência católica da identidade nacional”, pelo qual se “entendia a religião católica como elemento constitutivo do ser português, como atributo definidor da própria nacionalidade e da sua história”.<sup>151</sup>

Após a escolha, fez-se fundamental elaborar o espaço de forma a escolher os mitos, os heróis e as passagens históricas que foram responsáveis pela construção da alma nacional lusitana. Caro ao Regime, o reforço do discurso nacionalista se fazia indispensável naquele momento, como uma forma de fortalecer o Estado Novo como ainda imperativo à defesa da nação e à manutenção de uma pretensa “paz social” instaurada em Portugal após a subida de Salazar ao poder, ideia propagada por Ferro, inclusive, durante a exposição de Paris em 1937.<sup>152</sup>

Em seu livro de memórias, ao recordar a *Exposição do Mundo Português*, Ferro dava um exemplo de quão basilar foi o discurso nacionalista durante os meses de comemorações. Em evento realizado no Brasil em 1941, o Diretor do SPN afirmou que os eventos de 1940 reafirmaram a confiança do povo português em seus líderes, vistos por ele como verdadeiros defensores do

---

<sup>149</sup> SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 27.

<sup>150</sup> ROSAS, 2001, p. 1036.

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> ACCIAIOLI, 2013, p. 155.

sentimento nacional português, capazes de promover a união nacional em torno dos interesses da nação.

As Comemorações Centenárias, marcaram, precisamente, a fronteira entre o passado e o presente, fronteira que separa dois mundos. Assim como ano de 1940, ano que se celebrou o nosso nascimento, foi o Natal esplendoroso da raça portuguesa, assim no ano que decorre, sua consequência, está sendo o ano da perfeita unidade nacional, o ano em que todos os portugueses, faça os perigos e ameaças da hora presente, cerram fileiras em volta dos seus chefes, em volta de Carmona e Salazar que transformar uma terra de lutas e de partidos numa nação inteira!<sup>153</sup>

A pesquisadora Joana Sebastião desenvolveu um estudo de grande valia para entender o uso da arquitetura como instrumento de propagação das ideias autoritárias. Sua pesquisa foca no caso estadonovista português. Em dado momento Joana Sebastião alerta para a necessidade que regimes autoritários tinham de utilizar o espaço das cidades como forma de reforçar os estereótipos míticos e ideológicos típicos do salazarismo e de outros regimes de características fascistas. Nesse caso, a pesquisadora reforça a premissa de que

Sendo que a cidade e o construído transportam em si a sua história, para um regime político de premissas egocêntricas a pegada deixada na cidade e o moldar da história que nela já se encontra registada será um dos grandes objetivos. Se tudo o resto falhar, a sua marca na história ficará garantida. A monumentalização da história – não toda a história, naturalmente apenas aquela que sirva os seus propósitos - traz consigo um orgulho nacional que, sem ele, estes regimes não sobrevivem. O orgulho que os motiva é transmitido para o cidadão através destas sensações que são despoletadas pelo construído. A arquitetura consegue assim realçar ou disfarçar os valores para eles positivos ou negativos a inculcar ou a retirar da sociedade que governam e pretendem controlar.<sup>154</sup>

A participação ativa de António Ferro, homem de confiança do Presidente do Conselho, denota a importância que o evento passou a ter dentro do calendário das décadas de 1930 e 1940, logo, a necessidade de encarar a arquitetura desse evento como uma ferramenta de convencimento ideológico, de um regime que, constantemente, necessitava de reconhecimento popular,

---

<sup>153</sup> FERRO, António. **Estados Unidos da Saudade**. Lisboa: Edições SNI, 1949. p. 81.

<sup>154</sup> SEBASTIÃO, 2013, p.11.

passa a ser algo de grande relevância para entender como, e em que circunstâncias, as ações do SPN se operacionalizavam.

De forma oficial, buscava-se promover uma “Grande Exposição do Estado Novo, na qual se procuraria mostrar tudo quanto o Estado Novo tem feito, desde a sua estrutura orgânica, até à obra de renovação e de ressurgimento moral e material, o que está realizado e a projecção no futuro”.<sup>155</sup> Foi no intuito de pôr em prática tais projetos que, a partir de 1938, Belém passou a ser reformulada a fim de ressuscitar memórias e resgatar histórias para sustentar os feitos do presente. A partir dessas práticas, Lisboa exibiu uma arquitetura em homenagem a um passado legitimador.

## **2.2. A revitalização de Belém: a ideologia estadonovista transforma a paisagem da cidade.**

Com traços tanto de empreendimento pedagógico como de parque temático, as exposições universais contemplam, igualmente, outra importante dimensão, de especial interesse para este trabalho: ao longo de seus mais de 160 anos de História, as expos consolidaram-se como espaços de afirmação nacional e projeção internacional dos países, seja como anfitriões, seja como participantes.<sup>156</sup>

Embora não se denominasse universal, a *Exposição do Mundo Português* possuiu tal característica didática, explicativa e pedagógica, bem como suas irmãs mais velhas e mais ousadas, no sentido de se denominarem internacionais. No caso lusitano, previa-se a vinda de estrangeiros ao país, inclusive o Brasil, configurado como convidado de honra pela Presidência do Conselho, até mesmo com esforço diplomático lusitano intenso, buscando a vinda dessa delegação às comemorações de 1940. Mas em essência, os festejos foram destinados a atender o público local, de forma a aproximar a população portuguesa do projeto estadonovista de nação, desenhado por

---

<sup>155</sup> PORTUGAL. Antonio Oliveira Salazar. Presidência do Conselho. Independência de Portugal: Nota Oficial da Presidência do Conselho. **Revista dos Centenários**, Lisboa, v. 1, n. 1, p.6, 31 jan. 1939. Mensal.

<sup>156</sup> GOLDMAN, Flávio. **Exposições universais e diplomacia pública**. Brasília: FUNAG, 2016. 296 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1156-exposicoes-universais-e-diplomacia-publica.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2017. p. 34.

Salazar e seu Ministério, e colocado em prática por António Ferro, seu astuto e atuante propagandista.

Aliás, é sabido que a aproximação entre ambos ocorreu em princípios da década de 1930, por meio de uma série de entrevistas que Ferro fez com Salazar. A narrativa oficial de Ferro – a mesma que se cristalizou na historiografia tradicional – afirma que após o artigo de Ferro, denominado “O ditador e a multidão”, Salazar teria convidado Ferro para fundar e dirigir o Secretariado da Propaganda Nacional.

No livro *Salazar*, publicado por António Ferro em 1933, é possível perceber em alguns momentos da entrevista a tendência do autor em insistir com Salazar em dois pontos que considerava um defeito do Regime: a falta de uma aproximação do ditador em relação ao povo, como também uma falta de alegria, de uma “política do espírito”.

Nesse sentido, o artigo “O ditador e a multidão” trazia considerações importantes referentes à frieza do governo. Nele, o jornalista tece duras críticas à ausência de aproximação do Presidente do Conselho junto à população que não conseguia se ver representada na figura do seu líder. Curioso foi saber que Salazar concordava com o posicionamento de Ferro, afirmando em resposta:

- Li seu artigo, “O Ditador e a Multidão”, cujo sentido compreendi. Julgo, talvez, que eu tivesse ficado magoado com a intenção clara das suas palavras, mas quero afirma-lhe, com muito prazer, que se enganou. Gostei do artigo e concordei com ele. Eu sou o primeiro a sentir essa frieza de que me fala e é absolutamente verdadeira.<sup>157</sup>

Pode estar nessas palavras a motivação para se criar, ainda em 1933, o SPN, cujo comando seria ocupado pelo “Diretor” António Ferro, até 1949. Por ora, interessa a frieza percebida por Ferro na relação entre Salazar e a população. Visto como um homem acadêmico, de gabinete, o Presidente do Conselho é questionado por Ferro quanto a uma possível resolução para o problema da frieza e do desânimo, percebidos na relação entre o Regime e o povo. Ferro sugere:

---

<sup>157</sup> FERRO, António. **Salazar: o homem e sua obra**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933. p. 83-84.

– Permita-me, Sr. Presidente, que aborde um problema, que chega na sua altura própria e que me interessa especialmente: o problema da arte, das letras e das ciências. Não lhe parece que essa frieza do momento, que essa falta de elevação se devem atribuir, em grande parte, à ausência duma inteligente e premeditada Política do Espírito dirigida às gerações novas, que as traga à superfície, que lhes dê um papel nesta hora de insofismável renovação? Todos os grandes chefes, grandes condutores de povos, assim o fizeram.<sup>158</sup>

Ao assumir a posição de Secretário do Regime, foi em busca de fortalecer essa “Política do Espírito” que o SPN e seu Diretor atuaram próximos à formação da opinião pública. Ferro sabia da importância da propaganda nos regimes europeus para se alcançar o fortalecimento dos estados autoritários junto à população que, muitas vezes, sentia cotidianamente a perda de suas liberdades.

A concepção de “Política do Espírito” empregada pelo Estado Novo tem relação direta com a concepção de uma política cultural. A “Política do Espírito”, citada por Ferro, está relacionada a uma política de atuação através dos meios culturais, como a música, a literatura, o teatro, a propaganda, a pintura. De tal modo, esse modelo visava intervir nas produções subjetivas, junto à formação dos discursos e seus autores, objetivando fortalecer as concepções de patriotismo, nacionalidade e tradição. Segundo Ferro, “as artes e as letras foram sempre consideradas como instrumentos indispensáveis à elevação dum povo e ao esplendor duma época. É que a arte, a literatura e a ciência constituem a grande fachada duma nacionalidade, o que se vê lá de fora”.<sup>159</sup>

De tal forma, Ferro conseguiria alcançar os objetivos já traçados no seu contato com Salazar em 1932, quando ambos concordavam com Maquiavel e evidenciavam a falta de proximidade do ditador e seu Regime junto à nação. A partir de então Salazar, segundo o jornalista, passou a entender a importância na elaboração e no fortalecimento de uma política do espírito (política cultural) voltada para a valorização das ações do Regime:

Na Itália sente-se a alegria das ideias em marcha, das ideias que cantam. Em Portugal respeita-se a obra do ministro das finanças, reconhecem-se benefícios materiais da Ditadura, mas há um certo mal-estar, uma certa inquietação, uma tendência para o

---

<sup>158</sup> Ibid. p. 86.

<sup>159</sup> FERRO, António. **Salazar: o homem e sua obra**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933. p.86.

descontentamento, que vem da frieza do ambiente, talvez do isolamento do seu chefe. Somos um povo nostálgico, que precisa de música, de alegria, da simpatia humana do poder, para sacudir o seu pessimismo, a sua tristeza nata... [...]. O povo na verdade gosta que pensem nele, que procurem diverti-lo, acarinha-lo... “Contentar o povo e não descontentar os grandes, eis a máxima dos que sabem governar”, disse Maquiavel, que não era tão feio como o pintavam.<sup>160</sup>

Ao tentar elucidar momentos como esses, no qual a subjetividade foge às palavras, os historiadores contemporâneos passam a ter um grande aliado na interpretação de tais situações. Ter a opção de fotografias como fonte histórica é uma forma de conseguirmos visualizar, minimamente, aquilo que não mais podemos perceber nas palavras escritas.

Em vista disso, de forma alguma se pode dizer que as fotografias trazem à tona uma verdade maior ou menor do que os documentos escritos – algo aliás já sacramentado pela historiografia ocidental desde ao menos a década de 1970 com os *Annales*.<sup>161</sup> Naquele momento, Jacques Le Goff afirmava que o estudo “das imagens permite que se faça uma contra-análise social por aquilo que revela do não-dito, do não visto, dos lapsos de uma sociedade. Esta operação associa-se necessariamente ao exame da relação entre as imagens e a sociedade que as produz e que as recebe”.<sup>162</sup> No caso aqui em análise, as fotografias foram tomadas apenas como vestígios que ajudam na interpretação da *Exposição do Mundo Português*, no que tange a seu caráter visual, estético e pedagógico.

---

<sup>160</sup> Ibid. p.83-85.

<sup>161</sup> De acordo com a historiadora Ana Maria Mauad, “a iniciativa de renovação da oficina da história, defendida pelos pais fundadores do *Annales*, que conclamaram seus pares a saírem de seus gabinetes e a aprenderem a “ler” a demarcação dos campos, ou os rituais da cavalaria medieval, foi amplificada pela revolução documental que a história serial [proporcionou] dos anos 1970 em diante, com as publicações-manifesto da Nova História Francesa, novos objetos, novos problemas e abordagens começaram a fazer parte da reflexão historiográfica[...]”. **FONTE:** MAUAD, Ana Maria. Apresentação. In: MONTEIRO, Charles (Org.). **Fotografia, história e cultura visual:** pesquisas recentes. Porto Alegre: PUC-RS, 2012. p. 6-7.

<sup>162</sup> LE GOFF, Jacques Le. A história Nova: Imagem. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Org.). **A Nova História.** Coimbra: Almedina, 1978. p. 290.



### 2.2.1. Os Pavilhões da *Exposição do Mundo Português* e suas estéticas ideológicas

A imagem é, portanto, vestígio e não conclusão. É uma das formas dos historiadores lançarem mão para repensar, não para reviver o momento passado em sua inteireza. Como já pontuou sucintamente Paul Ricoeur, em sua análise sobre a narrativa da história, “repensar já contém o momento crítico que nos obriga a fazer um desvio pela imaginação histórica”.<sup>163</sup> Nesse sentido, a análise das imagens possibilita compreender de que modo os mitos, as ideologias e os ideais políticos foram visualizados, narrados e estilizados pelas ruas de Belém, ao ser reformulada em nome do nacionalismo e do patriotismo do Estado Novo.

O material iconográfico é um grande filão para as análises de realidades nas quais política, autoritarismo e propaganda se misturam. O historiador Rodrigo Patto de Sá Motta sintetizou bem essa relação e a importância desses registros gráficos para a compreensão de eventos políticos e sua repercussão, através de materiais de divulgação e propaganda. Para Patto, “a utilização de imagens gráficas (figuras) para fins de propaganda política constitui um recurso bastante eficaz, notadamente num país com altos percentuais de população iletrada”.<sup>164</sup> Seja através de caricaturas, desenhos ou fotografias, essa é uma função das imagens enquanto mecanismos de propagação de ideais políticos.

Rodrigo Patto, diferente do que muitos pensam, desnaturaliza a função das iconografias enquanto materiais que possuem uma função didática apenas para iletrados. Ao contrário, “as imagens exercem impacto forte mesmo sobre os alfabetizados, na medida em que fixam as mensagens de forma rápida e sintética, atingindo um resultado que as outras formas de comunicação dificilmente alcançam”.<sup>165</sup> Portanto, é de se aceitar que a fotografia, como qualquer outra fonte iconográfica, exerce um forte e convincente mecanismo de persuasão, característica bastante difundida e praticada durante vários regimes autoritários, nas décadas de 1930 e 1940.

---

<sup>163</sup> RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**: o tempo narrado. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 3 v. p. 234.

<sup>164</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 89.

<sup>165</sup> Idem.

Além de ter sido um evento com grande propagação pelo território, a Exposição de 1940 teve uma duração considerável (entre junho e dezembro) demandando uma produção significativa de material gráfico que ajuda a compreender o momento e, em um exercício cuidadoso, perceber como a organização arquitetônica e os eventos realizados em Belém atuaram pedagogicamente no exercício de disciplinar e ensinar aos visitantes o tal espírito nacional estadonovista.

Quanto à *Exposição do Mundo Português*, o historiador Fernando Catroga afirma que “toda a sua simbologia procurava veicular imagens tendentes a aurear [sic] o regime [salazarista] como se este fosse a culminação apoteótica do Império, isto é, do próprio sentido da história de Portugal”.<sup>166</sup> Tomando por base as exposições do século XIX, “o Estado Novo o irá incorporar, modificando-o, porém, em consonância com o pendor ainda mais nacionalista, imperialista, corporativo e católico da sua ideologia”.<sup>167</sup> No intuito de inculcar na população essas imagens, a Revista dos Centenários trouxe uma série de colunas contendo artigos que tratavam de discutir a questão do nacionalismo português, ratificando e propagando suas “origens” quando nenhuma outra ainda possuía tais características.

A partir dessas intenções, fez-se necessário construir uma tradição nacionalista justificando o Estado Novo como parte de um projeto de nação que estava em curso havia séculos. Esse processo de criação de uma tradição nacional foi pautado nos conceitos de nação, pátria, Estado, nacionalismo e império. A invenção dos costumes como ritos, efemérides, heróis, etc. foi algo recorrente dentre as nações ocidentais, principalmente entre fins do século XVIII e início do século XX, não excluindo o fato de determinados Estados Nacionais terem passado por esse processo em momentos anteriores ou posteriores a esse período. De forma geral, a concepção clássica de “tradição inventada” defendida por Eric Hobsbawm é fundamental na interpretação desse estudo, pois deve ser entendida como:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica,

---

<sup>166</sup> CATROGA, 2005, p. 128.

<sup>167</sup> Ibid. p. 127.

visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado [...]. Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial.<sup>168</sup>

Essa artificialidade citada por Hobsbawm na “invenção das tradições” é plenamente perceptível nas páginas da *Revista dos Centenários*. É possível identificar uma forte influência das intenções políticas do Estado Novo português na concepção desse passado nacional, imperial e estatal nos artigos produzidos para este periódico. Para entender a forma na qual esses preceitos foram tratados na revista, selecionou-se três colunas que compuseram as páginas desse periódico, e foram publicadas em mais de um número da revista, em seus dois anos de existência.

As colunas, “Castelos de Portugal”, “Cartas de D. João IV” e “Portugal é uma Nação” revelam o percurso e as estratégias discursivas elencadas para elaboração de uma genealogia nacional e imperial do passado português a partir de 1140, pretendendo uma evidente consolidação do Estado português salazarista. Comum às três colunas é a criação de marcos temporais que justificavam, não o passado por ele mesmo, mas a forma na qual o Estado Novo se apresentava após 800 anos, como uma continuidade do império de D. Afonso Henriques, defendendo de forma hierarquizada e nacionalista o passado glorioso e as tradições históricas de Portugal.

Das três, “Castelos de Portugal” foi a coluna mais ativa da *Revista dos Centenários*. Sempre com autoria de Jorge das Neves Larcher,<sup>169</sup> esteve presente em 16, dos 22 números do periódico, sendo sua participação interrompida em breves momentos, por exemplo, no primeiro e no último número

---

<sup>168</sup> HOBBSAWM, 1997, p. 9-10.

<sup>169</sup> A coluna “Castelos de Portugal” publicada na *Revista dos Centenários*, corresponde uma síntese de dois livros publicados por Jorge das Neves Larcher (1890-1945), denominadas *Castelos de Portugal – Distrito de Leiria* (1933) e *Castelos de Portugal – Distrito de Coimbra* (1935). Segundo Joaquim dos Santos, “obras que, como afirma o autor, pretendiam ser de divulgação e dirigir-se ao público em geral. Aproximadamente apela mesma época João Grave (1872-1934) elaborou a sua obra *Castellos Portuguezes*, O primeiro estudo de síntese sobre os castelos portugueses”. (SANTOS, 2012, p. 125). Jorge das Neves Larcher foi um pesquisador português que se dedicou a estudar a história dos castelos de Portugal. Seus estudos são compostos por análises arquitetônicas e a relação dessas construções com a história nacional portuguesa. Dentre seus livros, *Castelos de Portugal* (1935) e *Em defesa dos Castelos de Portugal* (1937) são suas obras mais conhecidas. Com relação a sua biografia não conseguimos encontrar muitas informações.

da revista, o que demonstra sua importância para as intenções políticas dos editores.

A princípio, “Castelos de Portugal” é um daqueles artigos despretensiosos, quer por sua temática, quer pela narrativa empregada por Jorge Larcher, pois sua proposta praticamente se resume a fazer um levantamento histórico dos castelos existentes no território português, promovendo observações pontuais relacionadas ao atual estado estrutural dessas obras, além de em alguns momentos cobrar as autoridades responsáveis pela manutenção patrimonial das construções.

Contudo, a narrativa de Jorge Larcher ganha contornos significativos ao se perceber que, na verdade, os castelos são tomados em sua narrativa como “testemunhos” do nascimento do “Estado” português durante o século XII, mais precisamente a partir das ações de D. Afonso Henriques, frente à presença mulçumana na península Ibérica. Ainda, são vistos como “exemplares vivos” da força e da atuação imperial e cristã que deram “origem” à “nação” portuguesa, por meio de atos heroicos dos homens e suas ações junto a essas “fortalezas”.

Para o SPN, caberia aos homens das letras a função de traduzir o regime e incorporar o sentimento nacionalista no povo, no caso específico, fazia-se necessário encalçar uma “consciência nacional nas massas” a partir de um movimento iniciado e incitado pelos homens de ação do Estado Novo português. Segundo Eric Hobsbawm – em uma análise da concepção de nação desenvolvida por Hroch –, nesse tipo de compreensão de nação, existe um importante ponto a ser considerado:

O primeiro é que a “consciência nacional” se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um país; essa diversidade regional e suas razões foram notavelmente esquecidas no passado. A propósito, a maioria dos estudiosos concordaria que, qualquer que seja a natureza dos primeiros grupos sociais capturados pela consciência nacional, as massas populares – trabalhadores, empregados, camponeses – são as últimas a serem afetadas.<sup>170</sup>

A escrita de Jorge Larcher evidencia o exercício do letrado em busca de uma invenção da tradição nacional e estatal lusitana, a qual estaria diretamente ligada ao presente, conseqüentemente, ao Estado Novo, a partir da defesa do

---

<sup>170</sup> HOBBSAWM, 1991, p. 21.

ideal nacional e imperial português, tão característicos na condução promovida pelo Presidente do Conselho, António Salazar. Em alusão aos estudos promovidos por Jorge Larcher referentes aos castelos portugueses, o estudioso Joaquim dos Santos afirma que a narrativa de Larcher sobre essas construções compunha-se de

textos de índole historicista que narravam – mais ou menos apologeticamente – feitos históricos associados a cada castelo, misturados com lendas e descrições formais complementadas por fotografias ou desenhos (Jorge Larcher compilou ainda textos antigos mencionando os respectivos castelos). [...] desenvolveu uma parte substancial dedicada à contextualização histórica e à evolução das fortificações desde as suas prováveis origens até à Idade Moderna, [...] Para explicitar mais claramente a evolução das fortificações, foram explicados os eventos históricos gerais (que descreviam a importância dos castelos na formação de Portugal e a sua significação memorativa patriótica), sublinhando também a poliorcética [sic] e os aspectos administrativos com o fim de expor as razões para as transformações realizadas nas estruturas defensivas ao longo dos tempos.<sup>171</sup>

Joaquim dos Santos não deixa de citar a participação Jorge Larcher junto ao conselho editorial da Revista dos Centenários, “manifestando [em sua coluna] a importância que possuíam os castelos para a ideologia do Estado Novo”.<sup>172</sup> Jorge Larcher irá constantemente entrelaçar os interesses da Igreja com os do Estado, prática comum ao cotidiano político e administrativo durante o Estado Novo. Aliás, durante a *Exposição do Mundo Português*, não por acaso construída em frente ao Mosteiro do Jerônimos, deixava explícita a ligação íntegra existente entre a Igreja Católica e Portugal nos primórdios de sua fundação, reafirmada e fortalecida durante o Estado Novo.

A defesa pela preservação e recuperação dos castelos, segundo Larcher, fazia-se necessária como parte de um processo fundamental de preservação das origens da nacionalidade portuguesa. Os castelos e suas redondezas seriam considerados monumentos, espaços sacralizados, patrimônios nacionais por terem abrigado homens como D. Afonso Henriques, certidões de nascimento do Estado Nacional, homenageados pelos festejos de 1940, fazendo vibrar no presente um passado idealizado e escolhido para contribuir e reforçar os sentimentos cristão, imperial e nacional de Portugal.

---

<sup>171</sup> SANTOS, 2012, p. 125.

<sup>172</sup> Idem.

Se o objetivo de “Castelos de Portugal” foi justificar 1140 como o marco fundador do Estado Nacional, “Cartas de D. João IV” atuou no sentido de legitimar 1640 como um momento de reafirmação do Estado e do nacionalismo português. “Apresentadas e anotadas por Eduardo Brazão”, a seleção de cartas atribuídas a D. João IV foi parte de um processo de pesquisa realizado na “Biblioteca da Ajuda”, durante a qual o pesquisador foi

tomando nota de muitos e preciosos elementos para reconstituição desse período glorioso que começou no 1º de Dezembro de 1640 e só terminou em 68, depois de assinada a paz com a Espanha. Espero dar a conhecer as principais peças desse rico aglomerado, até ao final de 1940, ano em que Portugal vai comemorar solenemente o terceiro centenário da sua *Restauração*. Para a Revista dos Centenários trago algumas cartas de D. João IV, reservando os dois grosso códices das cartas do soberano dirigidas a Vila Nova da Cerveira para as publicar em conjunto. [...] Como é sabido, na nossa monarquia, os grandes senhores, por mais privilegiados que fossem, tinham um grande número de atribuições que lhe eram impostas para com o poder central «avultando entre elas o serviço militar e o dever de comparecer em cortes». Estas, durante o reinado de D. João IV, reuniram-se cinco vezes: em 1641, 42 e 46, em Lisboa, em 1649, em Tomar em 1653, de novo na capital. A primeira, de 1641, teve como **objetivo fundamental «a consagração do nacional do movimento restaurador»**. [grifos meus]<sup>173</sup>

Ao empregar a citação “a consagração do nacional do movimento restaurador” fica explícito o intuito do autor: condicionar 1640 como justificativa para 1940, momento de exaltação de um discurso nacionalista pelo Estado Novo. A referência utilizada não foi extraída das cartas de D. João IV, mas do pesquisador Fortunato de Almeida,<sup>174</sup> no seu livro *História de Portugal*. A interpretação da coluna denota a intenção de Eduardo Brazão<sup>175</sup> em relacionar

---

<sup>173</sup> BRAZÃO, Eduardo. Algumas cartas de D. João IV: apresentadas e anotadas por Eduardo Brazão. **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 13, p.4, 31 jan. 1940. Mensal.

<sup>174</sup> Historiador português com formação em Direito pela Universidade de Coimbra, o bacharel Fortunato de Almeida (1896-1933) foi utilizado durante muito tempo como principal referência historiográfica em Portugal. Professor da Universidade de Coimbra, produziu uma vasta bibliografia, "compreendendo monografias, compêndios escolares, artigos em revistas científicas e traduções, destacando-se entre os seus trabalhos: *O Infante de Sagres* (Porto, 1894); *História da Igreja em Portugal* (8 vols.; Coimbra, 1910-1924); *História de Portugal* (6 vols.; Coimbra, 1922-1929)". FONTE: UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **História da Ciência na Universidade de Coimbra** Disponível em: <[http://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/ANDRADE\\_Fortunatodealmeidapereirade](http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/ANDRADE_Fortunatodealmeidapereirade)>. Acesso em: 20 maio 2015.

<sup>175</sup> Filho de um conhecido e respeitado teatrólogo, Eduardo Brazão foi historiador e diplomata português. Membro da Academia Portuguesa de História, a partir da década de 1940 se tornou diplomata, chegando a ser cônsul em Hong-Kong entre 1945 e 1950. Publicou algumas obras,

as cartas – nas quais em nenhum momento se lê palavras como nacional ou nacionalismo – com o sentimento de nacionalismo defendido pela propaganda do SPN durante o *Congresso do Mundo Português*.

Com o início de 1940, a coluna “Portugal é uma Nação”, de Armando Marques Guedes,<sup>176</sup> começa a ser publicada com teor semelhante às outras duas, embora a empreitada do autor tenha sido mais hercúlea. Coube a Marques Guedes traçar em sua narrativa uma origem da nação portuguesa, articulando os anos de 1140, 1640 e 1940 como marcos da história nacional portuguesa, sendo o ano de 1940 aquele no qual se alcançou o ápice do sentimento nacional.

Nas três colunas, porém mais especificamente na de Marques Guedes, esses marcos são sempre tomados como fases difíceis pelos quais o Estado passou e vinha passando. Momentos compreendidos como de maior necessidade de uma reafirmação dos valores nacionais e sempre conduzidos pela égide de um líder nato, com condições de unir a pátria, a nação e o império imortalizado ao longo de 800 anos de história.

Na lógica da propaganda do SPN, se D. Afonso Henriques fora responsável pela formação do Estado Nacional português frente aos mouros, D. João IV o era pela reafirmação do nacionalismo e pela expulsão dos espanhóis, cabendo a Salazar no século XX, a dura missão de consolidar o império ultramarino, combater o liberalismo que assolava a Europa nos anos trinta e reascender o espírito nacional tão necessário às horas difíceis. Tal apoio estaria condicionado à aceitação do povo, mais ainda, ao reconhecimento popular ao esforço do Estado Novo em prol da defesa da pátria.

Analisando a conjuntura europeia, principalmente após o fim da I Guerra Mundial, Marques Guedes apontava a necessidade de se ter um governo forte,

---

como *Relance da história diplomática de Portugal* (1940) e *Macau: cidade do nome de Deus na China, não há outra mais leal* (1957).

<sup>176</sup> Armando Marques Guedes (1886-1958) foi um influente jurista lusitano. Professor da Universidade Técnica de Lisboa, foi responsável em 1930 pela criação do Centro de Estudos Democráticos em parceria com outros letrados da época. Durante a I República portuguesa, “foi deputado, ministro e presidente da câmara municipal do Porto (1919-1920); deputado do Partido Democrático eleito em 1925 e Ministro das Finanças de António Maria da Silva no último governo da I República, entre 17 de dezembro de 1925 a 30 de maio de 1926”. FONTE: POLITIPÉDIA – Repertório Português de Ciência Política (Comp.). **Guedes, Armando Marques (1886-1958):** Guedes, Armando Marques (1886-1958). Disponível em: <<http://www.politipedia.pt/guedes-armando-marques-1886-1958-2/>>. Acesso em: 24 maio 2015.

austero frente à nação. A defesa de um estado antigo como o português sempre necessitou de governos assim nos momentos de crise. Segundo afirmou,

Portugal fez-se nação e como nação tem vivido há oito séculos, sem descontar os 60 anos de união a Castela, porque, durante eles, a nação viveu «no sepulcro do estado morto» e dele ressurgiu, como Lázaro, na hora própria. [...] Haverá maior e mais delicada oportunidade para que Portugal recorde que vive livre em suas fronteiras há oito centúrias e nelas querem firmemente persistir e sobreviver à tormenta que desabou sobre o Velho Mundo? Para que proclame que foi e é uma Nação e, como tal, tem o direito supremo de viver como estado livre e independente?<sup>177</sup>

Essa defesa do Estado, feita por Marques Guedes, vem após um histórico que traçou em sua coluna sobre a situação de conflitos pela qual a Europa passara durante a década de 1930, enfatizando o fato de a Guerra Civil espanhola ter conseguido reafirmar sua nacionalidade, ficando “selada pelo sangue, a sua unidade política”, situação que poderia ser evitada em Portugal, por um governo que valorizasse a centralização e a unidade nacional.

A natureza das três colunas faz parte de um projeto de governo que visava inserir a sociedade dentro do programa político do Estado Novo. O SPN, através dos seus mecanismos de propaganda, tencionava, por meio de um evento de grande expressão, impressionar e integrar a sociedade, utilizando o passado como uma legitimação para as ações do presente. A concepção de nacionalismo defendida por esse discurso foi caracterizada pelo historiador Fernando Rosas, a partir do que definiu como *mito do novo nacionalismo português*, segundo qual,

o Estado Novo não seria mais um regime na história política portuguesa; era o retomar do verdadeiro e genuíno curso da história pátria, fechado que fora, pela revolução nacional, o parêntesis obscuro desse século antinacional, quase a-histórico, do liberalismo. O Estado Novo surgia, assim, como a institucionalização do destino nacional, a materialização política no século XX de uma essencialidade histórica portuguesa mítica. Por isso, ele cumpria-se, não se discutia, discuti-lo era discutir a nação. O célebre *slogan* «Tudo pela Nação, nada contra a Nação» resume, no essencial, este mito providencialista.<sup>178</sup>

---

<sup>177</sup> GUEDES, Armando Marques. Portugal é uma Nação. **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 13, p.3, 31 jan. 1940. Mensal.

<sup>178</sup> ROSAS, 2001, p. 1034.



O esforço despendido pelos letrados ligados ao SPN revela a intencionalidade no uso constante do passado como justificativa para o presente. Nele, o Estado Novo era apresentado como um projeto de nação que dava continuidade ao processo de conquistas e reafirmava a unidade do Estado português. A propaganda do “império português” passava inevitavelmente pela defesa de uma política colonialista, e justificar as ações colonialistas parecia ser um grande empecilho para o Estado e um desafio para os letrados envolvidos no projeto do SPN.

Era necessário fundamentar e exemplificar para os colonizados os prós e a finalidade da política imperial. O discurso de propaganda, utilizado pelo SPN durante os preparos e os festejos de 1940, se referia aos irmãos de além-mar, da África e da Ásia. Para a legitimação do discurso colonialista, a participação do Brasil fazia-se necessária, a partir de uma estratégia de aproximação dos letrados lusos e brasileiros, visando a construção discursiva relacionada a um passado colonial harmônico e benéfico, principalmente para o Brasil.

Cottinelli Telmo foi o arquiteto e coordenador responsável pelas equipes encarregadas pela estruturação dos prédios, praças e demais espaços que produziram a paisagem idealizada de Belém. Todavia, uma série de arquitetos se envolveu na produção espacial da *Exposição do Mundo Português*, quase todos arregimentados por Duarte Pacheco<sup>179</sup> “que chamou os antigos arquitetos para integrarem a equipe daqueles que seriam os responsáveis pelo projeto dos pavilhões do “grande espetáculo da restauração nacional”.<sup>180</sup> No caso de 1940, escolheu-se trabalhar de acordo com o que se vinha fazendo nas exposições universais europeias, baseadas em pavilhões, principalmente a partir da experiência portuguesa de Paris em 1937.

---

<sup>179</sup> Duarte Pacheco concluiu o Curso de Engenharia Eletrotécnica em 1923 pelo Instituto Superior Técnico, e em 1925, tornou-se professor da mesma instituição. Em julho de 1932 tomou posse como Ministro das Obras Públicas e Comunicações, entrando para as primeiras fileiras do Estado Novo. Entre janeiro de 1936 a maio de 1938 Duarte Pacheco afastou-se do Ministério passando a trabalhar nos projetos das Comemorações Centenárias. Entre 1938 e 1943 foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e membro da Comissão dos Centenários, em ambos nomeado por Salazar. Sua gestão foi responsável pelas principais mudanças arquitetônicas da capital com o objetivo de promover a Exposição do Mundo Português em 1940. **FONTE:** Instituto Superior Técnico de Lisboa. Disponível em: <<https://narq.tecnico.ulisboa.pt/narq-on-line/acervo-documental/duarte-jose-pacheco-djp/>>. Acesso em 28 de jan. 2017.

<sup>180</sup>RAMOS, 2011, p. 39.

Para a exposição são projetados e construídos vários pavilhões, entre eles, o Pavilhão da Vida Popular (arquitetos Veloso Camelo e João Simões), atualmente Museu de Arte Popular, em vias de classificação patrimonial. O edifício é um dos raros testemunhos atuais da Exposição de 1940 com uma linguagem arquitetônica marcada pela ideologia da altura. Outro exemplo, em nível urbano, será a Praça do Império, onde está localizada a fonte central no enquadramento do Mosteiro dos Jerônimos, em Belém.<sup>181</sup>

A organização da Exposição fazia com que o visitante, tanto no período matutino quanto noturno, se rendesse à grandiosidade das construções e aos impactos visuais proporcionados por luzes e efeitos de sombra. Chegando a Belém a visita deveria

Iniciar-se pela entrada principal, localizada na Praça Afonso de Albuquerque. O visitante encontra na sua frente o Pavilhão da Fundação (1). Subirá ao 1º andar deste Pavilhão e seguirá sua visita, atravessando a ponte da Porta da Fundação, no extremo da qual se encontra o Pavilhão da Formação e Conquista (2). A seguir, percorrerá o Pavilhão da Independência (3), transpondo a entrada principal, que se encontra ao lado das grandes Ogivamentos (4) e a seguir a ele a Grande Esfera (5). Terminando este percurso, atravessará de novo a ponte da Porta da Fundação, descê-la-á para o lado oposto e prosseguirá a sua digressão pela ordem seguinte:

Pavilhão do Brasil (6).

Pavilhão da Colonização (7) – (Porta à direita da fachada principal)

Pavilhão de Lisboa (9) – Entrada fronteira à Estátua de Santo Antônio.<sup>182</sup>

Colocadas na entrada principal, essas construções carregavam em si uma forte alusão ao discurso político pretendido pelo Estado Novo. A ordem da disposição demonstrava a intencionalidade pedagógica da exposição, bem como o sentido de interpretação que os visitantes deveriam ter. Devidamente orientados pelo Guia Oficial da “*Exposição do Mundo Português*”, o visitante encontraria no encarte a imagem de cada Pavilhão e o sentido do percurso que deveria fazer, com o objetivo de ser inserido no enredo pensado para o circuito.

Pela ordem, os quatro primeiros Pavilhões demonstram a intencionalidade política que procurava interligar de forma teleológica os anos de 1140, 1640 e 1940. Ao buscar construir uma ordem entre essas datas, os

---

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> GUIA OFICIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS, 1940, Lisboa. **Como se deve ver a Exposição.** Lisboa: Portugal/SPN, 1940. 2 f. Disponível em: <<http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1481046PC49V8.43909&menu=search&aspect=subtab11&npp=20&ipp=20&spp=20&profile=bn&ri;=&term=guia+oficial+exposiçã+o+mundo+português&index;=.GW&x=0&y=0&aspect=subtab11>>. Acesso em: 6 dez. 2016.

organizadores procuraram organizar cronologicamente os pavilhões de forma a transmitir ao visitante a ideia de continuidade dessas efemérides. Os Pavilhões, por sua vez, seguiam o padrão “com uma linguagem arquitetônica marcada pela ideologia da altura” e encontravam-se devidamente remetidos a instruir, pelo visual, os respectivos momentos históricos que representavam.

### O PAVILHÃO DA FUNDAÇÃO



**FIGURA 3:** Área externa do Pavilhão da Fundação na *Exposição do Mundo Português*, em Lisboa, 1940. A construção teve como responsáveis os arquitetos Raul Rodrigues Lima (pavilhão) e Cottinelli Telmo (porta). **FONTE:** Fotografia: Estúdio Horácio Novais, “Pavilhão da Fundação”. *Exposição do Mundo Português*. Disponível em: <<http://mundopt40.omeka.net/items/show/32>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

No seu clássico livro *A alegoria do patrimônio*, o historiador Françoise Choay define a intencionalidade do monumento e seu uso político, buscando entender como este é utilizado com o intento de justificar identidades e intenções de caráter memorialístico e/ou histórico. Segundo afirma, em um monumento

a natureza efetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido, primeiro, chamar-se-á de

monumento tudo que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. [...] o monumento assegura, acalma, tranquiliza conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.<sup>183</sup>

Ostentando uma arquitetura medieval carregada de características românicas, o Pavilhão da Fundação era o primeiro a ser apresentado aos visitantes da *Exposição do Mundo Português*. A construção buscava mesclar elementos de castelos e igrejas do período medieval, numa alusão a dois pontos: ser a arquitetura românica um dos momentos em que Estado e Igreja mantém uma simbiose durante o século XII e, conseqüentemente, pelo fato de “no entendimento de José Luís Quintino, as premissas de uma arquitectura portuguesa, defendida por este arquitecto passariam pela adopção da arquitectura românica”<sup>184</sup>, quando afirma: “mais do que no gótico, encontra o feito português na arte românica – com a sua materialidade robusta – tanto parentesco que é ao ritmo deste estilo”<sup>185</sup> que, segundo este autor, “após um distanciamento de três séculos, que parte da arquitectura manuelina se vem ainda inconscientemente basear”.<sup>186</sup>

A apresentação do Pavilhão da Fundação relembra a arquitetura do Castelo de Guimarães, localizado no Distrito de Braga e com a escolha desse castelo para representar o que viria a ser a “fundação” de Portugal, remetendo-se ao ano de 1140, marco inicial da formação da nação portuguesa. Não sendo aleatória, a escolha desse monumento e a representação da sua arquitetura no evento de 1940 parece justificada em um dos artigos de Jorge Larcher, quando o mesmo elenca Guimarães como um dos “Castelos de Portugal”.

Na concepção de Jorge Larcher, nessa “Fortaleza como se vê antiquíssima, nela viveu o conde D. Henrique com sua mulher D. Tereza ou Tereja, e ali nasceu seu filho D. Afonso Henriques, que mais tarde viria a ser o

---

<sup>183</sup> CHOAY, 2006, p. 18.

<sup>184</sup> PEREIRA, 2011, p. 96.

<sup>185</sup> Idem.

<sup>186</sup> Idem.

primeiro rei de Portugal”.<sup>187</sup> Assim, o Castelo de Guimarães tornava-se o monumento vivo da memória lusitana por ter sido o nascedouro do herói da independência, além de ter presenciado uma das mais significativas páginas da história tradicional lusitana, a expulsão mulçumana pelos guerreiros católicos portugueses.

Por isso, na visão dos apoiadores do Estado Novo e colaboradores da Revista dos Centenários, no caso específico Jorge Larcher, “o castelo de Guimarães é, incontestavelmente, uma preciosidade do nosso patrimônio histórico e artístico, porque é um admirável espécime da arquitetura militar medieval e uma sugestiva e eloquente página da História da nossa nacionalidade”,<sup>188</sup> E complementa:

Anteriormente à fundação da nacionalidade, já existia numa admirável posição estratégica este velho e nobre monumento militar, cuja construção, no século X, se atribui à Condessa Mumadona Didaz. [...]. Decorreram os anos e com os progressos da arte da guerra perderam os castelos todo o seu valor militar, mas até aí foram eles, sem dúvida, os mais formidáveis obstáculos que opusemos às invasões dos sarracenos, e à sua ação se deve a conquista heroica da independência de Portugal. Bem Cumpriu o Castelo de Guimarães a sua missão de tão altos objetivos patrióticos; legítimo é que se mantenha como recordação dessa época longínqua da Idade Média e como vivia afirmação do nosso esforço e da nossa personalidade na fundação da nacionalidade.<sup>189</sup>

Nesse mesmo sentido, Luís de Pina, médico e artista português, escreveu artigo na Revista dos Centenários afirmando a importância da cidade e do castelo de Guimarães nos festejos de 1940. O castelo é tomado como testemunha do processo de retomada do território português sobre os mouros, estes vistos como invasores tanto do território quanto da fé católica. Segundo Pina, “acertadamente definiu a Comissão das Festas dos Centenários de 1940 o importante lugar que a Guimarães cabe nas comemorações da Fundação e da Restauração de Portugal”. Pina se referia ao fato do Castelo de Guimarães e a própria cidade serem escolhidas como marcos da Fundação de Portugal, sendo este lugar escolhido como marco fundador da nação portuguesa em 1140.

---

<sup>187</sup> LARCHER, Jorge. Castelos de Portugal: Guimarães. **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 7, 31 jul. 1939. Mensal. p. 21.

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> Idem.

Pina atribui a Guimarães a importância histórica de ter sido o espaço que viu nascer o Estado português, no qual, “o sentimento de independência de D. Henrique bem acentuado em Dona Tereza e forte no moço Afonso, originou a criação dum estado juridicamente novo: PORTUGAL”.<sup>190</sup> Como se percebe, a escolha de Guimarães para inspirar o Pavilhão da Formação na Exposição é bastante clara. Trata-se de atrelar a identidade nacional a um espaço historicamente estabelecido como sagrado, patriótico e que deveria ser retomado como tal. Essa seleção histórica é feita a partir dos interesses políticos do presente, a qual, bem como explica a geógrafa Doreen Massey,

É uma política que presta atenção ao fato de que as entidades e identidades (sejam lugares, clientelas políticas ou montanhas) são produzidas, coletivamente, através de práticas que forma relações, e são essas práticas e relações que a política deve focalizar. Mas isto também significa insistir no espaço como a esfera de relações, da multiplicidade contemporânea e, como sempre, em construção.<sup>191</sup>

De forma sintética, a escolha do Castelo de Guimarães como símbolo do sentimento nacionalista e do Estado português foi a forma encontrada para se justificar o ano de 1140 como marco de Fundação de Portugal, o que se deu a partir da expulsão dos mouros (um grande mural dentro do Pavilhão da Fundação narra a expulsão dos Mouros por guerreiros católicos) e o estabelecimento de uma monarquia que perdurou, e foi ameaçada apenas quando do advento da União Ibérica no século XVI. Esse e outros temas passaram a figurar nos Pavilhões que se seguiam, atuando de forma pedagógica junto aos visitantes, que deveriam aprender as etapas no processo de consolidação do Estado Novo português.

---

<sup>190</sup> PINA, Luís de. Portugal e Guimarães. **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 4, 31 abr. 1939. Mensal. p. 12.

<sup>191</sup>MASSEY, 2008, p. 212.

## PAVILHÃO DA FORMAÇÃO E CONQUISTA



**FIGURA 4:** Área externa do Pavilhão da Formação e Conquista na *Exposição do Mundo Português*, em Lisboa, 1940. **FONTE:** Fotografia: Estúdio Mário Novais, "Pavilhão da Formação e Conquista". *Exposição do Mundo Português*. Disponível em: <<http://mundopt40.omeka.net/items/show/33>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

O Pavilhão da Formação e Conquista foi um espaço de certo modo transitório para o Pavilhão da Independência. Se o Pavilhão da Fundação se remete ao marco de 1140, e o da Independência ao ano de 1640, o da Formação e Conquista se apresentava como forma de conter o hiato entre essas duas datas. Nele, focou-se a exposição na estruturação do reino de Portugal, através da sucessão dos reis até o cataclismo político de 1580, revivendo memórias de Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando. Em essência, esses foram chefes que, de certa maneira, ordenaram importantes questões jurídicas importantes para o fortalecimento de Portugal enquanto um estado independente.

O pesquisador Humberto Moreno ao analisar “o princípio da época moderna” portuguesa, atribui a esses reis o papel de fortalecimento do poder da Coroa sobre o território e sobre a população do Reino de Portugal. Na sua análise, Moreno afirma existir à época um grande problema de ordenamento jurídico nas relações entre sujeitos e instituições, dentro do território portugalense. Assim, percebendo

a manifesta carência de órgãos intermédios obriga a coroa a uma cuidadosa regulamentação da vida judicial, materializando nas Ordenações do reino as obrigações e os deveres que recaíam sobre os juizes ordinários e sobre os corregedores. Estes funcionários, cujo primeiro regimento remonta a 1332, no reinado de D. Afonso IV, têm um papel muito importante na administração local e na regularização das suas relações com o poder senhorial, cumprindo-lhes a observância na aplicação das normas legais e no bom “vereamto” dos concelhos.

A D. Afonso IV é atribuída a estabilidade política após a retomada da península Ibérica. Sua administração é lembrada na Exposição como a fase de estruturação de uma nova fase de Portugal, da formação política do Estado Nacional português, refundado sobre pressupostos católicos e maior elevação da relação entre Estado e senhores de terra. De forma semelhante,

o rei D. Pedro I procede à atualização do regimento dos corregedores, incumbindo-os de designar os homens elegíveis para o desempenho das funções de juizes das terras. Acentua-se em particular uma interferência do poder central sobre o poder local, que atinge o seu paroxismo quando em plena crise o rei D. Fernando, no desentendimento que mantém com os seus súditos, nomeia, à revelia das normas em vigor, regedores ou vereadores por el-rei.<sup>192</sup>

Ainda nesse espaço, o visitante poderia acompanhar o processo de estruturação territorial de Portugal de 1140 até sua configuração de 1940, através de um processo de construção histórica do país. Dentro do Pavilhão, “um mapa luminoso mostra as fases de formação de Portugal. Noutra parede, a miniatura da Casa Municipal de Bragança, a mais antiga sede concelhia. Reprodução do foral de Constantim de Panoia (1096), o mais antigo que se conhece”.<sup>193</sup> O espaço demonstrava ao visitante o processo de amadurecimento do estado português, de afirmação política e territorial.

Muito interessante perceber a importância em demonstrar ao público a relação entre a afirmação do território e as ações dos líderes políticos. No caso, os reis foram responsáveis pela estabilidade e estruturação territorial, enquanto que o Estado Novo era visto como um momento de paz espiritual, de

---

<sup>192</sup> MORENO, Humberto Baquero. O princípio da Época Moderna. In: TENGARRINHA, José; MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC, 2000. Cap. 3. p. 50

<sup>193</sup> Sala das Batalhas. **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 19-20, 31 jul.-ago., 1939. Mensal. p.21.



amadurecimento político que faltava a Portugal. Nesse jogo, a relação entre passado e presente é sempre uma constante no intuito de construir uma situação de unidade nacional. Já citada anteriormente como uma das características da Exposição Universal de Paris, a “paz social”<sup>194</sup> defendida e propagada pelo SPN estava intimamente associada à política do espírito. A historiadora Lúcia Guimarães, analisando o contexto afirma que

As Comemorações Centenárias estavam direcionadas para o desenvolvimento da chamada política do espírito, idealizada por António Ferro e posta em execução pelo Secretariado de propaganda Nacional. Buscavam elevar o ânimo do povo português, valorizando-o não apenas como grupo étnico, mas também pela cultura, força de produção, capacidade civilizadora e unidade independente no conjunto das nações. Não é demais lembrar que a política do espírito se assentava sobre três pilares: o uso da cultura como símbolo da nacionalidade e meio de propaganda, de modo a engrandecer a obra do governo de Salazar; a tentativa de conciliar a velha tradição e os valores lusitanos com o advento da modernidade, identificada com a instauração do Estado Novo; e o estabelecimento de uma cultura nacional e popular, baseada nos ideais forjados pelo regime salazarista.<sup>195</sup>

Em todo discurso político referente ao evento, o engrandecimento explícito do governo salazarista, a tentativa de conciliação entre valores lusitanos, tradição e modernidade, foram a tônica geral do movimento propagandístico durante a *Exposição do Mundo Português*.

Aliás, a concepção de modernidade aqui empregada está associada à forma do SPN pensar a modernidade em sua relação com a tradição. Reinhart Koselleck afirma que “a ‘modernidade’ confere ao passado como um todo uma qualidade de história universal. Com isso, a novidade de uma história que, cada vez que se produz pensa em si mesma como nova reivindica um direito sempre crescente sobre o conjunto da história”.<sup>196</sup>

É nesse sentido que podemos afirmar que o Estado Novo pensa a modernidade, embora suas práticas e ações sejam classificadas como modernização. Pensar a modernidade, nesse sentido, está relacionado ao

---

<sup>194</sup> ACCIAIUOLI, 2013, p. 152-155.

<sup>195</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. À sombra das chancelarias: a preparação do Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940). **Revista do IHGB**. 168(437):49-66, out/dez.2007. p. 50-51.

<sup>196</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006. p. 287.

pretensão domínio sobre o reescrever a história. A ideia de uma história universal, como bem aponta Koselleck, pressupõe sua reescrita. Assim, as tradições do passado podem ser reescritas atendendo aos interesses e aos projetos políticos do presente.

Portanto, o conceito de modernidade deve, sempre que referenciado à organização da Exposição, no seu aspecto retórico, ideal e não na sua prática efetiva ser compreendido dentro de um contexto propagandístico. Seu uso foi propagado pelo SPN no intuito de demarcar o salazarismo como uma nova era, um novo tempo, um novo estado de mudanças que passaram a ocorrer em Portugal a partir de 1926. Essa aplicação (um tanto indiscriminada) do termo é possibilitada pela própria semântica da palavra modernidade, pois sua determinação

Como tempo de transição, desde que foi descoberta, não perdeu a evidência de seu caráter da época. Um critério infalível desta modernidade são seus conceitos de movimento – como indicadores de mudança social e política e como elementos linguísticos de formação da consciência, da crítica ideológica e da determinação do comportamento.<sup>197</sup>

Dentro dessa lógica, o Pavilhão da Formação e Conquista tinha uma importante função de mostrar como o exercício governamental, por meio dos seus primeiros reis, foi fundamental no processo de sustentação do estado português em seus anos iniciais. De forma subjetiva, tentou-se transmitir a importância da hierarquização e da figura do líder, como características primárias de uma nação forte, uma analogia em relação à figura do dirigente no passado e no presente. Analisando vários reis portugueses e suas atuações, um influente propagandista do regime, Marques Guedes, ao falar de dois dos reis homenageados no Pavilhão da Formação e Independência, lembra:

No reinado de Afonso IV, começamos a preocupar-nos com as ilhas atlânticas e a reivindicar as Canárias. Portugal dava as primeiras manifestações da sua vocação de descobridor. No tempo de D. Fernando coroa-se uma verdadeira revolução burguesa e mercantilista. As leis das sesmarias, inoperantes mau grado as suas fortes disposições cominatórias, denunciam a vastidão do mal dos campos, O êxodo rural vinha engrossar a gente do comércio e dos mesteres [sic], cujas Corporações tinham ganham, como em outros países, uma influência política dominante. Eles vão comandar o

---

<sup>197</sup> Ibid. p. 303.

movimento burguês do Primeiro Interregno. Burguês e  
interessantemente nacionalista.<sup>198</sup>

Foi no intuito de sustentar a tese de nascimento do sentimento nacionalista durante os primeiros anos de formação territorial que o Pavilhão da Formação e Independência se apresentou aos visitantes, preenchendo a lacuna entre a origem e a Restauração de 1640. “Em 114 anos, durante os 5 primeiros reinados, incorporaram-se no território nacional quase dois terços da sua extensão”,<sup>199</sup> a partir de conquistas bélicas.

Baseado nisso, “considera-se em geral a tenaz resistência portuguesa como afirmação da ‘consciência nacional’”, todavia, o Pavilhão da Formação e Independência cumpria sua função didática no sentido de reforçar uma tese na qual não se percebe uma ruptura no processo de construção da nacionalidade lusitana. Há aí um esforço para demonstrar a inevitabilidade de 1940 como um momento de defesa do mais puro sentimento nacionalista, sendo o Estado Novo o fiel responsável pela manutenção dessa tradição nacional “ininterrupta”.<sup>200</sup>

---

<sup>198</sup> GUEDES, A. Marques. Portugal é uma Nação (IV). **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 16, 31 abr. 1940. Mensal. p. 10.

<sup>199</sup> RIBEIRO, Orlando; CAMÕES, Instituto. **A formação de Portugal**.?????. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/formportugal.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2016. p. 34.

<sup>200</sup> Idem, p. 43.

## PAVILHÃO DA INDEPENDÊNCIA



**FIGURA 5:** Área externa do Pavilhão da Independência na *Exposição do Mundo Português*, em Lisboa, 1940. **FONTE:** Fotógrafo: Estúdio Mário Novais, “Pavilhão da Independência”. *Exposição do Mundo Português*. Disponível em: <<http://mundopt40.omeka.net/items/show/35>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Chegamos a 1640. O Pavilhão da Independência não se refere à independência de Portugal em relação aos Mouros. Como foi possível perceber, a memória oficial trata a expulsão dos Mouros como o período de Fundação. Na historiografia tradicional, a independência de Portugal ocorre no ano de 1640, marco da retomada do controle de Portugal e da retirada do Reino de Espanha sobre o controle político do território lusitano. Conhecido tradicionalmente como União Ibérica, o período de 1580 a 1640 é visto como uma mancha da história portuguesa, capaz de ter colocado em risco o esforço dos antepassados para a formação do reino e estabelecimento do estado português.

O ano de 1640 é tomado como um dos dois centenários a ser comemorado durante a *Exposição do Mundo Português*. Ladeado por três grandes ogivas, o Pavilhão da Independência, desenhado por Raul Rodrigues Lima, foi inaugurado em 25 de junho de 1940. De forma similar ao da Fundação e Conquista, esse pavilhão também fazia referência a reinados, no caso, aos reis D. João I, D. João II, além de exaltar de forma singular a liderança de D.

João IV nos episódios finais que marcaram a retomada definitiva do território frente aos espanhóis. Sem sombra de dúvidas, este pavilhão foi um dos mais representativos durante o evento de 1940.

Para isso, o período da Restauração é tomado como um momento de afirmação do sentimento nacionalista, não por acaso, em artigo intitulado “A mística da Restauração, Cabral do Nascimento narrara 1640 como um momento de fortalecimento da nação portuguesa, que, mesmo com tantos reveses, conseguia se reerguer dando exemplo de solidariedade e unidade nos momentos mais conturbados da história nacional. Dizia ele:

Assim tinham crescido e vivido, e é maravilhoso, na verdade, que mesmo ao contacto das grandezas do império, já então experimentado de reveses, mas das quais bem poderiam compartilhar, os portugueses formassem, pelo contrário, uma consciência coletiva de tão pura unidade nacional. [...] Murmurações, clamores, insurreições aqui e ali, não eram mais que a exteriorização dum estado de espírito que ansiava pelo regresso à autonomia e glória da nação pequena, mas livre, desintegrada dos perigosos conjuntos estaduais que se não compadeciam com quase cinco séculos de independência.<sup>201</sup>

É interessante perceber como a escrita, a narrativa do autor, envereda no sentido de dar legitimidade e invocar um sentimento de nacionalidade em tempos nos quais mal se existia a ideia de nacionalidade e pertencimento nacional. Sabe-se, como precisamente explica o historiador Sérgio Matos, que as concepções atuais de nacionalidade em Portugal ainda eram uma incógnita na historiografia portuguesa do século XIX, a qual estava repleta de dúvidas, incertezas e descaminhos mais do que certezas ontológicas. Várias temáticas estavam em discussão, sem consenso nessa historiografia,

A par de outras temáticas como a Cruzada, os Descobrimentos e a expansão ultramarina, a decadência e o atraso relativamente a outras nações europeias, a definição do herói nacional ou as relações com Castela, o problema da independência de Portugal e a sua permanência histórica constituíram um dos temas-chave da historiografia portuguesa, sobretudo a partir da revolução liberal de meados do século XIX. Tornou-se, de resto, numa das referências fundamentais na legitimação histórica do Estado português.<sup>202</sup>

---

<sup>201</sup> NASCIMENTO, Cabral do. A mística da Restauração. **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 6, p.7-10, 30 jun. 1939. Mensal. p. 7.

<sup>202</sup> MATOS, Sérgio Campos. História e identidade nacional: a formação de Portugal na historiografia contemporânea. **Lusotopie** (Sciences Po Bordeaux), Bordeaux, p.123-139, jun.

Esses elementos foram explorados em excesso na *Exposição do Mundo Português*. Como visto até aqui, a escolha arquitetônica dos edifícios, bem como as representações que deles emanavam, buscavam reforçar esses elementos de legitimação histórica portuguesa. Desde a Exposição de Paris, em 1937, até a de 1940, mesmo quando evocado o progresso do Estado Novo, este agarrava-se a elementos do passado lusitano.

Os títulos dos Pavilhões espalhados por Belém, sendo alguns deles analisados anteriormente, reforçam a hipótese do historiador Sérgio Matos. A formação do Estado, com a expulsão dos mouros em 1139-40, as questões da União Ibérica mal resolvidas com a Espanha, ocasionando a Restauração em 1640, bem como os heróis que nascem desses embates, somados àqueles que proporcionaram a expansão marítima portuguesa, foram evocados durante a *Exposição do Mundo Português*, também (tal qual na historiografia) como elementos de legitimação do Estado Português.

É empolgante perceber como as estratégias discursivas políticas, por meio da propaganda estatal, conseguem criar um ambiente no qual as incertezas são omitidas e, muitas vezes, ressignificadas. São rotineiramente criadas situações que visam à legitimação dos agentes promotores do discurso. No caso do Estado Novo, ideias de nacionalidade, patriotismo, identidade e nação são constantemente reinventadas. Seguindo o entendimento de Benedict Anderson, “a ideia de um organismo... descendente”.<sup>203</sup>

É justamente essa a função do discurso propagandista do SPN: criar uma linearidade ininterrupta entre o passado e o presente, transmitindo a falsa sensação de um império eterno, possível por líderes sólidos, capazes de manter a unidade nacional mesmo em condições extremas. “Admite-se normalmente que os estados-nacionais são “novos” e “históricos”, ao passo que as nações a que eles dão expressão política sempre assomam de um passado imemorial”.<sup>204</sup>

No caso estadonovista, o discurso político tem uma grande preocupação em divulgar 1140 como o nascimento do Estado Português, reafirmado pela

---

2002. Semestral. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/matos.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016. p. 124.

<sup>203</sup> ANDERSON, 2008, p. 56

<sup>204</sup> Ibid. p. 38

unidade nacional em 1640 com a independência, e defendido e perpetuado em 1940 pelo nacionalismo do Estado Novo português. Não à toa “é a magia do nacionalismo que converte o acaso em destino”,<sup>205</sup> é o encanto da *Exposição do Mundo Português* a propagar a ideologia nacional nos moldes salazarista.

Sem perder a sintonia, voltemos à intencionalidade e justificativa para o Pavilhão da Independência. O período da Restauração foi amplamente propagado como um dos momentos áureos da história lusa, sendo difundido em massa pela publicidade do SPN, a partir de duas frentes: tanto pelo evento em si e a apologia ao ano de 1640, quanto pelas constantes referências ao rei D. João IV, o restaurador, o qual teve à sua memória uma sala no Pavilhão, que narrava sua trajetória e exaltava seus feitos como aquele em que retomou o território depois de sessenta anos de dominação espanhola.

Dentro do Pavilhão da Independência, o visitante poderia conhecer através de uma representação na qual se reconstituía o acontecimento da reunião dos “Quarenta Conjurados”, responsável pelo golpe que transferiria dias mais tarde o trono para às mãos de D. João IV. O episódio encenado reproduzia para o visitante o momento de apoteose, quando

Na manhã do primeiro de dezembro, um grupo de nobres atacou o Palácio Real de Lisboa e prendeu a Duquesa de Mântua. D. João foi aclamado D. João IV, entrando em Lisboa alguns dias mais tarde. Por quase todo o Portugal metropolitano e ultramarino as notícias da mudança do regime e do novo juramento de fidelidade ao duque de Bragança foram bem recebidas e obedecidas sem qualquer dúvida. Apenas Celta permaneceu à causa de Filipe IV. Proclamar a separação fora assim coisa relativamente fácil. Mais difícil seria agora conseguir mantê-la, o que custou 28 anos de luta árdua.<sup>206</sup>

Atuando de forma pedagógica, a imagem representada dentro do Pavilhão da Independência, aliada à sala de D. João IV, ensinava ao visitante o valor do processo de Restauração para a consolidação do sentimento de unidade nacional. A partir da citação exposta anteriormente, do historiador Oliveira Marques, fica evidente o quão traumático foi o processo de consolidação de retomada territorial, na disputa entre portugueses e espanhóis. Os 28 anos

---

<sup>205</sup> Ibid. p. 39.

<sup>206</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. 8. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2012. p. 298-299.

de árduas disputas só foram consolidadas depois do tratado de paz assinado entre as duas nações em 1668, após interferência diplomática da Inglaterra na resolução das desavenças, principalmente quanto à distribuição territorial.<sup>207</sup> No entanto, o visitante da *Exposição do Mundo Português*, após visita ao Pavilhão da Independência, saíria com apenas a certeza de uma independência conquistada por heróis e ratificada pela ação esclarecedora do restaurador D. João IV.

## 2.2.2. O Pavilhão do Brasil: a mais bela página da história “colonial” portuguesa

### PAVILHÃO DO BRASIL



**FIGURA 6:** Área externa do Pavilhão do Brasil na *Exposição do Mundo Português*, em Lisboa, 1940. A construção teve o como responsável o arquiteto Raul Lino. **FONTE:** Fotografia: Casimiro dos Santos Vinagre, “Pavilhão do Brasil”. *Exposição do Mundo Português*. Disponível em: <<http://mundopt40.omeka.net/items/show/38>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

A *Nota Oficiosa* de Salazar recomendava expressamente: “Ao Brasil é devida referência especial, pois, seja qual for a parte que nas comemorações centenárias queiram amavelmente tomar os outros Estados, não podemos

<sup>207</sup> Idem. p. 306.



dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e ativo do Brasil”.<sup>208</sup> As expressas recomendações referentes à participação do Brasil, dadas pelo Presidente do Conselho, merecem uma análise mais detida, o que será feito em um momento oportuno.

Nesse sentido, é importante analisar e compreender como se especializou, dentro da *Exposição do Mundo Português*, a participação física da delegação brasileira após o convite do governo português e a liberdade para que o Brasil organizasse, à sua vontade, o Pavilhão do Brasil, localizado estrategicamente na entrada principal do evento, ao lado dos Pavilhões da Fundação, Formação e Conquista e Independência.

Dentre as fontes encontradas, o Pavilhão do Brasil é aquele que mais oferece elementos para interpretação dada a quantidade de fontes produzidas sobre ele, mas, principalmente, por uma fonte específica que documentou de forma oficial a participação do Brasil no seu Pavilhão. Para tal, “a Exposição Histórica fez-se acompanhar de um catálogo ilustrado e devidamente comentado, mandado editar exclusivamente pela Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, e cuja tiragem de cinco mil exemplares foi totalmente distribuída entre os visitantes da exposição)”.<sup>209</sup>

Seria com a produção desse material, com imagens detalhadas e ricas informações sobre a organização e o funcionamento do espaço, que o visitante aprenderia sobre o Brasil. O Catálogo, portanto, ajuda à análise histórica, explicitando quais as intenções propagandísticas do país durante o evento, ou seja, qual a imagem o Brasil intencionava apresentar aos portugueses e àqueles que fossem visita-lo.

Desde o século XIX, potencializadas pelo advento da fotografia, as imagens passaram a constituir em si narrativas de convencimento muito forte, ao ponto de serem consideradas realidades irrefutáveis. A filósofa estadunidense Susan Sontag faz uma observação pertinente sobre a

---

<sup>208</sup> OLIVEIRA, Salazar. Nota Oficiosa da Presidência do Conselho. **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 1, 31 jan. 1939. Mensal. p.3.

<sup>209</sup> BRASIL. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal (Org.). **Catálogo Oficial: Pavilhão do Brasil na Exposição Histórica do Mundo Português**. Lisboa, 1940.

reinauguração do poder da imagem, a partir do século XIX, no mundo ocidental. Para ela,

A realidade sempre foi interpretada por meio das informações fornecidas pelas imagens; e os filósofos, desde Platão, tentaram dirimir nossa dependência das imagens ao evocar o padrão de um modo de aprender o real sem usar imagens. Mas, quando em meados do século XIX, o padrão parecia estar, afinal, ao nosso alcance, o recuo das antigas ilusões religiosas e políticas em face da investida do pensamento científico e humanístico não criou – como se previa – deserção em massa em favor do real. Ao contrário, a nova era da descrença reforçou a lealdade às imagens.<sup>210</sup>

Hoje, em pleno século XXI, percebe-se o crescente poder da imagem, de modo que as narrativas visuais buscam cada vez mais substituir a reflexão mais demorada sobre os textos escritos. A velocidade da informação exigida pela marcha capitalista do consumo impõe uma compreensão de convencimento rápido. Em regimes autoritários e totalitários da primeira metade do século XX, o uso de sinais fascinava e atuava de forma educativa, instigando e arrebanhando apoio popular aos regimes dessa natureza, visto que “o signo fascina os olhares, mobiliza as energias, compensa as frustrações e infla as vaidades”.<sup>211</sup>

Em cenários de controle da liberdade de expressão e forte censura intelectual e artística, prevalece a imagem, o signo oficial desenvolvido e divulgado pelas máquinas de propaganda oficiais. Não por acaso, quase todos os regimes autoritários possuíam uma secretaria, diretoria ou órgão que pensava a propaganda oficial. Tal como Portugal, o Brasil passava por situação semelhante, com maior ou menor grau de aproximação. Desta maneira, o Pavilhão do Brasil foi amplamente preparado para causar impacto visual nos seus visitantes, a partir de objetos, pinturas, fotografias, literatura e outros elementos capazes de traduzir o espírito do Estado Novo brasileiro.

O guia oficial preparado pelo governo brasileiro descreve minuciosamente os detalhes como as salas, as exposições, as intenções de convencimento a partir das imagens trazidas para a *Exposição do Mundo Português*. O Presidente da divisão brasileira foi o General Francisco José Pinto,

---

<sup>210</sup> SONTAG, 2004, p. 169.

<sup>211</sup> CAPELATO, 2009, p. 56.

acompanhado de diretores como Gustavo Barroso (representação histórica), Osvaldo Orico (representação cultural), Ernesto Street (representação dos 'stands'), Armando Costa (representação artística), Geisa Boscoli (representação do D.N.C.) e João Almeida (secretário geral e tesoureiro). Oficialmente,

A Exposição do Mundo Português foi um documentário de civilização. Participando desse certame, o Brasil erigiu o seu Pavilhão de acordo com o sistema a que obedeceu ao certame de Belém. Abandonando qualquer objetivo comercial ou industrial, a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal procurou focalizar os aspectos essenciais do país que refletissem o padrão do desenvolvimento nacional.<sup>212</sup>

O que se percebe no discurso oficial é a pretensão política do Pavilhão, em um exercício de demonstrar o retrato de um país que estava, na tutela de Vargas, passando por um momento de modernização, de nascimento de um país novo, numa alusão ao Estado Novo brasileiro. De certo modo, em relação à época, “o Brasil, apesar de conhecer imensas restrições nos terrenos da cidadania civil e política, experimentou políticas públicas que o tornaram mais moderno economicamente e menos excludente socialmente, embora não menos desigual”.<sup>213</sup>

Foi com base nessa lógica que o Pavilhão do Brasil pretendeu apresentar-se à Europa demonstrando um contraponto a um Brasil atrasado, mas que a partir da intervenção estatal passava a se vislumbrar enquanto um novo estado ao mundo, com base em um discurso de valorização da figura de Vargas como um líder moderno. Transmitir essa ideia à Europa parecia bem interessante, principalmente pelo fato de que atitudes como essa “remontam à implementação de um sistemático e sofisticado esforço de propaganda, combinado a políticas públicas inovadoras, especialmente nos campos social e cultural”.<sup>214</sup> Foi com base nos quesitos sociais e culturais, tidos como exemplos de um novo tempo, que a exposição e a ambientação visual do Pavilhão do Brasil se apresentou na *Exposição do Mundo Português*.

---

<sup>212</sup> BRASIL. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal (Org.). **Catálogo Oficial**: Pavilhão do Brasil na Exposição Histórica do Mundo Português. Lisboa, 1940.

<sup>213</sup>GOMES, 2007, p. 81.

<sup>214</sup> Ibid. p. 83.

Entre os problemas básicos de uma nação nova, figuram sempre, em lugar de destaque: o saneamento, a instrução e os meios de comunicação. A exposição brasileira procurou justamente destacar esses três problemas, demonstrando a forma pela qual o Brasil os tem resolvido. A simples enumeração dos 'stands' do Pavilhão indica o critério adotado: Livro, Imprensa, Educação, Viação e Geografia, Saúde e Assistência, Arte, Diorama [sic] da Cidade do Rio De Janeiro e Aviação. No alto da galeria térrea do Pavilhão há um trabalho de fotomontagem de 40 metros de comprimento por 4 metros de altura, sincronizando todo crescimento e dinamismo do Brasil moderno.<sup>215</sup>

É notório o empenho da Comissão Brasileira no intuito de fortalecer o paralelo entre o velho e o novo, entre o moderno e atrasado, entre o arcaico e o moderno. As reformas sociais, as paisagens do Rio de Janeiro (FIGURA 6) – então capital – são exemplos significativos da paisagem que se pretendeu construir referentes ao Brasil estadonovista. Os movimentos para organizar o Pavilhão Brasil foram prontamente iniciados após o aceite de Getúlio Vargas ao pedido de Salazar, sendo toda a ornamentação pensada e organizada pelo escritor e folclorista cearense Gustavo Barroso.



**FIGURA 6:** Painel fotográfico com paisagem da cidade do Rio de Janeiro que ornava interior do Pavilhão do Brasil na *Exposição do Mundo Português*, em Lisboa, 1940. **FONTE:** Documentário *A Exposição do Mundo Português*, produzido pelo SPN, 1940. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2QdO6sXEoTl>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

<sup>215</sup> Idem.

Influente e atuante letrado do Estado Novo varguista, Gustavo Barroso<sup>216</sup> apresentou em seus escritos grande entusiasmo por Estados autoritários que prezavam pela valorização dos preceitos nacionalistas, do Estado interventor e uma admiração por nações organizadas hierarquicamente, revelando sua aproximação com a ideologia e com o modelo de governo implementado por Getúlio Vargas a partir de 1937.

Gustavo Barroso tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras em 1923, presidindo-a, inclusive no biênio 1932-1933, além de ocupar o cargo de Diretor do Museu Histórico Nacional brasileiro. António Ferro já revelara sua amizade pelo folclorista brasileiro durante debates modernistas nos anos vinte, durante sua visita ao Brasil.

Ao retornar ao Brasil em 1941, António Ferro relembra sua última visita ao Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, em 10 de junho de 1922, momento no qual pronunciou discurso explosivo, típico dos jovens modernistas de sua época. Entretanto, não deixa de lembrar que foi nessa mesma noite que conheceu seu amigo de longas datas, Gustavo Barroso.

O meu amigo Gustavo Barroso, que conheci nessa noite, orador brasileiro da sessão, era o primeiro a olhar-me com ironia condescendente, simpática, por que ele próprio – apesar de pouco mais velho - já tinha compreendido que o passado era o indispensável pano de fundo do presente, a própria alma do futuro.<sup>217</sup>

---

<sup>216</sup> Gustavo Barroso ficou conhecido na história como um dos mais influentes membros da Ação Integralista Brasileira (AIB) da década de 1930. Entretanto, o jornalista nascido em Fortaleza (CE) em 1888, passou a ter uma vida política ativa desde cedo. Em 1915, com 27 anos tornou-se Deputado Federal pelo estado do Ceará. Já em 1922 assumiu a diretoria do Museu Histórico Nacional e em 1923 foi eleito para Academia Brasileira de Letras. Com a aproximação de Getúlio Vargas com o discurso do Eixo, Gustavo Barroso volta ao cenário político nacional, mas não mais como político, e sim como homem de gabinete, afeito e promotor das políticas culturais nacionalistas e tradicionalistas do Estado Novo. Seu nome é sempre ventilado na esfera intelectual dos anos de 1930 e 1940, tanto por suas posições políticas quanto por sua vasta produção escrita. Sua gestão frente ao Museu Histórico Nacional ficou por marcada pela fundação da tradicional publicação dos Anais dessa instituição. Gustavo Barroso morreu em 1959 aos 70 anos de idade, tendo publicado mais de 70 livros durante sua vasta carreira no serviço público. **FONTE:** COUTINHO, Amélia. Gustavo Dodt Barroso. In: CPDOC/FGV. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-dodt-barroso>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

<sup>217</sup> FERRO, António. **Estados Unidos da Saudade**. Lisboa: Edições SNI, 1949. p. 62.

O apoio e a participação ativa e direta de um renomado, influente e respeitado letrado brasileiro como Gustavo Barroso seria de grande valia para as intenções de aproximação com outros nomes da cultura brasileira.

Sob direção de Barroso, em dezembro de 1939, os funcionários do Museu Histórico Nacional do Brasil, empreenderam o encaixotamento de muitas peças que formavam o acervo dessa instituição. A deliberação para o traslado do Rio de Janeiro para Lisboa partiu do General Francisco José Pinto, representante oficial do Governo brasileiro na Embaixada Especial do Brasil na capital lusitana e chefe da “Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal”.

Peças importantes do Museu foram cuidadosamente embaladas, encaixotadas e em 1 de maio de 1940 partiram em direção a Lisboa, num caminho há muito percorrido, não menos que quatrocentos anos, pelas caravelas lusas. Chegando a Portugal, o material foi devidamente distribuído entre os pavilhões “do Brasil” e “dos Portugueses no Mundo”, ocupando a exposição brasileira lugar de destaque dentre aqueles que um dia fizeram parte do mundo português.<sup>218</sup>

Uma sala foi devidamente construída para receber as peças vindas do Brasil. Em sua porta, um anjo em baixo relevo recebia os visitantes, com os dizeres: “uma ‘prova’ da fé cristã comum a portugueses e brasileiros”. Abaixo do dito anjo, lia-se o dístico: “Brasil ~ 1500”. Essa ornamentada sala dava acesso a um vestíbulo poligonal. Em uma de suas paredes, iluminadas por luzes preparadas para um cenário noturno, ficaram alinhados os brasões da República do Brasil, do Império do Brasil e do Brasil Reino. No mesmo vestíbulo, uma enorme bandeira (republicana) brasileira ornava os fundos da dita sala. Abaixo dos brasões representativos da trajetória política da ex-América Portuguesa, lia-se uma legenda ligando a formação social brasileira à sua herança lusitana. O trecho, retirado do texto “Caramuru”, de Santa Rita Durão, alertava ao visitante

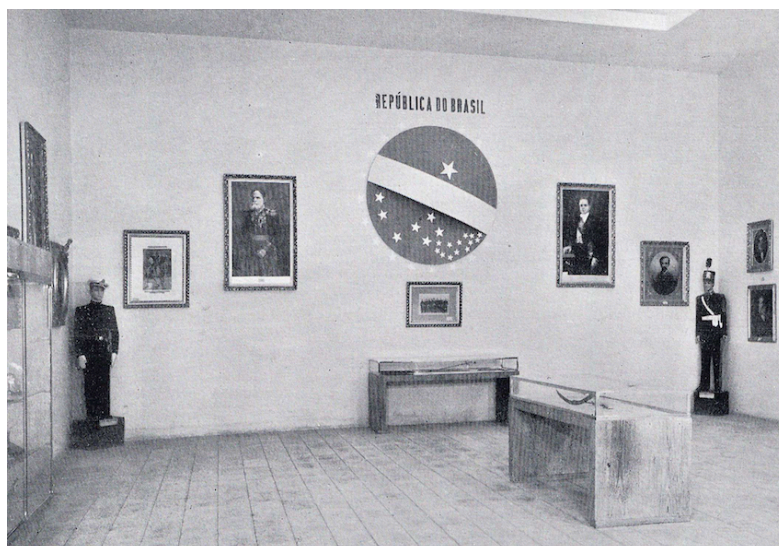
---

<sup>218</sup>As informações referentes ao material enviado a Lisboa para o Pavilhão do Brasil bem como as descrições do espaço feitas aqui, foram baseadas em texto publicado por Gustavo Barroso nos “Apêndices” dos *Anais do Museu Histórico Nacional* em, 1940. Para saber mais informações ver: BARROSO, Gustavo. A Exposição Histórica do Brasil em Portugal e seu Catálogo. In: BRASIL. Museu Histórico Nacional. Ministério da Educação e Saúde. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro. 1941. p. 235-246. (Volume I - 1940). Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=Anais%20do%20Museu%20Historico%20Nacional\Volume%20I%20-%201940&pesq=>>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

sobre a importância lusa na formação da gênese brasileira, ao afirmar que “Não somos nós os netos de Albuquerque/Raça de lusos.....?”

Ainda, à direita do vestibulo, por uma larga passagem, o visitante era levado a uma ala denominada Exposição Colonial do Brasil. Adequadamente ornamentada com luzes e todos os brasões dos vice-reinos do Brasil e, em uma rotunda, existia uma árvore simbólica da formação do Brasil, a qual tinha suas “raízes fincadas na gleba lusitana”, árvore esta ladeada por quadros dos governadores gerais do Brasil. Cada parte da árvore representava uma contribuição lusa para a formação do Brasil, desde o tronco, interpretando as armas heráldicas de Portugal, até os galhos que figuravam a fé, o Império, o mar, os descobridores, os donatários, os missionários e os bandeirantes. Por fim, a árvore era coroada com a República, representada então pelos estados brasileiros, herdeiros das províncias do Império.

A Exposição Colonial do Brasil possuía mais seis salas, adornadas com utensílios que evidenciavam a influência cultural barroca, levada ao Brasil por mãos lusas e que ficou gravada nas obras de arte como quadros, móveis e objetos cotidianos que enfeitaram Igrejas, casas e prédios públicos na América Portuguesa. Os períodos monárquico e republicano também foram devidamente lembrados, sendo este último exaltado, principalmente, pela evidência dada à figura do presidente do Brasil à época.



**FIGURA 7:** Pintura com imagem de Getúlio Vargas e Deodoro da Fonseca na Sala da República, no Pavilhão do Brasil na *Exposição do Mundo Português*, em Lisboa, 1940. **FONTE:** BRASIL. Brasil. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. **Catálogo Oficial Pavilhão do Brasil:** na *Exposição do Mundo Português*. Lisboa: Neogravura LTDA, 1941.

Em um enorme quadro pintado a óleo, enviado pelo Museu Histórico Nacional, Sua Excelência o Presidente Getúlio Vargas ornava a sala em homenagem ao Brasil Republicano (FIGURA 7), lembrando ao visitante que aquele era o fundador do “Estado Novo” brasileiro e presidente da República durante aquela década de quarenta.<sup>219</sup>

A riqueza de detalhes com que se pode relatar a organização espacial do Pavilhão Brasileiro dentro da *Exposição do Mundo Português*, realizado entre 23 de junho e 2 de dezembro de 1940, durante as comemorações dos oitocentos anos de restauração portuguesa, foi possível a partir da representação construída pela narrativa de Gustavo Barroso, em um artigo publicado nos Anais do Museu Histórico Nacional em 1941, intitulado “A exposição Histórica do Brasil em Portugal e seu catálogo”.<sup>220</sup> Na leitura do texto de Barroso é notória a admiração do escritor e então Diretor do Museu Histórico Nacional brasileiro com a atenção dada ao Brasil por parte de Portugal. A aproximação entre Brasil e

<sup>219</sup> Embora a narrativa de Gustavo Barroso não explicita, o quadro de Getúlio Vargas vinha acompanhado pelo de Deodoro da Fonseca. É de se pensar que a ideia do expositor foi referenciar o início da República com o Marechal e o ápice com o Estado Novo de Vargas.

<sup>220</sup> BARROSO, Gustavo. A *Exposição Histórica do Brasil em Portugal e seu catálogo*. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Anais do Museu Histórico Nacional – 1941**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. 1. p. 235-238.



Portugal permeia toda sua escrita, na qual se exalta constantemente a influência lusa na configuração política, cultural e social brasileira.

A escolha dos objetos saídos do Brasil para compor a exposição em solo português, demonstra o interesse brasileiro em ajudar a constituir um cenário grandioso que refletia a política colonial lusitana. O esforço brasileiro em organizar o material utilizado nessa exposição não reflete o esforço maior português para ter a presença brasileira nessas comemorações. Como será melhor trabalhado no Capítulo 4, complicações políticas e a interferência do Governo português junto a nomes da cultura brasileira, forçaram Getúlio Vargas a cercear a participação do Brasil no evento, inclusive tomando medidas, como decretos-lei, que regulamentassem as participações de brasileiros em eventos de natureza internacional.

Compreender a construção da política cultural luso-brasileira na década de 1940, a partir da aproximação dos letrados e políticos do Estado Novo de Salazar e Vargas, ajudará a responder uma das hipóteses que nortearam as pesquisas sobre tal relação bilateral. O convite e o aceite do Brasil em participar da *Exposição do Mundo Português*, marca o início de um período significativo da política cultural luso-brasileira.

O Departamento de Imprensa e Propaganda do Brasil (DIP) promoveu no evento uma substancial distribuição de material impresso de propaganda que exaltava os feitos do Estado Novo brasileiro nas áreas de cultura, infraestrutura e social. Para mais,

O Departamento de Imprensa e Propaganda do Brasil tem a sua presença assinalada, logo à entrada do Pavilhão, sendo um dos responsáveis pelas muitas obras expostas na Exposição dos Livros, que reúne publicações que versam sobre as realizações e a ideologia do Estado Novo e sobre a cultura brasileira em geral. Ao público é oferecido um grande número de publicações, retrogravuras, desenhos a bico de pena, folhetos e postais, além da exibição de curtas-metragens com o objetivo de propagandear o regime e as belezas naturais do país visitante.<sup>221</sup>

A observação feita pela historiadora Heloísa Paulo é comprovada pelo próprio catálogo oficial, o qual traz na descrição os títulos dos livros que foram distribuídos durante os dias do evento para os visitantes do espaço. “Durante os

---

<sup>221</sup> PAULO, 1994, p. 166.

seis meses em que esteve franqueado à visitação pública, o Pavilhão do Brasil distribuiu mais de cem mil volumes como propaganda e disseminação da cultura brasileira e dez mil catálogos com as indicações de livros, autores e editores do país”.<sup>222</sup>

Dentre as publicações distribuídas aos visitantes, mencionam-se as seguintes, especialmente editadas para esse fim: Eis o Rio; Portos e Navegação; Departamento de Aeronáutica Civil; Inspetoria Federal de Obras Contra às Secas; Departamento dos correios e Telégrafos; Departamento de Estradas e Rodagens, Inspetoria Federal de Estradas, Geologia do Brasil, O Brasil e suas riquezas, Grandes vultos do Brasil independente, Catálogo do Livro, História e Evolução da Imprensa Brasileira, Os Portugueses na Marinha de Guerra Brasileira, Medicina no Brasil, Variola e Vacina, O Poema da Virgem, de José de Anchieta, Cairú, Arquivo Nacional, O Ensino no Brasil, Legislação de Previdência, Legislação do Trabalho, retrogravuras de desenhos a bico de pena, folhetos diversos sobre produção, postais com vistas do Rio de Janeiro.<sup>223</sup>

Muito importante atentar para o conteúdo dos livros citados. Todos buscam cumprir com o objetivo da Comissão Brasileira proposta para a *Exposição do Mundo Português*, baseando a propaganda em “aspectos essenciais do país que refletissem o padrão do desenvolvimento nacional” e foco em setores como “o saneamento, a instrução e os meios de comunicação”. Era necessário ao Estado Novo varguista projetar-se simbolicamente no presente da sociedade brasileira. O fato de ser um evento realizado na Europa não descarta essa pretensão, ao contrário, aparece como uma oportunidade de legitimação internacional das ações do governo, um filão para a propaganda varguista comandada pelo DIP.

É necessário ratificar uma questão. Paralelo à *Exposição do Mundo Português*, mas dentro da programação oficial do evento, ocorreu também o Congresso Luso-Brasileiro de História, cujo objetivo – como será visto mais adiante – foi tratar das relações históricas entre Brasil e Portugal, principalmente no que tange à narrativa colonial que envolveu essas nações entre 1500 e 1822. Quanto ao Pavilhão do Brasil há uma nítida diferença nesse sentido, já que o

---

<sup>222</sup> BRASIL. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal (Org.). **Catálogo Oficial**: Pavilhão do Brasil na Exposição Histórica do Mundo Português. Lisboa, 1940.

<sup>223</sup> Idem.

interesse maior da exposição brasileira focava no Brasil a partir da ascensão de Getúlio Vargas à presidência do país. Essa era uma oportunidade ímpar, afinal,

Projetar o Estado nacional significa construir uma “nova” nação, o que se faz através de um “novo” modelo técnico-administrativo de Estado. É exatamente nesses períodos que a atenção dos que dirigem o aparelho de Estado busca uma “nova” legitimidade, voltando-se para a mobilização de recursos simbólicos considerados essenciais, e de forma alguma secundários ou reflexos da realização de seus projetos, sobretudo quando estes assumem uma perspectiva de longo prazo. Era o que ocorria no Estado Novo, que, buscando demarcar “seu” lugar na história, precisava refazer o próprio “sentido” da história do país.<sup>224</sup>

Todos os aspectos da exposição brasileira foram pensados e elaborados a partir de critérios ideológicos bem definidos e orientados pelos organizadores brasileiros. Dentre os vários destaques do Pavilhão do Brasil, dois chamam a atenção, um que demonstra questão ideológica e outra uma questão econômica. A primeira foi captada pela objetiva do fotógrafo que auxiliou na composição do *Catálogo Oficial*, enquanto a segunda refere-se a uma pintura e a um trecho do documentário oficial da *Exposição do Mundo Português*, produzido em 1941.

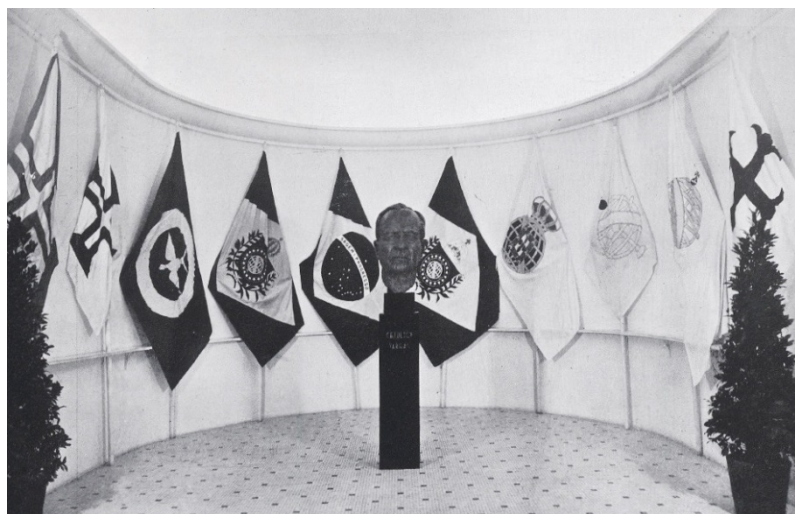
Postados um de frente ao outro, os bustos de Getúlio Vargas e Oscar Carmona apareciam postos em local de honra, ladeados por bandeiras históricas dos países. Fotografias como essa se destacam pelo caráter simbólico que exercem sobre os que a observam. A escolha dessas imagens e a inserção delas no catálogo são de significância singular, não aleatória. Em momentos em que dois países carregam a alcunha de “Estado Novo”, era de grande relevância enaltecer os líderes dessas nações.

O registro dessa imagem transmite a ideia de nações que se assemelham, com momentos similares, e assim a fotografia transmite uma idealização do momento “novo” pelo qual Brasil e Portugal passavam. Nesses casos, como em outros, o enquadramento quase perfeito é fundamental para transmitir a ideia de verdade, de real. “Fotografar é atribuir importância. Provavelmente não existe tema que não possa ser embelezado; além disso, não há como suprimir a tendência, inerente a todas as fotos, de conferir valor a seus temas”.<sup>225</sup>

---

<sup>224</sup>GOMES, 1996, p. 22.

<sup>225</sup>SONTAG, 2004, p. 41.



**FIGURA 8:** a exposição dos bustos de Getúlio Vargas e Óscar Carmona foi um dos destaques do Pavilhão do Brasil durante a *Exposição do Mundo Português*. Vale destacar as bandeiras ladeando os bustos, dispostos como centro de um processo histórico de desenvolvimento das respectivas nações. **FONTE:** BRASIL. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal (Org.). **Catálogo Oficial:** Pavilhão do Brasil na Exposição Histórica do Mundo Português. Lisboa, 1940.

O visitante – seja o presencial ou imagético – no seu contato com essa cena, muitas vezes não percebe a carga ideológica nela presente. Os bustos com rostos heroicos são centralizados; de um lado Vargas, do outro Carmona. A organização da cena é intencional e estruturada cuidadosamente, pensada para a posteridade de uma objetiva, carregada de um simbolismo político patente. Roland Barthes afirma que toda fotografia é composta de *studium*, segundo ele, “é pelo *studium* que me interessa por muitas fotografias, quer as

receba como testemunhos políticos, quer as aprecie como bons quadros históricos: pois é culturalmente (essa conotação está presente no *studium*), que participo das figuras, das caras, dos gestos, dos cenários, das ações”.<sup>226</sup>

Embora esteja falando da fotografia, mas a forma de se entender o *studium* pode ser também utilizada para compreender cenários orquestrados, enquadrados e com forte intencionalidade por parte de quem organiza a imagem. Os bustos estão enquadrados e constroem um ambiente de exaltação à figura dos líderes, esse é o *studium*, esse é o recado e o propósito da imagem, é essa a mensagem que se deseja passar ao visitante. No entanto, Barthes chama a atenção para algo que é sempre intrigante: o *punctum*. Para Barthes, esse é um segundo elemento das imagens e é contrastante com o *studium*, “pois o *punctum* é também picada, pequeno buraco, pequena mancha, pequeno corte – e também lance de dados. O *punctum* de uma foto é esse acaso que, nela, me punge”,<sup>227</sup> o *punctum* é aquilo que incomoda, que te deixa pensativo, desconfiado.

Os bustos não incomodam, é a eles que os olhares devem ser dirigidos; as bandeiras incomodam. A disposição delas, como se caminhassem do passado para o presente, visa transmitir ao observador uma ideia de continuidade, como se o passado houvesse sido preparado para esse presente, no qual Vargas e Carmona inevitavelmente foram os escolhidos pela história e são tomados como centrais nesse processo natural de desenvolvimento histórico. É um exercício visual curioso, no qual se tenta utilizar, a partir de um olhar teleológico, a tradição do passado como legitimadora do presente.

A narrativa visual leva o visitante a encarar Carmona e Vargas como necessários para a manutenção de uma pretensa paz social, já que a história e a trajetória da nação “naturalmente” os escolheu. Nesse ponto específico, o estudo de Max Weber é impar, quando da sua análise de como os líderes são escolhidos e aceitos, e por qual motivo os homens obedecem a esses líderes. Para Weber, “há três justificações interiores, e portanto, legitimações, básicas do domínio” que esses líderes exercem e constroem para si:

---

<sup>226</sup> BARTHES, 2012, p. 31.

<sup>227</sup> Idem.

Primeira, a autoridade do “ontem eterno”, isto é, dos mores santificados pelo reconhecimento inimaginavelmente antigo e da orientação habitual para o conformismo. É o domínio “tradicional” exercido pelo patriarca e pelo príncipe patrimonial de outrora. Há a autoridade do dom da graça (carisma) extraordinário e pessoal, a dedicação absolutamente pessoal e a confiança pessoal na revelação, heroísmo ou outras qualidades da liderança individual. É o domínio “carismático”, exercido pelo profeta ou, no campo da política, pelo senhor da guerra eleito, pelo governante plebiscitário, o grande demagogo ou o líder do partido.<sup>228</sup>

Nessa instância, o pensamento de Weber ganha significado particular quando da análise da representação criada para o Estado Novo brasileiro e português. Ambos se constroem com base em uma pretensa ideia de progresso fundamentada na manutenção das tradições, o que pode até parecer confuso, mas está intrinsicamente atrelada à concepção de modernização adotada por esses Regimes, tal qual vimos anteriormente com Raymundo Faoro.

Outra questão, que não passa despercebida, está relacionada à noção de carisma, utilizada excessivamente pelas instituições propagandísticas de ambos os lados do Atlântico. Vivendo um momento que precede à ascensão de Hitler na Alemanha, Weber atenta para o caráter profético que os líderes autoritários chamam para si. Nessa estratégia de autopromoção, buscam enfatizar a concepção do pai da nação, aquele capaz de promover o novo sem esquecer das tradições e da hierarquia. A colocação dos bustos de Vargas e Carmona transmite ao visitante uma sensação de segurança e, ao mesmo tempo, de proteção; bem como, produzem uma noção baseada na:

[...] virtude da “legalidade, em virtude da fé na validade do estatuto legal e da “competência” funcional, baseada em regras racionalmente criadas. Nesse caso, espera-se obediência no cumprimento das obrigações estatutárias. É o domínio exercido pelo moderno “servidor do Estado” e por todos os portadores do poder que, sob esse aspecto, a ele se assemelham.<sup>229</sup>

Simbólico, também, é o posicionamento das bandeiras dentro do salão dos bustos. Sua disposição transmite uma noção de continuidade, de um processo do “ontem eterno” que se prolonga pelo presente. Vargas e Carmona são expostos como parte fundamental (por isso os bustos centralizados) desse

---

<sup>228</sup> WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH, H. H.; MILLS, Wright (Org.). **Max Weber: ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. Cap. 4. p. 56.

<sup>229</sup> Idem.

processo histórico de continuidade, capazes de alinhar a tradição do passado com um “Estado Novo”, moderno, homens com a capacidade de lidar com o futuro.

Em sociedades baseadas na modernização, como Brasil e Portugal, fazia-se necessário investir maciçamente em uma propaganda de enaltecimento dos líderes, como pais da nação, líderes, exercendo o “dom da graça (carisma) extraordinário e pessoal”, homens capazes de promover o futuro sem desprezar do passado, sendo carismáticos e, ao mesmo tempo, estadistas competentes. No Brasil, Vargas acumulava essas funções, enquanto em Portugal tais funções foram distribuídas entre Carmona e Salazar.

Ainda, em alusão aos princípios de modernização definidos por Faoro, esses governos baseavam-se em um pressuposto no qual,

fundamentalmente, a modernização é um traço de linhas duplas: a linha do paradigma e o risco do país modernizável. Quando ela, a modernização, se instaura, como ação voluntária, quem a dirige é um grupo ou classe dirigente – com muitos nomes e de muitas naturezas – que, na verdade, não se reflete passivamente a sociedade sobre a qual atua”.<sup>230</sup>

Vargas e Carmona representam os grupos que, por meio de golpes, os colocaram no poder, mas suas imagens são vendidas como líderes natos, naturais do processo histórico desses países. Esse é um dos poderes da imagem quando utilizada com finalidade política em estados autoritários: transformar golpistas em líderes, ditadores em pais.

---

<sup>230</sup> FAORO, 1992, p. 9.



**FIGURA9:** *Café* (1935), de Cândido Portinari. A obra foi exibida pela primeira vez em uma exposição internacional em Nova Iorque, em 1935. Em 1940 foi enviada a Lisboa para ficar em exposição no Pavilhão do Brasil durante a *Exposição do Mundo Português*, figurando como um exemplo da cultura artística brasileira além de servir como divulgação para o Conselho Nacional do Café. **FONTE:** PORTINARI, Cândido. **Café.** 1935. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=1377>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Apresentado pela primeira vez ao mundo em 1935, durante a Exposição Internacional de Arte de Nova Iorque, ocasião na qual obteve menção honrosa, o quadro “Café”, de Cândido Portinari, é exibido em Lisboa no Pavilhão do Brasil, como parte da exposição de arte. O quadro é reconhecidamente uma obra-prima do pintor, um exemplo da pintura moderna brasileira do período, por características ímpares, mas a tentativa de tornar arte o cotidiano do trabalhador brasileiro, das regiões cafeeicultoras, seja talvez o esforço e a característica social mais marcante da pintura, desde a ênfase no trabalho manual até à questão da centralização do negro na colheita e produção do café brasileiro.

O Catálogo Oficial do Pavilhão do Brasil, desde o princípio, evidencia o caráter não comercial da exposição, abandonando, como já dito anteriormente, “qualquer objetivo comercial ou industrial, a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal procurou focalizar os aspectos essenciais do País que refletissem o



padrão do desenvolvimento nacional”,<sup>231</sup> afinal, a proposta era evidenciar as características atuais do processo de modernização urbana, estrutural e cultural, mudanças pelas quais o Brasil vinha passando desde a alçada de Vargas ao poder, em 1930. No entanto, o mesmo Catálogo Oficial traz, mais à frente, a seguinte chamada:

Apesar do cunho cultural observado na organização de todos os seus ‘stands’, o Brasil não podia deixar de apresentar na Exposição Histórica do Mundo Português o seu Produto-Rei: O Café. Coube a essa tarefa o Departamento Nacional do Café que, como sóe [sic] acontecer em todos os certames internacionais a que comparece, esmerou a sua apresentação de modo a assinalar mais um triunfo incontestável do Brasil. [...] O Departamento Nacional do Café apresentou um originalíssimo, rico e artístico ‘stand’, todo executado em estilo marajoara, e que mereceu os mais entusiasmados comentários de todo o grande público que o visitou.<sup>232</sup>

Criado em fevereiro de 1933, em substituição ao Conselho Nacional do Café, o Departamento Nacional do Café deveria, dentre outras providências, garantir a defesa dos interesses econômicos do produto, e dar a cargo do Governo Federal a “salvaguarda do interesse nacional, maior e mais efetiva ingerência na direção desse serviço, até hoje confiada sem resultado a instituições particulares”.<sup>233</sup> Sendo um órgão do Governo, o Conselho apresentou no Pavilhão do Brasil uma amostra do café, servindo-o aos convidados e com fotografias devidamente registradas no Catálogo.

Na teoria, a pretensão do Brasil era fortalecer o comércio do café em terras lusas, associando seu produto como fruto de uma economia em recuperação. A partir de 1938, a exportação do café voltou a alcançar índices significativos, cerca de 16 milhões e meio de sacas de café, índices superiores aos registrados em 1929 (que registrou a exportação de 14,5 milhões de sacas), período da crise econômica mundial.<sup>234</sup>

---

<sup>231</sup> BRASIL. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal (Org.). **Catálogo Oficial**: Pavilhão do Brasil na Exposição Histórica do Mundo Português. Lisboa, 1940.

<sup>232</sup> Idem.

<sup>233</sup> Decreto 22452/1933

<sup>234</sup> Para maior detalhamento da relação entre produção, queima e cotação do café na primeira metade do século XX, consultar: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (Rio de Janeiro, Brasil). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Gráfico: o café de 1906 a 1950: o café na primeira metade do século XX**. 2016. Disponível em:

Vale salientar, no entanto, que a cotação da saca em 1929 foi quatro vezes maior que a de 1938. Outro ponto. Em 1937, a compra e a queima do café pelo governo superaram consideravelmente os números da exportação em pelo menos 8 milhões de sacas, o que denotava um esforço da propaganda oficial brasileira em evidenciar que, desde 1938, a economia brasileira nesse setor passou por recuperação expressiva, perdurando por anos seguidos. E por qual motivo o stand do Conselho Nacional do Café é algo digno de relevância, com base no que até aqui vem sendo discutido?

Trata-se do uso do café como símbolo nacional e sinal de uma pretensa solidez possibilitada a partir da instauração do Estado Novo brasileiro. O café foi mais uma das vedetes da propaganda oficial elencadas para a *Exposição do Mundo Português*. No entanto, a presença do café e sua propaganda maciça, promovida pelo Conselho Nacional do Café, tinha um objetivo comercial forte: promover a propaganda para incentivar o consumo do produto em Portugal.

Em interessante tese, a historiadora Luciene Lehmkuhl faz um exame e uma correlação entre café, economia e arte durante a *Exposição do Mundo Português*, muito pertinente e fundamentada. Quando da questão econômica, a historiadora destaca o uso do espaço do Pavilhão do Brasil como um lobby para resolver pendências comerciais entre Brasil e Portugal, no que se refere à resistência lusitana na compra do café brasileiro. Para Luciene Lehmkuhl,

ao mesmo tempo em que a crítica se voltava para o quadro de Portinari como sendo a melhor peça da mostra brasileira, durante a visita as pessoas eram agraciadas com a prova do café brasileiro, o produto nacional de maior projeção desde os tempos do Império. Sabemos que o café estava na pauta de discussão do acordo comercial que se delineou dois anos antes [...] Tanto o algodão quanto o café brasileiro dependiam, para entrar no mercado português, de taxas alfandegárias que podiam chegar a 80% do valor do produto, enquanto que os produtos originários das colônias portuguesas gozavam de “redução de 60% sobre os direitos alfandegários cobrados nas Alfândegas portuguesas, o que lhes assegurava uma posição privilegiada nesses mercados”.<sup>235</sup>

---

<<http://atlas.fgv.br/marcos/economia-na-era-vargas/mapas/grafico-o-caffe-de-1906-1950>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

<sup>235</sup> LEHMKUHL, Luciene. **Entre a tradição e a modernidade: o Café e a imagem do Brasil na *Exposição do Mundo Português***. 2002. 195 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82633>>. Acesso em: 6 dez. 2016. p. 142-143.

A habilidade em alinhar o café como um produto originalmente brasileiro, associando o passado imperial do país à sua recuperação econômica a partir do Estado Novo varguista. Ainda, dentro dessa lógica, o café é visto como parte da identidade nacional, atrelado às raízes mais tradicionais da nação, a partir de um “originalíssimo, rico e artístico ‘stand’, todo executado em estilo marajoara”. A ligação entre café e indígenas não possui qualquer relação dentro do processo econômico brasileiro, nos séculos XIX ou XX. A menção aos marajoaras é uma estratégia retórica, visual, a qual visa apresentar o café como essência nacional, por isso a alusão ao quadro de Portinari.

Muitas das leituras tradicionais da obra *Café* (1935) associam-se a uma ideia de pertencimento, de identidade nacional, numa íntima relação entre homem, terra e produto. Tal esforço buscava a conquista dos consumidores lusitanos, por meio de uma ação direta do Conselho Nacional do Café, considerando as negociações com Portugal, referentes à exportação do produto, estarem travadas. A tática foi aproveitar a oportunidade da *Exposição do Mundo Português* e atuar diretamente no consumidor final.

Percebendo que as diretrizes em Portugal estavam voltadas para o incremento do consumo dos produtos advindos das suas colônias, ao Brasil restaria adotar estratégias de incentivo ao consumo do café brasileiro, junto ao consumidor de ponta, a própria população. Assim, a presença do Departamento Nacional do Café na Exposição do Mundo Português se fez de maneira ostensiva, com a organização de um estande do Café, no qual era possível apreciar a variedade de grãos e todo o processo de produção, do plantio à embalagem [...] A pintura de Portinari foi apresentada em Lisboa num ambiente que propiciou o interesse e as atenções do público, pelo menos na temática ali apresentada. A nenhum outro produto nacional foi dada tanta ênfase na Exposição quanto ao café.<sup>236</sup>

Nos dois casos, dos bustos e do café, a tática visual, retórica e propagandística utilizada foi a mesma: legitimar as questões políticas do presente, relacionando passado e presente, justificando o presente moderno a partir de uma linha teológica da história. A propaganda política desses regimes cria tradições que fundamentam suas ações no presente, com vistas a uma prática comum dos governos, que visam justificar as ações e fortalecer seus respectivos estados nacionais. A estratégia “é a utilização de elementos antigos

---

<sup>236</sup> Ibid. p. 143.

na elaboração de novas tradições inventadas para fins bem originais”, as quais “estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade”.<sup>237</sup>

A invenção de tradições do tipo nacionalista foi comum durante boa parte do século XIX, mas ganhou força com o avanço de governos autoritários na década de 1930. Nesse contexto, a historiografia e a propaganda atuaram vorazmente na constituição de elementos tradicionais que justificassem as ações governamentais e intervissem como conciliadoras entre governados e governantes. O passado é concebido como um produto a serviço dos interesses do presente, o qual terá seu significado de acordo com o lugar de fala daquele que o produz. O uso da história e a relação entre passado e presente, “instaura um ‘governo da natureza’, de uma forma que concerne à relação do presente com o passado – não sendo este um dado, mas um produto”<sup>238</sup> possibilitado pelos interesses daquele.

Eric Hobsbawm quando trata das invenções das tradições, não deixa de evidenciar de que forma essas eram expostas e repassadas à população como meio de apresentar, de ensinar à população, a partir de rituais simbólicos promovidos publicamente, através de objetos, signos e pavilhões, tal como foi feito durante a *Exposição do Mundo Português*. Segundo afirma, dentro desse contexto

Desenvolveu-se um conjunto de rituais bastante eficaz em torno destas ocasiões: pavilhões para os festivais, mastros para as bandeiras, templos para oferendas, procissões toques de sinetas, painéis, salvas de tiro de canhão, envio de delegações do governo aos festivais, jantares, brinde e discursos. Houve adaptações de outros elementos antigos “Nesta nova arquitetura dos festivais são inconfundíveis os resquícios das formas barrocas de comemoração, exibição e pompa. E como nas comemorações barrocas, o Estado e as Igreja mesclavam-se num plano mais alto, surge também uma amálgama de elementos religiosos e patrióticos nestas novas formas de atividade musical e física”.<sup>239</sup>

Mesmo não falando especificamente sobre a *Exposição do Mundo Português*, parece que Hobsbawm estava caracterizando-a. Os Pavilhões atuaram como transmissores pedagógicos no processo de instrução dos

---

<sup>237</sup> HOBBSAWM, 2015, p. 13-17

<sup>238</sup> CERTEAU, 2006, p. 80.

<sup>239</sup> HOBBSAWM, 2015, p. 14.

visitantes, desde a entrega de Guias Oficiais, que auxiliavam sobre a forma ‘correta’ de conhecer o evento, até à produção maciça de fotografias que passaram a documentar visualmente, para a posteridade, a importância do evento para a reafirmação do ideário nacionalista do Estado Novo português. Na esteira dessa produção documental, o Pavilhão do Brasil foi de importância singular para os interesses políticos e ideológicos do regime salazarista. O convite ao Brasil fez parte de uma estratégia da propaganda de António Ferro, e colocada em prática pelo SPN, que objetivou utilizar o Brasil de forma a justificar as atuações externas de Portugal em relação a sua política colonial em África e Ásia.

Portanto, as estratégias pensadas para a *Exposição do Mundo Português* precisam ser estudadas e correlacionadas com a situação que possibilitou a vinda do Brasil para participar das celebrações de 1940, bem como o convite oficial advindo do próprio Presidente do Conselho. A análise dos Pavilhões de entrada (Fundação, Formação e Conquista e do Brasil) é fundamental para entender como o evento esteve repleto de significados ideológicos e com forte apelo propagandístico, no sentido de reforçar principalmente os mitos da nacionalidade, do catolicismo e do império ultramarino.

Ao Brasil, coube fazer sua propaganda própria, revelando o contraste entre o “estado novo” em formação e o passado da República Velha, sem que com isso se deixasse de respeitar e venerar o passado colonial, imperial e republicano brasileiro. A narrativa do Pavilhão do Brasil levava o visitante a acreditar que a condução de Vargas ao posto de presidente foi um andamento natural do percurso histórico brasileiro, no qual Vargas figurava como o homem capaz de promover a mudança rumo à modernidade, sem perder os laços tradicionais com o passado.

### CAPÍTULO III

#### DE NAÇÃO COLONIZADA A NAÇÃO IRMÃ A participação do Brasil na *Exposição do Mundo Português*

*“Queremos que o encontro dos nossos povos seja então efetivo e intenso como nunca o foi; e que o Mundo seja testemunha de que é o Brasil na história portuguesa – Uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinária realização, e do que é Portugal para o Brasil – a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria”.*

*António Oliveira Salazar  
Nota Oficiosa da Presidência do Conselho  
Março de 1938.*

Como já foi visto até aqui, é inegável a vontade lusitana em trazer para Lisboa uma delegação considerável, do que Salazar definiu como egrégios brasileiros. A ideia era criar uma boa relação com sua ex-colônia bem como estabelecer um ambiente de legitimação, no que se refere às ações do Estado Novo português. O Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) providenciou que o “ponto 4” da Nota Oficiosa de 1938 fosse executado de forma a impelir à participação o maior número possível de brasileiros, durante a *Exposição do Mundo Português*.

Assim, durante esse capítulo pretende-se expor a conjuntura que possibilitou a ida de brasileiros ao evento, bem como compreender as condições políticas produzidas naquele momento, a fim de que os letrados fossem a Portugal integrar esse projeto propagandístico do Regime salazarista. Tal empreitada envolveu nomes como Gustavo Barroso e Afrânio Peixoto, bem como António Ferro e o próprio presidente da República. Oscar Carmona intercedeu pessoalmente, e por meio de terceiros, junto ao presidente Getúlio Vargas, não só para que o Governo brasileiro participasse efetivamente, mas que o próprio presidente estivesse presente, durante as cerimônias da Exposição.

Neste capítulo, examina-se a documentação interna, ou seja, oficial, produzida pelos entes ligados ao Estado Novo, além de correspondências

elaboradas pelos membros do governo aos interlocutores, tanto no Brasil quanto em Portugal. A interpretação dessa documentação ajudou a compreender como eram tratados os anseios e as aproximações políticas entre membros governamentais lusitanos e brasileiros, além de revelar como os interesses, de ambos os lados, se apresentavam. Frente a essas negociações, percebe-se como os agentes políticos foram mobilizados e suas redes de influência foram estruturadas, de forma a captar o movimento dos mais variados sujeitos, nesse cenário de relações internacionais.

A partir dos documentos, foi possível entender o vínculo entre Brasil e Portugal tendo como referência cinco pontos básicos, que permitiram visualizar a entrelaçada dinâmica nas relações políticas bilaterais. O primeiro ponto a ser destacado é o discurso de Salazar, conclamando e justificando o envolvimento do Brasil durante a Exposição de 1940, em sua *Nota Oficiosa*. Isso porque, em seu texto, o Presidente do Conselho destaca a importância quanto à participação do Brasil no evento, pensamento ratificado ao convocar o Brasil, sendo este ainda o único país estrangeiro a ser convidado a participar diretamente da organização e execução da *Exposição do Mundo Português*.

Um segundo ponto a destacar se refere a como se construíram as negociações diplomáticas entre Brasil e Portugal, ou seja, de como esses países traçaram as relações políticas entre seus ministérios e secretariados, discutindo os ganhos e contribuições de cada parte em relação ao evento. Nesse sentido, a documentação ajuda a compreender como os atores envolvidos elaboraram suas relações diplomáticas, a fim de defender seus respectivos interesses durante a Exposição. Assim, é possível inferir como as tensões políticas se dão, e como os pontos de conflito são negociados, o que fica mais exposto e perceptível nas documentações de gabinete do que em publicações oficiais, como a *Revista dos Centenários*, onde isso se dá de forma mais explícita.

Entretanto, em virtude desse periódico ter sua tiragem iniciada em janeiro de 1939 e seu último exemplar em dezembro de 1940, consegue transmitir um panorama de como as relações públicas foram se estabelecendo entre Brasil e Portugal, além de permitir compreender a dinâmica dessa aproximação, a forma na qual se operou, na prática, a relação diplomática entre ambos e o comportamento dos letrados brasileiros no que diz respeito à política cultural portuguesa pensada para a Exposição. Através da *Revista dos*

*Centenários* é possível observar como os brasileiros, mais especificamente alguns letrados brasileiros, construíram uma política de boa vizinhança com Portugal, através de um discurso de reformulação do passado colonial na América portuguesa. Nesse exercício, o passado é revisitado a partir dos interesses políticos coloniais de Portugal, existentes na década de 1930.

Dentro desse processo de aproximação bilateral, outro ponto interessante se refere às interferências de agentes não governamentais na organização do evento e na tomada de decisões. No caso da Exposição, é possível identificar a participação direta do empresário luso-brasileiro Souza Cruz e sua atuação juntamente a Salazar. A rica correspondência entre os “amigos” revela os melindres e os vieses políticos experienciados por portugueses que viviam no Brasil durante o ano de 1940. É importante ainda frisar a consolidação do *Acordo Cultural Luso-Brasileiro* de 1941.

### **3.1. “Ao Brasil é devida referência especial”**

Ao sinalizar na sua Nota Oficiosa as diretrizes do evento, Salazar dedica espaço considerável à participação do Brasil. Nessa acepção, existia um interesse, por parte dos governantes portugueses, de ver o Brasil atuando fortemente na Exposição de 1940. Isso porque existia na Europa um clima de revisionismo acerca da política colonial implementada na África, após a Primeira Guerra Mundial, algo questionado (como será visto no Capítulo 4) por Alemanha e Itália nos primeiros anos da década de 1930. Portanto, o Ponto 4 da “Nota Oficiosa” é carregado de grande simbolismo político, principalmente com relação ao convencimento do Brasil em participar dos festejos, enquanto convidado especial.

Justifica-se o interesse. De certa forma, o Brasil era visto como o exemplo mais bem-sucedido da política colonial lusitana, já que no século XX despontava como uma das maiores potências da América Latina e exibia índices de modernização significativos, além de apresentar um modelo político semelhante ao vivenciado em Portugal. Na sua Nota Oficiosa, Salazar enfatizava a parceria do Brasil e Portugal durante a Exposição, reforçando o que aponta enquanto razões à colaboração especial brasileira, uma vez que, como já



exposto, o Brasil teve oportunidade em atuar junto à organização do evento, estruturar seu pavilhão e ter letrados integrando os Congressos culturais e científicos.

Em seu primeiro número, a *Revista dos Centenários* traz encartada a partir da sua segunda página, a reprodução na íntegra de uma “nota oficiosa da Presidência do Conselho”, denominada “Independência de Portugal”. Constantemente utilizadas durante o Estado Novo português, as “notas oficiais” podem ser vistas como uma espécie de documento de comunicação entre o Conselho presidido por Salazar e a população, tendo um caráter informativo, mas também com conteúdos orientadores.

Nessa nota em específico, por exemplo, a Presidência do Conselho aproveita o espaço da *Revista dos Centenários* para orientar politicamente os organizadores dos eventos que ocorreriam em 1940, determinando temas, ações e designações políticas a serem cumpridas. Datada de março de 1938, a *Nota Oficial* em discussão trazia 13 pontos (alguns intercalados por artigos e incisos) a nortear toda a programação referente às Comemorações do Duplo Centenário de 1940. No ponto 4 da mesma nota, a Presidência do Conselho aponta que durante a organização e realização das atividades referentes ao *Congresso do Mundo Português*, “ao Brasil é devida referência especial”, pois, não se podia “dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e ativo do Brasil”.<sup>240</sup>

A análise da referida *Nota Oficial* permite que se perceba características próprias da cultura política praticada à época pela organização estatal portuguesa. Com base em discursos de equiparação e de irmandade, verifica-se a intencionalidade na construção de uma sociedade idealizada. A *Nota Oficial* aponta “uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma sociedade ideal tal como veem os detentores dessa cultura”.<sup>241</sup>

Nessa perspectiva, a *Nota Oficial* traz ainda a visão do Estado Novo salazarista e os preceitos que deveriam nortear as organizações culturais

---

<sup>240</sup> Independência de Portugal – Nota oficiosa da Presidência do Conselho. **Revista dos Centenários**. Lisboa, 31 jan. 1939. p. 3.

<sup>241</sup> BERSTEIN, 1998, p. 351.

referentes à *Exposição do Mundo Português*. Percebe-se que as ações desenvolvidas por Salazar se configuram no pleno funcionamento de uma política cultural, a qual se fazia necessário, “para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante”.<sup>242</sup> São essas funções de ordenamento das sentenças, dos ritos e símbolos, da escolha de temas, por meio de fórmulas institucionalizadas que trariam sentido político às práticas e ações dos letrados envolvidos com a cultura política estatal portuguesa entre 1938 e 1942.

O chamamento ao Brasil é precedido por eloquentes elogios e claro discurso amistoso, afirmando que “a atitude constante de Portugal para com o Brasil, desde o dia da nossa bifurcação no vasto Mundo, é a de terna e carinhosa solidariedades”.<sup>243</sup> Nessa lógica, o uso do idioma é utilizado como metáfora da igualdade e a marca da tradição existente entre ambos, mas também uma afirmativa da contribuição lusa à formação da nação brasileira. Em fala direcionada ao Brasil, a Presidência do Conselho utiliza o idioma e aponta o quanto ele poderá ser difundido pela América, demonstrando a cooperação brasileira na divulgação da língua mãe pelo Novo Mundo, mesmo após sua independência política no século XIX.

A nossa língua é a sua língua e enquanto Portugal continental é estreita nesga de terra, na Europa onde nunca poderão caber senão escassos milhões de almas, o Brasil é quase um continente, um mundo novo, e dele jorrarão pelos séculos adiantes torrentes de humanidade, em cujas mãos estará bem entregue o tesouro das tradições de que hão-de [sic] ser herdeiros, em sagrada partilha conosco”.<sup>244</sup>

Além do idioma, a *Nota Oficiosa* ressalta a cultura lusa deixada no Brasil, uma alusão à contribuição portuguesa na formação identitária e territorial brasileira, que por tantas terras possuir, poderá difundir um modo de vida civilizado pelo “continente” brasileiro, bem mais do que poderia ocorrer na

---

<sup>242</sup> Independência de Portugal – Nota oficiosa da Presidência do Conselho. **Revista dos Centenários**. Lisboa, 31 jan. 1939. p. 3.

<sup>243</sup> Idem.

<sup>244</sup> Idem.

“estreita nesga de terra na Europa”. A sentença traçada pela *Nota Oficiosa* parece ter um objetivo claro e direto: apontar o Brasil como modelo bem-sucedido de civilização a partir do paradigma colonial português, equiparando-se a Portugal e sendo, já na primeira metade do século XX, um difusor das tradições culturais lusas, por um vasto território mantido e unificado, ainda no século XIX, pelas intervenções portuguesas durante os períodos colonial e monárquico.

Existe uma hipótese discutida pelo diplomata português José Calvet de Magalhães, no livro *Depois das caravelas*, publicado no ano 2000, em parceria como o historiador brasileiro Amado Cervo, na qual a aproximação bilateral foi efetuada para justificar a política colonial portuguesa, após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

No entanto, essa obra de referência acerca das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal não faz minuciosa análise quanto às políticas culturais entre esses países. Isso ocorre pelo fato dos autores não se proporem a tal empreitada e, sim, elaborar uma obra mais geral, abrangendo momentos específicos das relações diplomáticas desenvolvidas entre os dois lados do Atlântico, entre os séculos XVI e XX.

Para o tema aqui abordado, torna-se interessante as discussões promovidas no subcapítulo 8.4, denominado “O Brasil e o Problema Colonial Português”. Escrito, pelo já citado diplomata, José Calvet de Magalhães, o exame documental aponta que o apoio brasileiro à política colonial portuguesa tem grande impulso e repercussão na década de 1950, mais precisamente em 1954, quando o Itamaraty passou a desenvolver “uma larga atividade de apoio à causa portuguesa junto a um grande número de Estados com que o Brasil mantinha relações diplomáticas”.<sup>245</sup>

Por meio de estudo das fontes, realizado por Magalhães, essa hipótese se mostra coerente e aponta a adesão explícita do Brasil à política colonial portuguesa, na década de cinquenta, durante a segunda passagem de Getúlio Vargas pela presidência do Brasil. Inclusive, em 1955, o presidente Café Filho faz uma longa viagem, de aproximadamente vinte dias a Portugal, na qual fecha uma série de acordos e reafirma os laços de cooperação com o Estado Novo

---

<sup>245</sup> CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 290.

português, sendo recebido com pompas de Estado e acompanhado por toda imprensa portuguesa, reforçando a hipótese de Magalhães.

No entanto, a tese que se pretende defender aqui é a de que a aproximação bilateral, a partir de uma política cultural, existiu desde fins da década de 1930, quando da necessidade lusa de ter o apoio, o reconhecimento do Brasil, em relação à sua política colonial na África. Os apontamentos encontrados na *Revista dos Centenários*, mais precisamente na *Nota Oficial* analisada, indicam uma forte tendência do “irmão europeu” em ter o respaldo oficial do “irmão americano”.

O discurso de pertença e de irmandade construído pela Presidência do Conselho demonstra a necessidade e as várias razões de se ter a referência do presidente Getúlio Vargas junto às Comemorações dos Centenários de 1940. Relevante lembrar o quanto as festividades desse ano serviriam de vitrine (logo, propaganda) para o mundo, servindo de comprovação para o sucesso da política colonial lusitana, tendo o Brasil como o exemplo mais positivo das suas práticas.

Eis algumas razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal no momento em que festejaremos os nossos 800 anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da casa; que erga o seu padrão de História ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas, como da família, a nar [sic] de nós acolha as homenagens que o Mundo nos deve e nos trará nessa ocasião; que nos mande, no maior número, os mais egrégios dos seus filhos, em romagem patriótica e cívica.<sup>246</sup>

Dois pontos ficam claros no discurso. O primeiro quando a *Nota Oficial* se refere a perceber o Brasil como parte da família e ao coloca-lo junto a Portugal, erguendo um padrão de história referenciado ao luso. Para as intenções portuguesas, colocar-se lado a lado com o Brasil, durante o *Congresso do Mundo Português*, era uma forma de silenciar um passado conflituoso entre os países, os quais vivenciaram, durante alguns séculos, ordenados pela lógica do pacto colonial. Assim, é possível afirmar ainda que Salazar percebia afinidades, entre seu projeto de governo e o Estado Novo adotado por Vargas, a partir de 1937 – ambos possuíam fortes identidades autoritárias, organização administrativa hierárquica e um executivo centralizador.

---

<sup>246</sup> Independência de Portugal – Nota oficial da Presidência do Conselho. **Revista dos Centenários**. Lisboa, 31 jan. 1939. p. 3.

O evento de 1940 seria então uma forma de reescrever o passado colonial a partir dos interesses políticos do presente, pacificando os discursos acerca do passado da América Portuguesa e positivando as práticas colonialistas absorvidas, a partir da sua contribuição cultural, católica e nacionalista. Em segundo lugar, associado à necessidade em retomar a história, existe no documento uma preocupação explícita de que o mundo reconheça a parceria estabelecida entre Brasil e Portugal, como países civilizados que se tornam irmãos.

A frase na qual Salazar afirma esperar “as homenagens que o Mundo nos deve” é demasiadamente sintomática, visto que essa necessidade de reconhecimento era uma ansiedade mais lusitana do que brasileira. Nas fontes analisadas não foi possível encontrar inquietação semelhante nos discursos brasileiros com relação a uma resposta do mundo à participação brasileira na *Exposição do Mundo Português*. Por outro lado, é um anseio sempre presente nas falas dos organizadores portugueses e um dos objetivos da organização e do SPN, como já discutido anteriormente.

Como será considerado mais à frente, isso explica a preocupação de Salazar de que o mundo fosse “testemunha do que é o Brasil na História portuguesa”, ou, em outras palavras, que o mundo comprovasse o que era o Estado Novo brasileiro,<sup>247</sup> fruto do que um dia fora uma colônia lusitana, na qual Portugal se configurara enquanto “a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria”.

---

<sup>247</sup> Utilizando as palavras da historiadora Giralda Seyferth, podemos afirmar que as características políticas e ideológicas do Estado Novo desde 1937, “estavam de acordo com o princípio estabelecido por Gellner (1983) de que o nacionalismo engendra a nação. Assimilação e caldeamento são reputados como parte da tradição histórica de formação da nação brasileira. De acordo com este princípio, o Estado Novo precisava da homogeneidade nacional, buscada, em primeiro lugar, na escola (imposição do espírito nacional pela supressão dos idiomas estrangeiros e pelo ensino do civismo), em segundo lugar, pela ação prática e simbólica do Exército, da polícia e dos brasileiros legítimos, fazendo valer o sentido da formação nacional, isto é, uma “tradição histórica” de miscigenação e assimilação. As medidas efetivadas entre 1937 e 1945 vinham sendo preconizadas desde o século XIX, mas só um Estado autoritário poderia criar uma legislação impositiva da assimilação e do caldeamento e propor, por decreto, estudos científicos que dessem diretrizes eugênicas (raciais), sociais e culturais para erradicar as diferenças étnicas que faziam dos imigrantes cidadãos incompatíveis com a nação”. Ver: SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Cap. 12. p. 199-228. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/142.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2017. p. 225.

Na construção desse período histórico, era necessária a elaboração de um discurso forte e legitimador, remetendo ao segundo ponto percebido no documento. A *Nota Oficial* alerta para o esforço de se convocar para os festejos o “maior número, os mais egrégios dos seus filhos, em romagem patriótica e cívica”.<sup>248</sup> No intuito de se consolidar uma expressão harmoniosa e institucional, a figura de homens egrégios, notáveis, insignes e extremamente distintos da cultura se fazia necessária, ao compreender que sujeitos com essas características se mostram influentes na formação da opinião pública e legitimam as práticas políticas institucionais.

Nas décadas de trinta e quarenta, letrados estavam envolvidos junto ao Estado na construção de sentenças que legitimassem as ações estadonovistas de ambos os lados do Atlântico. Tanto Portugal quanto o Brasil ocupavam funções semelhantes. Assim, tomando por base a compreensão do papel do intelectual favorável ao regime autoritário no Brasil, mas que também pode ser aplicada, genericamente, à realidade do Estado Novo português, uma vez que nesses países “os intelectuais aparecem como porta-vozes dos anseios populares porque seriam capazes de captar o subconsciente coletivo da nacionalidade”, mais ainda, nesse cenário é forte e bastante difundida “a ideia do intelectual na condição de representante ou de intermediário capaz de captar e exprimir a vontade popular, que será realizada pelo Estado”.<sup>249</sup>

O curto, mas rico, Ponto 4 da *Nota Oficial*, encerra-se com um trecho significativo, demarcando as intenções lusas em propagandear o exemplo colonial brasileiro como um modelo de sucesso. Mesmo sem saber explicitamente como seria a contribuição brasileira nas Comemorações dos Centenários, a *Nota Oficial* ressaltava que essa participação se fazia primordial, como nunca antes havia acontecido. A Presidência do Conselho, concluía:

Não nos deteremos a precisar a forma a que aspiramos de colaboração brasileira nos centenários de 1939-1940. Queremos que o encontro dos nossos povos seja então efetivo e intenso como nunca foi; e que o Mundo seja testemunha do que é o Brasil da História portuguesa – uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinária realização, e

---

<sup>248</sup> Idem.

<sup>249</sup> VELLOSO, 2011, p. 156-157.

do que é Portugal para o Brasil – a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria.<sup>250</sup>

O intuito de “que o Mundo seja testemunha do que é o Brasil na História portuguesa” é significativo e a advertência é bem clara. Percebe-se nesse momento da *Nota Oficial* uma disposição em mostrar o Brasil nos festejos como um exemplo bem-sucedido da política colonial lusitana, utilizando-o como referência de “uma das suas páginas mais belas e a sua extraordinária realização”. Essa proposta se apresenta como um “livro colonial”, no qual se constrói o Brasil como uma unidade estatal, continental e uma nação forte no século XX, graças à contribuição lusa na sua formação identitária.

Nesse sentido, reafirma-se a ideia de ser o Brasil uma das mais belas páginas da história portuguesa, sem deixar de lembrar à ex-colônia quão fundamental foi Portugal no seu nascimento enquanto pátria, frente ao relato e concretude de ter o Brasil “a fonte inicial da sua vida” em Portugal, legitimando e aproximando retoricamente ambas as nações por meio de uma herança cultural lusitana que deveria ser lembrada em 1940 através das falas dos brasileiros egrégios – oficiais – enviados à Portugal.

Uma característica, que chama a atenção na *Nota Oficial*, refere-se ao fato de Salazar narrar a independência do Brasil como um evento de caráter civilizatório entre as duas nações. Ao afirmar que a separação entre as pátrias ocorreu em termos sem precedentes na história, a *Nota Oficial* está se referindo ao fato da independência ter ocorrido de forma pacífica, sem derramamento de sangue e com manutenção de um membro da família real portuguesa no trono. Essa é uma concepção difundida na historiografia clássica, principalmente durante o século XIX, para construir uma imagem respeitosa em relação aos seus vizinhos da América Latina. A ideia apaziguadora, nesse caso, está associada à forma harmônica e não revolucionária, sem conflitos armados, com que ocorreu a proclamação da independência do Brasil em 1822.

Em texto clássico do pesquisador Manoel Luiz Salgado Guimarães é possível perceber como os historiadores do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro construíram esse tipo de historiografia harmoniosa, no qual o conflito existente no processo de independência foi substituído pela diplomacia, criando-

---

<sup>250</sup> Idem.

se entre Brasil e Portugal a ideia de irmandade, se aproximando do relato expresso e apregoado por Salazar em sua *Nota Oficiosa*. Segundo Manoel Guimarães, a historiografia brasileira, ao adotar esse modelo de explanação, "assegurava-se desta forma a possibilidade de continuidade com Portugal e da construção das metáforas de parentesco para caracterizar as relações entre Brasil e a antiga Metrópole".<sup>251</sup>

No processo de escrita da história da jovem pátria, os historiadores brasileiros, fortemente influenciados por uma formação coimbrã, esforçaram-se por elaborar uma transição positiva, na qual o período colonial foi percebido enquanto momento de configuração nacional. Manoel Guimarães afirma ser esta uma característica fundamental do processo de construção de uma nacionalidade brasileira: a ideia de nação como uma continuidade e não uma ruptura com a antiga metrópole.

E aqui tocamos em um ponto que nos parece central para discussão da questão nacional no Brasil e do papel que a escrita da história desempenha neste processo: trata-se de precisar com clareza como esta historiografia definirá a Nação brasileira, dando-lhe uma identidade própria capaz de atuar tanto externa quanto internamente. No movimento de definir-se o Brasil, definir-se também o "outro" em relação a esse Brasil. Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição a antiga Metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema Nacional. Quadro bastante diverso, portanto, do exemplo europeu, em que nação e estado são pensados em esferas distintas".<sup>252</sup>

A historiografia contemporânea, por sua vez, já não considera tão pacífica a transição política entre Brasil e Portugal. Lúcia Neves faz um balanço da vida política no Brasil entre 1808 e 1830. E nesse sentido, ao tratar da Independência do Brasil em 1822, a pesquisadora aborda de forma cuidadosa a tensão existente entre os membros do governo português e o Príncipe regente do Brasil, Dom Pedro. Afirma que já em 1822, "por essa época, a ideia de separatismo se manifestava em algumas obras de circunstâncias. Apesar disso, quando, por decreto da data de primeiro de agosto, Dom Pedro declarou inimigas

---

<sup>251</sup> GUIMARÃES, 1988, p. 7.

<sup>252</sup> Ibid. p. 6.



todas as tropas portuguesas que desembarcasse sem seu consentimento, não deixou de precisar que tomava a independência no sentido exclusivo de autonomia política, sem implicar um rompimento formal".<sup>253</sup>

Ainda segundo a historiadora, o jornal *A Gazeta*, do Rio de Janeiro, enfatizava nas suas páginas: "o Brasil [...] era um reino Independente de Portugal; hoje é um vasto império, que fecha o círculo dos povos Livres da América; era colônia dos portugueses, hoje é nação". Por outro lado, em Lisboa, o jornal português *Trombeta Lusitana* "afirmava que a aclamação de Dom Pedro era um acontecimento que esclarecia, sem dúvida, as ideias que os políticos haviam desde algum tempo formado a respeito do novo estado Brasílico [devido a] este passo o Brasil chegou ao ponto preciso da sua independência".<sup>254</sup>

Em Portugal a imprensa deixava transparecer um clima de contrariedade com a perda do Brasil enquanto colônia. O periódico *Campeão Português, de Lisboa*, "não se conformava em abandonar a ideia de que o Brasil pertence 'aos portugueses como herança de seus pais', que o conquistaram, justificando, assim, o uso da força para reverter o curso dos acontecimentos".<sup>255</sup> A crítica feita pelo jornal evidencia uma insatisfação com o desvio da colônia, questionando a inoperância do Estado português em relação ao fato de renunciar à sua principal colônia de exploração no mundo, sem qualquer reação militar.

Lúcia Neves conclui seu raciocínio lembrando que "somente em 1825, depois de demoradas negociações e mediante indenizações, Dom João VI reconheceu a independência do Brasil. O gesto, entretanto, veio sob a forma de uma concessão, que cedia e transferia a soberania do território americano, que só ele detinha, para o reino do Brasil, sob a autoridade de seu filho".<sup>256</sup> Como bem lembra Manoel Guimarães, o Brasil Nação, que nascia no século XIX, se reconhecia enquanto uma continuação do processo civilizador iniciado por sua antiga metrópole e adotava o modelo colonial apresentado por Portugal.

Como já referido, o Ponto 4 da *Nota Oficial* está carregado de simbolismo político, além do uso de grandes artifícios retóricos por parte da

---

<sup>253</sup> NEVES, 2012, p. 96.

<sup>254</sup> Ibid. p. 99-100.

<sup>255</sup> Ibid. p. 101.

<sup>256</sup> Idem.

Presidência do Conselho. Evidencia-se no discurso de Salazar a ideia de um Brasil como pertencente à família portuguesa e não como uma antiga colônia de Portugal. Ao afirmar que o Brasil deveria erguer o seu padrão de história junto ao português, Salazar aponta a necessidade de pensar o passado luso-brasileiro a partir de uma nova perspectiva, reconhecendo, para isso, uma referência para o Brasil.

Essa estratégia retórica possui um alcance político significativo, visto Salazar se esforçar para criar condições favoráveis à ida de brasileiros para os festejos e eventos de relevância e apelo nacional. Mais que isso, buscava-se publicamente o reconhecimento do governo brasileiro para com a *Exposição do Mundo Português*, uma forma de dar significância às intenções do governo português na criação de uma memória positiva sobre a administração colonial portuguesa e sua atuação junto às colônias mantidas, ainda na década de 1930.

Outro fator relevante está no quesito relacionado às condições estabelecidas para a participação do Brasil na Exposição. Salazar garante na sua *Nota Oficiosa* a liberdade para o governo brasileiro organizar, a seu modo, o Pavilhão do Brasil, como vimos no Segundo Capítulo. Entretanto, essa aproximação com o Brasil se estabeleceu a partir de esforços advindos principalmente do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) e da ação direta do seu diretor, António Ferro. Ao agir, pessoalmente, para atender à solicitação de Salazar e trazer a Portugal, em 1940, os "egrégios" brasileiros que trabalhariam na legitimação da política externa portuguesa, Ferro lançou mão da sua boa relação com letrados brasileiros e com alguns agentes do governo varguista, principalmente com seu amigo pessoal Gustavo Barroso, então diretor do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

Em um estudo relativo às relações políticas e culturais entre Brasil e Portugal, e a fim de promover um exercício que busque perceber como um relato memorialístico pode ajudar no entendimento de uma determinada trama histórica, resolveu-se tomar como objeto de análise a biografia de um influente membro do Estado Novo português, o escritor lisboeta António Ferro, Diretor do Secretariado Nacional de Propaganda (SPN) de Portugal. Em *Estados Unidos da Saudade*, António Ferro reúne uma série de palestras e discursos nos quais, o então homem forte da propaganda oficial, procurou costurar um discurso

amistoso, conciliador, entre letrados e políticos de ambos os lados do Atlântico, entre Brasil e Portugal.

Publicado em 1949, pela imprensa oficial portuguesa, *Estados Unidos da Saudade* já traz em seu título a intencionalidade política pretendida por Ferro. O tom saudosista remete ao caráter memorialístico do autor que, ao fazer uso de uma seleção criteriosa de seus textos, evidencia o caráter estratégico do seu livro.

Nesse livro, no qual relata suas ligações diplomáticas com o Brasil, António Ferro destaca como delineou as relações com o Brasil, de forma a atender às solicitações de Salazar. A análise dessa obra é necessária para compreensão de Ferro como um importante membro do governo português que consolidou as relações culturais entre Brasil e Portugal. Outro aspecto importante do livro é que, nele, o diretor do SPN revela como atuou junto aos agentes brasileiros para a execução dos planos portugueses, no que se refere aos interesses políticos envolvidos em torno da *Exposição do Mundo Português*.

### **3.2. A aproximação luso-brasileira nas memórias de António Ferro**

Desde algum tempo que os estudos de biografias históricas ganharam atenção de historiadores e sociólogos numa busca por compreender, não somente os sujeitos, mas as conjunturas, as ordens e as redes nas quais essas pessoas estiveram, em determinados momentos de suas vidas, inseridas. Nesse sentido, algo já sacramentado pela historiografia, sobre a temática, diz respeito ao fato das biografias históricas não terem como objetivo o enaltecimento de figuras proeminentes ou tomadas como singulares dentro de um estabelecido contexto histórico.

Contudo, esse exercício de engrandecimento foi algo corriqueiro, por exemplo, nas concepções historiográficas do século XIX, tornando-se então pouco atrativa aos interesses dos historiadores contemporâneos. As chamadas biografias tradicionais, produzidas muitas vezes a partir de encomenda, para fins de enaltecimento, geralmente caracterizam-se, segundo o historiador Luiz A. Grijó, por serem, em sua maioria,

textos produzidos por agentes engajados, seja como testemunhas, seja como tendo interesses apologéticos ou fins de detração a respeito dos “sujeitos” escolhidos para terem suas “histórias de vida” postas por escrito. Já as memórias podem ser qualificadas como sendo de dois tipos, um propriamente autobiográfico e outro que mistura a narrativa de recordações do escritor com pesquisa documental e relatos de terceiros, frequentemente visando apontar dados biográficos de outros ou contar histórias “interessantes” do passado às quais o escritor não testemunhou.<sup>257</sup>

Compreender o processo de elaboração e o sentido que se pretende atribuir a uma biografia, se torna um exercício fundamental para entender como determinados sujeitos se movimentavam em suas redes de relacionamento, bem como se utilizavam das suas posições para consolidarem memórias positivas a seu respeito. Geralmente, as memórias eram produzidas visando demonstrar ao leitor o quanto esse sujeito foi importante dentro de um momento, de um evento, de uma conjuntura relevante, algo comumente utilizado na realização de biografias de atores do cenário político e/ou social. Para François Dosse,

Sem dúvida a biografia dá ao leitor a ilusão de um acesso direto ao passado, possibilitando-lhe, por isso mesmo, comparar sua própria finitude à da personagem biografada. Ademais, a impressão de totalização do outro, por ilusória que seja, responde ao empenho constante de construção do eu em confronto com o outro: “Poderíamos imaginar o que seria [...] uma *biografia* verdadeira, que satisfizesse o desejo de Baudelaire: ‘A biografia busca explicar e *verificar*, por assim dizer, as aventuras misteriosas do cérebro; bio-grafia, *escrita viva* e múltipla, ficção lógica”<sup>258</sup>

O livro *Estados Unidos da Saudade* pode ser compreendido como uma obra memorialística e autobiográfica, por dois motivos. Primeiramente é um livro que, embora contenha palestras e falas de Ferro, trata de uma memória específica: a relação dele com o Brasil, expressa em determinado momento de sua autobiografia. Ferro estabelece um recorte temporal na sua trajetória, escolhendo trechos da sua vida pública que demonstram como ele, enquanto sujeito, se posicionou na sua relação com o Brasil e com brasileiros.

Ao selecionar e organizar suas narrativas, ele tenta dar significado ao seu passado, elegendo trechos da sua vida pública que demonstram o seu posicionamento enquanto foi Diretor do SPN, mas também aponta momentos

---

<sup>257</sup> GRIJÓ, 2008, p. 85

<sup>258</sup> DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: UNESP, 2009. p. 13.

anteriores, quando ainda jornalista, veio ao Brasil acompanhar o movimento modernista de 1922. Essa característica da sua narrativa nos leva ao segundo motivo: o caráter testemunhal do livro.

Ao acurar memórias, o sujeito tem (como bem alertou François Dosse) a intenção de recuperar para o leitor seu passado tal qual ocorreu. A retórica testemunhal é um exercício constante de livros memorialísticos, uma estratégia de resgatar momentos que legitimem o sujeito aos seus leitores do presente. Nessa perspectiva, o livro de Ferro tem um caráter memorialístico e testemunhal, no qual o primeiro, muitas vezes, é transformado no segundo, como forma de assegurar uma defesa ao posicionamento do sujeito, em relação ao seu passado.

A filósofa argentina Beatriz Sarlo desenvolve uma densa análise da relação entre passado, memória e testemunho. Segundo ela, essa relação é permeada por um trabalho de construção de uma lógica coerente por parte do autor, pensada para se justificar o presente. Nesse processo,

está a utopia de um relato “completo”, do qual nada reste do lado de fora. A tendência ao detalhe e ao acúmulo de precisões cria a ilusão de que o concreto da experiência passada ficou capturada no discurso. Muito mais que a história, o discurso é concreto e pormenorizado, por causa da sua ancoragem na experiência recuperada a partir do singular. O testemunho é inseparável da autodesignação do sujeito que testemunha [...] o testemunho é uma instituição da sociedade que tem a ver com a esfera jurídica e com um laço social de confiança, como apontou Arendt. [...] O discurso da memória, transformado em testemunho, tem a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro.<sup>259</sup>

Ferro objetivou, com sua seleção de memórias, elaborar uma trajetória testemunhal na qual ele se apresenta como ator central do processo de aproximação política ocorrida entre Brasil e Portugal. Em tais memórias, fundamentadas em discursos proferidos no/sobre o Brasil, Ferro coloca-se como central no processo de articulação cultural promovido por ele, enquanto esteve à frente do SPN e do SNI, em fins da década de 1930 e por toda década de 1940.<sup>260</sup>

---

<sup>259</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/EDUEFMG, 2007. p. 50-51.

<sup>260</sup> A partir de 1946, o SPN passou a se chamar Secretariado Nacional da Informação – SNI. Uma hipótese que se aproxima de uma explicação para a mudança do nome, parece ser a forma negativa como o termo “propaganda” passou a ser designado durante e após a Segunda Guerra

Pierre Bourdieu, procurando de forma pontual promover uma análise das narrativas biográficas, apontou que estas constantemente tentam construir trajetórias positivas dos narrados, ou, ao contrário também, quando o memorialista visa desqualificar ou diminuir o biografado (e por questões óbvias tal característica não é apontada nas autobiografias) elabora narrativas carregadas de intencionalidades trazendo a construção de rotas negativas para os biografados. Segundo o sociólogo, esses são aspectos próprios, nos roteiros memorialísticos, visto ambas as formas narrativas se apresentarem,

como uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um "sujeito" cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações. [...] não podemos compreender uma trajetória (ou seja, o *envelhecimento social* que, ainda que inevitavelmente o acompanhe, é independente do envelhecimento biológico), a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes do campo – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis.<sup>261</sup>

Em suas palavras, Bourdieu ressalta o quanto as narrativas memorialísticas visam à elaboração de trajetórias isentas de lacunas, objetivamente pensadas e selecionadas por seus autores. Contudentemente alerta para a incoerência em aceitá-las sem qualquer critério de análise crítica, buscando ainda entender os campos de atuação do biografado e compreender, na análise de suas redes de atuação, as ações de outros sujeitos, instituições, bem como o lugar do biógrafo, durante sua escrita.

Ao aceitar a proposta de uma análise da biografia procurando identificar esses pontos, passa a ser possível perceber as ações do biografado articuladas

---

Mundial, principalmente por países autoritários. Isso porque a associação entre autoritarismo e propaganda remeteria diretamente ao Ministério da Propaganda Nazista, comandada por Joseph Goebbels durante as décadas de 1930 e 1940. Para saber mais sobre a mudança do SPN para SNI ver: PAULO, Heloísa. **O SPN/SNI. Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP.** Coimbra: Livraria Minerva, 1994.

<sup>261</sup> BOURDIEU, 1996, p. 189.

aos poderes e práticas dos espaços de atuação dele, descobrindo-se, conseqüentemente, a escolha de determinadas memórias em detrimento dos silenciamentos que ele opera na construção do seu relato memorialístico.

A análise do roteiro desenvolvido por Ferro, em *Estados Unidos da Saudade*, revela não o sujeito em si, mas seus ordenamentos e articulações, e como, enquanto agente institucional, ele atuou no sentido de se apresentar como fundamental no processo de aproximação política luso-brasileira. Assim, compreender a trajetória biográfica de Ferro em seu livro não é compreendê-lo em sua intimidade, mas percebe como um operador do Estado em sua situação e posição, em que atuava e operava dentro das relações diplomáticas desenvolvidas, entre dois regimes de caráter tipicamente autoritários – os quais centraram seus esforços, durante algum tempo, na legitimação de suas ações, através do discurso de letrados portugueses e brasileiros.

Composto por vinte e um capítulos, nos quais se percebe um esforço de construção de uma proximidade cultural entre Brasil e Portugal, Ferro traça seu percurso memorialístico apontando momentos que marcaram sua administração frente ao SPN. Nesse sentido, empreende a análise, especificamente, de um capítulo intitulado *O Panorama dos Centenários*, em que descreve como ocorrera o processo de intercâmbio entre Brasil e Portugal, antes e durante a *Exposição do Mundo Português*.

A escolha deveu-se ao fato de Ferro se referir a um evento considerado, por alguns, como o período de afirmação definitiva do Estado Novo Português junto à sua população,<sup>262</sup> bem como ao ápice da aproximação político-cultural luso-brasileiro. Para Ferro, era sintomática essa relação, visto que ambas as nações possuíam características políticas em comum.

Ao recordar de forma analítica tal evento, Ferro se esforça em mostrar não apenas a grandeza do acontecimento, mas como foi possível articular, através dele, a junção da cultura letrada do Brasil e de Portugal, em prol do projeto estadonovista. Embora procure validar a importância dos letrados no processo diplomático, o que de fato se evidencia, a partir de uma observação

---

<sup>262</sup> Segundo o historiador Fernando Rosas, “a Exposição do Mundo Português, realizada em 1940 no âmbito das comemorações centenárias (1140, fundação da Nacionalidade, e 1640, a Restauração), é como que o símbolo emblemático do período áureo do regime e da propaganda. A guerra e o pós-guerra teriam consigo a primeira crise séria do salazarismo e o início das suas dificuldades de adaptação aos novos ventos da História”. (ROSAS, 1998, p. 262)

mais cuidadosa, é a tentativa de Ferro em demonstrar sua capacidade política enquanto agente estatal.

Embora pertencente ao mundo das letras, Ferro na verdade agia enquanto burocrata, portanto, demonstrava vigor em promover uma relação entre homens das letras e homens de Estado, em prol da legitimação das ações políticas e administrativas promovidas por Salazar, enquanto Presidente do Conselho de Portugal.

De acordo com Odaci Coradini, nessa relação entre letrados e Estado, “está em pauta um processo de centralização da esfera das decisões políticas ou burocráticas, que incide de modo distinto nas esferas sociais e instituições em que ocorre essa produção cultural”.<sup>263</sup> Em outras palavras, as memórias de Ferro apontam para o fato de como os discursos produzidos pelos letrados foram, na prática, a aplicação da ideologia política do Estado Novo português (analisadas no decorrer dos Capítulos 1 e 2) numa tentativa de legitimação junto à população através de escritores, artistas, músicos etc.

Ao atuar como legitimadores do discurso político, esses homens promoveram significativa e forte propaganda do regime salazarista, evidenciando o sucesso da atuação de Ferro como intermediador nesse contexto da política cultural luso-brasileira do período.

Durante suas memórias, Ferro é enfático ao recordar como as discussões culturais acerca das relações luso-brasileiras são complexas, “relações que quase podem considerar-se amorosas, nos próprios embates ou discussões caseiras que se levantam às vezes, o ciúme atinge proporções devastadoras e até criadoras, de quando em quando, de lamentáveis injustiças ou de premeditadas e fingidas ignorâncias”.<sup>264</sup>

Interessante é a forma como narra a atuação do SPN/SNI na disposição das falas, objetivando sempre a construção de um discurso consensual entre os envolvidos. Constantemente, Ferro enfatiza o quanto era necessária, nessas relações, a interferência na direção dos enunciados, procurando assim orientar os envolvidos na busca pelo consenso. Segundo ele,

---

<sup>263</sup> CORADINI, 2003, p. 32.

<sup>264</sup> FERRO, 1949, p. 7.



É evidente que se tornam sempre necessárias algumas diretrizes, um pouco de ordem nessa desordem sentimental, própria dos sentimentos fortes, mas deve ser esta reduzida a uma simples ação estimuladora, a uma eficiente centralização dos esforços dispersos, a acordos de linhas gerais entre Governos, Academias, departamentos de Estado, até mesmo entre organismos culturais privados. Mas tais acordos não impedem, não devem impedir as relações individuais, pessoais, no sentido cultural e de intercâmbio entre certos escritores ou cientistas brasileiros e portugueses, seja qual for a sua ideologia. [...]. Se queremos chegar, portanto, a um completo e mútuo entendimento, acreditemos no esforço de cada um para esse entendimento, e sobretudo não regateemos nem nos ponhamos a medir, Brasileiros e Portugueses, o nosso amor que deve ser igual em todos nós.<sup>265</sup>

De forma geral, o texto se refere às relações diplomáticas do campo da política cultural, desenvolvidas entre Brasil e Portugal, entre as décadas de 1930 e 1940, enfatizando o *Acordo Cultural Luso-Brasileiro* de 1941 que, por sua vez, objetivava o ordenamento e o policiamento do intercâmbio cultural entre os dois países. Em suas memórias, Ferro defende uma regulação da linguagem produzida por Brasil e Portugal. Apaziguador e orientador dos ânimos daqueles envolvidos, Ferro acreditava que o convênio luso-brasileiro possibilitaria uma maior troca entre autores e artistas de ambos os países. Na visão dele, seria necessária uma ação direta do Estado, pois sem esta as ideias não poderiam procriar e desenvolver-se.

É com sincera alegria que registramos, ao mesmo tempo, a assinatura desse notável acordo e da permanência daquele que assinamos. Saudando, com a mais sincera admiração, os seus autores, os ilustres membros dos dois governos e os ilustres diplomatas que nele se empenharam, registro com alegria o grande convênio, pois abre mais rasgados horizontes ao nosso intercâmbio e torna ainda mais prometedora o seu dia de amanhã.<sup>266</sup>

Como pode ser percebido, Ferro esforça-se para lembrar momentos nos quais brasileiros e portugueses puderam promover discussões relativas à literatura e à história. No que se refere à história, o capítulo *O Panorama dos Centenários* é visivelmente o mais emblemático, pois é nele que se pode perceber o uso político<sup>267</sup> na ordenação do discurso historiográfico acerca do

---

<sup>265</sup> Ibid. p. 8.

<sup>266</sup> Ibid. p. 10.

<sup>267</sup> Acerca da cultura histórica e os usos do passado, a historiadora Rebeca Gontijo lembra que, nesses casos, as memórias são recuperadas no intuito de legitimar determinadas interpretações do passado sobre outras. O uso político desse artifício é recorrente regimes e governos que recuperam e reinterpretam o passado a partir de memórias que lhe sejam benéficas. Segundo

passado da América Portuguesa, bem como a ênfase que Ferro imprime à sua gestão frente ao SPN, na organização da *Exposição do Mundo Português*.

Em si, o capítulo traz um resumo desse evento segundo a ótica de Ferro. Na proposta desse artigo, o que chama a atenção é o início e o fim do discurso de António Ferro, tendo esse sido pronunciado durante uma conferência promovida em 16 de setembro de 1941, no *Real Gabinete Português de Leitura*, no Rio de Janeiro. Esses escritos são significativos e ajudam a compreender como Ferro tentou imortalizar sua planeada habilidade política, no intuito de dirimir as rugas históricas, referentes ao passado colonial luso-brasileiro.

Ao iniciar sua fala, Ferro faz sua mea-culpa ao enfatizar que, durante sua primeira visita ao Brasil, pronunciou um discurso entusiasmado e de profundo desconhecimento do passado enquanto algo importante para o presente. Nele, parece revelar-se um homem carregado da percepção eurocentrista,<sup>268</sup> e embora não descreva seu sentimento a respeito do Brasil na década de 1920, o mesmo lembra:

Este discurso explosivo, iconoclasta, profano, sacrilégio [sic] dentro desse templo camoniano, provocou certo escândalo e só me foi perdoado – estou certo – pela certidão de idade que trazia estampada

---

Gontijo, “Essas interpretações estão sujeitas a múltiplos usos pois, na visão dos autores, atendem a demandas mercadológicas. Caberia acrescentar, contudo, que essas interpretações também atendem a demandas políticas, considerando que as concepções de história em geral e do Brasil, em particular, coadunam-se com projetos de nação e de sociedade, assim como articulam-se às concepções de cidadania e democracia elaborados ao longo do tempo. Talvez seja possível dizer, como propõe Rüsen, que a consciência histórica e, por conseguinte, a cultura histórica, tem a capacidade de configurar sentidos de modo a atender a três dimensões: a estética, a política e a cognitiva. Em cada uma delas, a memória histórica utiliza procedimentos, fatores e funções diferentes. A articulação entre essas três dimensões é o que, supostamente, permite delinear um perfil para a cultura histórica ou, como preferem os autores, para a cultura de história”. Os usos políticos do passado como forma de legitimação de governos e regimes segue lógica semelhante de seleção de memórias para elaboração de uma narrativa positiva no presente. Ver: GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. **Almanack**. Guarulhos, v. 1, n. 8, p.44-53, dez. 2014. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alm/n8/2236-4633-alm-08-00044.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017. p. 51-52.

<sup>268</sup> Assim como Muryatan Barbosa, “entender-se-á, neste texto, tais interpretações como complementares. Assim, pois, o eurocentrismo é aqui pensado como ideologia e paradigma, cujo cerne é uma estrutura mental de caráter provinciano, fundada na crença da superioridade do modo de vida e do desenvolvimento europeu-ocidental. Assim entendido, é hoje perceptível o quanto este eurocentrismo esteve presente nos textos clássicos que fundaram a historiografia moderna no Iluminismo, deturpando a visão dos europeus acerca dos demais povos do mundo. Estes eram vistos, então, na melhor das hipóteses, como crianças a serem educadas pelas luzes da Razão”. BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. **Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.46-63, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88723>>. Acesso em: 18 mar. 2017. p. 47.

no meu rosto. O meu amigo Gustavo Barroso, que conheci nessa noite, orador brasileiro da sessão, era o primeiro a olhar-me com ironia condescendente, simpática, porque ele próprio – apesar de pouco mais velho – já tinha compreendido que o passado era o indispensável pano de fundo do presente, a própria alma do futuro.<sup>269</sup>

Impressiona a habilidade retórica utilizada no discurso. Ao assumir sua confissão de culpa, Ferro na verdade está traçando o perfil do que seria um letrado português influenciado pelo modernismo da década de 1920, movimento esse no qual atuou de forma incisiva. Ao invocar tal lembrança, revela-se seu intento em criar uma identidade quanto ao letrado luso, antes e depois da *Exposição do Mundo Português*, demonstrando como esse evento foi não apenas um divisor de águas nas relações entre Brasil e Portugal, mas, principalmente, na forma como os portugueses passaram a ver o Brasil, não mais como inferior, mas um igual, que se põe ao lado de sua antiga metrópole.

Infere-se assim que o jovem Ferro, da década de 1920, estava carregado da imagem idealizada do colonizador, demandando então “certa elevação dos padrões de vida e o cultivo do autocontrole e das funções do superego nos povos submetidos”.<sup>270</sup> Nessa prática comum, típica do discurso eurocentrista, Ferro via-se como um homem europeu moderno, em busca de civilizar a ex-colônia, “fundir esse padrão, o padrão das sociedades civilizadas do Ocidente, com os hábitos e tradições de sua própria sociedade”.<sup>271</sup>

Ao identificar-se enquanto inocente naquela situação, Ferro buscou conciliar-se com o passado, pois, segundo ele, após um pouco mais de vinte anos, aprendera a reconhecer aquele tempo como fundamental ao presente. Não por acaso, ele lembra de Gustavo Barroso, assentindo que este, ainda novo, já reconhecia a importância do passado para o presente, revelando deste modo a sua própria incapacidade de compreensão do tempo histórico, em relação ao entendimento do amigo brasileiro. Relembrar Gustavo Barroso em 1941 fazia-se necessário à retórica de Ferro, não apenas para construir um contraponto entre quem ele era na década de 1920 e naquele momento presente, mas para

---

<sup>269</sup> FERRO, 1949, p. 62.

<sup>270</sup> ELIAS, 1993, p. 259.

<sup>271</sup> Idem.

reforçar a importância do amigo brasileiro no processo político-cultural de aproximação entre Brasil e Portugal na década de 1940.

Na verdade, ao colocar Gustavo Barroso no plano principal da sua fala, Ferro estava apontando a importância e a centralidade do letrado brasileiro para a política cultural luso-brasileira, a partir da *Exposição do Mundo Português*, em 1940. Como se sabe, na ocasião do evento, Gustavo Barroso foi o responsável por captar eruditos brasileiros para participar dos festejos portugueses em duas frentes: na organização do *Pavilhão do Brasil*; e na convocação e reunião desses literatos, a fim de participarem do *Congresso Luso-Brasileiro de História*, a ser realizado dentro da programação oficial da *Exposição do Mundo Português*.

Ao citar em seu discurso esses momentos, na parte final do capítulo, Ferro passa a construir o ponto de mudança nas relações entre Brasil e Portugal, no qual o Brasil supostamente não era mais visto como ex-colônia, inferior e/ou subordinada, tal qual o próprio Ferro percebia na década de 1920. Assim, de forma eloquente, o Diretor do SPN exalta o momento de mudança na postura histórica entre os dois países, ressaltando a solidariedade brasileira em reconhecer o convite oficial e participar da *Exposição do Mundo Português*:

E o Brasil? O Brasil esteve sempre ao nosso lado desde a primeira hora, acudindo ao apelo de Salazar que lhe pediu que não fosse apenas nosso hóspede de honra, mas que viesse ajudar-nos a fazer as honras da casa. Esteve presente no magnífico pavilhão que fez construir na Exposição do Mundo Português, afirmação da sua esplêndida vitalidade [...]. Esteve presente nos trabalhos do Congresso Luso-Brasileiro de História, outras tantas pedras na catedral do nosso amor. [...]. Esteve presente em Guimarães, no Porto, em Coimbra, em Portugal inteiro, identificando-se, por vezes, com a nossa própria imagem.<sup>272</sup>

Como se percebe, a memória elaborada sobre o evento é pautada na aproximação e em um discurso de paridade entre as nações. Sabe-se que este discurso de Ferro, pronunciado em 1941 foi feito durante a fixação do *Acordo Cultural Luso-Brasileiro*, assinado no Rio de Janeiro o qual passaria a ordenar e policiar as produções letradas e culturais produzidas pelos dois países. Ainda, Ferro deixara claro que o ponto central dessa união foi estabelecido durante a comemoração de 1940, quando, “dentro desse abraço fraternal, que não pode

---

<sup>272</sup> FERRO, 1949, p. 76.

mais desatar, as duas Nações que se encontravam ligadas pela maior amizade, juntaram-se enfim num só continente, no continente do amor!”<sup>273</sup>

Nesse sentido, o discurso memorialístico construiu um ponto de ruptura, no qual o sujeito inseriu e demarcou sua atuação como criadora de um marco nas relações políticas luso-brasileiras. Em situações como essa, o ritual de recordação do indivíduo passa a atuar em nome de “uma história, ou de um patrimônio comum (material e/ou imaterial), ela visa inserir os indivíduos em cadeias de *filiação identitária*, *distinguindo-os* e *diferenciando-os* em relação a outros, e impor, em nome da identidade do *eu*, ou da perenidade do grupo, deveres e lealdades endógenas”.<sup>274</sup> A intencionalidade desse tipo de discurso, aponta justamente para a importância da sua gestão frente ao SPN na reordenação das relações políticas entre Brasil e Portugal.

O passado de exploração colonial da América Portuguesa é, ao fim do discurso de Ferro, substituído por palavras que visavam consolidar o clima amistoso que, teoricamente, reinava entre as nações. Ao relembrar sua passagem no Brasil em 1922, Ferro revê suas críticas e passa a apontar o quão bela e majestosa foi sua experiência naquela época. Para elaborar tal trajetória positiva, passa a recordar as comemorações do Centenário da Independência e os desfiles da “Mocidade Brasileira”, realizados no Rio de Janeiro naquele ano.

Referindo-se à ocasião, relembra: “assistindo a esse desfile da Mocidade Brasileira [...] eu lia constantemente, a palavra Brasil, nome duma grande Pátria que foi sempre livre, independente pois os portugueses nada mais fizeram do que ensiná-la, guiá-la, nos seus primeiros passos de recém-nascida!”.<sup>275</sup> O explícito propósito em dirimir um dos pontos mais complexos e espinhoso da relação histórica entre Brasil e Portugal, revela a estratégia discursiva de Ferro: promover uma tentativa retórica de tornar a independência do Brasil algo natural, além de reconstruir o passado colonial da América Portuguesa de forma naturalizada, harmoniosa, isenta de conflitos, inclusive destacando o caráter civilizador de Portugal na formação de um Estado Nacional brasileiro consolidado e autônomo no século XX. Na prática, percebe-se o

---

<sup>273</sup> Ibid. p. 77.

<sup>274</sup> CATROGA, 1999, p. 50.

<sup>275</sup> FERRO, 1949, p. 83.

propósito de justificar a política colonial portuguesa, exaltando-a como necessária e, até certo ponto, benéfica para o Brasil.

Ao fim do seu discurso, Ferro frisa o momento de mudança nas relações entre as duas nações. O Diretor do SPN, buscando agradar ao público ouvinte, bem como deixar registrado em seu livro de memórias suas contribuições, afirma ter encontrado “a melhor palavra para designar esta Pátria ideal que brasileiros e portugueses andam agora construindo” e conclui:

Essa palavra – vão adivinhá-la já – é a mais bela da nossa língua, o selo da nossa alma, constantemente repetida pelas ondas do Atlântico, nosso mar, pelo ramalhar das vossas florestas onde algumas sementes deixamos cair, pelo canto dos vossos pássaros, alguns dos quais de longe vieram, faíscas do sol português... Esse país, minhas senhoras e meus senhores, terra comum onde vivemos, para além da nossa própria História, num permanente abraço, é um país que ninguém pretende conquistar, que não causa inveja a ninguém, um país infinito como o sonho: os Estados Unidos da Saudade!<sup>276</sup>

O discurso de caráter memorialístico ressalta sua trajetória, não somente reafirmando uma pretensa centralidade dentro do processo de aproximação política entre Brasil e Portugal, mas, de forma semelhante, revela os caminhos aplicados ao plano cultural, visando alcançar essa conciliação. Suas palavras revelam a rede que estabeleceu nesse percurso ao apontar, por exemplo, a importância da *Exposição do Mundo Português* e ratificar a centralidade de Gustavo Barroso no processo de ressignificação das relações bilaterais.

Sendo considerada uma das figuras fortes da política cultural varguista, a presença de Gustavo Barroso nas relações bilaterais entre Brasil e Portugal, aponta a importância que tal aproximação tinha para o governo brasileiro, assim como atendia a um dos propósitos de Portugal, em ter nomes importantes da intelectualidade brasileira envolvidos com os eventos da Exposição. Compreender a formatação dada à política cultural que relaciona Brasil e Portugal, na década de 1940, auxilia na visualização dos interesses políticos dos países implicados. Além disso, a estruturação e a lógica de organização dessa política cultural ajudam a delinear e entender a formação das redes de

---

<sup>276</sup> FERRO, 1949, p. 83.

sustentabilidade<sup>277</sup> e os objetivos dos letrados e agentes de Estado envolvidos em tal arranjo.

Gustavo Barroso e António Ferro foram, antes de políticos, letrados enredados nos ordenamentos políticos dos seus respectivos países. Toda relação entre sujeitos com esse perfil expõe um intrincado jogo de interesses, revelando principalmente as posições políticas dos indivíduos envolvidos assim como dos grupos, as ideologias, enfim, as ordens discursivas que se evidenciavam em um dado momento de suas vidas.

As intenções políticas dessas ordens discursivas,<sup>278</sup> por sua vez, passam a ser visualizadas, muitas vezes, apenas nos discursos e práticas dos sujeitos envolvidos, revelando os intuitos dos respectivos grupos que estes representavam. Como intelectuais ligados ao Estado, a compreensão dos discursos e ações de homens como Gustavo Barroso e António Ferro ajudam na visualização e compreensão das políticas culturais resultantes das relações entre os governos de Salazar e Vargas, visando atender aos objetivos políticos, nesse caso, dos Estados autoritários que cada um representava.<sup>279</sup>

---

<sup>277</sup> A análise do *Congresso Luso-Brasileiro de História*, no Capítulo 4, ajudará na compreensão de parte dessa rede de sustentabilidade formada por letrados brasileiros participantes do evento. Esse grupo de eruditos participou do projeto cultural salazarista ao aderir aos discursos propagandísticos de exaltação do passado colonial da América Portuguesa, emprestando seus nomes na construção de uma memória histórica positiva sobre Portugal, tanto no passado quanto no presente.

<sup>278</sup> As ordens discursivas possuem suas lógicas de aceitação. Assim, os discursos produzidos por essas ordens são controlados, regrados e selecionados, muitas vezes por instituições como por exemplo a Família, a Igreja e o próprio Estado. Michel Foucault afirma que (ao serem organizados a partir de respectivas ordens discursivas), “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. (FOUCAULT, 2005, p. 8-9).

<sup>279</sup> Acerca das relações entre intelectuais e as fontes produzidas dessas relações, Angela de Castro Gomes afirma que “o convívio entre intelectuais, como a leitura, é fundamental para o desenvolvimento de ideias e sensibilidades. Para escrever, pintar, compor etc., o intelectual precisa estar envolvido em um circuito de sociabilidade que, ao mesmo tempo, o situe no mundo cultural e lhe permita interpretar o mundo político e social de seu tempo. Por isso afirma-se que não é tanto a condição de intelectual que desencadeia uma estratégia de sociabilidade e, sim, ao contrário, a participação numa rede de contatos é que demarca a específica inserção de um intelectual no mundo cultural. Intelectuais são, portanto, homens cuja produção é sempre influenciada pela participação em associações, mais ou menos formais, e em uma série de outros grupos, que se salientam por práticas culturais de oralidade e/ou escrita” (GOMES, 2004, p. 51). Mesmo se referindo às fontes produzidas por meio de correspondências entre intelectuais, essa compreensão também se aplica às relações políticas estabelecidas em outras instâncias. No caso, a análise da documentação produzida pela relação entre letrados à serviço do Estado, a sugestão metodológica proposta por Ângela de Castro Gomes se mostra, de igual forma, eficaz

Assim como o Brasil, Portugal também constituiu, nas décadas de 1930 e 1940, políticas culturais que visavam à legitimação de práticas e ações dos respectivos governos autoritários que presidiam estes países. Em fins da década de trinta, percebe-se nas documentações do período o ativo interesse que o país ibérico possuía em consolidar essa uma relação diplomática, cultural e política com o Brasil. É possível afirmar que a forma pela qual ocorreu a aproximação entre ambos os países foi traçada inicialmente por Portugal. Essa evidência aparece na demasiada preocupação do Governo lusitano em ter o apoio brasileiro quanto à gestão e às práticas referentes à *Exposição do Mundo Português*, financiada integralmente pelo Estado Novo salazarista.

Observando as estratégias adotadas por Ferro, na ordenação de sua trajetória biográfica, percebe-se o quão tortuoso foi para ele construir sua biografia política buscando a concordância, linearidade e homogeneidade que nunca houve. Ao perceber as peculiaridades, as incongruências e a intencionalidade de Ferro em construir um relato memorialístico coeso, nota-se nele que, “existe também, para cada indivíduo, um espaço de liberdade significativo, que tem sua origem precisamente nas incoerências dos conflitos sociais e que permite a emergência da mudança social”.<sup>280</sup>

Portanto, ao fim dessa análise, percebe-se a eclosão de um sujeito preocupado em dar ordenamento ao seu discurso visando cristalizar uma ideia positiva acerca da sua atuação enquanto ator político do Estado Novo salazarista. Semelhantemente, ao buscar dar harmonia e coerência ao seu relato memorialístico, Ferro transparece uma série de conflitos nos quais estava inserido, bem como aponta questões delicadas referentes às relações diplomáticas e históricas entre Brasil e Portugal.

Buscar equiparar as duas nações e silenciar as diferenças historicamente estabelecidas, entre colônia e metrópole, foi estratégia amplamente utilizada por Ferro. Em um exemplar de *Estados Unidos da Saudade*, ao dedicar ao político brasileiro, Haddock-Lobo, já em 1955 (um ano antes da sua morte), Ferro ainda sustentara tal discurso, ao escrever:

---

para compreensão das relações estabelecidas entre políticos-letrados envolvidos nas relações estadonovistas de Brasil e Portugal.

<sup>280</sup> LEVI, 1996, p. 182.



Ao dr. Haddock-Lobo  
Com as maiores saudades do Brasil, Portugal da América,  
como Portugal é o Brasil da Europa,  
Ofereço, em sincera estima e sincero apreço,  
o  
António Ferro  
Roma. 12-5-955<sup>281</sup>

Inventar uma nação baseada no saudosismo e criar um passado colonial harmonioso entre Brasil e Portugal se mostrou não apenas retórica de Ferro, mas uma estratégia eficaz que lhe garantiu a aproximação com os letrados brasileiros e sua manutenção no SPN por alguns anos, garantindo uma parceria política e cultural entre os dois países. Assim, *Estados Unidos da Saudade* se torna não apenas um livro de memórias avulsas, mas um compêndio com duplo objetivo, enaltecer a habilidade de Antônio Ferro, durante sua parceria com Salazar, bem como ressignificar a relação colonial brasileira, transformando um passado tortuoso e complexo em um tempo harmônico, baseado na ideia de um único país, divididos pela história mas eternamente unidos pela saudade do tempo em que foram um só.

### **3.3. Acordos políticos e posição brasileira na *Revista dos Centenários***

A participação brasileira na *Exposição do Mundo Português*, considerando as informações obtidas, foi confirmada na segunda quinzena de abril de 1939. Um indício dessa data refere-se à edição do mês de maio, do mesmo ano, em que a *Revista dos Centenários* reproduziu um artigo do escritor brasileiro João Ameal, publicado originalmente no jornal fluminense *Diário da Manhã*, do dia 22 de abril, quando se reporta ao discurso de Oswaldo Aranha, que afirmara a honra do Brasil em participar dos festejos de 1940.

O discurso do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, em sua essência, é muito significativo, uma vez que discorre elogios, tanto a Portugal

---

<sup>281</sup> Dedicatória escrita por António Ferro, em seu livro *Estados Unidos da Saudade*, ao senhor Haddock-Lobo em 1955. A dedicatória torna-se interessante por imortalizar em letras um sentimento que permeou a política cultural entre Brasil e Portugal durante a década de 1940, ou seja, silenciar um passado de submissão e construir a imagem de países irmãos.

quanto ao Estado Novo salazarista, como ainda valoriza a colonização portuguesa no Brasil. Sua exposição dá indícios de uma percepção positiva sobre esse passado, mostrando-se assim em sintonia com o discurso luso, que valoriza não especificamente a exploração econômica ao Brasil, mas a contribuição lusa à cultura e à formação étnica brasileira.

A princípio, Oswaldo Aranha realiza sua fala de forma amena, afirmando que “nunca, em toda a nossa existência de povo independente, deixamos de cultivar a mais viva afeição pelo povo de que descendemos”.<sup>282</sup> Em seguida, Aranha aponta à integração e manutenção do território brasileiro como uma importante contribuição da presença portuguesa no Brasil, afirmando que “a obra de colonização portuguesa neste país ficou sob as vistas das gerações do Brasil independente, e o testemunho dos grandiosos monumentos de arte, de defesa e, sobretudo, a herança de um admirável espírito de aliança de Norte a Sul, demonstram aos raciocínios mais exigentes o valor do povo português e a sua inigualável capacidade como disseminador de civilizações”.<sup>283</sup>

É curioso como, em nenhum momento, é detectado e apontado quais os interesses políticos do Brasil na aproximação com Portugal, algo também observável na fala dos letrados brasileiros, de forma geral. Sabe-se da existência do *Acordo Cultural Luso-Brasileiro*, de 1941, mas nesse momento de 1939 e durante todo ano de 1940, não se percebe nas fontes um entusiasmo brasileiro, além do referente a elevar seus “egrégios” a uma posição de destaque, durante o evento em Lisboa. De forma retórica, Oswaldo Aranha ratifica um ideário lusitano utilizado para respaldar suas práticas coloniais no Brasil em um passado recente e, conseqüentemente, fazer alusão a sua posição política na década de 1940, sem mencionar qualquer projeto de maior grandeza.

As palavras do Ministro brasileiro entram em consonância com o discurso de Augusto Castro, sobre a presença lusa na América portuguesa, quando menciona sobre a “monumental ação histórica de Portugal no Brasil”. Por fim, Oswaldo Aranha confirma a presença brasileira nos festejos de 1940, ao assegurar que o Brasil iria “a Portugal no momento em que este festeja os

---

<sup>282</sup> ARANHA, Oswaldo *apud* AMEAL, João. Imprensa Portuguesa. **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 5, p.28-29, maio 1939. Mensal.

<sup>283</sup> Idem.

seus 800 anos de idade e os nossos 300 anos de Restauração – ajudar a fazer as honras da casa”.<sup>284</sup> Ao “fazer as honras da casa” o Brasil aceitava postar-se ao lado de Portugal perante o mundo, contribuindo e participando diretamente das intenções políticas de Salazar, presentes na “nota oficiosa” de 1938, nos textos da *Revista dos Centenários* e nos discursos de António Ferro.

No cenário montado, o Brasil ocuparia um papel estratégico dentro das intenções políticas pensadas para a Exposição. A participação brasileira transmitiria ao mundo a boa relação que Portugal possuía com sua ex-colônia, atacando diretamente o posicionamento arrivista e promovendo a imagem positiva da nação comandada por Salazar. Não por acaso, António Ferro frisa em seu livro de memórias, a convivência construtiva que se estabelecera com o Brasil durante os preparativos e os eventos de 1940. Segundo ele, “o Brasil esteve ao nosso lado desde a primeira hora, acudindo ao apelo de Salazar que lhe pediu que não fosse apenas nosso hóspede de honra, mas que viesse ajudar-nos a as honras da casa”.<sup>285</sup>

O apelo de Salazar foi atendido pelo Governo brasileiro e, de fato, o Brasil participou de forma concreta da organização do *Congresso do Mundo Português*. O convite mostra uma afinidade diplomática entre os governos, mas, principalmente, aponta uma aproximação entre letrados e artistas dos dois países, interessados na política cultural traçada inicialmente por Portugal.

Nesse processo, receber o reconhecimento internacional do Brasil, em espaço no qual se intencionava “reapresentar” a ex-colônia ao mundo, passava a fazer demasiado sentido, principalmente como forma de justificar a política colonial portuguesa e também de demonstrar a importância fundamental de Portugal na construção étnica e cultural do Brasil dos anos quarenta.

De tal modo, o vínculo com o Brasil, a partir do plano cultural, se fazia necessário, especialmente devido à admiração de importantes letrados e artistas brasileiros pela cultura, política e tradição lusitana. Fazia-se necessário, portanto, elaborar uma política cultural capaz de atrair os egrégios eruditos, intelectuais e artistas brasileiros à causa do Estado autoritário de Salazar, num intenso intercâmbio ultramarino, visando estreitar os laços com o Estado Novo

---

<sup>284</sup> Idem.

<sup>285</sup> FERRO, 1949, p. 76.

de Vargas. Construir, por mãos de letrados e artistas portugueses, um pretérito glorioso para as ações e práticas desenvolvidas no Brasil colonial, seria vista como ação retórica e hipócrita perante as críticas da comunidade europeia.

No entanto, se egrégios brasileiros dessem o devido reconhecimento ao esforço português na construção do Brasil, enquanto nação, essa afirmação seria o atestado de veracidade, para o mundo, da funcionalidade e da importância na manutenção da política colonial lusitana em terras asiáticas e africanas, mesmo em pleno século XX. Portanto, estabelecer uma boa relação com a ex-colônia, receber agradecimentos por seus feitos, seria uma expressiva propaganda ao mundo, de um país que se apresentava com alma moderna, ar democrático e bem resolvida quanto às suas práticas coloniais, no passado e no presente, ou seja, distante de uma atitude arrivista.

Configurando-se como uma fonte riquíssima, os vários números da *Revista dos Centenários* ajudam a compor o quadro acerca das intenções políticas portuguesas, em uma aproximação cultural com o Brasil a partir dos festejos de 1940. Nela, vários são os letrados, de ambos os lados do Atlântico, que tecem textos entusiastas pretendendo construir uma afinidade histórica entre as duas nações, por meio das letras. Assim, a partir dos artigos contidos na *Revista dos Centenários*, é possível entender como se concretizou uma cultura letrada que, inserida na lógica estadonovista em questão, viria a legitimar o Acordo Cultural Luso-Brasileiro firmado em 1941 e que oficializaria o controle a respeito da produção cultural dos dois países.

Analisando os temas, o visível e o não visível nas páginas da *Revista dos Centenários* e correlacionando-a com outras fontes produzidas sobre as relações culturais da época, é possível compreender como se elaborou um discurso político legitimador de um passado histórico harmônico entre Brasil e Portugal. Com isso, entende-se que o Acordo bilateral formalizado em setembro de 1941 não foi o início, mas a oficialização de uma política cultural já praticada e incentivada por Portugal desde fins da década de 1930, a qual teve suas bases alicerçadas sobre claros interesses propagandísticos portugueses no que se refere à forma como eram vistos pelo Velho Mundo.

Uma recusa brasileira seria recebida como um verdadeiro fracasso, não só da organização da Exposição, como também da diplomacia portuguesa, pois uma recusa ou mesmo omissão do Brasil, em relação à sua participação,

reafirmaria as críticas que Portugal julgava receber. Procurando evitar tais decepções políticas, a diplomacia lusitana agiu de forma consistente, utilizando a figura de Salazar que, em sua “nota oficiosa”, frisou a importância da participação brasileira considerando mesmo a festa ser uma homenagem também ao Brasil. Por outro lado, o Presidente da República Portuguesa (entre 1926 e 1951), o General do Exército, Óscar Carmona, atuou diretamente nas relações diplomáticas com o Brasil.

A integração entre os Presidentes do Conselho e da República transmitia uma aura de harmonia entre os poderes e de estabilidade em Portugal, durante a década de quarenta. O engajamento de Carmona para com a participação brasileira na *Exposição do Mundo Português* e, conseqüentemente, com a política cultural traçada por Salazar, aparece evidenciada em correspondência na qual o Presidente da República de Portugal envia ao Presidente Getúlio Vargas uma carta escrita à mão, convidando o chefe de estado brasileiro a participar ativamente dos festejos a serem realizados em 1940.

Ao comunicar a sua intenção de celebrar em 1939 e 1940 os centenários da independência e da restauração de Portugal, o Governo Português desde o primeiro momento associou, como V. Sr. sabe, o Brasil às nossas comemorações nacionais. Que a grande nação irmã venha colocar-se a nosso lado, como da família, que é, “e erga um padrão de História junto ao lado do nosso, e às nossas festas mande o maior número dos mais egrégios dos seus filhos foi o primeiro pensamento do nosso Governo, logo transformado em voto unânime de todos os portugueses.

Este voto encerra ainda um desejo: o de ver entre nós por ocasião das festas de 1940, o representante supremo do Brasil, o seu Chefe de Estado.

Como intérprete do sentir de todos os meus compatriotas animado pelo acolhimento verdadeiramente fraternal dispensado ao Brasil à ideia da comemoração dos Centenários e conhecedor dos sentimentos pessoais de V. Sr. para com a Nação portuguesa, venho portanto exprimir a V. Sr. aquele desejo e significar-lhe a alegria com que será vista a presença de V. Sr. em Portugal nas festas de 1940 ao, como espero, V. Sr. quiser aceitar o convite que por esta forma tenho a honra de lhe dirigir para visitar Lisboa naquela ocasião. Para a vossa senhoria também ver nesta minha carta o testemunho do meu afeto e da minha admiração pela grande Nação a cujos destinos Vossa Senhoria preside, assim como o da minha muita alta consideração pela pessoa de Vossa Senhoria.<sup>286</sup>

---

<sup>286</sup> Carta de Antônio Óscar Carmona a Getúlio Vargas convidando-o a visitar Portugal por ocasião da comemoração dos centenários da independência e da restauração. Lisboa (Vol. XXXIII/101). FONTE: Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV. GV c 1940.06.22/2, (4 fls.). 22 jun. 1938.

A correspondência de Carmona à Vargas exprime, antes de tudo, a conformidade dos interesses estatais envolvidos. A citação feita à “nota oficiosa” de Salazar exprime a harmonia discursiva e a compatibilidade das intenções. Como se percebe, Carmona deixa manifesta sua pretensão em ter a presença de Getúlio Vargas durante os festejos, pois a participação deste seria o atestado de comprovação do “povo brasileiro” para com a política estadonovista de Salazar, assim como um salvo-conduto à Portugal em relação ao passado colonial brasileiro.

Ainda em 1939, o então jornalista, e mais tarde Governador e Senador do estado de Alagoas, Arnon de Mello, em visita a Portugal, encontrou-se com o General Carmona em almoço oferecido pelo Presidente da República portuguesa. Na ocasião, os dois conversaram sobre as relações políticas entre Brasil e Portugal e, obviamente, trataram dos festejos que logo se realizariam em Portugal. Dirigindo-se a Getúlio Vargas, em primeiro de julho de 1939, a bordo do Vapor Colonial, Arnon de Mello afirmava:

Exmo. Senhor Presidente

É-me grato dirigir-me a V. Excia. [sic] para comunicar-lhe que, convidado pelo Presidente Carmona para jantar, lhe transmiti as suas palavras sobre as relações entre Portugal e o Brasil e dele ouvi as mais altas expressões de apreço pelo nosso país.

Levo também ao conhecimento de V. Excia. que o Presidente Carmona espera com vivo interesse a sua viagem a Portugal para a Exposição de 1940. Diz ele que a exposição é das duas nações e que deseja prestar ao nosso país, na pessoa de V. Excia. as homenagens que bem merecemos. E acrescentou risonho que, devendo o Brasil a Portugal uma visita de presidente, se a não paga nessa oportunidade é porque não quer que ele, general Carmona, venha também a conhecer nossa terra.

[...]

Atenciosos cumprimentos,  
Arnon de Mello.<sup>287</sup>

Como se vê, o diálogo diplomático foi realizado não apenas formalmente, mas também nas oportunidades cotidianas, como no encontro com Arnon de Mello que, na ocasião, esteve em Portugal, de passagem, visto ser o continente africano seu principal objetivo, durante sua viagem em 1939.<sup>288</sup> Mais

---

<sup>287</sup> Carta de Arnon de Mello a Getúlio Vargas relatando seu encontro com o presidente de Portugal, Gal. Carmona. A bordo do Vapor Colonial (Vol. XXXII/2). FONTE: Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV. GV c 1939.07.01/2, (3 fls.). 1 jul. 1939.

<sup>288</sup> Ao que parece, Arnon de Mello esteve em Portugal em complemento a viagem que fez à África, mais precisamente às colônias português e inglesas desse continente. Sabe-se que essa viagem rendeu um livro, intitulado *África – Viagem às colônias portuguesas e à África inglesa*,

de um ano depois do primeiro contato, em junho de 1938, ao reforçar a lembrança – ou a cobrança em forma de brincadeira –, à participação de Vargas nos festejos de 1940, Carmona demonstra a preocupação da presença efetiva do Estado Novo português e de brasileiros ilustres, e a explanação de falas, de dentro dos círculos políticos e letrados brasileiros, na Exposição, consolidando seus ideais e, assim, agregando credibilidade aos esforços políticos lusitanos.

Nesse sentido, uma avaliação aprofundada da *Revista dos Centenários* aponta como se processou a aproximação político-cultural desses Estados Novos por meio dos seus letrados. Importantes nomes dos dois países escreveram intensamente nessa revista, sempre buscando elaborar um discurso de igualdade, ajuda e cooperação histórica entre Brasil e Portugal. Nos 24 números que compõem toda a coleção da *Revista dos Centenários* (da organização aos resultados das Comemorações dos Centenários) existe uma série de artigos que buscam se alinhar ao discurso histórico luso-brasileiro “encomendado” pela política estadonovista de Salazar. Dois brasileiros participam de forma mais ativa dos números lançados em 1939, o já citado Gustavo Barroso e um dos mais respeitados intelectuais do período, o historiador e escritor Afrânio Peixoto.<sup>289</sup>

Em artigo intitulado “Nossa foi a Restauração”, o historiador baiano – e este era o ofício que lhe cabia no artigo escrito na *Revista dos Centenários* – relata com orgulho o convite feito ao Brasil para participar dos festejos portugueses, e apresenta, assim como já havia feito Oswaldo Aranha em seu

---

publicado em 1940. Arnon de Mello é popularmente conhecido por ter sido pai do ex-presidente da República do Brasil, Fernando Collor de Mello, assim como pelo assassinato do ex-senador acreano José Kairala (quando na verdade seu alvo era o senador alagoano Silvestre Péricles), dentro do plenário do Senado Federal em Brasília, no ano de 1963.

<sup>289</sup> Formado em medicina, Afrânio Peixoto (1876-1947) foi conhecido por sua produção enquanto romancista, embora tenha sido professor da Faculdade de Medicina da Bahia e membro da Academia de Ciências de Lisboa e do Instituto de Medicina Legal de Madri. Durante a primeira metade do século XX, ocupou lugar de destaque ao assumir cadeira na Academia Brasileira de Letras em 1910, no IHGB e se tornou professor emérito da Universidade do Brasil em 1942. "Escreveu numerosos trabalhos sobre medicina, direito, história, folclore, educação e literatura, além de romances e crônicas. Suas Obras literárias completas foram publicadas em 1944 em 25 volumes. A seu respeito Fernando Costa publicou *Afrânio Peixoto e sua obra* (1920); Agostinho de Campos, *Páginas escolhidas de A. Peixoto* (1926), e Wilhelm Giese, *Afrânio Peixoto, romancista* (1932)". FONTE: PEIXOTO, Afrânio. (2001), "Afrânio Peixoto (verbete)". In: A. A. de Abreu *et al.* (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro, CPDOC/Editora FGV, CD-ROM.

discurso de oficialização referente à participação brasileira nos eventos de 1940, a restauração como um feito que beneficiou não somente Portugal, mas que também livrou o Brasil das amarras espanholas.

Para justificar tal euforia, Afrânio Peixoto afirma que durante as comemorações do passado lusitano, o Brasil deve ser figura inconteste, pois ambos os povos foram, no século XV, não só uma nação, mas duas que, em causa comum, sofreram juntas com o advento da União Ibérica de 1580. Em sua análise, Afrânio Peixoto apresenta Brasil e Portugal enquanto nações em igualdade e não em uma relação de subordinação, como definira o Pacto Colonial no século XVI. Mais uma vez, a utilização de retóricas românticas e harmoniosas acerca do passado colonial, visa eliminar os ranços e as diferenças que permearam as relações naturalmente vistas de forma maniqueísta, entre brasileiros explorados e portugueses exploradores que, durante mais de três séculos, permearam o imaginário e as ações dos dois lados. Nas palavras de Afrânio Peixoto:

Sofremos juntos sessenta anos. Depois de 1640, continuamos cá e lá, a sofrer, um pensando no outro, um ajudando o outro, para a redenção definitiva. Quando se exalça [sic] em Lisboa D. João IV, imediatamente é proclamado nosso rei no Brasil e o Rio de Janeiro, como Lisboa e Porto, tem as honrarias, as mesmas, de lealdade.<sup>290</sup>

A elaboração de um passado harmônico e de lealdade é uma característica do texto de Afrânio Peixoto, inclusive, como se percebe, o *Restaurador* Dom João IV é visto como herói, não só na Europa como na América Portuguesa, o que explica o título do artigo, “Nossa foi a Restauração”, numa alusão ao fato da restauração portuguesa e da dinastia de Bragança não ter sido somente portuguesa, mas também brasileira. De forma semelhante, o historiador baiano trabalha habilmente, utilizando recursos estilísticos de narrativa, os momentos de crises políticas ocorridas que eclodiram no passado colonial luso-brasileiro. O rompimento das relações políticas entre Brasil e Portugal, no século XIX, ganha contornos coesos na narrativa de Afrânio Peixoto,

---

<sup>290</sup> PEIXOTO, Afrânio. Nossa foi a restauração. **Revista dos Centenários**, Lisboa, v. 0, n. 1, p.13-14, 31 jan. 1939. Mensal.



novamente buscando atacar as construções maniqueístas tão caras às relações históricas entre Brasil e Portugal. Segundo ele:

Que importa que viesse a independência? A maioria é fatal, cumprido o tempo, aos homens, como às nações. Chega o dia em que o filho mais amoroso, a linha mais obediente, põem casa, novo lar, a vida que se prolonga...; mas, bem-nascidos, os povos continuam os mesmos, na autonomia, na soberania, na independência, sem por isso abolir a história, a fé, a Língua, as tradições, o sangue, a identidade. Brasil é e será sempre Portugal. De 1580 a 16-10 não éramos apenas um; sofremos juntos a mesma aflição; justo é que, na celebração da alegria restaurada, o regozijo seja recíproco. Por isso é o Brasil convidado à festa de Portugal. Por isso, não pode faltar. Não é delicadeza, convite e aceitação. É dever. Não era lícito Portugal nos esquecesse. Não é possível que o Brasil não compareça. A festa é comum; é a nossa restauração.<sup>291</sup>

O ato da independência política do Brasil não é visto como uma página inglória das relações luso-brasileiras, ao contrário. Utilizando contornos que lembram o romantismo, Afrânio Peixoto sutilmente constrói uma narrativa que naturaliza um evento traumático da história colonial luso-brasileira, usando a metáfora dos bons filhos que se tornam independentes e naturalmente se desgrudam da casa dos pais. De igual maneira, não se pode deixar de perceber o quão consonante se apresenta o discurso de Afrânio Peixoto com as orientações políticas traçadas pela nota oficiosa da Presidência do Conselho, e que logo se apresenta no número 1 da *Revista dos Centenários*.

Afrânio Peixoto, tal qual Gustavo Barroso, veste a máscara e exemplifica o modelo de egrégio brasileiro descrito e desejado para as comemorações de 1940, sancionando e justificando a política colonial portuguesa praticada no Brasil entre os séculos XVI e XIX. A atitude de cooperação com o governo de Lisboa é ratificada na convocação que faz aos brasileiros, para apoiarem e participarem das comemorações lusas durante os variados eventos que seriam promovidos durante a *Exposição do Mundo Português*, concluindo que a ocasião não sugeria atitude de “delicadeza, convite e aceitação. É dever. Não era lícito Portugal nos esquecesse [sic]. Não é possível que o Brasil não compareça. A festa é comum: é a nossa restauração”.

---

<sup>291</sup> Idem.

A análise das expressões de intelectuais ocupando lugares de fala semelhante à de Afrânio Peixoto<sup>292</sup>, ajuda a entender como se formavam e atuavam as redes de aproximação e legitimação traçada entre letrados e artistas que giravam ao redor do Estado Novo brasileiro e lusitano nas décadas de 1930 e 1940. O que se identifica nos escritos da *Revista dos Centenários* é um exemplo de como as políticas culturais ordenam os discursos dos letrados inseridos na órbita dos Estados autoritários. É notória a existência de uma política cultural envolvendo letrados luso-brasileiros na elaboração de um passado comum, no intuito de aproximar ideologicamente um Estado do outro, no plano político, na primeira metade do século XX.

Como foi possível observar, o cruzamento das fontes revela uma rede intrincada formada por interesses dos mais diversos. Mas, de forma patente, a análise empreendida demonstra a forte influência na construção das relações entre letrados e Estado, principalmente com relação ao uso dos serviços dos primeiros no processo de legitimação das práticas políticas salazaristas. Relevante apontar que às conveniências lusitanas mostravam-se atrelados posicionamentos do Estado Novo português. Um deles se refere à valorização do sentimento nacionalista que, mesmo no período da Segunda Guerra Mundial, visava criar um clima de euforia entre os portugueses, de enaltecimento do país e de motivação da sua população.

Para o efetivo enfrentamento ao arrivismo, a participação maciça de representantes brasileiros nos festejos de 1940, durante a *Exposição do Mundo Português*, era vista como fundamental para a promoção da propaganda desejada pela Presidência do Conselho e pelo SPN: demonstrar ao mundo a contribuição que Portugal tinha a oferecer, a partir de sua política colonial nas províncias africanas. Ao divulgar a imagem bem-sucedida do Brasil, além do reconhecimento público e notório da expansão de sua ex-colônia americana, credenciaria a legitimidade necessária a Portugal para a manutenção da sua política colonial. O discurso de Francisco Vieira Machado, Ministro das Colônias, deixa isso mais evidente.

---

<sup>292</sup> Essa questão será devidamente debatida e alguns autores analisados no decorrer do Quarto Capítulo, quando trabalharemos com o *Congresso Luso-Brasileiro de História*, no qual encontramos dezenas de textos de letrados brasileiros e portugueses.

É que não existe diferença entre Portugal europeu e as províncias ultramarinas, antes mais uma vez sucede na ordem das realizações materiais que nestas se efectivou já o que naquele ainda não passa de aspiração. [...] Colonizar é, para nós, portugueses, um verdadeiro e contínuo acto de amor. Segundo o conceito que realizamos e profundamente vivemos, um país colonizador dá o sangue dos seus filhos, insufla a sua própria vida, amplia a alma da nação – e faz o Brasil.<sup>293</sup>

Associada a essa estratégia, a propaganda fomentada por meio da política cultural estabelecida pelo SPN e *Revista dos Centenários*, dava conta das colônias asiática e africana, não como territórios de exploração econômica, mas de continuidade da nação portuguesa. Através de um discurso de exaltação da figura do tradicional Império Colonial Ultramarino, os espaços sob seus domínios eram tratados de modo oficial enquanto extensão das terras portuguesas território português da Europa, e não zona subjugada. Da mesma forma, aqueles que habitavam as colônias eram tratados enquanto portugueses residentes na África.

E como não deveria ser assim, se o nosso conceito de territórios ultramarinos os define como partes integrantes, continuação transcontinental e transoceânica da pátria uma? A noção de colônia é mesmo antes um enxerto de importação estrangeira do que uma genuína manifestação dos nossos costumes. Lidimamente [sic] português é o conceito de província ultramarina.<sup>294</sup>

De forma efetiva, a constatação de uma política cultural tecida por Lisboa, denota o grau de organização e engajamento estatal utilizado pelos Estados Novos de Portugal e Brasil, em busca de suas afirmações, seja perante suas populações ou na construção de uma representação a ser repassada ao mundo.

---

<sup>293</sup> MACHADO, Francisco José Vieira. Discurso do Ministro das Colônias na seção inaugural do Congresso Colonial realizada na Sociedade de Geografia, em Lisboa, na noite de 11 de novembro. **Revista dos Centenários**. Lisboa, 31 nov. 1940. p. 17.

<sup>294</sup> Ibid. p. 16.

### 3.4. As interferências de agentes não-governamentais

Se, por um lado, a documentação produzida pelos periódicos oficiais apontam a um forte engajamento e poucos conflitos entre os agentes governamentais luso-brasileiros, as correspondências encontradas no Acervo de Salazar, guardadas na Torre do Tombo, demonstram um lado mais complexo e tortuoso das negociações em torno da participação brasileira durante a *Exposição do Mundo Português*.

Aparentemente, não existia no Brasil ambiente tão favorável ao engajamento e participação na programação dos centenários quanto o entusiasmo apresentado pelos portugueses. Existia por parte do Estado Novo português, um grande incentivo e apoio para que a comunidade [portuguesa] espalhada pelo mundo participasse das festividades de 1940. Contudo, as relações com a colônia portuguesa residente no Brasil pareciam não ser tão harmoniosas, ao menos não era unânime o sentimento patriótico desses sujeitos para com sua terra-mãe. Pairava um grau considerável de desconfiança relacionada ao tratamento político que vinha sendo dado aos emigrantes lusitanos, residentes no Brasil e também fora dele.

Na busca por compreender os conflitos e a intrínseca complexidade da vinculação entre emigrantes e Regime, buscou-se analisar as correspondências pessoais trocadas entre Salazar e alguns poucos emigrantes que apoiavam o Estado Novo em Portugal. Através dessas cartas é possível visualizar situações que a documentação oficial não evidencia, fazendo entrar em cena um personagem fundamental na articulação entre Brasil e Portugal, mais precisamente na articulação entre Salazar e a comunidade lusitana que vivia no Brasil: o magnata da indústria do tabaco, Albino Souza Cruz.

Nascido em 1869, na cidade de Santa Eulália da Palmeira, em Portugal, Albino Souza Cruz veio para o Brasil em 1885 e passou a residir na cidade do Rio de Janeiro. Em 1903 fundou a indústria de cigarros Souza Cruz, tornando-se em 1913 um gigante no ramo, investindo fortemente na produtividade de cigarros a baixo custo.

Em 1913, a Souza Cruz já era uma das cinco maiores fábricas de cigarros do Brasil. Contudo, Albino Vila vislumbrava conquistar uma fatia maior do mercado e crescer ainda mais [...]A Souza Cruz dominou

o mercado brasileiro de cigarros e criou Poderosas Barreiras à entrada ao construir uma rede de produção em massa associada à sua distribuição que alcançava praticamente todo o território nacional [...] no caso da Souza Cruz, eles eram *firstmovers* do mesmo setor, mas, de outros países: Alemanha, Estados Unidos Inglaterra, iniciar o processo de fixação no mercado brasileiro no final da década de 60.<sup>295</sup>

Albino Souza Cruz foi o nome hegemônico na indústria de cigarros brasileira, até por volta de 1967, e sua influência entre os políticos e a comunidade lusa que vivia no Brasil, a qual ele denominava colônia portuguesa, foi sempre ativa. Além disso, possuía amizade e atuava com desenvoltura junto a membros do primeiro escalão do regime português e, no Brasil, circulava próximo a homens como Oswaldo Aranha e ao próprio Getúlio Vargas.

De acordo com as documentações da Torre do Tombo, no fundo destinado à *Exposição do Mundo Português*, existia uma subpasta dedicada exclusivamente à relação entre Souza Cruz e Salazar, denominada "Cartas particulares a S. Exa. o Presidente do Conselho pelo Senhor Souza Cruz". Em sua maioria são correspondências, ricas em detalhes, nas quais é possível se perceber quão complexo seria atingir o Ponto 4 da *Nota Oficiosa* de Salazar. A dificuldade residia na difícil relação do Estado Novo com os portugueses que viviam em território brasileiro, existindo entre esses uma parcela considerável contrária ao salazarismo, assim como ao abandono político pelo qual passavam, após emigrarem de Portugal.

Nessa imbricada relação, Souza Cruz atuou no papel de diplomata *honorarius*, intermediando conflitos entre o Governo Português e os colonos que viviam no Brasil e, se envolvendo ainda, em questões políticas com membros do governo brasileiro (inclusive informando Salazar dos erros cometidos pela diplomacia portuguesa e como esses poderiam ser remediados junto ao Governo Brasileiro).

Assim sendo, a análise da correspondência trocada entre Salazar e representantes do Brasil, não pertencentes ao Governo brasileiro, ajudou a compreender a dinâmica existente nos bastidores, fora das relações oficiais.

---

<sup>295</sup> GRIGOROVSKI, Paulo Roberto Esteves; (orientadora), Denise Lima Fleck. **Estratégias de Souza Cruz em 101 anos: os desafios para a longevidade saudável**. 2004. 441 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <[http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/Paulo\\_Grigorovski.pdf](http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/Paulo_Grigorovski.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2017. p. 75-81.

Para tal, a interpretação da comunicação pessoal de Salazar colabora para entender como homens na posição de Souza Cruz atuaram política e economicamente na dinâmica do Estado Novo e de que forma os interesses, de ambos os lados, foram negociados, antes e durante a *Exposição do Mundo Português*.

Dentre as fontes históricas, o trabalho com correspondências é sempre permeado por um grau considerável de subjetividade, mas, ao mesmo tempo rica na quantidade de informação, principalmente no que se refere às redes de sociabilidade, modos de fazer e as interpretações cotidianas que não aparecem na documentação oficial. Além do mais, as correspondências reservam aspectos biográficos que ajudam a entender o modo de se pensar, agir, relacionar-se e atuar dentro dos ciclos de relações políticas estabelecidas, nesse caso, entre membros do alto escalão do governo e empresários que ajudam na sustentação do Regime, mesmo que à distância.

A apreciação das correspondências ajuda a identificar o lugar de fala dos sujeitos envolvidos e a atuação destes dentro da cultura política na qual estavam inseridos. É possível, por conseguinte, perceber o posicionamento político e o grau de familiaridade, e de relação pessoal que possuíam com o Presidente do Conselho, muitas vezes atuando como conselheiros políticos, com uma liberdade quase íntima. Assim,

Ao ter acesso a esses fragmentos, o historiador espia por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual público e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva[...]O que o escritor de cartas parece querer dizer a todo momento, o apresentar uma "pose" de si mesmo, é simplesmente: "eu estou aqui". [A partir das correspondências], o historiador poderá selecionar momento significativos, as conexões que dão coerência a vida de uma pessoa, e, assim, construir uma continuidade de Atos que são descontínuos, justapostos e aleatórios.<sup>296</sup>

No caso em análise, encontramos uma série de correspondências na qual Souza Cruz se põe como interlocutor entre Salazar e a colônia lusa que

---

<sup>296</sup>MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. Cap. 8. p. 200-201.

residia no Brasil. Nas cartas que enviou, existe uma contínua preocupação do empresário em expressar constantemente seu interesse em ajudar o Presidente do Conselho nas negociações e na realização da *Exposição do Mundo Português*, a partir do incentivo, presencial e financeiro, dos colonos luso-brasileiros junto ao Regime. No entanto, Souza Cruz relata em suas cartas os problemas políticos que dificultavam um envolvimento mais intenso por parte desses portugueses que residiam no Brasil.

Na primeira carta enviada, o tom pessimista presente na fala de Souza Cruz sugere o obstáculo que Salazar encontrou em convencer seus compatriotas residentes no Brasil a participarem da Exposição de 1940, da forma voluntária e entusiasta como previa. Por outro lado, encontramos um Souza Cruz disposto a atuar como intermediador de Lisboa junto aos emigrantes, mas sempre alertando para a dificuldade que seria encontrar uma unidade entre seus membros. A preocupação de Souza Cruz era compreensível. Foi desejo de Salazar que os portugueses espalhados pelo mundo fossem a Portugal, em peso, prestigiar os festejos.

A Nota Oficiosa terminava, em seu 13º Ponto, convocando a comunidade portuguesa, espalhada pelo mundo, a participar direta e indiretamente da programação oficial. Em sua fala é possível perceber uma tímida cobrança nesse sentido.

Comemorações centenárias são, acima de tudo, grande festa nacional, festa para todos os portugueses do mundo e em que todos podem e devem colaborar de maneira efetiva. E se todos para elas contribuem, Todos devem ter sua parte da alegria que criem, na satisfação que deêm [sic], na fé e no otimismo que hão-de [sic] arreigar nos espíritos acerca vitalidade do Povo português e do seu Engenho criador. E vamos ver se, dominados por tão alta e bela ideia, não expulsaremos de nós o espírito da tristeza e do mal, a fim de nos prepararmos para festejar condignamente – o que raros poderão fazer – oito séculos de independência [...].<sup>297</sup>

A partir dessa explanação de Salazar é compreensível a preocupação de Souza Cruz em sua atividade de convencimento no Brasil. O cumprimento à orientação expressa na Nota Oficiosa se apresentava um desafio, considerando que a maior parte da comunidade lusitana, que residia fora da Europa, não se

---

<sup>297</sup> Independência de Portugal – Nota oficiosa da Presidência do Conselho. **Revista dos Centenários**. Lisboa, 31 jan. 1939. p. 7.

sentia à vontade, estimulada, a participar ou colaborar com as ações do Regime. E como explicar tal questão, a não adesão dos luso-brasileiros, em um evento nacionalista?

Nesse cenário, o magnata da indústria de cigarros se disponibiliza a interceder de forma a ajudar na mediação, colocando-se a serviço de Salazar e, de forma incisiva, afirmando já haver traçado as primeiras providências nesse sentido. Logo de início, o empresário radicado no Brasil, desde o século XIX, relatava a falta de ânimo e a descrença dos compatriotas com a dinâmica política desenvolvida pelo o Governo português. De forma realista e direta, Souza Cruz apontava, em documento intitulado "Apontamentos sobre os centenários", a insatisfação instaurada na comunidade portuguesa, visto que:

A nossa preocupação tem sido sempre cooperar até ao máximo das nossas possibilidades.

As informações particulares que tenho recebido dão-me a perceber que o caso dos Beneficiários portugueses do Brasil tem **desgostado e desanimado muitos dos compatriotas e por isso a situação moral da colônia é hoje menos firme do que quando parti. O descontentamento tem criado embaraços com que não contávamos há meses.** [...]

Contra atmosfera de indiferença o pessimismo que possa ter aparecido hei [sic] procurar envidar todos os meus esforços e os dos meus companheiros.<sup>298</sup> [Grifos meus]

Construído o cenário, Souza Cruz promove sua imagem de amigo e embaixador especial junto a Salazar. Geralmente, a fim de gerar um espírito de confiança junto ao Presidente do Conselho, em correspondências dessa natureza, "o domínio da imagem de si é fundamental e a prática epistolar exige, antes de tudo, a credibilidade daquele que recebe a correspondência. Os eventos narrados devem se apresentar como verdadeiros a esse leitor".<sup>299</sup>

Souza Cruz passa a atuar fortemente como braço direito de Salazar, fornecendo informações preciosas acerca da mobilização da colônia portuguesa no Brasil. Nas suas cartas, não existem cerimônias (embora muito respeito) e percebe-se sua franqueza ao dirigir sugestões ao Governo de Lisboa em relação à condução do evento, mais precisamente no trato com os portugueses que

---

<sup>298</sup> Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fls. 13 e 14.

<sup>299</sup> MALATIAN, 2009, p. 201.



viviam no Brasil, como emigrantes. Souza Cruz reafirma sua colaboração, afirmando:

Ouvi religiosamente a fala do senhor Presidente da República e de V. Excelência, como sempre, cheia de patriotismo e de fé nos destinos da Pátria; bom exemplo a seguir por todos os portugueses. [...] Neste sentido, pretendo começar uma propaganda para a vinda a Portugal do maior número de portugueses e brasileiros [...]

Com o máximo respeito e consideração por V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>. subscrevo-me,

Albino Souza Cruz  
Caldas da Saúde  
10.10.39<sup>300</sup>

Pela observação das correspondências, pode-se considerar que toda celeuma começou em virtude da solicitação de Salazar em construir em Lisboa um "arco monumental", como símbolo das comemorações centenárias, devendo este ser financiado, em parte, pela comunidade lusitana residente no Brasil. Denominado como "Porta da fé e do Império", o monumento era visto como símbolo da consagração entre a religião católica e o império Português, uma espécie de grande atração dentro da programação da *Exposição do Mundo Português*. Em seu plano original, a obra deveria ser:

Edificada no centro de uma praça circular, a estabelecer no Alto do denominado Parque Eduardo VII, e se possível, no cruzamento de duas grandes Avenidas, sendo uma, o futuro prolongamento da Avenida da Liberdade e a outra, a semicircular que abrangerá a atual circunvalação. E esse cruzamento foi idealizado, para que ficasse igualmente perpetuado, o símbolo eterno da nossa fé. Foi sob as bênçãos da Cruz, que fundamos e conquistamos a nossa Independência, e descobrimos e defendemos o nosso império!<sup>301</sup>

Assim, caberia a Souza Cruz a tarefa de angariar fundos, para a construção desse monumento, junto à comunidade lusitana e, assim, demonstrar que estes também contribuíram de forma pública, para os eventos de 1940, atendendo aos desígnios do Ponto 13 da *Nota Oficial*. Contudo, a tarefa de Souza Cruz parece ter sido fatigante, inclusive contrariando os interesses planejados por Salazar. Mesmo assim, o empresário demonstra em suas

---

<sup>300</sup> Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fl. 57

<sup>301</sup> Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fl. 13.

correspondências uma constante disposição em auxiliar ao Regime, em contatos íntimos e muitas vezes confidenciais, agindo e remediando frente aos conflitos que surgiriam a partir da solicitação do Presidente do Conselho.

Analisando as comunicações escritas, entre Gilberto Freyre e Oliveira Viana, a historiadora Angela de Castro Gomes observa que existem dois grandes grupos de correspondências, com especificidades um tanto quanto distintas. No caso das cartas aqui analisadas, compreende-se "a correspondência como um instrumento da construção de redes, menos interessante e importante pelos conteúdos/temas que envolve do que pela possibilidade de se traçar, através dela, um conjunto de relações que evidenciam um grupo organizado".<sup>302</sup>

É a partir delas que podemos entender, ao menos minimamente, a rede política existente entre o empresário e o Presidente do Conselho, como se estabeleceu a relação através dos agentes público e privado, no intuito de atender aos interesses propagandísticos do primeiro e às reivindicações políticas do segundo.

Na interpretação dessas fontes, é possível perceber, nessa situação específica, o que faz um homem influente, poderoso, como Salazar, solicitar auxílio de um operador externo para a resolução de questões que seus diplomatas, ministros e secretários não conseguiriam resolver. Nesses casos é visível o limite de atuação do poder público. A busca por negociadores externos ao governo demonstra, de forma evidente, a necessidade de se acessar homens influentes a fim de alcançar objetivos políticos do Regime, junto a grupos específicos, quando seus membros não possuem capacidade para alcançar os objetivos propostos.

Nas cartas, Souza Cruz age como um homem de confiança, com liberdade de expressar pensamentos e atuar genuinamente em questões que muitos teriam receio de tratar, ou mesmo discordar do presidente do conselho. No material analisado, apenas uma vez é possível identificar outro homem com tamanha liberdade e intimidade junto a Salazar. Trata-se de Thomaz Óscar Pinto

---

<sup>302</sup> GOMES, 2004, p. 54.

da Cunha Saavedra, ou Barão de Saavedra – militar português e empresário no Brasil.<sup>303</sup>

Em carta datada de 5 de novembro de 1938, o Barão de Saavedra se refere às dificuldades que o governo português encontraria ao negociar com a colônia portuguesa os interesses do Regime, sobretudo com relação à contrapartida financeira que seria proposta a esse grupo. Tratando a respeito da ajuda financeira à construção do monumento solicitado por Lisboa, Saavedra escrevia com clareza e objetividade para Salazar, expondo sua opinião diante da situação dos compatriotas luso-brasileiros. Após relatar os andamentos das suas reuniões, inclusive com a presença de Souza Cruz, afirmava:

Agora transmito a vossa excelência a minha opinião pessoal: A ideia do monumento agrada-me e estava e estou disposto a dar minha contribuição e a minha colaboração para que seja executado, entretanto não vejo a possibilidade de encontrar os recursos. A nossa colônia está reduzida, e não encontra entusiasmo para uma larga participação dos portugueses no Centenário. Contribuem sim, talvez para atender ao prestígio pessoal de quem pedir, mas não com espontaneidade.<sup>304</sup>

Chama a atenção, tanto na fala do Barão de Saavedra quanto na de Souza Cruz, a ênfase no que se refere à resistência encontrada no Brasil, por parte da colônia portuguesa, com relação às políticas do Regime. Ao conclamar a participação da colônia na *Exposição do Mundo Português*, Salazar parecia esperar desses sujeitos um apoio à sua gestão e, ao que parece, acreditava em um ambiente de reciprocidade por parte dos seus concidadãos, que sentir-se-iam orgulhosos em cooperar diretamente com o evento, a partir de uma solicitação pessoal feita pelo Presidente do Conselho.

Como se percebe, a situação era mais complexa e exigiria um grau de atuação maior por parte do Regime junto a sua colônia de emigrantes, residente nas terras sul-americanas. Nessa mesma carta, o Barão de Saavedra faz uma

---

<sup>303</sup> O monarquista e empresário Tomás Oscar Pinto da Cunha Saavedra, 3º Barão de Saavedra, saiu de Portugal logo a implantação da República. No Brasil, ocupou o cargo de diretor do Banco Boavista no Rio de Janeiro, da Companhia dos Hotéis Palace e da Câmara de Comércio do Rio de Janeiro. FONTE: IPHAN. **Salvemos Ouro Preto**: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950. Rio de Janeiro: IPHAN. 2008. p. 306. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc2\\_SalvemosOuroPreto\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc2_SalvemosOuroPreto_m.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2017.

<sup>304</sup> Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fl.16.

interessante análise política da situação existente no Brasil, estabelecendo uma linha de raciocínio em que busca compreender as raízes de tanta negação da colônia portuguesa residente no Brasil para com o Estado Novo, e as atuações deste junto à comunidade emigrante.

Neste ponto faço uma crítica resultado da minha observação:

O Estado Novo, se tem adeptos fervorosos, entre os quais eu me conto, tem opositores, e tem a maioria de indiferentes. O estado novo que tem feito uma hábil e necessária propaganda no exterior tentei curado a grande massa de portugueses do Brasil, conforme diversas vezes temos salientado aí, e aos homens da situação que aqui têm vindo. A obra de Salazar é talvez mais conhecida e apreciada dos brasileiros, que propriamente dos portugueses, pouco dados a leitura dos jornais e revistas estrangeiros, onde se colhe os melhores informes da obra grandiosa do Governo.

Feito estes parênteses, devo informá-lo que o desfecho do caso da Beneficência, foi um balde de água fria nas ilusões dos portugueses, que, talvez sem razão, atribuem ao desamparo das autoridades portuguesas este desfecho. Há a juntar a situação de parcos lucros em que vive o comércio, que não lhe permite liberalidades.<sup>305</sup>

Uma parte considerável dos portugueses que residia no Brasil veio fugindo da Europa devida às perseguições, tendo se estabelecido no país a partir de 1926, quando da instauração da ditadura Salazar ocorrida naquele país. Os historiadores Maria Izilda Matos e Leandro Gonçalves, promoveram uma interpretação acerca do perfil dos exilados que vieram para o Brasil, em fins do século XIX e durante boa parte do século XX, período em que esse foi um dos países que mais recebeu fluxos de emigração portuguesa em todo o mundo.

No levantamento feito na pesquisa, percebeu-se que, "no caso português, a perseguição política produziu uma onda de exílios em 1926/7, acentuando-se depois com a implantação do Estado Novo (1933). Podendo-se destacar entre os motivos destas saídas a falta de perspectivas profissionais, as exclusões (muito comuns nas carreiras universitárias e públicas), a censura (de artistas, jornalistas e escritores), as situações de medo e insegurança".<sup>306</sup>

---

<sup>305</sup> Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fls. 16-17.

<sup>306</sup> MATTOS; GONÇALVES, 2014, p. 232. Segundo dados do IBGE, entraram no Brasil, na primeira metade do século XX, aproximadamente 902.846 imigrantes portugueses, o que dá uma média de 18.057 pessoas por ano. Para saber mais ver: IBGE. **Brasil 500 anos**. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/portugueses.html>>. Acesso em 16 mar. 2017.

Em carta cordial, extremamente amistosa e intimista, Salazar mostra-se preocupado com essa desarticulação da comunidade portuguesa, para com as comemorações previstas para junho de 1940, no entanto, não expõe comentários sobre suas ações políticas de cerceamento sobre os emigrantes, relatadas pelo Barão de Saavedra.

Até certo ponto confiante, a resposta de Salazar demonstra surpresa, mas injeta um grau de otimismo no seu amigo Barão, de forma a deixá-lo tranquilo com relação à participação dos compatriotas. Afirma ainda que em breve estaria no Brasil para pessoalmente informar à comunidade os andamentos para a resolução da falta de sintonia envolvendo a colônia portuguesa e o Regime, tal como apresentaria um plano de convencimento para a participação destes na *Exposição do Mundo Português*.

Tomei boa nota das observações que o Exmo. Amigo faz acerca das duas correntes - a pessimista e a otimista, esta talvez a mais fraca -, ambas se manifestando a seu modo sobre as dificuldades ou facilidades que a nossa grande Comissão vai enfrentar. Não vale desanimar por enquanto [...]. Entretanto fico certo de que o Exmo. Amigo não deixe esmorecer os bons elementos que aí temos entre os nossos desinteressados amigos em cujo patriotismo confiamos. Não entro agora em detalhes sobre os passos que vou dando em Portugal, mas a seu tempo conversaremos. Com muitos cumprimentos da maior consideração.<sup>307</sup>

Embora demonstre alto grau de confiança no amigo Barão, as correspondências referentes à *Exposição do Mundo Português* foram trocadas em maior volume e intensidade entre o Presidente do Conselho e o empresário e amigo Souza Cruz. Nesse cenário, Souza Cruz parece ter assumido e, conseqüentemente, ter sido reconhecido como o agente extraoficial designado para resolver as querelas entre o Governo Português e a denominada “Colônia” emigrante residente no Brasil.

Do volume de correspondências relacionado ao dossiê da Exposição, presente no arquivo da Presidência do Conselho, apenas a carta do Barão de Saavedra não pertencem a Souza Cruz. Nas demais cartas enviadas para Salazar, certificava-se a onipresença do empresário da indústria de tabaco,

---

<sup>307</sup> Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fl. 18.

sempre atuando na articulação e reportando ao governo de Lisboa os detalhes de reuniões, situações financeiras e conflitos existentes dentro da Colônia.

Contudo, não havia no dossiê as respostas de Salazar às cartas que havia recebido, mas, mesmo assim, é possível visualizar o panorama político, demasiadamente complexo, existente na época. Na narrativa observa-se também as medidas tomadas por Souza Cruz para atender aos interesses políticos de Salazar e os meios utilizados, pelo primeiro, de forma a apaziguar e direcionar os membros em prol, principalmente, da ajuda financeira ao evento.

Inclusive, Salazar parece ter revelado a Souza Cruz o descrédito, presente na fala do Barão, em relação à desarticulação da Colônia. Em carta datada de 26 de janeiro de 1939, Souza Cruz transmitira a Salazar a ideia de que as dificuldades apresentadas pelo Barão de Saavedra seriam facilmente sanadas pela influência que o próprio Souza Cruz conferia junto aos membros do governo brasileiro.

Em dado momento, tratando da remessa de dinheiro para Portugal, o empresário afirma que "o Barão de Saavedra, conquanto não tenha levado missão alguma, é o vice-presidente da comissão executiva; o seu desânimo não tem importância e quanto a transferências tem autorização do Ministro da Fazenda; não preciso de ninguém. "Isto é só para o meu amigo".<sup>308</sup>

O Souza Cruz que vemos nessas palavras, demonstra um homem preocupado em atender aos interesses de Lisboa, construindo sobre si uma centralidade política capaz de resolver os problemas e, conseqüentemente, agradar ao Presidente a partir de intervenções que só é capaz de fazer para o amigo.

Nas cartas datadas do início do ano de 1939, Souza Cruz demonstra, constantemente, um grau de entusiasmo e confiança, tanto no convencimento da Colônia, em aceitar ajudar financeiramente como, inclusive, em participarem das comemorações garantindo o envolvimento maciço do Governo brasileiro junto à comissão dos centenários.

Para o seu "amigo", Souza Cruz afirmara: "Todas as dificuldades que eu possa resolver estou sempre pronto para remediá-las".<sup>309</sup> Nessa toada, o

---

<sup>308</sup>Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fl.52.

<sup>309</sup>Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fl. 30d.

embaixador *unofficial* passou a relatar a Salazar bons momentos de engajamento da Colônia nas reuniões, e narrar cenas positivas vivenciadas nos seus encontros pessoais e coletivos. Em um desses momentos de furor, Souza Cruz relata, orgulhoso, a compra do Palácio da Almada como símbolo do envolvimento da Colônia na Festa dos Centenários. A compra, aliás, substituiria a construção do Arco solicitado por Salazar, mas, ao que parece, não teve adeptos suficientes para seu financiamento.

Tenho muita satisfação em participar a Vossa Excelência que em reunião da Comissão Executiva Pró-Centenários, realizada no dia 14 do corrente, foi aprovada por unanimidade, a aquisição do Palácio Almada nas condições da minha proposta cuja cópia junto à presente. Já foram instruções para o nosso delegado no sentido de agir de acordo com as entidades com quem tem de resolver todos os assuntos relativos a esta compra e para ser restaurado de acordo com o governo de Vossa Excelência para que tudo esteja pronto no tempo competente.<sup>310</sup>

A partir do tom das correspondências, o ano de 1939, que começou promissor, encerrou-se de forma complexa e desanimadora. Já em outubro do mesmo ano, as cartas passam a substituir a empolgação por preocupação em não atender às diretrizes do Ponto 13. Nesse mês, Souza Cruz enviou para Salazar um recorte de jornal, vindo do Uruguai, no qual um grupo intitulado A.I.P.P.A. lançava uma nota pública com o seguinte título: "A amnistia dos presos políticos será incluída no programa de festas do Duplo Centenário?".

Essa chamada parece ter angustiado Souza Cruz, principalmente pelo conteúdo da nota, conclamando os cidadãos portugueses (não somente os que viviam em Montevideu, mas todo e qualquer refugiado e emigrante) a elaborar um documento exigindo do Estado Novo a liberação dos presos políticos, em Portugal, durante a *Exposição do Mundo Português*.

MONTEVIDEU (Uruguai), Agosto. – Acaba de fundar-se nesta cidade a A.I.P.P.A., que se propõe unir os emigrantes portugueses de todo o mundo para redigir um "*memorandum*" com centenas de milhar de assinaturas, a fim de pedir ao governo português que inclua no programa das festividades do duplo Centenário, as quais se realizarão no ano próximo, a liberação dos presos políticos.

---

<sup>310</sup> Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fl. 36.

A nova entidade funciona atualmente na Avenida 8 de Outubro 3691, onde se recebem adesões, individuais ou coletivas, e pedidos de informes.<sup>311</sup>

Desde 1926, o Regime possuía uma preocupação com a imagem que os emigrantes construía sobre Portugal, bem como com a representação que eles criavam e divulgavam nos países que moravam, acerca das ações do salazarismo em Portugal.

Dessa maneira, dentro do seu projeto de atuação externa, o SPN de Ferro passou a intervir continuamente na elaboração de uma imagem na qual o emigrante visse Portugal como um aliado, um protetor à beira do Atlântico, fazendo com que o emigrante alimentasse um ar saudosista em relação à sua pátria, encontrando no salazarismo as mensagens que desejava ouvir sobre a sua Pátria distante. Para alcançar tal objetivo, se cultivava,

através do ideário salazarista e da sua propaganda oficial ou oficiosa, este "olhar" em direção às comunidades emigradas. Esta preocupação, já evidenciada na legislação posta em vigor pelo Estado a partir de 1926, é assumida, de forma mais contundente, no próprio discurso de Salazar, endereçado, diretamente ou não, aos emigrantes. A ideia central é difundir a ideia de um "país de paz à beira mar plantado", fazendo com que o emigrante encontre no salazarismo as mensagens que deseja ouvir sobre a sua "pátria" distante.<sup>312</sup>

Em seu livro *Aqui também é Portugal*, a historiadora Heloísa Paulo analisa as colônias portuguesas que viviam no Brasil, prós e contra Estado Novo português. Nele, Heloísa Paulo lembra que, de forma geral, "a propaganda em prol do regime encontra novos aliados, crescendo, em parte, graças a própria Colônia ou pelo menos uma parte dela, que orienta as suas ações no sentido de demonstrar apoio ao Novo Regime".<sup>313</sup> Inseridos nesse grupo pró-Regime, é possível incluir a figura de Souza Cruz, sempre atuando ao lado da propaganda oficial e no convencimento dos seus compatriotas.

Como dito, a partir de outubro de 1939, em virtude do contorno dramático das correspondências, delineado pelo recorte do jornal uruguaio, as cartas

---

<sup>311</sup> Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fl. 56b.

<sup>312</sup> PAULO, Heloísa. **Aqui também é Portugal**: A colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000. p. 23.

<sup>313</sup> PAULO, 2000, p. 6-7.



passam a ganhar ares desanimadores. Isso porque, parte da Colônia emigrante residente no Brasil parecia se reconhecer na denúncia dos compatriotas que estavam vivendo no Uruguai. Frente a esse contexto, Souza Cruz discerniu que o movimento de Montevideú poderia ganhar corpo junto aos luso-brasileiros, muitos deles residentes no Brasil na condição de refugiados da terra natal, devido a problemas políticos causados pelo Estado Novo.

A presença de um agente como António Ferro no Brasil, atuando diretamente nas negociações, auxiliaria não somente na propaganda, mas constituir-se-ia, sim, numa forma de demonstrar aos emigrantes uma preocupação direta com a causa destes. Uma maneira de exprimir as intenções de negociação do Regime seria o envio de um de seus mais influentes membros (inclusive com bom trânsito entre letrados e a elite brasileira), demonstrando deveras preocupação com a causa dos refugiados que viviam no Brasil. Apreensivo, Souza Cruz presumia ser

A ida ao Rio de Janeiro do senhor António Ferro em princípio do ano para estabelecer contato com os intelectuais brasileiros, imprensa e Colônia, fazendo ali conferências de propaganda onde fizesse bem a claro o que Estado Novo tem feito em Portugal. Muitos portugueses ignoram ainda a verdade e convém esclarecê-los. Isto a exemplo do que se fez na América do Norte e com maior razão se deve levar a cabo no Brasil por forma oficial, porque nós, os da Colônia, por muito que queiramos, não podemos falar com aquele relevo e eco que se faz mister.<sup>314</sup>

Em “*memorandum* (reservado)”, a Colônia luso-brasileira endureceu suas exigências junto ao Governo de Lisboa, com um conjunto de condições em troca do engajamento durante as comemorações centenárias. Devido estar no dossiê documental que pertenceu a Salazar, é fato de que o mesmo teve conhecimento de tais cobranças, as quais reivindicavam direitos semelhantes aos solicitados pelo movimento uruguaio.

Em meia lauda, os lusos residentes no Brasil solicitavam diretamente, inclusive pontuando as condições, providências da Presidência do Conselho de forma a atender as solicitações políticas dos emigrantes residentes no Brasil. Embora um tanto extenso, a reprodução na íntegra ajuda na compreensão da situação de forma mais detalhada:

---

<sup>314</sup> Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fl. 59.

Memorandum (reservado)

Apresentar ao senhor Presidente do Conselho a seguinte sugestão verbal, como desejo da Colônia Portuguesa no Brasil, que a transmite a S. Exa. em caráter confidencial, pois é vontade da Colônia não a tornar conhecida para deixar o Governo em perfeito à vontade no assunto, sem um mínimo constrangimento, mesmo no caso de uma solução negativa:

Anistia condicional em 1940

- 1) os emigrados políticos
- 2) os culposos por faltas relativas ao serviço militar.

Para este fim o Governo estabeleceria um tipo de passaportes "1940", modelo turismo, com prazo de 120 dias, nos quais as autoridades consulares apenas identificariam a pessoa e nacionalidade. O portador teria de regressar em dia determinado. Para essa verificação e sobre o comportamento do portador, tem o governo a sua polícia política e social.<sup>315</sup>

A pressão política sobre Salazar passou a ganhar contornos mais duros a partir de primeiro de fevereiro de 1940. Após comunicado enviado ao Presidente do Conselho, a Comissão Executiva Pró-Centenários de Portugal e a Federação das Associações Portuguesas do Brasil passaram a exigir, de forma clara, um posicionamento de Salazar em relação às solicitações feitas no documento acima (exposto).

A cobrança luso-brasileira sobre Salazar passou a crescer e a ganhar corpo principalmente a partir do projeto de lei, *Cancela d'Abreu*, que incorporou parte do "*memoradum (reservado)*". Com esse projeto, as reivindicações dos emigrantes foram oficializadas, de forma a favorecer aqueles que estivessem com dívidas com serviço militar e especialmente aos portugueses na condição de refugiado e/ou perseguido político do Regime.

Excelência:

A Comissão Executiva Pró-Centenário de Portugal e a Federação das Associações Portuguesas do Brasil pedem vênias para solicitar de V. Exa. todo o seu apoio ao projeto *Cancela d'Abreu*, apresentado ao Parlamento e relativamente aos portugueses que não estão isentos do serviço militar, a fim de poderem visitar Portugal durante as festas Centenárias, apelando mais para o espírito Cristão de V. Exa. para que essa medida de Clemência seja extensiva aos emigrados políticos.

---

<sup>315</sup> Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fl. 67.

Logo em seguida, Souza Cruz envia carta datada de 14 de fevereiro de 1940, em caráter *confidencial*, informando a Salazar sobre as dificuldades em continuar atuando como mediador junto aos companheiros residentes no Brasil. Em três laudas, o empresário relata uma série de questões que dificultavam sua intervenção junto à colônia, notadamente no intuito de conseguir convencer seus compatriotas e de angariar fundos junto aos mesmos.

A partir de parágrafos diretos e enxutos, Souza Cruz passou a relatar seu desânimo, bem como prever um final constrangedor na relação entre o Governo Português e a Colônia lusa residente no Brasil.

Devo dizer a V. Exa. que me sinto cansado e muito só para continuar na situação em que me encontro e vejo uma falta de compreensão nos homens que querem tomar iniciativas prejudiciais a boa orientação que se tem seguido.

Há conveniência em dar outra orientação aos interesses luso-brasileiros, mas com uma diplomacia adequada a este meio, muito diferente do europeu e alguma coisa mais se conseguiria. [...] a nossa situação, porém, tende a piorar se não forem tomadas medidas tendentes a solidificar a nossa posição.

Eis em resumo o que se me oferece dizer a V. Exa. Neste momento angustioso que o mundo atravessa, marchando para um cataclisma [sic]. Preza a Deus que essa onda sanguinária não atinge o nosso querido Portugal que V. Exa. tem posto tão lindo!<sup>317</sup>

Obviamente, ao fim da sua carta, Souza Cruz referia-se ao ambiente da Segunda Guerra Mundial que já assolava a Europa. Aliás, a Segunda Guerra Mundial definitivamente colocou em um plano bem distante toda e qualquer preocupação com a *Exposição do Mundo Português*. Fato foi que, com exceção da compra do Palácio da Almada, ou Palácio da Independência, as correspondências não demonstravam mais movimento em relação à participação efetiva da Colônia lusitana durante os festejos de 1940.

Em discurso público pronunciado em 24 de novembro de 1940, durante a *Exposição do Mundo Português*, no recém-comprado Palácio da Independência, Souza Cruz falou do engajamento dos portugueses residentes

---

<sup>316</sup> Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fl. 72.

<sup>317</sup> Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fls. 106-107.

no Brasil. Bem ao contrário das correspondências, o pronunciamento (publicado em forma de folheto) constrói a imagem da Colônia Portuguesa residente no Brasil bem aos moldes da propaganda oficial do SPN como bem explanou Heloisa Paulo anteriormente.

Repleto de frases de efeito, a conferência de oito páginas é uma ode ao salazarismo e totalmente voltada a uma imagem que não correspondia à totalidade dos emigrantes que conviviam com Souza Cruz. Ao falar em nome dos “Portugueses do Brasil nas Comemorações dos Centenários”, Souza Cruz constrói uma exposição coletiva, mas a partir de sua visão particular. Na cerimônia que, a partir da documentação analisada, não contou com a presença de Salazar, o empresário Souza Cruz afirmava:

Comove-me ter que reproduzir neste ato, com tão humildade e apagada a voz, o eco dessa aleluia de entusiasmo, que acode aos lábios de **todos os portugueses do Brasil**, nesta hora tão desejada, em que pagamos o nosso fiel tributo a vitória e a glória das Comemorações Centenárias. [...] **Todos compreenderam** qual a lição de história pátria que se desprende, como um clarão redentor, da terra onde ele assenta, das pedras dos seus alicerces seculares [...] Dessa lição partimos **todos para um ato de vontade firme com profunda consciência, como portugueses e crentes, que todos somos**, não apenas entusiasmados pela poesia legendária do heroísmo, porque principalmente **nos inspirou e conduziu o orgulho do passado, e aquela luz nova que o presente vai alumando o nosso caminho, como farol entre tantos escolhos.**<sup>318</sup> [grifos meus]

Em sua fala, Souza Cruz não revela as dificuldades, tampouco os conflitos, e segue o ritmo do discurso oficial pensado para o típico emigrante português: saudosista (“o orgulho do passado”), admirador de Salazar (“farol entre tantos escolhos”) e da política do Estado Novo (“aquela luz nova que o presente vai alumando o nosso caminho”). Ao afirmar que se expressa em nome de milhares de portugueses espalhados pelo Brasil, na verdade Souza Cruz segue o *script* pensado pelo SPN, bem como transmite, muito mais, sua visão individual do que o olhar coletivo da Colônia luso-brasileira.

A fim de atender aos interesses dos pontos 4 e 13 da Nota Oficiosa de 1938, o Regime encontrou dificuldades e conflitos que ficaram em grande parte reservados aos bastidores das negociações políticas, tanto no que se refere à

---

<sup>318</sup> CRUZ, Albino de Souza. **Os portugueses do Brasil nas comemorações centenárias**. Lisboa: Não, 1940. p. 4-5.

participação dos membros oficiais do governo brasileiro, quanto à Colônia que, ao contrário do que se imaginava, demonstrou uma forte resistência ao modelo político estadonovista.

Por fim, no decorrer deste capítulo fica notória a diferença discursiva entre o visível e o invisível, entre o público e o privado, no que se refere ao *modus operandi* das redes políticas e sociais no referente à *Exposição do Mundo Português*. A ideia foi justamente demonstrar o poder e os mecanismos funcionais da propaganda autoritária, restringindo informações em prol da manutenção da ditadura e de uma representação idealizada de um governo popular e inclusivo aos olhos do público. Entretanto, as relações privadas certificam a forma e a operação de um típico governo impositivo, atuando de forma arregimentada no cerceamento de liberdades individuais e coletivas.

## CAPÍTULO IV

### A REINVENÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA O Congresso Luso-Brasileiro de História e a revisão historiográfica do passado colonial

*“A história dos dois povos é comum a ambos, até ao alvorecer do século XIX; e quando os dois reinos se separaram, fizeram-no em termos que não têm precedentes na História. A atitude constante de Portugal para com o Brasil, desde o dia da nossa bifurcação no vasto Mundo, é a de terna e carinhosa solidariedade. Orgulhamo-nos tão naturalmente de quanto empreenderam os nossos antepassados, como do que fizeram e têm de fazer os nossos descendentes”.*

*António Oliveira Salazar  
Nota Oficiosa da Presidência do Conselho  
Março de 1938.*

Paralelo à Exposição do Mundo Português de 1940, ocorreu em Lisboa o Congresso Luso-Brasileiro de História que contou com escritores, folcloristas, historiadores, cujo objetivo foi discutir temáticas referentes às relações entre Brasil e Portugal, principalmente no tocante à fase colonial da América Portuguesa. Entre 1º de julho e 26 de novembro de 1940, reuniram-se em Lisboa vários letrados lusos, brasileiros, holandeses, alemães e estadunidenses que trataram de temas que se estendiam entre os séculos XVI e XIX. O Congresso foi organizado em duas seções distintas e, de forma linear, dividido temporalmente da seguinte forma: “1ª Seção – Do descobrimento à ocupação da costa” e “2ª Seção – O ciclo do Ouro e dos Diamantes”.

A “1ª Seção – Do descobrimento à ocupação da costa” tratou de temas referentes ao período compreendido entre os séculos XVI e XVII, e versou acerca dos seguintes subtemas: 1- Descobrimto. As primeiras notícias e a exploração da costa. Necessidade da defesa. 2- O plano de Dom João III: ensaios e desilusões. A lição da experiência: O Governo geral. 3- A cultura da cana e o recurso à mão de obra escrava. 4- Fatores econômicos da penetração: As “descidas”; a exploração pecuária; a mineração. Primeiras “bandeiras”. 5-

Jesuítas e a conversão dos índios. Política indígena do Estado e reações dos colonos. 6- Saída dos franceses e dos holandeses. Ocupação de toda a costa.<sup>319</sup>

Já a “2ª Seção – O ciclo do Ouro e dos Diamantes” tratou de temas relacionados aos séculos XVIII e XIX, sendo dividido em: 1- As grandes “bandeiras” em seus objetivos. A intervenção do Estado e dos governos locais na organização das “bandeiras”. 2- A descoberta das minas de ouro. Providências régias sobre exploração mineira; consequências mediatas e imediatas. 3- A política externa de Portugal para defesa da integridade do Brasil. Colônia do Sacramento; tratado de 1750; tratado de Santo Idelfonso. 4- A expulsão dos jesuítas e a nova política indígena. As companhias pombalinas e a economia brasileira. 5- A Corte no Rio de Janeiro. Reino Unido de Portugal e Brasil. Separação do Brasil.<sup>320</sup>

Relacionando as temáticas do Congresso com a fala da Presidência do Conselho, na *Nota Oficiosa* de 1938, aventa-se a hipótese de que os temas foram trabalhados pelos letrados a fim de atender aos interesses políticos do Estado Novo. Visando construir um passado harmonioso entre Brasil e Portugal, os textos então escritos tentavam sepultar as relações de submissão do primeiro para com o segundo, reescrevendo um passado de cumplicidade e de irmandade entre as nações.

Chama a atenção nos documentos, a forma como são tratados temas delicados, como a Independência do Brasil e as condições políticas do período colonial. Comparando com textos da época, publicados, por exemplo, na *Revista dos Centenários*, fica evidente que a narrativa historiográfica dos autores visava muito mais a atender aos interesses de Salazar do que a uma avaliação mais crítica e menos romântica da documentação. Na investigação realizada para esta tese, foram analisados os Anais do Congresso Luso Brasileiro de História que estão disponíveis na Biblioteca Nacional de Portugal, dividido em três volumes (os volumes I e II relacionados à 1ª Seção e o volume III relacionado à 2ª Seção), contendo 1.535 páginas.

---

<sup>319</sup> CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. Programas, Mensagens e Discursos. **Anais**. v. IX, t. 1, s.1. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940.

<sup>320</sup> Idem.

Entre os autores, encontramos brasileiros de diversos estados e pertencentes às mais variadas instituições. Especificamente, o objetivo foi examinar os discursos dos letrados brasileiros, a fim de identificar como/se suas narrativas se enquadraram nos ordenamentos que visavam construir uma imagem pacificadora da relação entre Portugal e sua antiga colônia americana. A tese defendida baseia-se na hipótese de que os artigos foram fortemente influenciados pela política cultural do Estado Novo português, cristalizada na *Nota Oficiosa* de Salazar.

A escolha em trabalhar apenas com os artigos dos escritores brasileiros respalda-se em dois pontos. Primeiro pela proposta de saber quais foram os autores e de que forma a escrita destes incorporou os interesses salazaristas. Além disso, a proposta procurou saber de que forma os chamados “egrégios” brasileiros trataram os temas relacionados ao passado luso-brasileiro e elaboraram suas narrativas positivas. Por esses motivos, não se buscou um estudo de todos os autores presentes no Congresso, o que, certamente, demandaria mais tempo e um estudo específico com relação ao Congresso.

De forma semelhante ao que ocorreu em toda organização da *Exposição do Mundo Português*, durante a leitura da documentação foi possível perceber que a temática central surgida no *Congresso* foi a questão colonial, tema de grande interesse do Estado Novo não só nas décadas de 1930 e 1940 mas, praticamente, por toda gestão de Salazar, como Presidente do Conselho.

Nesse sentido, foi possível identificar que existia uma corrente historiográfica preexistente no Brasil, coerente com a visão positiva acerca da colonização da América Portuguesa, muito influenciada pela visão elaborada pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) no século XIX. Entretanto, o chamado luso-tropicalismo, atribuído à visão de Gilberto Freyre, acerca do modelo colonial português implantado no Brasil, que muitas vezes é atribuído a esse período, parece não ter sido de grande influência sobre os “egrégios” brasileiros durante a elaboração dos seus escritos.



#### 4.1. O problema colonial português: as ameaças germânicas sobre as colônias lusas na África.

A partir de 1926, a política colonial portuguesa passa a ganhar contornos mais sólidos e atuantes sobre suas possessões africanas. O chamado “Acto Colonial” de 11 de abril de 1933, já analisado anteriormente, apresenta-se como um reforço das práticas coloniais sobre a exploração econômica e a manutenção territorial das possessões portuguesas fora da Europa.

Desde o século XIX, Portugal exercia um fluxo comercial intenso com a Inglaterra, a qual possuía um forte grau de intervenção na política econômica portuguesa. Durante a década de 1920 e início dos anos de 1930, “constata-se que a Grã-Bretanha é particularmente importante como mercado de destino para os produtos portugueses: 22% das exportações portuguesas são, em média, vendidas para esse país, entre 1928 e 1930”.<sup>321</sup> Entretanto, a partir da década de 1930, mais precisamente com a oficialização do Estado Novo em 1933, Portugal passa a focar sua economia sobre suas colônias em África, o que, em grande medida, explica o reforço político a partir da promulgação do “Acto Colonial” nesse mesmo ano.

No entanto, não foram apenas fatores econômicos que atuaram na perspectiva de Portugal justificar e defender sua política colonial sobre a África. Existia de fato um forte *lobby* alemão e italiano na lógica de proceder sobre o continente africano uma nova partilha, redistribuindo os territórios e fortalecendo as influências desses países sobre as nações ricas em matéria-prima essenciais para o desenvolvimento industrial europeu. Além do mais, o domínio da África, principalmente sua possessão ao norte do Saara, seria reflexo de uma superioridade geopolítica ítalo-alemã sobre o sul da Europa, o que justificava, em 1936, a reivindicação italiana sobre as regiões norte e nordeste do continente africano.

A Itália reivindicava a região mediterrânea como esfera da sua influência. O acordo concluído entre Hitler e Mussolini, em Munique, no ano de 1937, reservava a este último o controle do sul da Europa e, mais além, do norte da África. A Itália já colonizara a Líbia. Desde 1936, as tropas italianas ocupavam a Etiópia, de Haïlé Selassié. Ao lado da Somália, italiana desde 1885, e da Eritreia, sob a mesma dominação desde 1890, a conquista da Abissínia asseguraria a constituição de

---

<sup>321</sup> ROSAS, 1998, p. 114.

uma África Oriental italiana; Mussolini pretendia unir esta última à África do Norte, em virtude das suas ambições em relação ao Egito – provocando, como resposta, o tratado anglo-egípcio de 1936 – e à Tunísia, contra a França.<sup>322</sup>

Do ponto de vista geopolítico, a posição alemã com relação à política colonial a ser desenvolvida para a África era mais preocupante para os interesses portugueses do que o projeto italiano, o qual não interferia diretamente nas possessões lusas no continente. Portanto, se colocada em prática, afetaria geopoliticamente e economicamente toda estrutura colonial portuguesa. Analisando as ambições dos países do Eixo, a historiadora Catherine Coquery-Vidrovitch aponta o quão avançado se encontrava o plano germânico de dominação da África.

No panorama geopolítico da época, “o interesse do Terceiro Reich no tocante à África começara bem antes da guerra. Aproximadamente ao final dos anos de 1930, um detalhado levantamento estatístico foi realizado pelos industriais alemães e pelos órgãos de recenseamento estatístico do Reich”.<sup>323</sup> Os estudos sobre a viabilidade de dominação da região são datados de fins da década de 1930, demonstrando um amplo interesse de Reich na região, principalmente pelas questões e as viabilidades econômicas que poderiam proporcionar um domínio – mesmo que apenas político e não geográfico – da área.

As autoridades alemãs notavam que, em 1938, a África ocupava, no mercado mundial, o primeiro posto na produção de algodão, amendoim e palma, e a segunda posição no tangente ao cacau, ao chá, ao tabaco e à banana, além de um excepcional posicionamento relativamente à sua produção mineral (diamante, ouro, cobalto, vanádio, urânio e fosfatos). Ademais, a África possuía 40% das reservas mundiais de energia hidráulica. A Alemanha estava sensibilizada com o pequeno ganho obtido pelo seu comércio de riquezas africanas. Eis a origem da ideia favorável à concepção de uma economia planificada a nortear um grande Império germânico, no qual a África seria considerada como “a área de influência, natural e histórica, da Europa [...]”. Por conseguinte, as suas mais importantes regiões (em primeiro lugar: a AEF, o Congo

---

<sup>322</sup> COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935-1980). In: MAZRUI, Ali A.; WONDI, C. (Ed.). **História Geral da África: VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 11. p. 337-376. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017. p. 342.

<sup>323</sup> COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p. 342.

belga e o sudoeste africano) deveriam ser colocadas, direta ou indiretamente, sob a direção da Alemanha”<sup>324</sup>.

Como é possível observar, além de propor uma política econômica para África, a Alemanha possuía específico interesse pelo sudoeste do continente, justamente onde se localiza Angola, uma das mais importantes colônias africanas de Portugal. Já em 1931, durante evento realizado em Paris, Portugal manifestava publicamente sua necessidade em defender sua atuação e permanência na África, mas, foi durante a *Exposição Colonial Portuguesa*, realizada na cidade do Porto em 1934, que ficou evidente a tentativa de Salazar demarcar e reforçar ao mundo europeu sua posição frente suas colônias, bem como reafirmar suas posses frente às demais potências coloniais.

O material gráfico produzido e fortemente difundido na imprensa mundial foi elaborado em idiomas como o inglês e o francês, com a finalidade de reforçar a propaganda imperial lusa sobre seus domínios ultramarinos. Assim, ao publicar seus

resumos em idioma francês e inglês contidos em publicações, como o Boletim Geral das Colônias, [os organizadores da *Exposição Colonial Portuguesa*] colaboravam demonstrando o processo de afirmação da força física do Estado face ao interesse latente de outras Nações pelos territórios portugueses ultramarinos. A demonstração de domínio e a pedagogia imperial procurava maior abrangência de públicos, incluindo dos que *cobiçavam* os territórios portugueses.<sup>325</sup>

Durante a entrevista que concedeu a António Ferro, em 1933, Salazar foi incitado pelo jornalista a responder questões referentes ao que chamou de "O problema colonial". Como se observa, esse foi um assunto que afligiu a política externa portuguesa logo após a ascensão de Hitler na Alemanha. Na sua fala, Salazar indicava qual seria a motivação para o desespero alemão acerca das colônias africanas. A entrevista seguiu um formato de pergunta e resposta, na qual Ferro indagou se o Presidente do Conselho estava ciente do interesse

---

<sup>324</sup> Ibid. p. 343.

<sup>325</sup> MARRONI, Luísa. "Portugal não é um país pequeno": A lição de colonialismo na Exposição Colonial do Porto de 1934. *Revista da FLUP* (Periódico da Faculdade de Letras. História da Universidade do Porto), Porto, série. 3, n. 4, p.59-78, dez. 2013. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11709.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2016. p. 66.

colonial da Alemanha – dando ênfase ao caso de Angola – e em seguida Salazar respondeu.

FERRO: – Tem lido o que se diz Alemanha a propósito das nossas colônias, de Angola, sobretudo?

SALAZAR: – O caso explica-se – responde-me Salazar, sem alarme, sem inquietação – Pelo fato do Tratado de Versalhes perder por desapossado a Alemanha das suas colônias que ter feito na Europa alguns cortes infelizes. Daí atitude de alguns alemães exaltados, aflitos com aumento da população do seu país, com a sua respiração de grande potência, e que se agarram, para desabafar, a todas as hipóteses, mesmo aquelas em que não se faz distinção do que é próprio e do que é alheio. O problema tem de ser acompanhado: eis tudo.<sup>326</sup>

É dentro desse panorama que se encontra Portugal por toda década de 1930, e principalmente a partir de 1938, após o acordo firmado entre Itália e Alemanha, sobre as questões relativas à atuação desses países na África. Assim, com a *Nota Oficial* publicada em 1938, Salazar passa a atuar no plano propagandístico a fim de fortalecer o “mito imperial” de Portugal, cunhado pelo Estado Novo, bem como construir uma representação pautada na ideia de Portugal como nação civilizadora e essencial ao desenvolvimento de suas colônias ultramarinas.

Uma estratégia utilizada foi colocar o Brasil como exemplo de colonização bem-sucedida, tendo em vista o Brasil se encontrar no período do Governo Vargas inserido em uma posição política e econômica de prestígio (tal qual a Argentina de Perón), no cenário geopolítico sul-americano. Não por acaso, Salazar convida o Brasil a ser hóspede de honra durante a Exposição do Mundo Português, dando-lhe destaque tanto na exposição quanto no Congresso Luso-Brasileiro de História, no qual vários letrados procuraram atender aos interesses de Salazar e produzir uma narrativa positiva sobre as relações coloniais entre Brasil e Portugal.

O problema colonial português passa a ser tratado com prioridade dentro dos festejos de 1940, buscando reforçar um posicionamento, dentro da conjuntura política europeia, a partir de uma noção civilizadora e estável construída pela propaganda portuguesa desde o ano de 1140. Essa imagem, de

---

<sup>326</sup> FERRO, António. **Salazar: o homem e sua obra**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933.p. 125-126.

certa maneira, já existia e era comungada no Brasil desde o século XIX, a partir do compartilhamento de uma perspectiva historiográfica positiva quanto à colonização da América Portuguesa.

Essa concepção produzida pela historiografia brasileira do século XIX, amplamente difundida e defendida pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, desde sua fundação em 1838, ganha adeptos em várias instituições, que passam a reproduzir e positivar essa perspectiva mesmo no século XX. Durante o Congresso Luso-Brasileiro de História, tal visão é amplamente compartilhada e defendida por letrados brasileiros que passaram a atuar em prol de uma historiografia pró-colonização, atendendo diretamente os interesses do Estado Novo salazarista.

#### **4.2. Historiografia brasileira do século XIX: a colonização lusitana como herança benfeitora e civilizatória para o Brasil**

Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla, o sangue português, em um poderoso rio deverá absorver pequenos afluentes das raças índia e etiópica. [...] com esta observação quero indicar que o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser compreendido, senão em seu nexos com as façanhas marítimas, comerciais e guerreiras dos portugueses, que de modo algum pode ser considerado como fato isolado na história desse povo ativo, e que sua importância e relações com o resto da Europa está na mesma linha das empresas dos portugueses.<sup>327</sup>

Durante a leitura dos *Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História*, destaca-se o modelo de escrita adotado pela maioria dos participantes em suas narrativas. Nessa lógica, dá à vista o arquétipo de historiografia típico do século XIX, mais precisamente o paradigma forjado por Von Martius e Varnhagen. Nesse sentido, faz-se necessário uma breve abordagem a fim de situar o leitor a respeito desse formato de discurso – adotado e difundido pelo IHGB por anos – apresentando as principais características desse tipo de relato da história. Interessante perceber que assim como Von Martius e Varnhagen, os

---

<sup>327</sup> VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a História do Brasil: dissertação. *Revista Trimestral de História e Geographia: ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p.381-403, jan. 1845. Trimestral. p. 383

historiadores do Congresso Luso-Brasileiro de História encontram as mesmas dificuldades para tratar de temas tortuosos, como o passado colonial da América Portuguesa e o processo de Independência do Brasil, em 1822.

No manual *Como se deve escrever a História do Brasil*, Von Martius, em 1835, ditava as diretrizes com as quais o historiador deveria se basear durante a escritura das narrativas históricas acerca do Brasil. No que concerne ao período colonial, Von Martius era claro quanto à visão positiva que deveria se adotar acerca da atuação portuguesa no Brasil. Em referência à raça, sua narrativa que engrandece os portugueses comparando-os a um grande rio que há de absorver as demais, Von Martius demonstra o grau de superioridade com que os colonizadores deveriam ser tratados.

Chama a atenção o fato do escritor não difamar índios e negros de forma mais acentuada, no entanto, não se encontra qualquer visão favorável, semelhante à qual descreve o domínio português. A narrativa que salienta como algo positivo a miscigenação aparece como um ponto a ser destacado, embora, como bem ressalta o historiador Ronaldo Vainfas, “o naturalista alemão priorizou a contribuição portuguesa na formação da nacionalidade brasileira e praticamente silenciou sobre o papel da ‘raça’ negra, para usar o seu vocabulário, reservando ao índio – um tanto idealizado, vale dizer – papel secundário. Mas não resta dúvida de que, já com Von Martius, a questão da miscigenação étnica e cultural estava posta”.<sup>328</sup>

Como bem frisa Ronaldo Vainfas, *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, não segue à risca o arquétipo proposto por Von Martius. Porém, como sugerido pelo companheiro alemão, reafirma a superioridade lusa, ao afirmar que realmente o Brasil deveria mesmo ser português, apresentando em sua obra fortes características “lusófila e brigantina, a louvar a restauração dos Braganças, a mesma dinastia do Imperador brasileiro seu Mecenas”. Em essência, sua história é “branca, elitista e imperial [a qual] praticamente silenciou sobre os negros”<sup>329</sup>

---

<sup>328</sup> VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. **Tempo: Revista digital de História do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, v. 1, n. 8, p.1-12, ago. 1999. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg8-1.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-1.pdf)>. Acesso em: 2 dez. 2016. p. 2.

<sup>329</sup> Ibid. p. 2-3.

No já referenciado clássico de Manoel Luiz Salgado Guimarães, o historiador aborda a questão do IHGB e o intuito dessa instituição em produzir uma historiografia do passado colonial brasileiro como fundamental para criação de um modelo de civilização dos trópicos, fazendo com que o Brasil se diferenciasse dos seus vizinhos sul-americanos, vistos como menores e, em certo ponto, bárbaros.

Manoel Salgado percebe a formação do discurso oficial sendo elaborado entre os membros do IHGB e Varnhagen. A análise dessa documentação revela dois pontos fundamentais: a elaboração de uma historiografia pacifista, com relação ao passado de dominação portuguesa, e a orquestração da narrativa a partir da proposta de se escrever a história “oficial” do Brasil fundamentada em princípios propostos por Von Martius.

Segundo Manoel Salgado, acerca do que foi proposto por Von Martius, seu "programa para a história do Brasil será, em linhas gerais, aquele que se corporificará com a publicação de *História Nacional*, de Francisco Adolfo Varnhagen. Este assim define, em carta ao imperador [...], o sentido do seu trabalho de historiador”.<sup>330</sup>

Era para ir assim enfeixando-as /as províncias/ todas e fazendo bater os corações dos de umas províncias em favor dos das outras, infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo da nação, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo [...] Em geral **busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa**, que nos beneficia com ilustrações; tratei de pôr um dique à tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas ideias soltas de nacionalidade.<sup>331</sup> [grifos meus]

Por tais características de enaltecimento, a narrativa historiográfica do século XIX está enraizada nos discursos e textos dos brasileiros que compareceram ou enviaram suas produções para o Congresso Luso-Brasileiro de História. A fala de Gustavo Barroso, durante a abertura do Congresso, é um exemplo claro da apropriação dos mitos e referenciais historiográficos que

---

<sup>330</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.5-27, dez. 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>>. Acesso em: 05 dez. 2016. p. 18.

<sup>331</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Apud. GUIMARÃES, 1988, p. 18.

seriam adotados pela delegação brasileira durante o evento. Em sua sentença, Barroso constrói a noção de patriotismo brasileiro diretamente associado a um passado de irmandade luso-brasileira, durante a fase colonial da América Portuguesa.

Como proposto no século XIX por Varnhagen, Gustavo Barroso, em sua manifestação como representante oficial da Academia Brasileira de Letras, em 1940, não faz qualquer referência negativa ao passado colonial. Se por um lado o ódio não aparece em sua fala, a exaltação ao passado luso-brasileiro aflora constantemente, numa expressão que parece remontar às clássicas narrativas historiográficas do IHGB, dos tempos de D. Pedro II. Seguindo o *Manual de história* proposto por Von Martius, Gustavo Barroso afirmou:

Herdeiro da língua - espiritual que se estende das duas margens do Atlântico ao Índico e ao Pacífico; herdeiro da civilização - atitude Cristã que tem oito séculos de história; herdeiro da cultura - forma de pensamento e de expressão enraizada na latinidade; herdeiro sobretudo da unidade Nacional portuguesa - mãe do Milagre histórico da nossa coesão nacional - o espírito do Brasil está presente a esta solene reunião do mundo português, ao qual pertence de fato e de direito pelo sangue, pela palavra e pela alma que ele foram transmitidas no passado, e pelo amor desse passado que cultua no presente.<sup>332</sup>

Carregado de uma retórica romântica, é evidente a exaltação ao passado português que Gustavo Barroso desenvolve em seu discurso. Aliás, não só ao passado colonial, mas também ao Imperial, período ao qual responsabiliza pela manutenção da unidade territorial brasileira, ideia igualmente defendida pelo IHGB no século XIX, e por boa parte da historiografia brasileira do século XX.

Gustavo Barroso concluiu seu discurso fortalecendo a acepção de irmandade defendida por Salazar na sua *Nota Oficial*. Segundo afirma, os laços brasileiros e portugueses não se desfizeram mesmo com o fim do domínio português sobre o Brasil. Para ele, em manifesta alusão ao convite feito por Salazar, “a presença oficial do Brasil nesta noite e nesta casa vem mostrar que, separado de Portugal por efeito dos corpos, o Brasil continua unido a Portugal

---

<sup>332</sup> BARROSO, Gustavo. Mensagem da Academia Brasileira de Letras lida pelo Sr. Gustavo Barroso. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. **Anais**. v.19. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940. p. 93.



por efeito do espírito imortal da civilização e da cultura, que ele deu vida e que, como faço das Olimpíadas, as gerações transmitirão umas às outras".

Impressiona a semelhança entre a fala de Barroso e a de Von Martius em 1835. Mesmo separados por mais de 100 anos, ambos creditam a Portugal a ideia de civilização, de progresso e de desenvolvimento político e institucional do Brasil. Enquanto Von Martius atendia a ordem discursiva do IHGB e de Dom Pedro II, a escrita de Barroso respaldava e legitimava a política colonial salazarista, que pretendia elaborar visões históricas positivas relativas ao modelo de administração colonial português, algo fundamental para a defesa das colônias africanas.

Ainda, chama a atenção como os interesses políticos, mesmo em épocas distintas, moldam as narrativas dos letrados que trabalham em prol da manutenção de Estados autoritários. Em 1943, Gustavo Barroso publica o livro *Portugal semente de Impérios*, relatando sua passagem por Portugal, em 1940, e alguns estudos históricos e folclóricos luso-brasileiros. O livro possui trechos explícitos de exaltação a Salazar e à Exposição do Mundo Português. Constantemente, os nomes de Salazar e Carmona vêm acompanhados de exclamações e carregados de adjetivos positivos, através de crônicas referentes ao período que frequentou várias cidades portuguesas.

O Gustavo Barroso que vemos nos documentos é uma espécie bem definida de intelectual orgânico, um porta-voz do Regime salazarista e varguista, cuja sua função não é promover a censura, como geralmente se pensa ser a função de homens da sua posição política. Nesse cenário, seu poder não está definido pelo uso da autoridade, mas pela persuasão, de produtor do discurso, em uma lógica na qual o intelectual é legitimador da rede de forças em que está inserido. Nas palavras de Michel Foucault,

Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da verdade, da consciência, do discurso.<sup>333</sup>

---

<sup>333</sup> FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Giles. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006. Cap. 4. p. 71.

Esse era o papel de Gustavo Barroso dentro do cenário do *Congresso Luso-Brasileiro de História*, bem como também foi, como veremos mais à frente, o papel desempenhado por outros intelectuais brasileiros no evento. Aliás, sua escolha como um influente membro da Comissão dos Centenários não foi tomada de forma precipitada, ao contrário. Gustavo Barroso nas décadas de 1930 e 1940 foi um incentivador assíduo de políticas autoritárias, centralizadas e hierarquizadas. Dentro do próprio governo de Getúlio Vargas, ocupou o cargo de Diretor do Museu Histórico Nacional e esteve diretamente ligado às principais políticas culturais brasileiras do Estado Novo, direta ou indiretamente.

Em *Portugal semente de Impérios*, vemos Gustavo Barroso defendendo sobremaneira o Estado Novo salazarista, a partir de um amparo da atuação lusa durante o período imperial brasileiro. Em trecho do livro, Barroso elabora um “ser brasileiro” em época colonial. Constrói uma identidade nacional brasileira para justificar uma concepção de irmandade que, na prática, não existia. Tratando da questão da Restauração de 1640, período rememorado na Exposição do Mundo Português, o intelectual cearense afirmou:

Que maior contribuição poderia dar o Brasil remoto, deserto e pobre à Restauração de 1640? A pirataria de nações estrangeiras forjara o sacrifício e na luta a alma brasiliense dessa grande época. Quando Dom João IV subiu ao seu ainda inseguro trono, os brasileiros se achavam de nuas espadas ensanguentadas na mão. Não as embainharam, enquanto lhes não a restituíram intacto o Império Português nas duas margens do Oceano. Título de glória para o Brasil!<sup>334</sup>

Em outro momento do livro, em capítulo intitulado *Flores de pedra*, Gustavo Barroso tece grandes e intermináveis elogios à Coroa Portuguesa, não somente ao período ultramarino do século XVI, como ao denominado “império ultramarino” defendido pelo Estado Novo. Neste capítulo, encontramos trechos significativos. Neles verifica-se um exercício que exemplifica a habilidade de Gustavo Barroso em unir no seu discurso, as características da historiografia brasileira do século XIX com os interesses políticos pretendidos pelo Regime durante a Exposição de 1940. O referido capítulo apresenta um discurso

---

<sup>334</sup>BARROSO, Gustavo. *Portugal semente de Impérios*. São Paulo: Editora Getúlio Costa, 1943. p. 134.

pronunciado em 13 de setembro de 1940, durante o Congresso da Ciência da População, na cidade do Porto, no qual Gustavo Barroso afirma ter atuado de forma improvisada, mas, por isso mesmo, bastante reveladora:

Porque amo enternecidamente Portugal como amo enternecidamente o meu Brasil, amando um por muito amar o outro, confundindo-os no mesmo amor. Não esqueço um só instante o esforço português na construção da minha Pátria. Foi dentro de uma formidável moldura de pedras portuguesas, erguidas em fortalezas e tempos, que nasceu e se criou o meu grande Brasil. [...] Dentro de Portugal do passado, é necessário não esquecer este Portugal do presente, formidável obra de restauração e renovação, de construção e de ordem realizada pelo gênio de Salazar, criador duma nova nação, construtor de nova estrutura política e social, garantia de um futuro grandioso e feliz.<sup>335</sup>

A noção de pátria utilizada por Gustavo Barroso se assemelha em demasia àquela utilizada pela historiografia de Von Martius e Varnhagen. Nesse caso, aparece atrelada a uma concepção de identidade nacional brasileira gestada no período colonial, dando origem ao estado republicano. É interessante perceber que a concepção do escritor não nasce de sentimentos de insubordinação à Coroa Portuguesa, nem a partir dos movimentos emancipatórios do período colonial, mas das pedras portuguesas.

Aliado a essa concepção, Gustavo Barroso não deixa de atender ao interesse de Salazar. Sem deixar dúvidas acerca da sua posição política, o erudito brasileiro faz aquilo proposto pelo Presidente do Conselho, em sua *Nota Oficiosa*: ergue seu padrão de história ao lado (e não ao contrário) da amostra lusitana de história. Da mesma forma, Gustavo Barroso não somente elabora uma visão positiva do paradigma português de colonização como ainda o justifica e afirma ser este um modelo capaz de gestar o Brasil do século, ou, nas palavras do próprio Salazar: "Que o mundo seja testemunha do que é o Brasil na história portuguesa - uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinária realização, e do que é Portugal para o Brasil - a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria".<sup>336</sup>

---

<sup>335</sup> Ibid. p. 226-228.

<sup>336</sup> PORTUGAL. Antonio Oliveira Salazar. Presidência do Conselho. Independência de Portugal: (*Nota Oficiosa* da Presidência do Conselho). **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 1, 31 jan. 1939. Mensal. p. 3.

Angela de Castro Gomes, em estudo sobre a “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo” do Brasil, traça o que seriam os perfis variados dos letrados inseridos dentro da política cultural brasileira dos anos de 1930 e da primeira metade dos anos de 1940. A partir das suas observações, é possível entender o porquê de Gustavo Barroso ter facilidade, habilidade, em articular política e letras dentro do mesmo contexto.

Contemporâneo ao quadro de intelectuais brasileiros analisados pela historiadora (aqueles que estavam inseridos dentro da estrutura cultural varguista), Gustavo Barroso fazia parte de uma cultura política que privilegiava a busca da nacionalidade dentro do passado brasileiro. Procurava-se, com isso, entender a gênese desse sentimento nacionalista que, no caso de Barroso, estava associada a uma forte influência civilizadora portuguesa.

A necessidade do passado, sua inscrição como "fonte" da nacionalidade e, por conseguinte, como bússola da política, advinha muito mais da orientação que os Hidráulicos do regime sustentavam de que não havia governos bons ou maus - não havia modelos universais -, e sim governos adequados ou não a uma realidade singular. [...] O "lugar do passado" nesta construção discursiva é crucial e, nesse "passado", o "lugar da história" é extremamente relevante.<sup>337</sup>

Na configuração das redes intelectuais que formavam o Brasil na década de 1930, outro sujeito que ganhou considerável projeção na discussão a respeito do contributo português à colonização do Brasil foi Gilberto Freyre. A partir dos escritos, passou-se à defesa do chamado luso-tropicalismo, o qual via o período colonial da América Portuguesa como algo asseverativo para o sucesso do processo de formação do Estado Nacional brasileiro. Faz notar, na sua escrita, o fato de ver a mestiçagem como uma característica positiva do modelo colonial luso. Ademais, seu lugar de fala, seu poder de persuasão e seu discurso convincente foram amplamente utilizados como justificativa para o modelo colonial português, o qual, para muitos, evitava o confronto e enaltecia a harmonia entre europeus, africanos e indígenas nativos.

---

<sup>337</sup> GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Cap. 3. p. 54-55.

#### 4.2.1. O luso-tropicalismo freyriano: o modelo colonial que funcionou

Dos chamados intérpretes brasileiros do século XX, Gilberto Freyre pode ser considerado como o mais destacado entre seus colegas de profissão. Assim como Sérgio Buarque e Caio Prado, foi amplamente estudado e discutido, e suas concepções historiográficas foram objeto de conhecimento de estudiosos como Barthes, Febvre e Braudel.<sup>338</sup> No clássico da historiografia, *Casa Grande e Senzala*, o elemento português é tomado enquanto central dentro do processo de organização administrativo da América Portuguesa.

Segundo Freyre, o modelo de gestão política lusitana transplantou para a América Portuguesa a barbárie da escravidão, mas também foi a referência capaz de processar uma colonização miscigenada e, até certo ponto, mais “pacífica” do que a colonização espanhola promoveu no Novo Mundo.

O escravocrata terrível que só faltou transportar da África para a América, em navios imundos, que de longe se adivinhavam pela inhaca, a população inteira de negros, foi por outro lado o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos. [Esteve inclinado] para cruzamento e miscigenação. Tendência que parece resultar da plasticidade social, maior no português do que em qualquer outro colonizador europeu.<sup>339</sup>

Muitos historiadores trataram a questão historiográfica de Gilberto Freyre com mais propriedade e maior atenção do que aqui se propõe. Trazer Freyre e sua interpretação luso-tropicalista à tona faz-se necessário para compreender que haviam visões diferentes da de Gustavo Barroso, durante a década de 1930. No plano intelectual, Freyre destacava-se por seu modelo metodológico diferenciado, fugindo da concepção positivista de história e interpretando o cotidiano de forma mais crítica e antropológica.

O Historiador Peter Burkner sugere que Freyre foi um predecessor dos *Annales*, adotando métodos e fontes de análise que só tempos mais tarde os *Annales* apresentariam ao mundo. Para Burke, o uso variado de fontes, de interpretação do cotidiano, da vida familiar, da vida privada e sua relação com o

---

<sup>338</sup> REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. v. 1. p. 51.

<sup>339</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. p. 265.

público, são tipicamente características dos *Annales*, que aparecem em Freyre antes dos seus colegas franceses.

Em 1930, quando Freyre começou a trabalhar em Casa-grande & senzala, Bloch e Febvre ainda não tinham estabelecido suas reputações internacionais e Fernand Braudel, um mestre-escola na Argélia, era ainda virtualmente desconhecido. Foi somente no final da década de 30, quando Braudel veio à USP, que ele e Freyre encontraram-se e descobriram seus interesses em comum.<sup>340</sup>

Constantemente utiliza-se Freyre e seu luso-tropicalismo para justificar o modelo colonial português, principalmente a partir da década de 1940. Entretanto, sabe-se que em *Casa Grande e Senzala* já existe uma crítica positiva do escritor pernambucano para com os portugueses. Para o sociólogo Jessé Souza,

Toda a análise de Casa-grande e senzala é dependente e decorrente da opinião singular de Freyre acerca do português. É o português o elemento principal, sob vários aspectos, do processo sincrético de colonização brasileiro. Antes de tudo, ele é o elemento dominante nos aspectos da cultura material e simbólica. É ele o motor e idealizador de todo o processo e é dele a supremacia militar. Se esse elemento a tal ponto dominante não carregasse em si próprio os germes da cultura que aqui iria se desenvolver, toda a argumentação de Freyre perderia em plausibilidade.<sup>341</sup>

Há de se concordar com o raciocínio de Jessé Souza por dois motivos. Ao colocar a figura do português como central, Freyre realmente estava demonstrando a superioridade bélica, colonial e administrativa de Portugal. Com importante *know-how*, no que se refere a projetos colonizadores com base na agricultura, os portugueses já praticavam esse modelo de exploração na África, e sua aplicação no Brasil demonstraria o sucesso de suas incursões exploratórias do outro lado do Atlântico. Em síntese, *Casa Grande e Senzala* é mais do que a supremacia imponente do branco europeu sobre o negro africano.

---

<sup>340</sup> BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 2, n. 9, p.1-12, out. 1997. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86687>>. Acesso em: 3 dez. 2016. p. 5.

<sup>341</sup> SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 1, n. 12, p.69-100, maio 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n1/v12n1a05.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2016. p. 76.

É exatamente no ponto de encontro do português e do negro que Freyre cria o drama social do Brasil colônia. O ponto problemático é a afirmação simultânea de desigualdade despótica, que a relação escravo/senhor propicia, com intimidade e até, em alguns casos, afetividade e comunicação entre as raças e culturas. Nesse ponto, urge a discussão do que afinal constituiria a especificidade da escravidão brasileira. De onde ela vem, como e porque ela se distinguiria de outras sociedades escravocratas.<sup>342</sup>

Talvez, por esse motivo, não encontremos nos artigos apresentados no Congresso Luso-Brasileiro de História as características luso-tropicalistas freyrianas. Os textos analisados são mais factuais, mais afeitos às visões oficiais da história portuguesa do que propriamente uma abordagem sociológica. Embora seja constantemente associado ao salazarismo, será apenas na segunda metade da década de 1950 que Freyre se aproximará do Regime estadonovista.

Tal explicação se dá pelo fato de Freyre entender que uma das características mais marcantes do processo colonizador português foi sua capacidade de miscigenação, de aglutinar culturas diferentes e que essa característica não havia sido criada no Brasil: Freyre constantemente relembra o fato dos portugueses serem fruto da miscigenação entre o europeu e o mouro. A historiadora portuguesa, Cláudia Castelo, interpreta o momento de transição entre a negação e a aceitação do luso-tropicalismo freyriano devido à mudança e as motivações políticas vividas pelo Estado Novo português.

O Estado Novo, nos anos 30 e 40, ignorou ou rejeitou as teses de Freyre, devido à importância que conferiam à mestiçagem biológica e cultural, à herança árabe e africana na génese do povo português e das sociedades criadas pela colonização lusa. [...] A partir de meados dos anos 50, verifica-se um esforço sistemático por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros de doutrinação dos diplomatas portugueses no lusotropicalismo. O objetivo é muni-los de argumentos (supostamente) científicos, capazes de legitimar a presença de Portugal em África e na Ásia. Paralelamente, assiste-se à penetração do lusotropicalismo no meio académico e científico. A adesão de vários académicos ao lusotropicalismo esconde, nalguns casos, uma consciência crítica relativamente ao que, de facto, se passava nas colónias portuguesas.<sup>343</sup>

---

<sup>342</sup> Idem.

<sup>343</sup> CASTELO, Cláudia. Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. **Blogue de História Lusófona: IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical**, Lisboa, p. 261-280, set. 2011. Disponível em: <<http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=17451>>. Acesso em: 25 nov. 2016. p.272

Como se percebe, o uso político dos conceitos freyrianos vai mudando de acordo com os interesses políticos determinados por Salazar. Segundo Cláudia Castelo, a apropriação do luso-tropicalismo aconteceu durante a década de 1950, para justificar a colonização portuguesa na África após a Segunda Guerra Mundial, período no qual a ideia de miscigenação dos povos, de circulação cultural e de boas relações, passou a prevalecer. Não custa lembrar que o Ocidente venceu o autoritarismo e implantou “seu modelo” de democracia: novos tempos sugerem novos discursos e novos comportamentos frente à comunidade internacional.

De fato, a escrita de Freyre apresenta constantemente, durante o terceiro capítulo de *Casa Grande e Senzala*, a forte influência moura sobre a formação identitária lusitana. Inclusive, Freyre afirma que a característica da facilidade de miscigenação da colonização portuguesa possui íntimos laços com a característica moura da formação do português colonizador.

A dualidade na cultura e no caráter dos portugueses acentuaram-se sob o domínio mouro; e uma vez vencido o povo africano persistiu sua influência através de uma série de efeitos da ação e do trabalho dos escravos sobre os senhores. A escravidão a que foram submetidos os mouros e até moçárabes, após a vitória cristã, foi o meio pelo qual se exerceu sobre o português decisiva influência não só particular do mouro, do maometano, do africano, mas geral, do escravo. [...] O que a cultura peninsular, no largo trecho em que se exercer o domínio árabe ou mouro – ou onde se verificou a escravidão de cativos africanos, uma vez revezados os papéis de senhor e de escravo – guardou da cultura dos invasores é o que hoje mais diferencia individualiza esta parte da Europa.<sup>344</sup>

Essa visão não aparece em hipótese alguma nos artigos apresentados por brasileiros no Congresso, ao contrário, tudo que se buscava com a Exposição do Mundo Português era sepultar essa dualidade descrita por Freyre e implantar uma identidade europeia e cristã. Reforça-se, durante as apresentações, a tradição cristã e sua superioridade e importância na formação do Estado Nacional português, inclusive colaborando com a expulsão moura no século XII. Aliás, a expulsão moura e o restabelecimento da ordem cristã foram dois dos elementos centenários comemorados durante a Exposição do Mundo Português; o ano de 1140 marcou esse momento da história portuguesa como a

---

<sup>344</sup> FREYRE, Ibid. p. 285-286.



Independência da nação frente à invasão estrangeira e à retomada do território ibérico pelos cristãos.

Desse modo, ao apresentar a visão freyriana e seu luso-tropicalismo bastante associado ao salazarismo, a intenção foi demonstrar que sim, ele teve sua associação, mas somente a partir da década de 1940, quando houve um revés da política externa do Estado Novo, com relação ao seu discurso acerca das suas colônias africanas após a Segunda Guerra Mundial. Portanto, embora já existente na escrita de Freyre desde os anos 30, é importante frisar que sua visão de miscigenação não agradava ao Regime salazarista, em período anterior ao ano de 1940. Logo, entende-se que sua influência sobre a representação brasileira, criada para a Exposição do Mundo Português – assim como no decorrer do Congresso Luso-Brasileiro de História –, não possuía qualquer relação com a interpretação psicocultural e sociológica proposta por Freyre, em *Casa Grande e Senzala*.

Cem anos após a publicação de Varnhagen e Von Martius, o *script* seguido pelos participantes brasileiros do Congresso Luso-Brasileiro de História estava mais carregado desses genes do que propriamente da visão positiva de Freyre, sobre a atuação portuguesa na América Portuguesa. Vale ressaltar que em 1940, Freyre publicara o livro *O mundo que o português criou*,<sup>345</sup> o que nos faz pensar que suas ideias já estavam em circulação entre os letrados brasileiros, mas que mesmo assim não foram replicadas nos artigos escritos para o Congresso Luso-Brasileiro de História.

Sabendo que os letrados da década de quarenta possuísem conhecimento dos escritos de Freyre sobre o luso-tropicalismo, como se perceberá, o perfil adotado pelos estudiosos brasileiros que participaram do evento tendeu consideravelmente para uma visão pró-Portugal, evitando-se o conflito e construindo a harmonia no lugar do conflito; principalmente em temas espinhosos, como a colonização escravocrata e a independência do Brasil, em 1822.

---

<sup>345</sup> FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou**: aspectos das relações sociais do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

### 4.3. Que falem os egrégios em prol do Estado Novo: a participação dos letrados brasileiros no Congresso Luso-Brasileiro de História

Já discutido em capítulo anterior, a *Nota Oficiosa* da Presidência do Conselho conclamava letrados brasileiros, os denominados egrégios da cultura nacional, a prestigiarem em massa os eventos da Exposição do Mundo Português, mais precisamente a participarem do Congresso Luso-Brasileiro de História, que seria realizado entre julho e dezembro de 1940. Assim, antes de iniciar a atuação brasileira nesse evento, faz-se necessária uma explicação sobre o processo de organização do Congresso, bem como as diretrizes que foram adotadas para a ida dos egrégios a Portugal.

O primeiro contato de Salazar, se referindo à participação dos intelectuais brasileiros durante os eventos de 1940, ocorreu de forma clara na *Nota Oficiosa*, quando pediu ao Brasil: “nos mande, no maior número, os mais egrégios dos seus filhos, em romagem patriótica e cívica”.<sup>346</sup> Assim, durante as reuniões administrativas de 1939, realizadas pela *Comissão dos Centenários*, presididas por Júlio Dantas e dirigidas por António Ferro, foram-se aventadas as condições para a participação dos egrégios brasileiros durante o evento.

Entretanto, a leitura do “Relatório sobre as projetadas comemorações de 1939-1940”, constante no acervo da Torre Tombo, não revela as pretensões iniciais a respeito da participação dos brasileiros nos eventos da Exposição e do Congresso. É muito curioso perceber que esse é o documento mais antigo que consta no dossiê em relação à Exposição do Mundo Português, datado de 24 de fevereiro de 1938, assinado por Ferro, e mesmo assim não traz nenhuma referência relativa à participação especial do Brasil nos eventos.

É possível sinalizar que, a presença do Brasil foi sugerida no mesmo dia, mas de forma paralela e não oficial, pelo diplomata e embaixador Alberto de Oliveira. Pois, em carta da mesma data, 24 de fevereiro, mas claramente posterior à reunião com António Ferro, Alberto de Oliveira envia comunicado a Salazar relatando os andamentos do encontro do que ele chamou de “Comissão

---

<sup>346</sup> PORTUGAL. Antonio Oliveira Salazar. Presidência do Conselho. Independência de Portugal: (*Nota Oficiosa* da Presidência do Conselho). **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 1, p.2-7, 31 jan. 1939. Mensal.

Preparatória”. Nas suas palavras, vemos um homem um tanto quanto contrariado pela ausência do Brasil no decorrer dos festejos de 1940.

De forma bastante íntima, Alberto de Oliveira datilografa para Salazar apressadamente – como bem indicam os erros corrigidos de caneta tinteiro –, enfatizando longamente e justificando a necessidade de se contar com o Brasil, sem falta, durante as comemorações Centenárias, inclusive indicando Gago Coutinho como intermediário direto entre Lisboa e o Rio de Janeiro.

Lisboa, 24 de fevereiro de 1938.  
Exmo. Snr. Presidente do Conselho.

Lá terminamos os trabalhos da comissão Preparatória do centenário de 1940, conforme vossa excelência verá pelo relatório de António Ferro elaborou e lhe vai o urgentemente submeter. O menu ficou ainda muito substancial, apesar dos cortes que se lhe fizeram. Todos foram com corpos na mesma necessidade de se convidar o Brasil a tomar parte, ao nosso lado, nas festas, e o seu presidente a assistir a elas, E nos melindres que temos de respeitar para que o Brasil, não só aceite, mas venha com sincero interesse e até desvanecimento. Se V.E. concordar, Não há tempo a perder, porque ele [o almirante Gago Coutinho]Parte na primeira quinzena de Março, e não há senão bem que o Brasil seja convidado antes de mais ninguém, embora semi-oficial e mesmo confidencialmente.<sup>347</sup>

Não se sabe a resposta de Salazar ao comunicado de Alberto de Oliveira, que veio a morrer em 23 de abril de 1940. Mas, em documento constante do acervo de Salazar, logo após o comunicado de Alberto de Oliveira, encontra-se o que parece ser um esboço, em três laudas, do que mais tarde viria a ser o Ponto 4 da *Nota Oficiosa* de Março de 1938. Contudo, diferentemente do que consta nesse documento, o rascunho traz como ponto interessante a conclamação dos egrégios e “à frente deles, o seu Chefe de Estado, a quem nos empenhamos em acolher com galas não menores que as prestadas ao Presidente da nossa República, quando, primeiro entre os chefes de povos das antigas metrópoles, visitou a América e o Brasil, na data do seu memorável centenário”.<sup>348</sup>

A partir de então, entra em cena o principal ordenamento político referente às comemorações centenárias de 1940: a *Nota Oficiosa* data de março de 1938. Nas pesquisas que se sucederam, não foi possível encontrar o motivo

---

<sup>347</sup>Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fl. 29.

<sup>348</sup>Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fl. 33.

para em tão pouco tempo inserir o Brasil como “referência especial”<sup>349</sup> dos festejos, ratificando que não se podia “dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e ativo do Brasil”.<sup>350</sup> Aguça muito a curiosidade, saber em que momento o Brasil foi incluído na programação. Infelizmente a documentação consultada não ajudou nesse quesito.

Ainda nesse capítulo, assim como em outros, aventou-se e defendeu-se a partir da documentação apresentada e analisada, a hipótese de que tal convite estava relacionado às questões problemáticas das colônias portuguesas africanas. Além disso, o fato do Brasil despontar como uma liderança na América do Sul, a presença de letrados simpatizantes do Regime salazarista, são outros fatores que devem ser considerados como fatores fundantes para Portugal buscar aproximação política com sua ex-colônia. Ao encontrarmos um membro do corpo diplomático solicitando a inclusão do Brasil nos festejos de 1940, reforça-se a hipótese, de que a Chancelaria lusitana estava preocupada com as questões e pressões ítalo-alemãs, sobre a África.

Outra hipótese a ser considerada nesse processo de aproximação pode estar relacionada à possibilidade no aumento das relações econômicas com o Brasil, visto a instabilidade europeia (econômica e política), tanto por conta da ascensão das políticas territoriais promovidas pelos regimes fascistas, quanto com a aproximação da Segunda Guerra Mundial. Dada essa conjuntura, o Brasil poderia parecer a Portugal como um aliado mais geral e um parceiro a ser considerado fora do Velho Mundo.

Em 18 de outubro de 1939, meses após a *Nota Oficiosa*, um documento oficial foi entregue ao Gabinete da Presidência do Brasil, apresentado em caráter “Confidencial”, traz o seguinte assunto: “Comunicações directas entre as estações radio-telegráficas dos Ministérios da Marinha do Brasil e de Portugal”. O documento trata de proceder uma comunicação direta entre o Palácio do Catete, – através de estação “privativa da Presidência da República Brasileira” – junto ao Governo Português, com objetivos específicos:

- a) – o serviço respeitante à preparação do Brasil nas comemorações centenárias, especialmente à Exposição;

---

<sup>349</sup> PORTUGAL. Antonio Oliveira Salazar. *Idem*.

<sup>350</sup> *Idem*.

b) – propaganda mútua, com o objetivo de uma maior aproximação dos dois povos, e notícias referentes às comemorações centenárias.

(Este serviço poderia ser entregue aos organismos próprios no Brasil e em Portugal (Secretariado de Propaganda) que ficariam assim em ligação).

18-10-939<sup>351</sup>

Oficialmente, o vínculo que foi estabelecido denota que ambos os governos estavam em contato e tratavam a atuação do Brasil nos Centenários como prioridade, incluindo conexão direta e confidencial entre o Catete e o governo de Lisboa. Da mesma forma, deu-se primazia aos serviços de Propaganda, para que atuassem em contato direto um com o outro, para tratar das questões políticas e de interesse propagandístico dos países.

Entretanto, a historiadora Lúcia Guimarães, em um cuidadoso trabalho com fontes relacionadas à diplomacia brasileira, expõe o cenário complexo em que se encontravam as relações diplomáticas entre o Estado Novo português e seu homônimo brasileiro. Analisando os ofícios brasileiros referentes à Comemoração dos Centenários, a historiadora demonstra como Getúlio Vargas atuou de forma a estabelecer um controle político sobre a contribuição de letrados brasileiros e instituições produtoras de saber, em eventos estrangeiros.

De acordo com a documentação analisada, Lúcia Guimarães percebeu que as relações entre o IHGB, a Universidade do Distrito Federal e a Academia Brasileira de Letras (ABL) cessaram-se abruptamente, deixando seus interlocutores de atender aos interesses da Comissão dos Centenários, chefiada por Júlio Dantas, em Portugal. A atuação de Vargas ocorreu a partir de tomadas de decisões distintas, mas correlacionadas. Na primeira delas,

Getúlio Vargas assinara o Decreto-lei nº 1410, que concedia a abertura de crédito especial ao Ministério das Relações Exteriores, no valor de três mil contos de réis, para atender a todas as despesas relacionadas com a representação brasileira nas Comemorações Centenárias. Donde se pode concluir que, no âmbito do Congresso Luso-Brasileiro, dispensava-se o pagamento dos custos de viagem e estadia dos participantes, oferecido pelos organizadores na primeira correspondência enviada ao IHGB e à ABL.<sup>352</sup>

---

<sup>351</sup> Acervo Torre do Tombo. Arquivo Salazar, PC-22 cx. 524, pt. 2. fl.21.

<sup>352</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. À sombra das Chancelarias: a preparação do Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 437, n. 168, p.49-66, dez. 2007. Trimestral. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-437/item/108089-a-sombra-das-chancelarias-a>>

A partir do referido Decreto, Vargas passou a estabelecer limite direto sobre a participação dos brasileiros nas Comemorações Centenárias, inclusive ratificando o corte das despesas portuguesas para o envio dos egrégios, deixando a critério do Governo Brasileiro a escolha dos nomes. Essa hipótese é em seguida reforçada por um movimento político na tentativa de um rígido controle absoluto, tanto sobre os nomes que passariam a figurar no evento de 1940, quanto pela restrição de informações que seriam monitoradas a partir do Catete.

Logo em seguida, Vargas instituiu a Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses e instalou-a no Palácio do Catete, sob as suas vistas e debaixo das ordens do general Francisco José Pinto, chefe da Casa Militar da Presidência da República. Meses mais tarde, em 5 setembro, baixou o Decreto-lei no 1565, que regulamentava a nomeação de delegados do Brasil a congressos, conferências e reuniões internacionais e dava outras providências. O dispositivo fixava que as convocações dos governos estrangeiros para eventos dessa natureza só poderiam ser endereçadas ao ministério das Relações Exteriores; tornava ainda obrigatório encaminhar à chancelaria os convites pessoais recebidos por autoridades, funcionários e outros interessados, para emitir parecer a respeito, cabendo as designações ao presidente da República, mesmo que a viagem não acarretasse ônus para o Tesouro Nacional.<sup>353</sup>

Com base nessa interpretação, passa-se a entender o motivo do caráter confidencial (datado de 18 de outubro de 1939) relacionado às trocas de informações entre o Catete e o governo de Lisboa. As comunicações diretas passaram, em verdade, a ser parte do controle oficial do Governo Brasileiro referente às ações de Júlio Dantas e sua Comissão dos Centenários, em Lisboa. Correlacionando a análise e a documentação apreciada pela historiadora Lúcia Guimarães com o documento confidencial, pode-se concluir que Vargas não estava satisfeito com dois pontos: tanto com a falta de autonomia do Governo Brasileiro, quanto à sua participação no evento, quanto com a interferência de Júlio Dantas em assuntos que deveriam ser tratados com membros oficiais do Governo.

---

preparacao-do-congresso-luso-brasileiro-de-historia-lisboa-1940.html>. Acesso em: 13 dez. 2016. p. 57.

<sup>353</sup> Idem.

Dentre os enredados, o Reitor da Universidade do Distrito Federal, Afrânio Peixoto, aparentemente foi um dos maiores problemas nas relações diplomáticas entre Vargas e a Comissão dos Centenários. Ativo na organização e aliado de primeira hora de Júlio Dantas, Afrânio Peixoto não era benquisto pelo governo brasileiro. Em correspondência confidencial, o Embaixador de Portugal no Brasil, Martinho Nobre de Melo, informava a Salazar, 28 de abril de 1940, “o desagrado do governo brasileiro diante de um convite feito a José Lins do Rego, qualificado como romancista da esquerda, e menciona uma sugestão, atribuída a Osvaldo Aranha, para que no seu lugar fossem convocados intelectuais católicos da nova geração”.<sup>354</sup> Em seguida, de forma mais direta, alerta Salazar sobre o desagrado de Vargas ao saber do envolvimento intenso de Afrânio Peixoto na organização do evento.

[...] Tenho o dever de informar o seguinte: conversando acerca personalidades brasileiras que irão participar nossas comemorações ministro Osvaldo Aranha (...) informou-me intencionalmente que presidente Vargas sabe de fonte segura que professor Afrânio sempre adotou em Portugal atitude profundamente hostil governo sua pátria como propalou graves falsidades ofensivas honra pessoal daquele presidente.<sup>355</sup>

Com o firme cerceamento e controle sobre a ida dos brasileiros ao Congresso Luso-Brasileiro de História, o evento tornou-se algo decepcionante e ao mesmo tempo pífio. Apenas quatro brasileiros da Comitativa oficial compareceram efetivamente ao Congresso, sendo eles, “os presidentes do Instituto Histórico e da Academia Brasileira de Letras, respectivamente, José Carlos de Macedo Soares e Celso Vieira. A esses nomes seguiam-se os de Pedro Calmon (diretor da Faculdade de Direito, sócio do IHGB e da Academia Portuguesa da História); de Emilio Souza Docca (militar e sócio do IHGB); de Didio Iratim Afonso da Costa (militar e diretor do Arquivo da Marinha e historiador militar); de Gustavo Barroso (diretor do Museu Histórico, membro do ABL e do IHGB); de Oswaldo Orico (membro da ABL e diretor do Departamento) e de

---

<sup>354</sup> Ibid. p. 60.

<sup>355</sup> Martinho Nobre de Melo. Telegrama confidencial dirigido por (...) ao presidente do Conselho Antonio de Oliveira Salazar, datado do Rio de Janeiro, 29/4/1940. Arquivo Histórico-Diplomático MNE. *Centenários*. Processo 52, 114, 1940. 3º Piso. A1, Maço 956. *Apud*. GUIMARÃES, 2007, p. 61.

Eugênio de Castro (militar, sócio do IHGB e autor de trabalhos sobre história da navegação), sendo que os três últimos já estavam em Lisboa, por força da Exposição”.<sup>356</sup>

Em virtude dessa crítica negociação, o Congresso Luso-Brasileiro de História, embora tenha figurado em três grossos volumes de textos, contendo mais de mil e quinhentas páginas de artigos, na prática restringiu-se a poucos representantes brasileiros. Todavia, a análise dos artigos enviados e lidos durante o Congresso é fundamental para entender e perceber a influência do discurso político sobre a produção cultural desses letrados. É nesse sentido que a análise discursiva dos textos ajuda na composição de um Portugal irmão, uma nação fundamental para a construção de grandes pátrias como o Brasil. Fazia-se necessário dizer isso ao mundo.

#### **4.3.1. Graças ao colonizador: a reescrita do passado colonial da América Portuguesa**

Em seu *A arqueologia do saber*, Michel Foucault, ao tratar da questão do método e sua importância na análise discursiva, desperta o interesse para um fenômeno muitas vezes aceito, mas pouco diligenciado durante o trabalho com fontes ou mesmo na análise dos conceitos. Constantemente, as conjunturas são montadas em nome de uma coerência que nem sempre ocorreu, que na verdade tem uma emergência (e não uma origem) em dado momento da história como forma de justificar as tomadas de ações de um grupo, de um indivíduo etc.

Nesse processo denunciado por Foucault, passa a ser importante na análise empreendida “libertar-se de todo um jogo de emoções que diversificam, cada um a sua maneira, o tema da continuidade”.<sup>357</sup> Sair da lógica de que a unidade discursiva, a coerência de uma narrativa, sobretudo no processo historiográfico, não tem relação com os interesses do autor, com o regime de historicidade em que está inserido no momento de sua escrita é essencial para

---

<sup>356</sup> Ibid. GUIMARÃES, 2007, p. 65.

<sup>357</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 25.



compreender como determinadas narrativas historiográficas são produzidas a fim de validar a visão política de um grupo no qual o letrado está relacionado.

Para Foucault, a ideia de continuidade pressupõe que existam interesses que silenciem lacunas ou evitem o conflito. Ao se promover uma arqueologia conceitual, ou mesmo de uma determinada mentalidade que se apresenta como soberana e indiscutível, deve-se atuar de forma cuidadosa sobre isso, é necessário trazer à tona as condicionantes que construíram tal unidade, pois assim saber-se-á quais relações “obscuras” foram responsáveis pela elaboração de um discurso de legitimidade que se diz inquestionável.

É preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços, cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos.<sup>358</sup>

Assim sendo, verificamos que os *Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História* tornam-se um exercício daquilo proposto por Foucault. Permeado de referências políticas, o exercício de arqueologia sobre essas fontes torna-se curioso e ao mesmo tempo revelador, pois, como foi tratado nos capítulos anteriores, é possível perceber a influência da *Nota Oficiosa*, do discurso oficial e de toda uma gama de elementos propagandísticos nos trabalhos apresentados durante o Congresso. Na tabela abaixo é possível identificar os letrados, seus temas, recortes temporais e, em alguns casos, seus respectivos lugares de fala na época do evento.

---

<sup>358</sup> Ibid. p. 26.

**TABELA 1:** Distribuição das apresentações dos letrados brasileiros durante o Congresso Luso-Brasileiro de História. A lista contém o nome dos autores dos artigos, de acordo com os Anais do evento, e não dos apresentadores.

	<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO APRESENTAÇÃO</b>	<b>PERÍODO ABORDADO</b>	<b>INFO. COMPLEMENTARES</b>
1	A. L. Pereira Ferraz	Américo Vespucci e o nome da América (TOMO I, Seção I, p. 49-64)	América Colonial	
2	Afonso de Tunay	A reintegração de S. Paulo no Império Colonial Português, em 1641, e o episódio de Amador Bueno da Ribeira (TOMO I, Seção I, p. 267-288)	Colônia	Museu Paulista
3	Afonso T. Bandeira de Melo	O Plano de João III – Ensaio e desilusões (TOMO I, Seção I, p. 135-151)	Colônia	
4	Armando Magalhães Corrêa	Primeiro Núcleo fundado pelos portugueses no Brasil (TOMO I, Seção I, p. 103-118)	Colônia	Museu Histórico Nacional
5	Augusto Lima Júnior	- O ouro das Minas Gerais (TOMO II, Seção II, p. 357-369) - O descobrimento das Minas Gerais (TOMO II, Seção II, p. 371-388) - A grande invasão das Minas Gerais (TOMO II, Seção II, p. 389-397) - A formação social nas Minas Gerais (TOMO II, Seção II, p. 399-411)	Colônia	Academia Mineira de Letras
6	Augusto Tavares de Lyra	Independência do Brasil (TOMO III, Seção II, p. 87-93) O Parlamento no Brasil durante o Império (TOMO III, Seção II, p. 175-183)	Independência Império	IHGB Rio Grande do Norte
7	Aureliano Leite	Amador Bueno/ Os cabrais eram agigantados (TOMO I, Seção I, p. 483-495)	Colônia	Academia Paulista de Letras
8	Basílio de Magalhães	- A lenda de Sabarábuçú (TOMO II, Seção II, p. 57-66) - Espinosa e Aspilecueta Navarro (TOMO II, Seção II, p. 67-78) - As entradas e as bandeiras (TOMO II, Seção II, p. 79-83)	Colônia	
9	Braz do Amaral	Pródromos da Independência e da República no Brasil (TOMO III, Seção II, p. 65-76)	Independência República	IHGB
10	Brito Machado	O Império – síntese do primeiro e segundo reinado – A República (TOMO III, Seção II, p. 163-174)	Império República	
11	Celso Vieira	D. João VI, o fundador (TOMO II, Seção II, p. 441-450)	Império	
12	Clado Ribeiro de Lessa	A odisseia de Francisco Barreto de Meneses (TOMO I, Seção I, p. 389-395)	Colônia	
13	Dante de Laytano	O português dos Açores na consolidação moral e social do domínio lusitano no extremo sul do Brasil (TOMO II, Seção II, p. 341-356)	Colônia	
14	Edgar Luís Duque Estrada	Quatorze e vinte um: datas que o Brasil esqueceu (TOMO II, Seção II, p. 451-457)	Império	

15	Elói de Moura	Um reparo na história do Brasil (TOMO II, Seção II, p. 429-439)	Império	
16	Gustavo Barroso	A formação da consciência nacional no Brasil (TOMO III, Seção II, p. 45-63)	Colônia Império	Museu Histórico Nacional Ceará/Rio de Janeiro
17	Guy de Holanda	Nota prévia sobre as origens ideológicas da Inconfidência Mineira (TOMO III, Seção II, p. 23-36)	Colônia	
18	João Borges Fortes	- Tratado de 1750 – Gomes Freire de Andrade, o General (TOMO II, Seção II, p. 321-327) - Influência portuguesa na evolução do Rio Grande do Sul (TOMO II, Seção II, p. 413-416)	Colônia	
19	João Dornas Filho	Arcaísmos ainda correntes no português falado no interior do Brasil (TOMO III, Seção II, p. 347-355)	Linguística	IHGB Minas Gerais
20	Leopoldo Feijó Bittencourt	A influência do meio português na formação da mentalidade do Patriarca da Independência do Brasil (TOMO III, Seção II, p. 77-86)	Independência Império	IHGB
21	Lindolfo Gomes	- Maires e Perois (TOMO III, Seção II, p. 343-345) - O “Esmeraldo” de Duarte Pacheco (TOMO III, Seção II, p. 357-360)	Colônia	Academia Mineira de Letras Minas Gerais
22	Luís da Câmara Cascudo	O mais antigo marco colonial do Brasil (TOMO I, Seção I, p. 119-127)	Colônia	Rio Grande do Norte
23	Luís Viana Filho	O trabalho do engenho e a reação do índio – estabelecimento da escravidão africana (TOMO II, Seção II, p. 11-29)	Colônia	IHGBahia Bahia
24	Mário Magalhães	João Fernandes Vieira, o primeiro aclamador da Liberdade (TOMO I, Seção I, p. 379-388)	Colônia	
25	Raul Correia Bandeira de Melo	O resguardo da Colônia (TOMO II, Seção II, p. 225-240)	Colônia	
26	Renato Mendonça	Antecedentes da Política Portuguesa na América (TOMO II, Seção II, p. 477-485)	Colônia	Diplomata Itamaraty Alagoas
27	Saldino de Gusmão	O descobrimento do Brasil. As primeiras notícias e a exploração da costa (TOMO I, Seção I, p. 77-102)	Colônia	
28	Sérgio Correia da Costa	A diplomacia europeia e a sucessão de D. João VI (TOMO III, Seção II, p. 119-147)	Colônia Império	Diplomata Itamaraty
29	Sousa Docca	A capitania de São Pedro (TOMO II, Seção II, p. 241-290)	Colônia	Rio Grande do Sul
30	Virgílio Correia Filho	Luís de Albuquerque – fronteiro insigne (TOMO II, Seção II, p. 209-224)	Colônia	Mato Grosso/Rio de Janeiro IHGB
31	Walter Spalding	Resposta a uma arrogância (TOMO I, Seção I, p. 415-421)	Colônia	Rio Grande do Sul

Verificando os Anais e os comparando ao volume dedicado aos *Programas, Mensagens e Discursos* produzidos durante o Congresso, chegamos aos seguintes números. Foram apresentados (mesmo sem os autores estarem presentes) 31 trabalhos (ver TABELA 1), dos quais: 20 artigos tratam exclusivamente do período colonial da América Portuguesa; dois artigos analisam a transição colônia/império; três artigos trabalham exclusivamente com o período imperial brasileiro; dois versam acerca da relação entre independência do Brasil e período imperial; um faz a relação entre independência do Brasil e período republicano; um artigo trata da questão linguística no período colonial brasileiro e um aborda, sobretudo, a América colonial e os trabalhos promovidos por Américo Vespúcio.

Como referido, o objetivo proposto foi analisar os artigos apresentados por esses brasileiros durante o *Congresso Luso-Brasileiro de História*, procurando avaliar os discursos empregados nos artigos a fim de perceber a relação existente entre a política cultural salazarista (empregada e ordenada na Exposição do Mundo Português, pela propaganda oficial do SPN) e a reconstrução do passado colonial e imperial brasileiro. Ao examinar a documentação, procurou-se entender como os letrados brasileiros construíram a ideia de um passado harmonioso entre colônia e metrópole, bem como remediaram questões conflituosas como a independência do Brasil em 1822 e os movimentos separatistas ocorridos na América Portuguesa.

Como visto, a maioria dos trabalhos expostos fazem referência ao período colonial da América Portuguesa. De forma geral, os escritos apresentados tratam especificamente de momentos, feitos, e heróis portugueses e “brasileiros” que atuaram de alguma maneira em relação aos interesses da Coroa, tanto no que diz respeito à defesa do território quanto no apoio às tomadas de decisão política do governo lisboeta. Na análise documental, percebe-se que todos foram unânimes em construir a colonização portuguesa como positiva, mesmo que os setores valorizados variem, no tocante aos diversos artigos.

Um primeiro artigo que desperta interesse é o de Armando Magalhães Correa, membro do Museu Histórico Nacional, intitulado *Primeiro Núcleo fundado pelos portugueses no Brasil*. Após enfatizar as belezas naturais do Rio de Janeiro, presente nos primeiros documentos de Vespúcio e de outros que visitaram a região em princípios do século XVI, o artigo trata muito mais de um apanhado histórico da

administração política do Brasil do que precisamente do núcleo inicial de povoamento, como propõe o autor.

Entretanto, para o estudo proposto, destaca-se a narrativa do autor quando trata do período da União Ibérica e sua relação com o Brasil. Nesse instante, passa a atuar o Armando Magalhães afinado com a proposta do SPN. Tratando da Restauração portuguesa, o membro do Museu Histórico Nacional afirma:

O domínio espanhol durou sessenta anos até 1640, **com a restauração de Portugal e, por consequência, do Brasil**, cujo terceiro centenário será condignamente **comemorado pelo Mundo Português**. A aclamação de D. João IV, fundador da dinastia de Bragança, só chegou ao Rio de Janeiro a 10 de março de 1641. Salvador Correia de Sá e Benevides, na sala da Biblioteca do Colégio de Jesuítas, em reunião dos notáveis civis e militares, **deu um “viva” a D. João IV, que foi aclamado por todos**, do que foi lavrado o termo.<sup>359</sup> (Grifos meus)

É curiosa a forma como Armando Magalhães elabora seu discurso associando o passado da Restauração como uma conquista conjunta, de brasileiros e portugueses, elaborando uma concepção de irmandade a ser comemorada pelo “Mundo Português”. Além disso, Magalhães chama para sua narrativa a figura de D. João IV, um dos homenageados da Exposição do Mundo Português, descrevendo como os egrégios da década de 1640 aclamaram, de forma unânime, o fim da União Ibérica. É notório o roteiro seguido por Magalhães e sua relação com os interesses historiográficos e políticos de 1940.

Mais à frente, trata de questões complexas como a vinda da família real para o Brasil, sem dar maiores detalhes a respeito do ocorrido, resumindo sua análise afirmando que “com a vinda da família real para o Brasil, localizando-se no Rio de Janeiro, tornou-se a cidade a Capital do Reino do Brasil unido a Portugal”.<sup>360</sup> Novamente, a ideia de unidade e aliança se estabelece. Sobre a Independência do Brasil, limitou-se a cinco linhas, e o Segundo Império foi resumido ao período no qual “surgiram as artes, letras e ciências brasileiras, tendo como centro o Rio de Janeiro”.<sup>361</sup> As características da narrativa colonial, vista em Armando Magalhães, se

---

<sup>359</sup> CORREA, Armando Magalhães. Primeiro Núcleo fundado pelos portugueses no Brasil: Origem do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. **Anais**. v. 9, t. 1, s.1. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940. p. 115.

<sup>360</sup> Ibid. p. 116.

<sup>361</sup> Ibid. p. 117.

espalham por outros trabalhos apresentados no Congresso Luso-Brasileiro de História.

No caso do imortal da Academia Paulista de Letras, Aureliano Leite, seu trabalho enfoca uma discussão relacionada à origem da raça dos paulistas. Em seu artigo, o escritor fala com relação ao tamanho agigantado dos paulistas estar associado à família Cabral. Isso mesmo. Aureliano Leite, contrariando Oliveira Vianna em seu artigo – segundo Vianna os paulistas possuíam uma herança genética advindo dos germanos e nórdicos – que “a avantajada estatura do “Gigante da Beira”, de raça boa e forte, também no sentido genético, se transmitira a seus demais filhos e, por estes e descendentes deste, trouxeram a certos galhos paulistas um acentuado desenvolvimento físico”.<sup>362</sup>

Ao fim do seu trabalho, o imortal paulista valoriza a importância do colonizador no processo de construção de uma raça forte e imponente, colocando os paulistas como exemplo desse processo de inserção da genética cabralina na formação da população brasileira. Aureliano Leite, ao enaltecer a figura de Cabral, acaba por vangloriar a raça lusitana e sua contribuição biológica na formação identitária brasileira, enfatizando a genealogia paulista afirmando que:

Não lhes cabe, pois, a glória dos descendentes do “Descobridor, mas sim do seu mesmo tronco, indo com o valoroso navegante, todos, cada um do seu galho, se reunirem na casa Belmonte, a quem não falta nem nobre sangue, nem dilatada idade e muito menos recto [sic] procedimento. Sendo assim, **trouxeram igualmente de sua família para São Paulo a característica física do grande porte.** E os mamelucos paulistas, a quem contemplaram com ênfase legado genético, o veem conservando de geração em geração.<sup>363</sup>  
(Grifos meus)

A invasão holandesa, durante a União Ibérica, é um dos temas que também surge frente à leitura dos trabalhos do Congresso, de forma a justificar a Restauração de 1640, um dos marcos da Exposição do Mundo Português. Dentre esses, destaca-se o artigo do escritor e folclorista gaúcho Walter Spalding. Em artigo denominado *Resposta a uma arrogância*, Spalding analisa a Batalha dos Guararapes, ocorrida em Recife, no ano de 1649, a partir de cartas enviadas aos holandeses por Fernandes

---

<sup>362</sup> LEITE, Aureliano. Os cabrais eram agigantados. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. **Anais.** v. 9, t. 1, s.1. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940. p. 489.

<sup>363</sup> Ibid. p. 494.

Vieira, Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão, todos resistentes e combatentes à invasão flamenca, vista como um exemplo de arrogância por Spalding.

Na sua narrativa, duas questões chamam a atenção. A primeira e mais óbvia diz respeito ao período da Restauração o qual, segundo Spalding, teve necessariamente a ajuda de “brasileiros” e “portugueses”, lutando lado a lado na tentativa de expulsão do inimigo em comum. Essa estratégia narrativa reforça, como nos demais trabalhos, a concepção constantemente defendida de irmandade entre portugueses e brasileiros, denotando uma ideia de identidade brasileira para um momento da história do Brasil em que a questão “nacionalidade” era inexistente.

Segunda questão. A fim de reforçar essa concepção, expõe na sua tese um pretense sentimento de patriotismo advindo de ambos os lados – brasileiros e portugueses. Spalding reforça constantemente uma ideia de duas nações em prol de um mesmo objetivo: defender as terras da América Portuguesa e as inclinações da metrópole. Esse é um assunto que se mostra visível aos olhos dos contemporâneos de 1940, pois transmite a ideia de confiança dos colonos para com sua metrópole, inclusive a ponto de pegar em armas e lutar a favor dos interesses dela quando necessário. A estratégia se apresentava de forma sutil, mas de acordo com as escolhas políticas traçadas pelo SPN, para o Congresso Luso-Brasileiro de História.

A resposta foi um golpe tremendo na arrogância flamenga. Nunca esperavam os invasores tão ousada, quão destemida e patriótica resposta. Reconheceram então a força enorme que iriam encontrar pela frente. E ficaram hesitantes. E tanto mais temeram encontrar-se em campo com os patriotas brasileiros quando lhes chegaram às mãos mais duas cartas, e estas, não só lançando-lhes [sic] em face as sacrilégias [sic] e as sangrentas crueldades, mas também desafiando-os para saírem de vez a campo [...]. Negro e vermelho vieram tudo. Negro como Henrique Dias e vermelho como António Felipe Camarão. E onde **mais branco horizonte vislumbravam, reluziam as lâminas brilhantes das espadas gloriosas de Vieira e Negreiros.**<sup>364</sup>  
(Grifos meus)

Spalding constrói um texto tipicamente romântico do ponto de vista estilístico. Na sua escrita elabora uma ideia de união das distintas raças: o negro (africano), o vermelho (indígena) e os brancos (europeus), juntos, unidos na defesa do território. Todos, “patriotas brasileiros” contra o inimigo comum a “brasileiros” e portugueses. Novamente, assim como acontece em outros trabalhos, a ideia de nação e

---

<sup>364</sup> SPALDING, Walter. Resposta a uma arrogância – capítulo da história da invasão holandesa. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. **Anais**. v. 9, t. 1, s.1. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940. p. 419.

nacionalidade aparecem no período colonial da América Portuguesa, atrelados a uma percepção de irmandade e cooperação com a Coroa Portuguesa, nunca de desunião ou mesmo indiferença. No entanto, assim como em Von Martius, os brancos continuavam vislumbrados no horizonte, reluzentes e brilhantes. Fazia-se necessário a esses historiadores, da década de 1930, harmonizar o passado encarando-o.

No Brasil, os autores analisados até aqui, bem como os demais que serão apreciados mais adiante, estavam inseridos dentro da política cultural de recuperação do passado, promovido pelo Estado Novo varguista em que se procurou construir um “espírito de nacionalidade” a partir do enfrentamento e reinterpretação do passado brasileiro. “Não temer o passado transformava-se numa espécie de primeiro mandamento para a política cultural do Estado Novo”<sup>365</sup> no Brasil.

Assim, passam a emergir no Brasil setores intelectuais que se alinhavam e se reconheciam dentro de propostas do passado brasileiro, baseado na manutenção das tradições, as quais, segundo o próprio Vargas, “‘mesmo em plena vigência de lutas internas mais espetaculares’, conseguíamos manter os princípios humanos e cristãos da nacionalidade”.<sup>366</sup> Assim, historiadores como Spalding, Aureliano Leite e Armando Magalhães conseguiam espaço de produção, com base em uma valorização da matriz colonial portuguesa. Segundo Angela de Castro Gomes, a recuperação do passado se mostrou valorizada pelos letrados brasileiros, principalmente a partir de 1937, com o advento do Estado Novo.

Mas, do ponto de vista que nos interessa destacar, se o presente permanece ancorado no passado como tradição, durante os anos do Estado Novo faz-se um esforço consciente e avultado para redescobrir o passado histórico enquanto realidade antecedente e passível de compreensão. Um passado histórico que não podia, como a tradição, coexistir com o presente, mas que era fonte de explicação para o novo.<sup>367</sup>

Aliás, as entradas e bandeiras, tema clássico da historiografia colonial brasileira, foram tratadas durante as explanações dos brasileiros no Congresso. Da Academia Mineira de Letras, Augusto Lima Júnior é um dos brasileiros com mais artigos expostos em 1940. Nos Anais constam quatro trabalhos de sua autoria, todos

---

<sup>365</sup> GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 141-142.

<sup>366</sup> VARGAS, Getúlio. Apud. GOMES, 1996, p. 142.

<sup>367</sup> GOMES, 1996, p. 145.



relacionados ao período colonial, na região das Minas Gerais. Desses, dois se fazem notar.

No primeiro, *O descobrimento das Minas Gerais*, exalta a atuação das bandeiras e entradas no processo de interiorização do Brasil. Augusto Lima atenta para o fato de as entradas iniciadas com os religiosos e as bandeiras que se seguiram, só foram possíveis devido ao caráter desbravador do gênio português. “Caminhavam, pois, lentamente, a penetração e o povoamento da colônia sul americana, de tão poucos encantos para o excitado espírito de aventura que caracteriza o português daquela época”.<sup>368</sup>

Narrando feitos heroicos das entradas e bandeiras, Augusto Lima, no decorrer do seu texto, demonstra a importância econômica das Minas Gerais para a manutenção do império português. Nesse sentido, destaca a importância dos paulistas nesse processo de interiorização da região. Entretanto, a fim de criar uma distinção da região em detrimento das outras, Augusto Lima reforça que a atuação de portugueses legítimos no processo de instauração das Minas Gerais foi responsável por trazer a noção de civilização e progresso a esse espaço que nascia em torno da exploração aurífera.

Até à invasão de novos aventureiros, a maioria vindos de Portugal, a toponímia mineira assinala dezenas de nomes paulistas em serras, rios e vales. De 1700 em diante a massa de novos povoadores criou um novo estado de cousas e precipitou a formação de núcleos de população onde se fundou rapidamente uma intensa civilização que irradiaria por todo o Brasil, contribuindo para que se antecipasse dois séculos a sua independência, se é que não impediu o seu fracionamento em Guianas, divididas entre diversos estados europeus.<sup>369</sup>

Além de manter a ideia de civilização portuguesa, Augusto Lima reforça que a ocupação da região proporcionou a manutenção de uma unidade territorial, evitando a desintegração tal qual ocorrido nas Guianas. Dando continuidade ao seu pensamento, o escritor mineiro, em seu artigo *A formação social nas Minas Gerais*, enaltece a contribuição social e a prevalência do português para o progresso da sociedade e do espaço aurífero.

---

<sup>368</sup> LIMA JÚNIOR, Augusto. O ouro das Minas Gerais. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. **Anais**. v. X, t. 2, s.2. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940. p. 372.

<sup>369</sup> Ibid. p. 386.

Semelhante a Aureliano Leite, Augusto Lima exalta o biotipo e a genética lusitana como elementos necessários à constituição de uma sociedade forte e civilizada. Embora se refira, em raros momentos, à mestiçagem promovida nas Minas Gerais (lembrando brevemente a interpretação de Freyre para Pernambuco), Aureliano Leite trata de ressaltar a superioridade lusitana sobre as demais “raças”, numa analogia muito próxima à narrativa de Von Martius quando associa a “raça” portuguesa a um grande rio.

Essa prevalência do macho português, em número superior e em grande atividade, fez com que, nas Minas Gerais, ao contrário do que se verificou em outras partes do Brasil, se contasse o fenômeno de **uma integral transplantação do espírito e da civilização portuguesa. Nenhum, ou quase nenhum resquício da influência africana ou indígena ficou na linhagem, nos costumes ou nas lendas mineiras**, pelo menos na região clássica da civilização do século XVIII.<sup>370</sup> (Grifos meus)

Ainda, no intuito de ratificar a região aurífera como uma região puramente lusitana, o que de certa forma explicaria o progresso econômico e social do espaço, Aureliano Leite afirma que a presença do português foi tão forte a ponto de diluir os costumes de negros e índios, em virtude da grande presença de brancos nas Minas Gerais. Segundo afirma, “o que do africano se tinha incorporado aos costumes do Norte do Brasil e que teria vindo com a gente da Baía e Pernambuco, diluiu-se com a massa de brancos portugueses que penetrou em Minas sem interrupção durante quase um século”.<sup>371</sup>

Por relatar a ideia de miscigenação em seu texto, faz-se necessário uma pequena análise dessa concepção em Aureliano Leite. Ao se tratar de raça, os letrados brasileiros das décadas de 1930 e 1940, que em certa medida se aproximavam da corrente de historiadores que reescreviam o passado brasileiro, entendiam esse conceito a partir de uma perspectiva social e não genética. Diferente do século XIX, os historiadores brasileiros estadonovistas quando

---

<sup>370</sup> LIMA JÚNIOR, Augusto. A formação social das Minas Gerais. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. **Anais**. v. X, t. 2, s.2. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940. p. 400.

<sup>371</sup> Idem. Só por curiosidade e a fim de instigar o leitor. Será que a referência aos mestiços do Norte, Bahia e Pernambuco, não seria uma resposta, ou pelo menos uma alusão à teoria de Gilberto Freyre acerca do processo de miscigenação no Brasil? A hipótese reforça-se visto que a partir desse ponto do seu texto, Aureliano Leite passará a fazer uma análise sobre a questão da miscigenação na região de Minas Gerais, se diferenciando totalmente da interpretação freyreana.

se falava em “raça”, não mais se possuía os mesmos referenciais biológicos próprios ao pensamento de fins do século XIX e inícios do XX. A palavra “raça” era a mesma, mas no novo contexto, ela estava sendo preenchida basicamente por conteúdos socioculturais e não étnicos. Por essa razão, talvez, os dois sentidos de passado e tempo – um eminentemente histórico/cronológico e outro não datado e vivo no presente – constituíssem as faces de uma totalidade que precisava ser montada com tanta eficiência e cuidado.<sup>372</sup>

Ao se referir, por exemplo, ao nascimento de um filho de europeu com africana, Aureliano Leite afirma que, “o filho do europeu com africana nascia ‘europeu’ na língua, nos costumes, na religião, na mentalidade, apagando-se na primeira geração os traços intelectuais da raça de Cham [descendentes africanos] que só perdurava no tipo antropológico de transição”<sup>373</sup>. Como se vê, a abordagem do intelectual remete a uma concepção de superioridade do português sobre o negro, inclusive na formação comportamental e de caráter. Assim como nos demais letrados, Aureliano Leite trabalha e reforça a ideia da raça lusa como fundamental no processo de civilização brasileira.

Em outro momento, Borges Fortes, militar e escritor porto-alegrense, desenvolve outra ideia muito interessante e fundamental às predileções políticas salazaristas de 1940. Em seu artigo, “Influência portuguesa na evolução do Rio Grande do Sul”, Borges Fortes trata do tema da unidade territorial e a conquista de terras ao sul da América Portuguesa. No seu texto, salienta a concepção de um Portugal imperial e fomenta o advento das bandeiras já trabalhadas em outros artigos.

Um pouco diferente de Aureliano Leite, Borges Fortes faz exaltações mais frementes e diretas sobre a colonização lusa. Vivificando sua veia militar, o gaúcho exalta os “Soldados de Portugal” afirmando esta força que, “em continuado e pertinaz empenho, domina novamente o invasor e recupera terras de prestígio. O Rio Grande continua sob o influxo da velha raça que fizera o Brasil. Para sempre!”<sup>374</sup>

Ao relatar a formação social do Rio Grande do Sul, Borges Fortes reitera o contributo sociocultural lusitano na formação da identidade do seu estado. Segundo afirma em sua escrita, “o Rio Grande fora **criado dentro da civilização lusa e nela fica**. As famílias mais antigas, hoje espalhadas pelo Estado, eram lusitanas, do velho

---

<sup>372</sup> GOMES, 1996, p. 145.

<sup>373</sup> Ibid. p. 401.

<sup>374</sup> BORGES FORTES. Influência portuguesa na evolução do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. **Anais**. v. X, t. 2, s.2. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940. p. 414.

Reino, dos Açores ou da Madeira. A linguagem, da mesma origem, com as **mesmas crenças e tradições**” (grifos meus).<sup>375</sup> O texto de Borges Fortes é dos mais interessantes. Sua abordagem é um pleonasma da *Nota Oficiosa* de Salazar. A todo tempo a colonização portuguesa é exaltada como sinônimo de civilização e em um exercício de comparação desqualifica a independência da América Espanhola em contraposição a uma independência ordeira, pacífica e sem conflitos da América Portuguesa.

Nas instituições políticas a diferença entre os povos das duas correntes predominantes manifestou-se flagrante. Quando **o progresso das colônias americanas atingiu tal nível que a independência se tornou imperiosa**, os povos castelhanos adoptaram a forma republicana, mais caracterizada por um regime de anarquia e caudilhismo do que por instituições de justiça, trabalho e liberdade.<sup>376</sup> (Grifos meus)

Em tom fortemente patriótico, Borges Fortes nos oferece um dos mais pertinentes textos que ratificam nossa tese. Ao concluir seu artigo, o gaúcho escreve seus últimos parágrafos em franca consonância com as intenções políticas propostas para o Congresso Luso-Brasileiro de História. Na sua fala, Borges Fortes desqualifica a República, enaltece a monarquia (herdeira de Portugal) e cria uma justificativa para a Independência do Brasil: a monarquia possibilitou um desenvolvimento tão alto da ex-colônia que esta, conseqüentemente, viu-se imperiosamente impelida a se proclamar independente de Portugal. Segue a velha máxima de Afrânio Peixoto, feita em seu artigo na *Revista dos Centenários* (ver Capítulo II), de que o Brasil atingiu sua maioria e precisou, a partir de então, caminhar com suas próprias pernas.

Em seu encerramento, o oficial do Exército Brasileiro constrói uma história superlativa da tradição colonial lusitana, atribuindo toda evolução social e política do seu estado natal ao sentimento de pertença e nacionalidade cultivado pelos portugueses em solo gaúcho, mesmo após a Independência do Brasil. Além disso, não deixa de ratificar a justificativa da independência como uma consequência do processo de investimentos e fomento da nacionalidade brasileira, promovida por Portugal no período colonial, e seus descendentes da jovem monarquia brasileira.

O Rio Grande, parte integrante do Brasil, viveu perfeitamente no regime português e manteve-se dentro da nacionalidade até quando **nos coube a**

---

<sup>375</sup> Ibid. p. 415.

<sup>376</sup> Idem.

**decisão de tornarmo-nos nação independente. O Brasil optou pelo Regime Monárquico e conservou no trono um príncipe da tradicional dinastia portuguesa; o Rio Grande partilha com devotamento de toda a evolução para a emancipação da nova nacionalidade. (Grifos meus)<sup>377</sup>**

O artigo de Borges Fortes prima pela obediência discursiva aos parâmetros estabelecidos pela propaganda do SPN. Na sua fala, deixa clara a importância de Portugal na formação territorial e na manutenção da unidade nacional, produzindo uma imagem positiva dos portugueses social e politicamente. Na sua explanação de superação das fronteiras do sul do Brasil, nos combates entre portugueses e espanhóis, “nesse embate contínuo é a civilização portuguesa que avança sempre invariavelmente”.<sup>378</sup> Borges Fortes, ao descrever e analisar a *Influência portuguesa na evolução do Rio Grande do Sul*, aponta como características a superioridade e a forma “civilizada” dos portugueses resolverem suas questões fronteiriças. Nas suas observações, não ocorreram influências negativas, não existiram contradições, o projeto colonial lusitano foi realmente como António Ferro esperava.

#### **4.3.2. Graças ao Imperador: a Independência como necessária e civilizada**

Ao examinar os artigos produzidos em relação ao período colonial brasileiro, foi possível perceber a concatenação entre os interesses propagandísticos do Estado Novo português e a escrita dos letrados brasileiros participantes do Congresso Luso-Brasileiro de História. Em alguns momentos, quando citada a fase Imperial do Brasil, percebemos o quão positivamente ela foi tratada pelos egrégios brasileiros – que embora não tenham ido a Lisboa, mandaram seus posicionamentos políticos e intelectuais através dos seus textos – e visto como algo necessário e, por isso mesmo, acordado.

Os artigos analisados confluem em perspectivas semelhantes. Em sua maioria, trazem sentidos positivos do período Imperial, muitos deles evocados na historiografia tradicional do século XIX que exaltam a figura de D. Pedro II e a manutenção do território nacional como das suas características mais indubitáveis. Dentro desse panorama, se mostra interessante como é tratado o evento da

---

<sup>377</sup> Ibid. p. 416.

<sup>378</sup> Ibid. p. 415.

Independência do Brasil. Nessa lógica, encontramos aspectos curiosos nas estratégias narrativas adotadas nos textos, como por exemplo, quando abordam esse delicado momento da história brasileira como algo superado e bem resolvido entre ex-colônia e ex-metrópole.

Como é sabido, as relações políticas entre Brasil e Portugal tornaram-se extremamente complexas e desgastadas após a proclamação da independência, em 1822. O estado de tensão esteve presente no cotidiano dessas nações até por volta de 1825, quando foi assinado um acordo diplomático encerrando as discussões a respeito do processo de rompimento. Pouco se sabe, mas existiam propostas portuguesas de, inclusive, separar o norte e o sul do Brasil, a partir da Bahia. A estratégia não funcionou, devido à rápida mobilização das províncias do Norte, em prol da Independência.<sup>379</sup>

O historiador Amado Cervo traz em seu livro, *Depois das Caravelas*, um apanhado documental e uma análise bastante fecunda em relação ao processo de rompimento entre Brasil e Portugal. Verificando documentações oficiais, bem como correspondências trocadas entre D. Pedro I do Brasil e seu pai, D. João VI, em Portugal, Cervo afirma que foram constantes as tentativas lusas de travar o processo de independência brasileira.

Em três direções orientaram-se as ações portuguesas com objetivo de travar, e reverter se possível, a marcha da Independência: medidas administrativas e legislativas do governo destinada a matar o processo de autonomia da ex-colônia; ofensiva diplomática na Europa com o intuito de angariar apoio; e, enfim, planos militares de reconquista. As três frentes de ação imbricavam-se na mesma estratégia. [...] Os planos portugueses de reconquista assentavam-se sobre a possibilidade de separar o norte do país, com base na posição de força que o general Madeira ocupava na Bahia e na excitação das lideranças provinciais do Norte e nordeste em aderir ao movimento da Independência comandado pelo Rio de Janeiro. [...] O plano de defesa previu até mesmo a guerra de curso, que se revelará muito útil nas guerras de independência da Holanda contra Espanha e dos Estados Unidos contra a Inglaterra.<sup>380</sup>

Como se percebe, o rompimento nada harmonioso entre Brasil e Portugal foi mais severo do que conta a historiografia do Congresso Luso-Brasileiro de História. Houve intensas batalhas diplomáticas e tentativas de retomada militar, com

---

<sup>379</sup> CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p. 101.

<sup>380</sup> Ibid. p. 99.

organização de frotas armadas a desembarcarem no Brasil. Como veremos, tais conflitos e as malogradas relações são simplesmente silenciadas, sendo transfiguradas por intensos discursos que amenizaram o processo (político) traumático da independência brasileira. Os artigos selecionados para análise foram aqueles que trataram de forma direta o tema da separação luso-brasileira, procurando entender como o evento foi reescrito, em prol dos interesses propagandísticos e políticos de 1940.

Logo de início, um dos textos que se faz notar, em face à leitura dos Anais do Congresso, é o do potiguar e ex-governador do Rio Grande do Norte, Augusto Tavares de Lyra. Em texto intitulado *Independência do Brasil*, Tavares de Lyra discorre em seis laudas sobre a organização administrativa da América Portuguesa colonial e imperial. De certa forma, se comparado ao título, o texto decepciona, pois as únicas referências que o autor faz, à independência brasileira, estão nas duas últimas páginas do seu artigo.

Monarquista como era na escrita, mas republicano de última hora, Tavares de Lyra cita trecho de carta de D. Pedro I a D. João VI, na qual o primeiro era aconselhado pelo pai: “Bem antevejo que o Brasil não tardará a separar-se de Portugal. Nesse caso, se não pudeses conservar a Coroa, guarda-a para ti e não a deixes cair em mãos de aventureiros”.<sup>381</sup> Doravante, Tavares de Lyra traça sua narrativa demonstrando a importância de D. Pedro I na conservação do vasto território brasileiro, apontando a figura dos brasileiros *localistas* como o perigo a ser combatido por D. Pedro I, que contara com a providência de José Bonifácio.

Nesse passo, a providência proporcionou ao Brasil a fortuna de poder apelar para o gênio político de José Bonifácio. Havia em seu seio, é certo, um *élite* de doutrinadores e de homens de ação; mas faltavam-lhes um chefe com autoridade e visão clara para coordenar os seus esforços, irmanado-os [sic] num só pensamento e na consciência das mesmas responsabilidades. Cada qual mantinha-se irredutível nos seus pontos de vistas pessoais, intransigente no seu idealismo. Em conjunto não se entendiam e cometeram um erro gravíssimo de fazer ressurgir, irreconciliáveis, as velhas aspirações do *localismo*, que punham em risco a existência de um Brasil unido, grande e forte, na hora em que devia entrar para o concerto das nações soberanas. José Bonifácio aparece então no cenário. Fixa a volubilidade do Príncipe

---

<sup>381</sup> Carta de D. João VI a D. Pedro. Apud. TAVARES DE LYRA, Augusto. *Independência do Brasil*. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. **Anais**. v. XI, t. 3, s.2. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940. p. 92.

Regente e congrega a maioria dos seus compatriotas um favor da Fórmula Monarca, que seria solução provisória do problema político do Brasil.<sup>382</sup>

A análise discursiva realizada a partir do artigo de Tavares de Lyra tem destaque quanto à forma como ele oculta da sua escrita as pressões políticas sofridas pelo Brasil, como consequência da diplomacia lusitana. Ao demonstrar o aconselhamento do pai para o filho, Tavares de Lyra transmite a ideia de transição civilizada e abençoada, onde o pai, em sinal de libertação, aconselha o filho a conduzir sua própria nação, em nome da manutenção da família no poder dos dois reinos.

Outra característica relevante refere-se à evidência de que os localismos apresentados por Tavares de Lyra estão associados a dois aspectos: às tentativas de revoltas separatistas vividas no período colonial, como também aos movimentos republicanos que surgiam em algumas regiões do Brasil e em praticamente toda América Espanhola. Esse traço é importante, pois demonstra uma das características da historiografia brasileira tradicional, que supervaloriza a monarquia como um modelo ideal para o momento e fundamental para o Brasil não se esmigalhar, como seus vizinhos latino-americanos.

Assim como muitos de sua época fizeram (o trabalho de Borges Fortes é um exemplo), Tavares de Lyra reforça o estereótipo da anarquia e do caudilhismo latino-americano como uma ameaça à manutenção da unidade territorial nacional. Aliás, a construção da ideia de produzir uma nação civilizada, diferente das suas vizinhas americanas, fez com que a historiografia produzisse uma representação do Brasil como a luz da América do Sul. Com isso, seria possível desqualificar as repúblicas (vistas como negativas por Varnhagen, por exemplo) sul-americanas e exaltar o Império do Brasil, único capaz de manter a estabilidade política e a unidade territorial.

Para tanto, essa historiografia brasileira tomou por base a atuação das Relações Exteriores do Brasil no século XIX, principalmente a adotada no período pós 1822. Maria Lígia C. Prado resumiu tal concepção europeizada das Relações Exteriores do Brasil de forma clara e objetiva, principalmente a evocar em sua investigação as convicções do Visconde do Uruguai, atento observador da política externa imperial do Brasil, durante o século XIX. Segundo a historiadora,

---

<sup>382</sup> TAVARES DE LYRA, Augusto. Independência do Brasil. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. *Anais*. v. XI, t. 3, s.2. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940. p. 92.



O Visconde do Uruguai também resumia a política externa do Brasil no período do Império. O país deveria ter um lugar hegemônico na América do Sul, mantendo distância de seus vizinhos, não considerados como “iguais”. A monarquia brasileira havia demonstrado, na ótica desses políticos e publicistas, sua “natural” superioridade. O Brasil continuava a olhar para a Europa, vale dizer Grã-Bretanha e França, fonte irradiadora da “cultura, do progresso e da civilização”. Tais valores não poderiam ser encontrados nos vizinhos que nos rodeavam. As ligações entre os acontecimentos das duas primeiras décadas posteriores à independência e os textos dos historiadores citados anteriormente – Varnhagen e von Martius – parecem-me bastante fortes. Os argumentos que ganharam sua plena forma com esses autores já vinham sendo gestados desde a emancipação do Brasil.<sup>383</sup>

Ao fim do seu artigo, Tavares de Lyra afina-se com a razão do *Congresso Luso-Brasileiro* e coaduna-se com os princípios do SPN. Em sua contribuição à colaboração portuguesa para o Brasil, o escritor potiguar enaltece a função aglutinadora, nacionalista e ordeira do herdeiro dos Bragança. Em suas observações coube a D. Pedro manter o vasto território nacional e a manutenção da ordem, mesmo pressionado interna e externamente. Enfatizando uma personalidade forte, centralizadora e atuante de D. Pedro, Tavares de Lyra conclui que esses foram motivos para que, ainda em 1940, o Brasil se orgulhasse da tradição e do privilégio que foi ter um herdeiro de Portugal como seu primeiro monarca, um verdadeiro estadista conduzindo o destino da nação.

Sabe o que querem e ao que vem. Intimida os fracos, arrasta os retardatários, seduz os ambiciosos, modera os extremados, organiza e dá finalidade certa ao movimento separatista. É a cabeça dirigente, é o estadista da revolução, de que Pedro I, arrastado pelos acontecimentos, vem a ser o braço. Sem eles, não teria subsistido a unidade material e moral do Brasil de hoje. Ter-se-ia operado fatalmente o desmembramento do país, e Portugal se não reveria nos dias que passam, com legítimo orgulho e ufanía, na mais gloriosa das suas obras: a da formação de uma das maiores nacionalidades do Mundo, fadada a incomparáveis destinos, sob os céus da livre América.<sup>384</sup>

É relevante destacar o quão próximo da *Nota Oficial* de Salazar o final do texto de Tavares de Lyra se aproxima. Todo elogio tecido por Salazar ao Brasil, no Ponto 4 da sua *Nota*, pode ser verificado no discurso de Lyra. Ao relatar o orgulho e ufanía de Portugal para com o Brasil, o historiador potiguar reforça o laço positivo construído por Salazar. Mas, é ao mencionar que Portugal é uma das “mais gloriosas

---

<sup>383</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História: Revista de História da Universidade de São Paulo - USP**, São Paulo, v. 2, n. 145, p.127-149, dez. 2001. Semestral. Disponível em: <[http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/145/RH-145\\_-\\_Maria\\_Ligia\\_Coelho\\_Prado.pdf](http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/145/RH-145_-_Maria_Ligia_Coelho_Prado.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2017. p. 138-139.

<sup>384</sup> TAVARES DE LYRA, Augusto. *Ibid.* p. 92-93.

das suas obras” que Lyra se aproxima das “mais belas páginas de Portugal” de Salazar. É sintomática a relação entre o discurso histórico e a política cultural proposta pelo SPN aos letrados brasileiros.

Se por um lado Tavares de Lyra narra as consequências positivas da independência e da manutenção territorial, Braz do Amaral, membro do IHGB, traça os pródromos que levaram à Independência do Brasil. Inicia seu artigo afirmando que a “comissão dos Centenários, incluiu na segunda seção, sob o número cinco, o enunciado – *A Corte no Rio de Janeiro – Reino Unido de Portugal e do Brasil – Separação do Brasil*”;<sup>385</sup> tendo ele, Braz do Amaral, escolhido trabalhar a questão da separação do Brasil.

Braz do Amaral desenvolve uma abordagem centrada nas tentativas de independência do Brasil ainda no período colonial, ressaltando as revoltas de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. No seu texto, Amaral enfoca o caso baiano, visto por ele como aquele que “teve caráter mais amplo e foi acentuadamente popular, se bem que envolvesse pessoas de todas as classes, o que demonstra maior extensão da cultura na massa dos habitantes”.<sup>386</sup>

Desenvolvendo seu raciocínio, Braz do Amaral narra a forma pela qual os pensamentos liberais chegaram até Salvador, lugar em que “homens inteligentes”, “procuravam instruir-se, e por todos os meios conseguir obter publicações várias, artigos, livros, vindos da Europa, e se deliciavam com tudo que lhes surgia”.<sup>387</sup> No caso específico da revolta ocorrida na província da Bahia, em 1798, Braz do Amaral recorre “à estada na Baía, do navio francês ‘La Preneuse’ e a fundação de uma loja maçônica no sítio da Barra”<sup>388</sup>. Em tese, a narrativa de Braz do Amaral parece encantada com o movimento revolucionário baiano, embora, em momento algum deixe esse sentimento explícito.

Em uma análise atenta do discurso de Amaral, é possível perceber que sua intenção foi, por meio de cartas, mostrar que o posicionamento dos baianos durante os motins foi contrário aos revoltosos. Em seu texto, Amaral reproduz denúncias feitas

---

<sup>385</sup> BRAZ, do Amaral. Pródromos da Independência do Brasil. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. **Anais**. v. XI, t. 3, s.2. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940. p. 65.

<sup>386</sup> Idem.

<sup>387</sup> Ibid. p. 66.

<sup>388</sup> Idem.

contra os revoltosos, mostrando a concepção dos baianos a favor da Coroa. E, nesse sentido, o entendimento do autor é substituído pelas colocações das cartas, o que compõe praticamente 70% do seu artigo. Ao fim do texto, o autor após expor os documentos e pouco explora-los, afirma de forma abrupta:

Em conclusão – Para nós outros, que vemos os fatos a um século e meio de distância, cabe refletir que estes habitantes e filhos da Baía, dos quais se tratou acima, padeceram por uma causa considerável execrável em 1798, a independência do Brasil, a qual veio triunfar 23 anos depois, sendo considerados beneméritos e heróis os que esposaram, dos quais, o principal protagonista foi justamente um príncipe da família reinante.<sup>389</sup>

Dentre os trabalhos mais interessantes, está o do escritor Elói de Moura, em seu *Um reparo na história do Brasil*. Anunciando o historiador brasileiro Rocha Pombo, como o nome de maior fôlego dentro da historiografia nacional, Elói de Moura separa um trecho do livro *História do Brasil*, de Pombo, em compêndio denominado *Nossa Pátria*, e transcreve em seu artigo. As partes selecionadas demonstram a crítica feroz feita por Rocha Pombo quando da permanência da família real no Brasil, com trechos contendo frases de efeito e grifos feitos pelo próprio Elói de Moura, em que se lê: “Eles não gostavam dos brasileiros, e *tinham desprezo pelos da terra*” (grifos de Elói de Moura).<sup>390</sup>

No seu texto, Elói de Moura afirma que essa é a história do Brasil que Rocha Pombo “ensina aos estudantes do Brasil”.<sup>391</sup> Após transcrever trechos consideráveis da obra de Pombo, e reconhece que outros historiadores pensam de igual forma, Elói de Moura sugere que essa interpretação além de equivocada, desconsidera o esforço de D. João VI em desenvolver o Brasil e promover a independência da nação. Sim. A tese de Elói de Moura se baseia no entendimento de que os atos administrativos e a presença da Corte no Brasil formaram o alicerce da independência que viria em 1822.

As riquezas incalculáveis do Brasil e a imensidade do seu território, que ele já conhecia, foram os fatores decisivos e ambiente próprio para a realização desse sonho acalentado intimamente e realizado com sabedoria e habilidades notáveis. Assim, **foi D. João VI, nessa fase, o agente principal e disfarçado da Independência do Brasil**, a quem serviu com a visão larga

---

<sup>389</sup> Ibid. p. 73.

<sup>390</sup> MOURA, Elói de. Um reparo na história do Brasil. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. **Anais**. v. XI, t. 2, s.2. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940. p. 429.

<sup>391</sup> Idem.

do seu grandioso futuro, abordando, com clarividência admirável, problemas que ainda hoje estão sendo tateados e realizando um governo incontestavelmente profícuo.<sup>392</sup>

Para sustentar sua tese, Elói de Moura arrola atos legislativos promulgados por D. João VI desde 1808, como forma de comprovar o desenvolvimento e a modernização do Brasil, a partir da criação de instituições de ensino, bancárias e administrativas, dando estas como exemplos da construção das bases para a independência do país. É conveniente notar que Elói de Moura insiste na tese de um nacionalismo criado a partir das ações de D. João VI, concebendo uma proposta de nascimento de nação junto com a vinda de D. João VI – de forma semelhante, Gustavo Barroso utilizará essa estratégia discursiva no seu texto, no entanto, procurando maior embasamento e com um texto mais bem elaborado, do ponto de vista documental e bibliográfico.

Para comprovar esta afirmativa, damos a seguir, cronologicamente, os atos legislativos de maior destaque por ele baixados, de 1808 a 1821 e que só hoje, fora da atmosfera carregada em que crescia o nacionalismo sul-americano daquele tempo. Em comparação com o que estamos fazendo, podem ser avaliados na sua verdadeira elevação intelectual e moral, e medidos exatamente na sua penetração pelo futuro político, social, econômico e militar do país.<sup>393</sup>

É intrigante o fato de que Elói de Moura estanca às duas primeiras páginas do seu texto, passando daí por diante a lembrar efemérides que marcaram as ações de D. João VI até 1821, concluindo seu texto, sem maiores ressalvas, com um breve: “Rio de Janeiro, maio de 1940”. O reparo proposto por Elói de Moura, à obra de Rocha Pombo, resumiu-se à indicação de documentos e eventos relevantes ocorridos, nada mais. O texto revela a dificuldade em se apoiar a tese da independência como fruto das ações de D. João VI, algo que não se manteve, tampouco foi hipótese, nem mesmo por parte dos historiadores lusitanos mais fervorosos do século XIX. Porém, se esse é o exemplo de artigo que pouco se sustenta, um em especial destaca-se, dentro dos Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História.

Em texto longo, mas muito bem produzido, o cearense e Diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, apresenta um trabalho muito bem elaborado,

---

<sup>392</sup> Ibid. p. 431.

<sup>393</sup> Idem.

concatenado com documentos e uma narrativa em sintonia com os interesses políticos envolvidos no Congresso Luso-Brasileiro de História.

Intitulado *A formação da consciência nacional no Brasil*, o texto de Gustavo Barroso busca defender uma tese simples, mas de forte impacto: a ideia de que, mesmo no período colonial, existiu na América Portuguesa um sentimento nacionalista brasileiro corroborado e alimentado pelos portugueses, vindo a se culminar com a consolidação da independência em 1822. Em 18 páginas e utilizando referência bibliográfica com base em 89 autores, Gustavo Barroso divide seu pensamento em três etapas: a negação ao catolicismo e ao caos promovido nos processos de independência da América Espanhola; a manutenção do território nacional graças à monarquia e a existência de uma consciência nacional que possibilitou a independência de forma civilizada.

No primeiro momento, Gustavo Barroso constrói uma estratégia narrativa na qual o apoio da Igreja é indispensável à manutenção da ordem e da hierarquia (semelhanças com o pensamento do Estado Novo Português de 1940 não se configura mera coincidência) durante o processo de independências latino-americanas. De forma enfática, Barroso afirmava que as nações da América Espanhola estavam suplantadas por grande carga de latinidade e de pouca cristandade, o que contribuiu para a desfragmentação e o desencadeamento da violência entre essas nações.

A quem estuda com cuidado a história das Américas dois fenômenos logo chamam a atenção: o espírito de fragmentação dominando no cenário dos povos espano-americanos [sic] e o espírito de coesão conservando intacto o patrimônio territorial da América Portuguesa. [...] No sentido errôneo que lhe tem sido imprimido, a história das revoluções americanas é inteiramente desfavorável às ideias-forças da latinidade, de que ela promana e tem por escopo afastá-la da tradição avoenga. É contra o catolicismo, contra a monarquia, contra o amor da ordem, da harmonia e da construção. Contra o catolicismo, sobretudo.<sup>394</sup>

Bolívar Lamounier tece uma observação em relação a uma corrente de historiadores que tratam o antiliberalismo como uma característica de letrados

---

<sup>394</sup> BARROSO, Gustavo. *A formação da consciência nacional no Brasil*. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. **Anais**. v. X, t. 2, s.2. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940. p. 45.

tributários de um ideal católico e do absolutismo ibérico.<sup>395</sup> No entanto, conhecendo a biografia de Gustavo Barroso (defensor incontestado do integralismo, da monarquia centralizada e do antissemitismo na década de 1930) é possível incluí-lo no *hall* desses letrados apoiadores do catolicismo como condicionante para o progresso nacional.<sup>396</sup>

Na década de 1930, Gustavo Barroso foi um dos colaboradores da tradicional revista *Cultura Política*, junto a nomes de destaque das letras no período.<sup>397</sup> Embora composta de escritores das mais variadas disposições ideológicas e culturais, ao tratar das questões relativas ao passado histórico brasileiro, a *Cultura Política* primava por “conceber o cristianismo como um dos pilares da nacionalidade” e trazer à tona os “vultos históricos: Cairu, Joaquim Nabuco, Conde d’Eu, Deodoro da Fonseca, Caxias, Taunay, etc.”<sup>398</sup>

Letrados como Gustavo Barroso tinham por característica pensar o cristianismo como o amálgama entre a tradição do passado e a construção hierarquizada do presente e futuro. Analisando as mais diversas variantes intelectuais do Estado Novo brasileiro, Mônica Velloso afirma que muitos historiadores brasileiros das décadas de 1930 e 1940 construíram uma noção de nacionalidade atrelada à concepção cristã de mundo. Para ela,

O Estado Novo daria concretude ao subjetivismo dos inconfidentes e de todos os movimentos nativistas da história brasileira. É interessante perceber como a questão da “unidade” é tratada pelo discurso, que não a recupera apenas enquanto tradição política (evidenciada nos fatores geográficos, históricos e econômicos), mas como essência constitutiva da “personalidade nacional”,

---

<sup>395</sup> LAMOUNIER, Bolívar. **Tributos, profetas e sacerdotes**: intelectuais e ideologias no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 18.

<sup>396</sup> Sérgio Miceli analisa, brevemente, uma série de letrados católicos da década de 1930. A leitura do subcapítulo do livro, intitulado “O “rearmamento” da Igreja Católica”, ajuda a esclarecer como Gustavo Barroso (Miceli até elabora uma pequena biografia intelectual e profissional de Barroso. MICELI, 2001, p.134-135) e outros homens de sua época adotaram o discurso do catolicismo, atrelado à tradição, como estratégias discursivas dentro do panorama intelectual dos anos de 1930. Ver: MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945): O “rearmamento” institucional da Igreja Católica; Os intelectuais reacionários. In: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 69-139.

<sup>397</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009. p. 122.

<sup>398</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro (Org.). **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108. (Política e Sociedade). Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/132.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/132.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2016.

cujo elo moral é o cristianismo. A recorrência ao passado se dá, portanto, sempre no sentido de recuperar a centralização, mostrando os momentos de sua quebra como de "despersonalização" da nacionalidade.<sup>399</sup>

Dessa forma, o passado brasileiro é recuperado “como exemplo de "renúncia, crença, sacrifício, generosidade e paz", dado o espírito cristão do povo brasileiro mais afeito à unidade do que ao separatismo”.<sup>400</sup> Seguindo essa linha de raciocínio, Gustavo Barroso atravessa a história colonial e imperial brasileira identificando, na formação social e cristã, as características que viabilizaram a manutenção da ordem, algo suscitado basicamente pela instauração de uma monarquia brasileira.

Nesse ponto, Gustavo Barroso passa a demonstrar claras afeições à política centralizadora e necessária, segundo ele, para a manutenção da estabilidade no momento de transição turbulenta que passara o Brasil em 1822. É coerente perceber que Gustavo Barroso entende a concepção de nação enquanto um elemento de atitudes, de comportamento, de espírito como gostavam de dizer os intelectuais da época. Por outro lado, utiliza esse conceito de forma absoluta, como algo que pode ser imposto, quase datado.

Narrando a chegada da família real ao Brasil, Barroso afirma que a vinda de D. João VI, e sua corte, trariam à América a formação de uma nova fase do império português. Dessa feita, o imperador fugido da Europa, “vem ser o centralizador e o coordenador dos senados das câmaras, com o fecundo pensamento da fundação dum Novo Império”. A partir daí, D. João VI

**Torna a colônia nação fazendo-a Reino igual ao outro que está sob a pata do estrangeiro**, além do Atlântico, impondo a paz interna e expandindo-se para o Sul, até a Cisplatina, para o norte até Caiena. Toda a consciência nacional que se vinha plasmando na mesma tradição, desde o século XVII, pelo menos, polariza-se na figura do Príncipe Regente, e depois, do Rei. Cristaliza-se. **Com D. João VI surge na América o Brasil Nação. A independência consoma somente uma separação.**<sup>401</sup> (Grifos meus)

A análise do discurso de Gustavo Barroso pressupõe duas características que se interligam. Na primeira, o Brasil já possuía uma concepção de nacionalidade, de

---

<sup>399</sup> Ibid. p. 85.

<sup>400</sup> Idem.

<sup>401</sup> BARROSO, Gustavo. A formação da consciência nacional no Brasil. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA, 1940, Lisboa. **Anais**. v. X, t. 2, s.2. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário/SPN, 1940. p. 56.

religião, de nação, mas essas características, embora manifestas, só puderam se concretizar a partir do crivo de D. João VI. Um pensamento sofisticado e até certo ponto convincente, pois reúne na mesma ideia espírito e política; o sentimento existe, mas ele só se opera na decisão de um soberano.

A segunda é semelhante àquela que apareceu em trabalhos anteriores. A independência é vista como uma consequência de algo que já ocorria na prática, por isso mesmo esse momento da história não é visto como complexo ou turbulento, ao contrário. Para Barroso a Independência consuma a separação entre os já formados: Império do Brasil e Império de Portugal, mas a manutenção de ambos só foi possível devido a ação firme e inteligente de D. Pedro I, capaz de aglutinar sobre suas asas o domínio sobre as províncias, não as deixando se desfazer, “enfaixando-as” e garantindo a unidade nacional e a soberania do Brasil.

É a luta constitucionalista na metrópole portuguesa quem a permite. Obriga o rei a regressar e estabelece *juntas* em todas as províncias. A consciência da coesão brasileira era, porém, já muito forte e sedimentada, de maneira que resistisse aos pruridos secessionistas [sic] e a convergir esforços em torno da figura do Regente, depois Dom Pedro I, que teve a inteligência de compreender a situação e de pôr à cabeça a coroa Imperial. No seu Manifesto, ele demonstra o que afirmamos, quando proclama a união nacional resultante do “feixe misterioso das províncias”, que “nenhuma força pode quebrar”. É o *fascio* dessa coesão sagrada que o soberano reconhece como alicerce do Império.<sup>402</sup> (Grifos do autor)

Na concepção de Jacques Derrida, os discursos sempre deixam rastros. A percepção destes nos auxilia na compreensão da lógica discursiva e das características adotadas pelo autor. A leitura do texto pode apontar o lugar de fala ou o posicionamento do autor, suas influências ideológicas e os aspectos externos que atuam subjetivamente, assim como o que é inerente a cada sujeito.<sup>403</sup> Dessa forma, as características do discurso de Gustavo Barroso deixam escapar seu posicionamento e sua visão particularmente devotada ao fascismo italiano. O uso do termo *fascio*, antecedido pelo “feixe misterioso das províncias”, é uma estratégia discursiva que se refere a uma ideia de “poder e autoridade” atrelada ao símbolo do fascismo de Mussolini.

---

<sup>402</sup> Ibid. p. 56.

<sup>403</sup> DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 87.



Seria forçoso e anacrônico afirmar que Gustavo Barroso percebia características fascistas em D. Pedro I no século XIX, entretanto, não seria nada descartável acreditar que ele tenha pensado nessa associação, quando se leva em consideração seu posicionamento político e ideológico durante a década de 1930. Na parte final do seu texto, bastante organizado e com roteiro bem estabelecido, Gustavo Barroso passa a promover suas considerações finais. Nesse momento, reafirma as ideias centrais discutidas até aqui, de forma contundente.

Não seria possível essa grande construção imperial se não tivesse como apoio uma consciência de grandeza e de coesão brasileira formada desde os primeiros passos do povoamento, na moldura do território conquistado pela expansão da raça. [...] A formação da consciência nacional no Brasil, a formação de um espírito brasileiro anterior à Independência é uma das provas concretas e a maior delas de que não passa de balela a notícia por muitos escritores veiculada de que o país foi povoado por degredados e cristãos-novos unicamente.

Além disso, não deixa de ratificar a centralidade de Portugal no processo de construção identitária brasileira, tampouco esquece de articular seu discurso com o proposto pela *Nota Oficiosa* de Salazar e pelas solicitações propagandísticas de António Ferro. Seu texto é encerrado com uma homenagem a Portugal e sua capacidade unificadora e nacionalista, sem a qual a República brasileira não teria condições de ser o que era no século XX.

A República herdou a plantação feita no Passado e colheu os frutos abençoados pela continuidade das gerações. É este, ao nosso ver, o verdadeiro retrato do Brasil. Há os que o alindam mais em retorque miúdos e caprichosos, como há os que adulteram em caricaturas. Narcisismo e pessimismo. Preferimos a lição sadia dos fatos que nos dão os antepassados criadores da Unidade Brasileira, filha da Unidade Lusitana. É, um dever, senão uma glória, orgulhar-se de quem lhe deu o ser.<sup>404</sup>

De certa forma, a leitura dos Anais, do Congresso Luso-Brasileiro de História, é verdadeira homenagem ao passado colonial da América Portuguesa, em ambiente recriado a partir da exclusão dos conflitos internos, baseado no apoio de nações irmãs, sendo a Independência uma via natural construída pelo próprio Estado Português. Uns mais, outros menos sofisticados, os textos cumpriram à risca o combinado pelo SPN e atenderam aos interesses políticos do Estado Novo salazarista.

---

<sup>404</sup> BARROSO, 1940. Ibid. p. 61.

A preocupação de documentar e arquivar todos os artigos apresentados, mesmo que na maioria deles os autores não estivessem presentes, pode ter sido uma forma de produzir documentos favoráveis à causa colonial enfrentada por Portugal, nos anos de 1930. Municiado de elogios, em prováveis embargos e contestações internacionais, a documentação produzida pelos egrégios brasileiros seria de grande valia jurídica e histórica para justificar o controle e a posse das colônias lusas em África, tão cobiçadas por alemães e italianos, em franca ascensão dentro do cenário militar e político da Europa, já em clima de guerra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a *Exposição do Mundo Português*, o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) e a Presidência do Conselho desejaram promover a imagem de um Portugal renovado. O ano de 1940 marcava um ponto áureo do Estado Novo português comandado por Salazar desde 1932, sendo, aos olhos de António Ferro, demarcar com um grande evento capaz de marcar no imaginário popular as idealizações promovidas durante esse período, dentro e fora do território europeu. Dado seu caráter propagandístico, o que sobra da *Exposição do Mundo Português* são as interpretações e intencionalidades desse que foi um momento de grande apelo nacionalistas, inclusive com alto investimento do Regime na sua realização para uma maior efetivação do alcance propagandístico.

Dada sua permanência (pouco mais de 5 meses), a *Exposição* foi capaz de produzir materiais escritos e visuais significativos para abordagens históricas, sociológicas e antropológicas. Sendo a maior parte desses proveniente das prensas e empresas ligadas ao Estado, um dos pontos que chama atenção foi justamente a elaboração da representação difundida em massa, fosse para os visitantes ou mesmo aqueles que de longe acompanhavam os festejos ocorridos em Lisboa e outras cidades do interior de Portugal. Os aspectos políticos envolvidos no evento foi o ponto escolhido para análise, procurando entender de que forma ocorreram as negociações entre os homens do Regime e os letrados, bem como a propaganda ideológica foi posta em prática através da política cultural do Estado Novo.

O intento do historiador é sempre reconstruir o passado na sua integralidade, tentar passar para o leitor inclusive os meandros que os que viveram o período sentiram, enfim, captar as subjetividades e re-presentificar<sup>405</sup> o passado para o presente. Apenas intento, nada mais. O que fazemos na prática, é tentar juntar os fragmentos dispersos de documentos que sobreviveram ao tempo e criar uma narrativa que ajude na compreensão do passado, tornando-o inteligível para o leitor contemporâneo. Ao trabalhar com a *Exposição do Mundo Português*, tentamos reconstruir as relações entre os sujeitos com a finalidade de entender como a simbiose

---

<sup>405</sup> CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001. Cap. 3. p. 54-56.

entre propaganda e política operavam na estrutura do salazarismo. Em certa medida, devido à eficiente censura constante dos meios de produção escritos e artísticos, optou-se por concentrar a investigação basicamente da documentação oficial. A correspondência pesquisada, por muitas vezes, ajudou na compreensão das lacunas encontradas, inclusive auxiliando significativamente na compreensão dos bastidores da organização dos festejos.

A divisão da análise desenvolvida em duas partes foi intencional e ao mesmo tempo complementar uma à outra. Como fica evidente, os dois primeiros capítulos tratam basicamente da organização, o auxílio dos letrados e a influência política na organização da Exposição do Mundo Português. Já no que se refere aos capítulos seguintes, exploramos a relação e os motivos que levaram o Brasil e seus representantes a participarem do evento, bem como a intenção do convite feito por Salazar como proposto na tão discutida “Nota Oficiosa”. Independente de capítulo, a relação entre letrados e a máquina estatal foi uma constante, pois essa é uma associação permeada por complexidades que aguçam o ogro de que falava Bloch: a presença de intelectuais nas políticas culturais é sempre permeada por muita subjetividade, tornando o objeto em análise mais atraente, mas ao mesmo tempo mais complexo.

*Presente, passado e futuro em um só lugar.* Ao ser assim intitulado, o primeiro capítulo buscou demonstrar os princípios balizares da ideologia salazarista que foram empregados na organização da *Exposição do Mundo Português*. Durante a pesquisa, observamos que os organizadores se utilizaram de artifícios propagandísticos baseados em mitos fundantes,<sup>406</sup> praticados e disseminados pelo Estado Novo como sendo o DNA da sociedade lusitana. A utilização da propaganda como forma de propagação do estado forte, centralizado e fundamental para o progresso português, foi a tônica para a Exposição. O uso constante dos mitos reforçando a ideologia do império ultramarino e de Estado Nacional centralizado foram explorados na arquitetura, nas narrativas oficiais e na ornamentação dos espaços da Exposição.

Todos os elementos míticos, representados politicamente nos discursos e nas imagens promovidos pela e sobre a Exposição foram todos frutos de um documento

---

<sup>406</sup> ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, Lisboa, n. 157, p.1031-1054, fev. 2001. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218724836O3jXR0rk0Ob64EZ5.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2016.

norteador: a já citada Nota Oficiosa de 1938. No primeiro capítulo constatamos o grau de alcance que esse documento tomou, sendo capaz de abarcar e compreender em seus “pontos” o ordenamento de toda a organização do evento, desde questões relacionadas ao espaço físico até ao convite àqueles que deveriam promover a imagem positiva do Estado Novo. Os ordenamentos desse documento buscaram elaborar uma espécie de história monumental tal qual pensou e criticou Nietzsche no século XIX, uma história baseada num passado glorioso, capaz de manter e promover heróis oficiais a partir de uma memória apologética e de uma nacionalidade centenária e inabalável, capaz de manter viva a chama cristã e a expulsão moura que ameaçou a Europa.

Para execução dos pontos propostos na Nota, entrou em cena António Ferro. Ocupando o cargo de Diretor do SPN desde 1933, Ferro era visto como um homem habilidoso, capaz de trafegar bem nos bastidores e estabelecer diálogos com muitos grupos de intelectuais e artistas em Portugal e no Brasil. De certa forma, Ferro ocupou em Portugal uma posição muito similar à de Gustavo Capanema. Aliás, a inserção de letrados dentro dos quadros de Poder foi uma constante durante a primeira metade do século XX.

A montagem de um Estado nacional com vistas ao estabelecimento de políticas de proteção para esferas importantes da vida social – educação, saúde, cultura, artes e arquitetura, patrimônio, administração, etc. – justificou a demanda de especialistas, envolveu intelectuais de várias áreas do saber e deu chance a homens ilustrados propositivos, ou, como quis Guerreiro Ramos, *pragmáticos críticos*, capazes de sugerir e desenhar propostas de ação para todos esses campos.<sup>407</sup>

Essa experiência de mecenato, possuiu uma via de mão-dupla. Ao mesmo tempo que eram inseridos na estrutura estatal, legitimando e atuando em prol do Regime, letrados encontravam um espaço de sobrevivência, um Estado capaz de consumir suas produções artísticas e intelectuais. “O estudo dos intelectuais como atores políticos é portanto complexo. Não apenas porque, como notamos, a categoria tem contornos mutáveis, mas também porque não existe um – mais ou mais de um – partido dos intelectuais”.<sup>408</sup> Essa observação feita por Sirinelli é pertinente e foi

---

<sup>407</sup> BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Cap. 2001. p. 17.

<sup>408</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Cap. 8. p. 244.

sempre um balizador durante as análises promovidas nesse e nos demais capítulos. Coube a Ferro, durante a Exposição inserir esses letrados dentro da lógica propagandística do Regime, de forma a estes legitimarem e difundirem uma imagem positiva do Regime fornecendo aos mesmos espaços de produção.

Outro aspecto importante e analisado no primeiro capítulo foi a *Revista dos Centenários* e sua função de promover o discurso oficial junto à população portuguesa. Através desse periódico foi possível traçarmos elementos característicos da propaganda oficial, como a preocupação em justificar as efemérides de 1140 e 1640, justificar a participação do Brasil como convidado de honra aos festejos, informar à população como o mundo estava acompanhando os preparativos, além de reproduzir documentos oficiais e promover sobre estes, análises com forte teor nacionalista. O uso da revista foi de grande importância durante a pesquisa, pois através de suas páginas foi possível identificar temas, letrados e políticos identificados com as propostas da Exposição. Além disso, por ter circulado entre janeiro de 1939 e dezembro de 1940, conseguimos acompanhar a organização dos eventos e, de certa maneira, os elementos caros à propaganda do SPN e de que forma os colaboradores traduziam o regime para os leitores da *Revista dos Centenários*.

A organização do espaço físico destinado à *Exposição do Mundo Português* foi a questão central do segundo capítulo. Nesse momento, tentamos trabalhar com sua espacialização, estudando a disposição dos pavilhões e os temas históricos elencados por eles. Ao final, verificamos que atuaram de forma didática, informando o visitante, a partir de recursos visuais, valorizando os aspectos ideológicos do Regime, como nacionalismo, imperialismo e catolicismo. A arquitetura dos pavilhões foi inspirada na participação portuguesa durante a *Exposição Internacional de Paris* e o uso do passado glorioso lusitano serviu de inspiração para Continelel Telmo, arquiteto responsável pelo ordenamento espacial da Exposição.

Montada entre o Mosteiro dos Jerônimos e o rio Tejo, a Exposição tentou encarnar os mitos simbólicos do Estado Novo. A revitalização de Belém foi promovida com base na “Política do Espírito”, ou seja, na política cultura promovida por Ferro a qual serviu de base para ornamentação do espaço.<sup>409</sup> Assim, a estética dos pavilhões

---

<sup>409</sup> De acordo com a pesquisadora da arte, Graça dos Santos, já em 1932, Ferro afirmava “que a “política do espírito” é necessária ao prestígio da nação e indispensável ao seu prestígio interno, à sua razão de ser. [...] Toda a sua ação será determinada por isso e não se pode compreender a propaganda do Estado Novo, nem a sua política cultural, sem ter em conta estes elementos. O espírito surge estreitamente ligado ao momento político; é o seu apoio. A luta espiritual permite superar “a inquietação

encarnou o sistema de ideias salazarista, em forma de propaganda ideológica, a partir do uso de imagens. A análise dos pavilhões da Fundação, da Formação e Conquista, da Independência e do Brasil, aliados na entrada da Exposição, demonstraram a intenção de passar ao visitante a proposta do espaço: a exaltação a efemérides que reforçam a mitologia da nação imperial, ultramarina, católica e civilizadora.

Nesse espaço, o Pavilhão do Brasil ganhou destaque por representar a participação oficial da delegação brasileira durante o evento. A simbologia desse espaço reflete o interesse de Portugal demonstrar aquilo que sua ex-colônia se tornou: uma das suas mais belas páginas. Em um momento de contestação do território colonial em África, contar com uma representação oficial do Governo Brasileiro demonstrava a boa relação que podia se estabelecer entre Portugal e sua colônia. Por outro lado, reforçava o discurso de agradecimento formulado por letrados como Gustavo Barroso, que, de certa maneira, constantemente narrava o período colonial como uma aliança e não uma submissão.<sup>410</sup> Embora as relações diplomáticas tenham sido conturbadas – como percebido no exame desenvolvido durante o Capítulo 3 – visualmente, o Pavilhão do Brasil transmitia ao visitante uma completa ideia de harmonia das nações, no presente e principalmente no passado. A América Portuguesa é narrada como um momento de glória, de ampla aceitação entre metrópole e colônia, sendo o Brasil partícipe do processo civilizatório português e não um espaço de exploração. Essa foi a representação promovida e reforçada pelo Pavilhão do Brasil durante a *Exposição do Mundo Português*.

Aliás, o Capítulo 3 objetivou traçar os aspectos políticos e culturais responsáveis pelo envolvimento do Brasil com a Exposição. Partindo da conclamação de Salazar na sua Nota Oficiosa, vimos que as relações que se estabeleceram entre os governos do Brasil e Portugal foram repletas de desencontros, contratempos e forte interferência de agentes não-governamentais durante as negociações do Brasil durante os eventos de 1940. Como já mencionado há pouco, a devida referência dada ao Brasil por Salazar fazia parte de um plano de positivação da política colonial

---

destrutiva de um materialismo imoral desenraizado”. O espírito é como um fio condutor que, associado à arte, se torna uma ponte entre o mundo palpável cá de baixo e o espírito que o transcende”. Ver: SANTOS, Graça dos. “Política do espírito”: o bom gosto obrigatório para embelezar a realidade. **Media & Jornalismo**, Coimbra, v. 12, n. 12, p.59-72, 30 mar. 2017. Publicação do Centro de Investigação Media e Jornalismo da Universidade de Coimbra. Disponível em: <[https://www.uc.pt/imprensa\\_uc/catalogo/revistas/media\\_jornalismo](https://www.uc.pt/imprensa_uc/catalogo/revistas/media_jornalismo)>. Acesso em: 30 mar. 2017. p. 61.

<sup>410</sup> BARROSO, Gustavo. O Brasil e a Restauração de Portugal. **Revista dos Centenários**, Lisboa, n. 6, p.1-5, 31 jun. 1939. Mensal.

portuguesa na África, principalmente após o anúncio em 1932 de Itália e Alemanha solicitando atuação em áreas controladas por Portugal.

Como visto, desde o início do Estado Novo e da subida de Salazar ao poder ocorreu uma forte valorização da política econômica desenvolvida nas colônias africanas. Por isso, a escolha do Brasil se fez necessária para justificar a continuidade da exploração de Portugal sobre as nações africanas sob seu domínio como algo necessário para o desenvolvimento dessas colônias. Aproveitando-se de um forte enraizamento do pensamento luso sobre alguns letrados brasileiros, o SPN e a organização da Exposição investiram na ida a Portugal desses homens como forma de criar um discurso de legitimação aceca da política colonial.

Ao analisarmos o IHGB, verificamos que a concepção de Portugal enquanto agente civilizador era um pressuposto fundamental do pensamento dessa instituição. Manoel L. Salgado Guimarães, lembra: “interessante notar quais conceitos são atribuídos a que parcela da população: civilização aos colonizadores portugueses, barbárie aos escravos negros e selvageria aos indígenas”.<sup>411</sup> O papel luso na colonização foi reduzido apenas a aspectos positivos e essa tônica foi ressuscitada e amplamente difundida durante a *Exposição do Mundo Português*. Para entender os caminhos dessa aproximação utilizamos os textos escritos por António Ferro em seu *Estados Unidos da Saudade*, os quais revelaram o esforço do Diretor do SPN no processo de refazer o passado colonial da América Portuguesa a partir de um viés amistoso. Nessa perspectiva, Brasil e Portugal foram encarados como aliados e os aspectos conflituosos foram silenciados por narrativas que resgatavam momentos de unidade entre brasileiros e portugueses durante o período colonial. Não por acaso, o artigo de Gustavo Barroso (sempre alinhado com o discurso de Ferro) referenciado anteriormente em nota de rodapé, traz uma perspectiva de aliança entre brasileiros e portugueses lutando juntos em prol da expulsão dos holandeses durante os séculos XVI e XVII.

Nos materiais propagandísticos como a *Revista dos Centenários*, essa visão pacificadora foi amplificada por meio de artigos que difundiam a imagem amistosa do período colonial brasileiro. Ao mesmo tempo, a partir da correspondência oficial do Presidente Carmona convidando Getúlio Vargas para comparecer a Portugal em

---

<sup>411</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011. p. 205.



1940, demonstra o envolvimento político dos agentes públicos no fortalecimento das relações diplomáticas entre as duas nações. A pouca referência a correspondências oficiais trocada entre agentes estatais está relacionada à quantidade diminuta desse material no Acervo dos Centenários encontrado na Torre do Tombo em Lisboa. Por outro lado, o mesmo acervo possibilitou percebermos a influência de agentes externos, nas negociações estatais e direta participação na organização da *Exposição do Mundo Português*.

Dentre as correspondências trabalhadas, aquelas produzidas por Albino Souza Cruz foram as mais interessantes, pois revelavam a proximidade entre o empresário e o Presidente do Conselho, sendo o empresário muitas vezes uma espécie de intermediador entre Salazar e os agentes governamentais brasileiros. Nas cartas, encontramos um Souza Cruz esforçado na arregimentação de portugueses para participar da Exposição e, também, auxiliar financeiramente parte do evento. Da mesma forma, a correspondência enviada pelo empresário revela uma série de preocupações com relação à política lusa com relação aos emigrantes portugueses, muitos deles prejudicados pelo Regime salazarista após o golpe de 1926. Nesse cenário, a documentação de bastidor produzida por Souza Cruz revela o quão tenso estavam as relações diplomáticas de um lado e do outro do Atlântico, bem diferente do cenário propagandeado pela *Revista dos Centenários* e os discursos públicos promovidos pelos organizadores.

Nesse aspecto, tentamos mostrar a restrição da propaganda política, e foram as correspondências que nos proporcionaram demonstrar esses limites.<sup>412</sup> Ao adentrar no plano privado, as documentações foram capazes de demonstrar as dificuldades encontradas no plano das negociações governamentais, característica marcante das cartas enviadas por Souza Cruz. Além disso, o material revela a insatisfação de vários emigrantes com a política estadonovista em fins da década de 1930. O conhecimento da “nota de Montevideu” e do “Projeto Cancela de Abreu”, ambos demonstrando a insatisfação dos emigrantes portugueses na América do Sul, só foram possíveis de conhecimento graças à documentação produzida por Souza Cruz. Essa documentação, portanto, foi fundamental para entender as limitações do

---

<sup>412</sup> A intenção de demonstrar os limites da propaganda oficial foi inspirada pela forma como Maria Helena R. Capelato trabalhou no seu livro *Multidões em Cena*. Segundo ela, esclarecer os limites da propaganda política “é muito importante na conquista de apoio político, mas sua onipotência faz parte somente de um imaginário totalitário construído em torno dela. Os limites desse poder são definidos pelo movimento da História”. (CAPELATO, 2009, p. 321).

SPN e da Presidência do Conselho, algo que dificilmente (ou impossivelmente) um outro documento oficial demonstraria tão claramente quanto as correspondências.

Na parte final, procuramos através de uma compreensão político-historiográfica, investigar os *Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História* procurando identificar o posicionamento dos letrados brasileiros com relação ao passado da América Portuguesa. Dessa forma, ao separar os artigos enviados por categorias temporais, percebemos que estes seguiam a proposta elaborada por Salazar na sua Nota Oficiosa. Nenhum dos trabalhos analisados fez críticas negativas ao modelo colonial português implementado no Brasil, ou de alguma maneira contestou a política cultural do Estado Novo para com as temáticas discutidas no Congresso. O passado da América Portuguesa foi reinventado, na medida que se silenciou os conflitos e se reconfigurou o papel de Portugal dentro do processo colonizador. O papel de metrópole exploradora foi substituído pelo de irmão, e em momentos mais conflituosos como o rompimento promovido com a independência do Brasil, Portugal foi visto como o pai que civilizou e assim cumpriu seu papel, passando a deixar seu filho caminhar com as próprias pernas.

Os problemas relacionados à pressão de italianos e germânicos parece ter sido um fator decisivo, para a propaganda do SPN, focar boa parte dos seus investimentos em uma imagem positiva da política colonial lusitana. Para tal, os letrados brasileiros adotaram uma concepção historiográfica produzida pelo IHGB a partir do século XIX, caracterizada por Von Martius e Varnhagen, a qual dava a Portugal um papel central no processo de estruturação de uma nacionalidade brasileira, mesmo o Brasil estando na condição de colônia. Os discursos de Gustavo Barroso demonstraram o quão esse espírito do IHGB do século XIX esteve presente nas narrativas dos artigos publicados no *Congresso Luso-Brasileiro de História*. Além de percebermos a proximidade narrativa entre Barroso e Martius, por exemplo, verificamos como os intelectuais atuaram em quanto “agentes da consciência”<sup>413</sup> de regimes autoritários.

Por outro lado, no decorrer do capítulo 4, tentamos mostrar que a associação entre o luso-tropicalismo freyreano e a política cultural do Estado Novo não estavam em sintonia pelo menos durante a *Exposição do Mundo Português* e o *Congresso Luso-Brasileiro de História*. Mais tarde, durante a segunda metade da década de 1940,

---

<sup>413</sup> FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Giles, 2006, p. 71.

realmente o luso-tropicalismo ganhará força junto ao discurso político-cultural do salazarismo. Entretanto, a visão sociológica de Gilberto Freyre parece ter passado longe da concepção adotada pelos intelectuais brasileiros em seus artigos, pois, a miscigenação, característica balizar do luso-tropicalismo, além de silenciada foi por vezes combatida pelos textos publicados nos Anais do Congresso. A visão freyreana parecia soar um tanto quanto sofisticada para os autores, visto todos preferirem basear suas narrativas nas versões interpretativas do IHGB, melhor sintonizadas com os pretextos e interesses políticos do Estado Novo português.

Embora existisse no Brasil número suficiente de letrados dispostos a reforçar o discurso propagandístico do Congresso, problemas diplomáticos foram uma constante. A interferência da Comissão Organizadora dos Centenários junto a letrados brasileiros sem a anuência do Governo Brasileiro não foi bem vista pelo Itamaraty nem pelo próprio Vargas. Por meio da documentação pesquisada, as relações dos organizadores com Afrânio Peixoto parecem ter sido o estopim para interferência de Vargas nas questões referentes à participação dos “egrégios” brasileiros durante os eventos de 1940. Assim, por meio de decretos, Vargas restringiu a participação dos brasileiros no evento, inclusive proibindo a aceitação destes de verbas de custeio para ida ao Congresso que fossem enviadas pelo governo português.

Assim, a participação brasileira ficou resumida ao envio diminuto de letrados (sendo Gustavo Barroso o mais destacado destes), embora trinta e um intelectuais brasileiros tenham enviado seus artigos para compor os Anais do evento. No exame desses artigos percebemos como estes foram influenciados pela política cultural salazarista cristalizada por meio de sua Nota Oficiosa. Ao escolher alguns desses artigos para uma leitura mais analítica, o que se verificou foi um reforço de uma historiografia pró-colonização, promovendo a escolha de momentos históricos específicos da América Portuguesa e elaborando uma imagem de cooperação entre brasileiros e portugueses. Carregado de características românticas, os artigos tratavam de aspectos relacionados à ocupação e delimitação territorial, a influência do branco português na fisionomia e nas características biológicas dos brasileiros, na aliança de lusos e brasileiros na expulsão de estrangeiros, mas, principalmente, todos reforçavam a importância no processo civilizador brasileiro, capaz de gerar no Brasil, durante os anos de colonização, a semente do *caráter nacional*<sup>414</sup> brasileiro.

---

<sup>414</sup> Segundo Norbert Elias, “analogamente, é variado o desenvolvimento dos processos especiais de civilização, assim como de cada figuração dos modelos de civilização. Estes últimos encontram uma

Outro ponto discutido durante o Congresso foi a Independência do Brasil. No entanto, sua explicação seguiu o mesmo receituário, sendo vista pelos escritores como necessária, mas ao mesmo tempo civilizada. Nesse quesito, a manutenção de um membro da Coroa portuguesa no trono brasileiro foi tratada como um ponto positivo na manutenção territorial e na estabilidade política do Brasil. Aspectos relacionados às tentativas militares de recuperação do território por parte dos portugueses foram prontamente silenciadas, dando espaço à narrativa iluminista do século XIX produzida pelo IHGB. A manutenção da ordem por D. Pedro I e mais tarde D. Pedro II, foi uma característica desenvolvida ao longo de vários textos publicados nos Anais. Contudo, a independência ter ocorrido sem conflitos armados foi amplamente fomentado pela historiografia do Congresso Luso-Brasileiro, uma estratégia de escrita que visou reforçar o Brasil civilizado (diferente dos seus vizinhos “bárbaros”) e a construção de uma pretensa identidade nacional a partir da manutenção dos valores e tradições lusitanas.

Ao recuperar a *Exposição do Mundo Português* e o *Congresso Luso-Brasileiro de História*, pretendemos, a partir de um evento que pareceu desprezioso, apresentar a ação de uma política cultural desenvolvida por um estado centralizador, bem como promover a reflexão acerca do uso da propaganda com um moderno mecanismo de sensibilização e convencimento das massas. No plano interno, os serviços de propaganda ligados ao regime autoritário salazarista atuaram fortemente influenciados por ordenamentos ideológicos e políticos, fundamentados em uma perspectiva de justificar, validar e legitimar o Estado Novo junto à população portuguesa. No cenário externo Ferro e o SPN utilizaram a máquina estatal de propaganda como forma de conter os discursos que objetivavam diminuir a influencia lusitana sobre a África.

Tal qual no contexto analisado, a sociedade que vivemos hoje em dia continua sendo alvo constante das propagandas que passaram a ganhar um contorno maior,

---

de sus expressões mais prementes no *habitus social* comum dos indivíduos que formam entre si uma determinada unidade de subsistência, por exemplo, uma tribo ou um Estado. Eles são herdeiros não só de uma linguagem específica, mas também de um modelo específico de civilização e, portanto, de formas específicas de auto-regulação, que eles absorvem mediante o aprendizado de uma linguagem comum e nas quais, então, se encontram: no caráter comum do *habitus social*, da sensibilidade e do comportamento dos membros de uma tribo ou de um Estado nacional. O conceito de *i* refere-se a isso. Ele pode ter valia como instrumento de pesquisa no âmbito da teoria da civilização”. Ver: ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios**: estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 23.

em consequência da maior variedade de veículos de informação. Maria Helena R. Capelato, já em 1998, alertava para o cuidado com as mídias e sua interferência na formação de uma sociedade mais democrática e menos desigual. Não vejo outra maneira de encerrar, senão reforçando as palavras da Capelato que continuam mais atuais do que nunca: “Numa sociedade midiática como a de hoje, imagens, símbolos, mitos e heróis povoam, de forma mais intensa e mais sofisticada, os imaginários políticos, deixando pouco espaço para reflexão crítica indispensável ao exercício da cidadania”.<sup>415</sup> E assim continuamos. Mas é nosso papel, enquanto historiadores, trabalharmos em prol dessa reflexão acerca da relação mídia e democracia, principalmente no cenário político temerário que vivemos hoje no Brasil.

---

<sup>415</sup> CAPELATO, 2006, p. 322.

## BIBLIOGRAFIA

**A REVOLUÇÃO DE MAIO.** Direção de António Lopes Ribeiro. Portugal: Secretariado da Propaganda Nacional - SPN, 1937. (132 min.), P&B. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bfwfEYBTxnU>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

ACCIAIUOLI, Margarida. **António Ferro - A vertigem da palavra:** retórica, política e propaganda no Estado Novo. Lisboa: Bizâncio, 2013. 432 p.

ADINOLFI, Goffredo. António Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomares; PINTO, António Costa. **O corporativismo em português:** estado, política, e sociedade no salazarismo e no varguismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Cap. 4, p. 123.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 330 p.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo:** anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. Cap. 2. p. 23-79.

BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. Sankofa: **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.46-63, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88723>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

BARROSO, Gustavo. **Portugal semente de Impérios.** São Paulo: Editora Getúlio Costa, 1943.

BARROSO, Gustavo. A Exposição Histórica do Brasil em Portugal e seu Catálogo. In: BRASIL. **Museu Histórico Nacional.** Ministério da Educação e Saúde. Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro. 1941. p. 235-246. (Volume I - 1940). Disponível em: <[http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta;=&pesq=exposic ao mundo portugues](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta;=&pesq=exposic%20ao%20mundo%20portugues)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.F. (Dir.). **Para uma História cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BETTENCOURT, Gastão de. **António Ferro e a política do Atlântico:** Saudade... dos Estados Unidos da Saudade.... Recife: Imprensa Oficial de Pernambuco, 1960. 122 p.

BOBBIO, Norberto. **Política e cultura.** São Paulo: Unesp, 2015. 422 p.

BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Fgv, 2001. Cap. 2001. p. 11-35.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 234 p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 322 p.

BRASIL. Brasil. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. **Catálogo Oficial Pavilhão do Brasil**: na Exposição do Mundo Português. Lisboa: Neogravura Ltda, 1941.

BRASIL. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal (Org.). **Catálogo Oficial**: Pavilhão do Brasil na Exposição Histórica do Mundo Português. Lisboa, 1940.

BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 9, p.1-12, out. 1997. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86687>>. Acesso em: 3 dez. 2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009. 341 p.

CASTELO, Cláudia. Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. **Blogue de História Lusófona: IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical**, Lisboa, v. 0, n. 0, p.261-280, set. 2011. Disponível em: <<http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=17451>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy (Org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001. Cap. 3. p. 43-69.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 345 p.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das caravelas**: as relações entre Portugal e Brasil (1808-2000). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 398 p.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 77 p.

CHENNTOUF, Tayeb. O chifre da África e a África setentrional. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Ed.). **História geral da África**: VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 2. p. 33-66. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2015.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935-1980). In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Ed.). **História Geral**

**da África:** VIII: África desde 1935. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 11. p. 337-376. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

CORREA, Armando Magalhães. Primeiro Núcleo fundado pelos portugueses no Brasil: Origem do Rio de Janeiro. In: **CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA**, 1940, Lisboa. Anais. Lisboa: Comissão Executiva do Centenário, 1940. p. 103 - 118.

COSTA, Luís Manuel Neves. Conhecer para Ocupar. Ocupar para Dominar: Ocupação Científica do Ultramar e Estado Novo. **História:** Revista da FLUP, Porto, v. 3, n. 4, p.41-58, dez. 2013. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11701.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2014.

COUTINHO, Amélia. Gustavo Dodt Barroso. In: CPDOC/FGV. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-dodt-barroso>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

DARNTON, Robert. **Censores em ação:** como os estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DAVIDSON, A. Basil; ISAACMAN, Allen F.; PÉLISSIER, René. Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional: 1919-1935. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **História geral da África:** VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 27. p. 814-815. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190255POR.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2015.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

DOSSE, François. **O desafio biográfico:** escrever uma vida. São Paulo: Unesp, 2009. 438 p.

ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios:** estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 237 p.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 6, n. 14, p.7-22, dez. 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n14/v6n14a02.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

FERRO, António. **Estados Unidos da Saudade**. Lisboa: Edições SNI, 1949. 225 p.

FERRO, António. **Salazar:** o homem e sua obra. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933. 228 p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. 254 p.



FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Giles. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006. Cap. 4. p. 69-78.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. 727 p

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou**: aspectos das relações sociais do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror**: quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 194 p.

GOFF, Jacques Le. A história Nova: Imagem. In: GOFF, Jacques Le; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Org.). **A Nova História**. Coimbra: Almedina, 1978. p. 289-291.

GOLDMAN, Flávio. **Exposições universais e diplomacia pública**. Brasília: FUNAG, 2016. 296 p. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1156-exposicoes-universais-e-diplomacia-publica.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 220 p.

GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Cap. 3. p. 43-63.

GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. **Almanack**, Guarulhos, v. 1, n. 8, p.44-53, dez. 2014. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alm/n8/2236-4633-alm-08-00044.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

GRIGOROVSKI, Paulo Roberto Esteves; (ORIENTADORA), Denise Lima Fleck. **Estratégias de Souza Cruz em 101 anos**: os desafios para a longevidade saudável. 2004. 441 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <[http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/Paulo\\_Grigorovski.pdf](http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/Paulo_Grigorovski.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2017.

**GUIA OFICIAL DA EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS**, 1940, Lisboa. Como se deve ver a Exposição. Lisboa: Portugal/SPN, 1940. 2 f. Disponível em: <<http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1481046PC49V8.43909&menu=search&aspect=subtab11&npp=20&ipp=20&spp=20&profile=bn&ri;=&term=guia+o+oficial+exposiçao+mundo+portugues&index;=.GW&x=0&y=0&aspect=subtab11>>. Acesso em: 6 dez. 2016.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. À sombra das Chancelarias: a preparação do Congresso Luso-Brasileiro de História (Lisboa, 1940). **Revista do Instituto Histórico**

e **Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 437, n. 168, p.49-66, dez. 2007. Trimestral. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-437/item/108089-a-sombra-das-chancelarias-a-preparacao-do-congresso-luso-brasileiro-de-historia-lisboa-1940.html>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011. 276 p.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.5-27, dez. 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 7-24.

JENKINS, Keith. **História repensada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 120 p.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. São Paulo: Objetiva, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006. 368 p.

LAMOUNIER, Bolívar. **Tributos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 261 p.

LEHMKUHL, Luciene. **Entre a tradição e a modernidade: o Café e a imagem do Brasil na Exposição do Mundo Português**. 2002. 195 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82633>>. Acesso em: 6 dez. 2016.

MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. Cap. 8. p. 195-221.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. 8. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2012. 778 p.

MARRONI, Luísa. "Portugal não é um país pequeno": A lição de colonialismo na Exposição Colonial do Porto de 1934. **Revista da FLUP**, Porto, v. 3, n. 4, p.59-78, dez. 2013. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11709.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

MATOS, Sérgio Campos. A formação de Portugal na historiografia contemporânea. **Lusotopie (sciences Po Bordeaux)**, Bordeaux, p.123-139, jun. 2002. Semestral. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/matoss.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MATTOS, Maria Izilda; GONÇALVES, Leandro Pereira. Exílios e resistências antissalazaristas em São Paulo/Brasil o jornal "Portugal Democrático": questões e debates (1958-1977). **Projeto História**, São Paulo, v. 1, n. 50, p.224-246, ago. 2014. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&ved=0ahUKEwj3kLK8rfLRAhVX3WMKHQloB\\_EQFgg8MAU&url=http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/24041/18028&usg=AFQjCNHII0Fivx3nOn9xJojsjKLyse dciQ&bvm=bv.146073913,d.cGc&cad=rja](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&ved=0ahUKEwj3kLK8rfLRAhVX3WMKHQloB_EQFgg8MAU&url=http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/24041/18028&usg=AFQjCNHII0Fivx3nOn9xJojsjKLyse dciQ&bvm=bv.146073913,d.cGc&cad=rja)>. Acesso em: 24 jan. 2017.

MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal**: o Estado Novo. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. 7 v. Volume Coordenado por Fernando Rosas.

MAUAD, Ana Maria. Apresentação. In: MONTEIRO, Charles (Org.). **Fotografia, história e cultura visual**: pesquisas recentes. Porto Alegre: PUC-RS, 2012. p. 6-7.

MAZOWER, Mark. **O império de Hitler**: a Europa sob o domínio nazista. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945): O "rearmamento" institucional da Igreja Católica; os intelectuais reacionários. In: MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 69-139.

MORENO, Humberto Baquero. O princípio da Época Moderna. In: TENGARRINHA, José; MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru: EDUSC, 2000. Cap. 3. p. 45-57.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002. 297 p.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e (Org.). **Crise Colonial e Independência**: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. Cap. 2. p. 75-113. (Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lilia Moritz Schwarcz).

NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre história**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. p. 84.

Ó, Jorge Ramos do. **Os anos de Ferro**: o dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" 1933-1949. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. (Coleção Histórias de Portugal).

PAULO, Heloísa. **Aqui também é Portugal**: A colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000.

PAULO, Heloísa. **Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP**. Coimbra: Livraria Minerva, 1994. 192 p.

PEREIRA, Luís Manuel Pires. **Arquitectura portuguesa anos 30-50: atitude e crise de identidade: elementos para a construção de um percurso**. 2011. 493 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitectura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <[http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/444/1/da\\_luis\\_pereira\\_tese.pdf](http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/444/1/da_luis_pereira_tese.pdf)>. Acesso em: 6 dez. 2016.

PEREIRA, Miriam Halpern. Diversidade e crescimento industrial. In: TENGARRINHA, José; MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru: Edusc, 2000. Cap. 12. p. 219-241.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **Exposições Universais: espetáculos da modernidade no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997. 231 p.

PIMENTA, Fernando Tavares. A ideologia do Estado Novo, a guerra colonial e a descolonização em África. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (Org.). **Historiografias portuguesas e brasileiras no século XX: olhares cruzados**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. Cap. 7. p. 183-201.

PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomares; PINTO, António Costa. **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Cap. 1, p. 36.

PORTUGAL. LISBOA. (Ed.). A ação da Câmara Municipal de Lisboa na Exposição do Mundo Português. **Revista Municipal**, Lisboa, p.24-24, dez. 1940. Trimestral. Disponível em: <[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N6/N6\\_master/N6.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N6/N6_master/N6.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2016.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História: Revista de História da Universidade de São Paulo - USP**, São Paulo, v. 2, n. 145, p.127-149, dez. 2001. Semestral. Disponível em: <[http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/145/RH-145\\_-\\_Maria\\_Ligia\\_Coelho\\_Prado.pdf](http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/145/RH-145_-_Maria_Ligia_Coelho_Prado.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2017.

RAMOS, Tânia Baisl. Estado Novo e arquitetura. Redes sociais e patrimônio cultural moderno em Portugal e no Brasil. **Revista CPC-USP**, São Paulo, v. 0, n. 12, p.31-53, out. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15680>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: **De Varnhagen a FHC**. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 278 p.

REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Orlando; CAMÕES, Instituto. **A formação de Portugal????**. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/formportugal.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2016.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**: o tempo narrado. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 3 v.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, Lisboa, n. 157, p.1031-1054, fev. 2001. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218724836O3jXR0rk0Ob64EZ5.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2016.

SALAZAR, Oliveira. **Discursos**: (1929-1934). Coimbra: Coimbra Editora, 1961. 1 v.

SANTOS, Graça dos. “Política do espírito”: o bom gosto obrigatório para embelezar a realidade. **Media & Jornalismo**, Coimbra, v. 12, n. 12, p.59-72, 30 mar. 2017. Publicação do Centro de Investigação Media e Jornalismo da Universidade de Coimbra. Disponível em: <[https://www.uc.pt/imprensa\\_uc/catalogo/revistas/media\\_jornalismo](https://www.uc.pt/imprensa_uc/catalogo/revistas/media_jornalismo)>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo/belo Horizonte: Companhia das Letras/EDUFMG, 2007. 129 p.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 645 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 623 p.

SEBASTIÃO, Joana Rita Amante Rodrigues. **Arquitetura, imagem e cenografia**: o Estado Novo e a construção de uma identidade nacional. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Departamento de Arquitectura da FCTUC, Universidade de Coimbra, Lisboa, 2013. Disponível em: <[https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24212/1/Joana\\_Sebastiao.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24212/1/Joana_Sebastiao.pdf)>. Acesso em: 2 dez. 2016.

SÉRGIO NETO. Representações imperiais n` O Mundo Português. In: TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloísa (Org.). **Estados autoritários e totalitários e suas representações**: propaganda, ideologia, historiografia e memória. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. Cap. 8. p. 119-130.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Cap. 12. p. 199-228. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/142.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2017.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Cap. 8. p. 231-269.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 1, n. 12, p.69-100, maio 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n1/v12n1a05.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

URFALINO, Philipe. A história da política cultural. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 293-306.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. **Tempo**: Revista digital de História do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 1, n. 8, p.7-22, ago. 1999. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg8-1.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-1.pdf)>. Acesso em: 2 dez. 2016.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela de Castro (Org.). **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108. (Política e Sociedade). Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/132.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/132.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2016.

VELOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Cap. 5. p. 145-179.

VIEIRA, Patrícia. O Império como fetiche no Estado Novo: feitiço do império e o sortilégio colonial. **Portuguese Cultural Studies**, Utrecht (Holanda), v. 3, n. 1, p.126-144, fev. 2013. Primavera. Disponível em: <<http://www2.let.uu.nl/solis/psc/p/PVOLUMETHREEPAPERS/VIEIRA-P3.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a História do Brasil: dissertação. **Revista Trimestral de História e Geographia: ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 24, p.381-403, jan. 1845. Trimestral.

WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH, H. H.; MILLS, Wright (Org.). **Max Weber**: ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. Cap. 4. p. 55-89.